

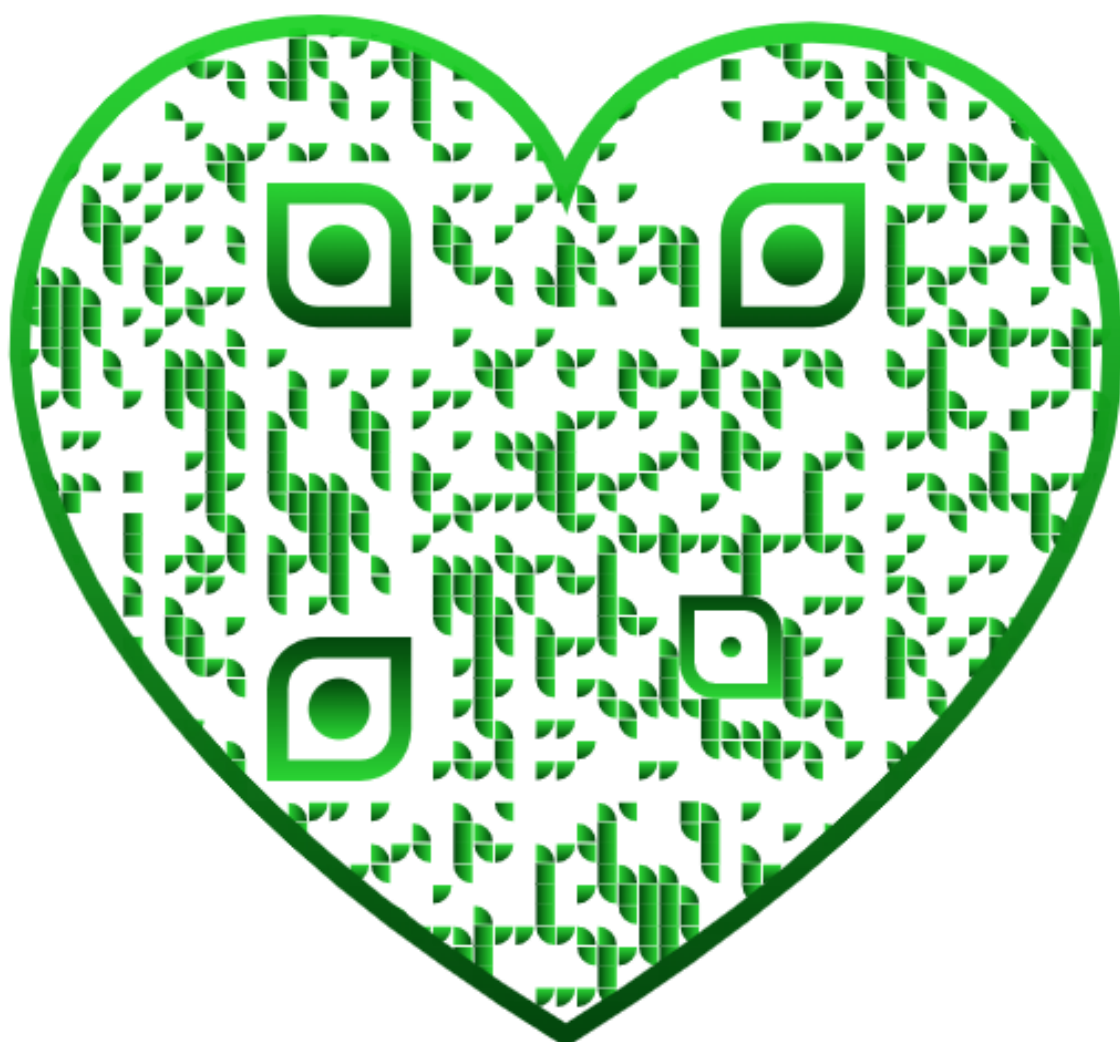
HISTORIA 6 UNIVERSAL

O Despertar da Europa Do ano 1000 a 1250

Bernard Guillemain



Publicações Dom Quixote



Bernard Guillemain

**O Despertar
da Europa
Do ano 1000 a 1250**

traduzido do francês por
H. da Silva Letra



Minha Impalpável Biblioteca

Publicações Dom Quixote

**Lisboa
1980**

FICHA:

© 1969, *Librairie Larousse*.

Título original: *L'Eveil de l'Europe*.

Editor original: *Librairie Larousse, Paris*.

Tradutor: *H. da Silva Letra*.

Capa e orientação gráfica: *Fernando Felgueiras*.

Edição: 6 N 633.

Todos os direitos para a língua portuguesa, inclusive Brasil, reservados por Publicações Dom Quixote, Rua Luciano Cordeiro, 119, LISBOA.

Composto e impresso na *Tipografia Guerra, Viseu*, em Setembro de 1980

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
PRIMEIRA PARTE — <i>O RECUO DA ÁSIA MERIDIONAL E ORIENTAL</i>	15
I. As decadências	19
II. As divisões do Extremo Oriente	37
III. As divisões do Sudeste da Ásia	55
SEGUNDA PARTE — <i>O RENOVAMENTO E A DIVISÃO DOS MUNDOS DO ISLÃO</i>	79
I. Os três califados nos fins do século X e na primeira metade do século XI	83
II. As primeiras intervenções dos Turcos no islão oriental	95
III. O islão ocidental	111
TERCEIRA PARTE — <i>A EUROPA OCIDENTAL À CABEÇA DO MUNDO CRISTÃO</i>	125
I. As jovens forças do Ocidente	133
II. O declínio da cristandade do Oriente	167
III. Organização e civilização da Europa ocidental (séculos XI-XII)... ..	187
IV. Os Estados eslavos e escandinavos.....	217
QUARTA PARTE — <i>CONTACTOS E SEPARAÇÕES</i>	237
I. As relações no interior do Velho Mundo	243
II. Comparações	263
III. Civilizações separadas	285

QUINTA PARTE — <i>O TEMPO DA CONQUISTA MONGOL</i>	306
I. A aventura mongol	313
II. O império mongol e os vizinhos	331
III. A Europa Ocidental na primeira metade do século XIII.....	347
CONCLUSÃO	381
ANEXOS	
Cronologia	385
Índice remissivo.....	417
Bibliografia	427
MAPAS	
O mundo cerca do ano 1000	12
A Índia na primeira metade do século XI	20
A China dos Song nos séculos XI e XII	38
A China e a Insulíndia nos séculos XI e XII	57
Os domínios turcos nos séculos XI e XII.....	95
As rotas das caravanas em África nos séculos XI e XII.....	112
O mundo muçulmano nos fins do século XII	118
A Europa cerca do ano 1000	128
A Reconquista na Península Ibérica	152
O avanço alemão no Nordeste da Europa	160
Difusão da ordem cisterciense	162
O Império Bizantino e os Estados eslavos do Sul	165
Os principados territoriais franceses no século XII	202
As rotas do velho mundo no século XII	250
As áreas das civilizações ameríndias	282
Os centros irradiadores de civilização da África Negra	288
O mundo cerca de 1200.....	310
A conquista mongol no tempo de Gengiscão e dos seus sucessores.....	324
A Europa cerca de 1250.....	382

INTRODUÇÃO

Quando começa o período abarcado por este livro, no fim do primeiro milénio da era cristã, o conhecimento do mundo avançara, sensivelmente, graças aos Árabes e aos Escandinavos.

Anteriormente, coexistiam duas geografias que se ignoravam. Os Mediterrânicos, o mais sábio representante dos quais fora Cláudio Ptolemeu, no século II da era cristã, imaginavam os continentes ordenados em torno de dois mares interiores: o seu e, não longe dele, o mar Eritreu, que não era outro senão o oceano Índico. Não sem erro quanto às distâncias, representavam correctamente a África até ao deserto do Sara e às nascentes do Nilo, a Europa até à Irlanda e à Germânia, a Ásia até ao Afeganistão e ao litoral da Índia. Mas o seu olhar detinha-se numa ilha da Escandinávia isolada no oceano Setentrional, não penetrava na massa do continente asiático, limitava-se a seguir, para lá de uma gigantesca ilha de Ceilão, as longínquas costas do Extremo Oriente que o litoral da África oriental juntava de molde a fechar o mar Eritreu. Roma ou Jerusalém ocupavam o centro do mundo para os sábios que tinham retomado esta imagem por conta do cristianismo.

Os Chineses situavam, de maneira semelhante, o seu império no coração do universo. Montanhas, mares e continentes estendiam-se relativamente ao maciço central sagrado, em redor do qual giravam o Sol e a Lua. A sua visão estendia-se da Mongólia ao Sul da Indochina; não ultrapassava nem o Japão nem o mar Cáspio.

Conquistadores, diplomatas, comerciantes do Islão ligaram os dois mundos. Nos séculos IX e X, narrativas de viajantes, descrições de países, itinerários terrestres e marítimos tornaram mais precisos os contornos e as distâncias, introduziram-se na Europa de Leste e na Ásia central, tentaram familiarizar-se com os costumes dos Indianos e dos Chineses. Sem modificar a disposição

fundamental que Ptolemeu dera ao universo, os geógrafos muçulmanos souberam rectificá-la e completá-la em pormenor.

Os Escandinavos não procuraram compor uma representação científica das suas peregrinações. Aos seus aventureiros e comerciantes bastou um conhecimento empírico dos ventos, das correntes, das marés. É através das suas sagas, tardiamente escritas, que exaltam as explorações dos seus heróis, através dos poemas maravilhosos dos seus bardos que os seguem num Noroeste completamente novo, onde talvez alguns irlandeses tenham avançado antes deles; fixaram-se nas Órcades, nas Shetland, nas Féroe, chegaram à Islândia cerca de 870, às costas da Gronelândia um século mais tarde. Abandonados pela sua poesia, as suas aventuras temerárias para Oriente provaram-se todavia mais ricas em consequências: a subida dos rios que se lançam no fundo do mar Báltico, a descida dos rios que conduzem ao mar Negro e ao mar Cáspio permitiram aos Varegues estabelecer relações através do istmo oriental da Europa e animar a sua vida política e social; graças a eles, a Rússia nasceu.

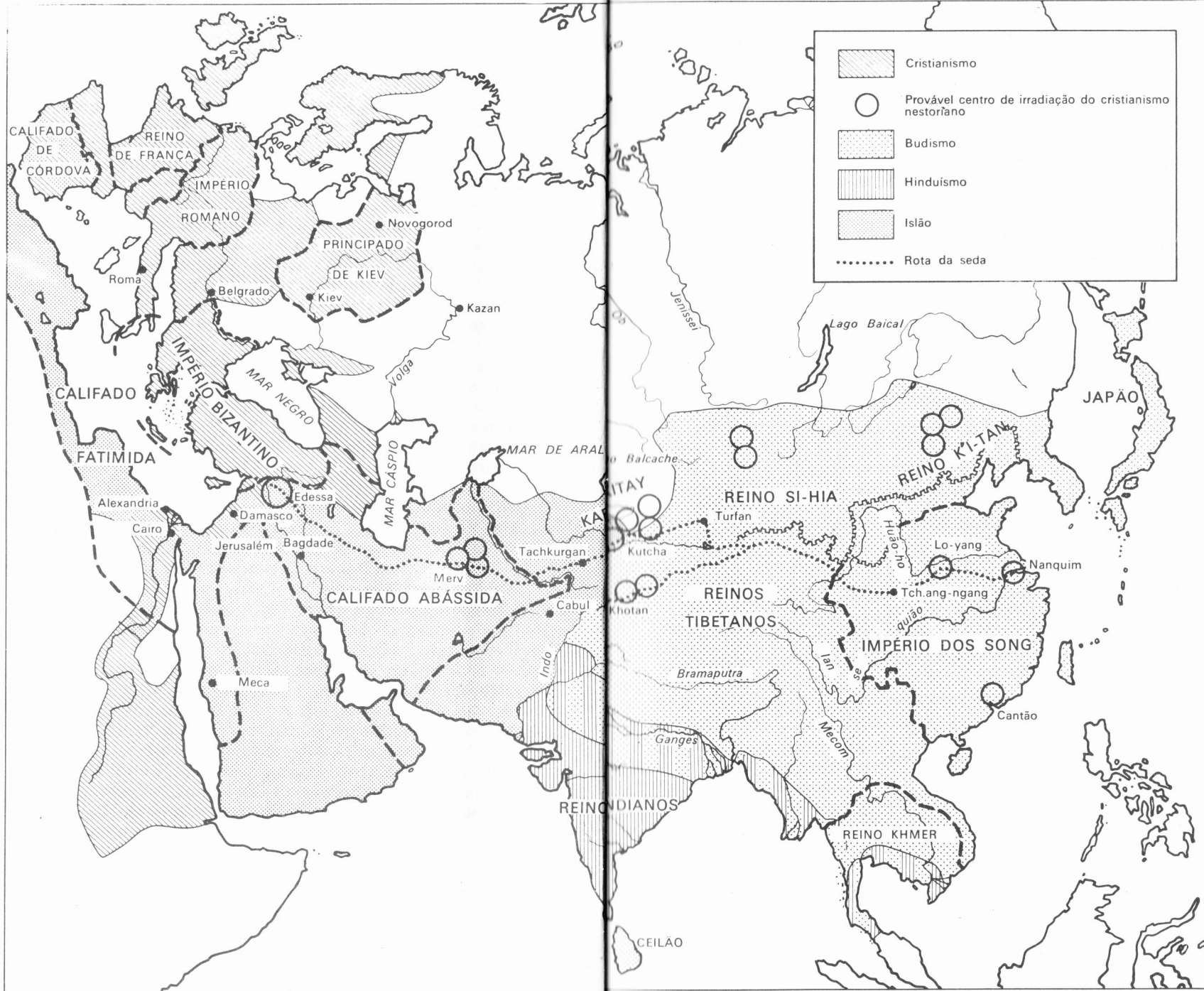
Foi neste contexto, só recentemente delineado, de partes mais bem ligadas, que a história se desenrolou a partir do ano 1000. É provável que causas profundas tenham orientado o seu curso. Descobre-se com dificuldade o jogo de variações climáticas; o mundo teve de atravessar uma fase bastante longa de melhoria das temperaturas, marcada pelo recuo dos gelos, pela vegetação verdejante das regiões árticas, pela expansão para o Norte da cultura da vinha. Os alicerces dos continentes elevaram-se, as grandes transgressões marinhas cessaram. Surgiram mais factores propícios à vida humana. Suspeita-se de um impulso demográfico iniciado talvez após a peste de 742-743 e que, não sem acidentes, se teria prolongado até aos fins do século XIII. Os seus efeitos são evidentes na Europa Ocidental a partir do século XI. É infelizmente impossível apresentar qualquer número susceptível de traduzir um valor geral.

O que se distingue são as grandes pulsações provocadas, segundo um esquema imemorial, pelos assaltos dos nómadas contra os sedentários. Saídos das estepes e das florestas da Eurásia, tribos turcas, mongóis, tunguses reeditaram as cavalgadas dos Juan-Juan, dos Hunos, dos T'u-kiue, dos Uígures, dos Ávares, seus irmãos de raça. Conseguiram fundar domínios mais ou menos duradouros utilizando em seu proveito as administrações dos adversários. Nenhum teve a amplitude do que foi talhado pelos mongóis de Gengiscão no século XIII. Dos confins do Magrebe e do Sara, levantaram-se tribos de camelleiros, berberes sanhadjas, tuaregues, hílales, tubus negros, prestes a lançar-se sobre o Egipto ou a África do Norte.

Não foram apenas as ofensivas dos nômadas que abalaram os grandes impérios, cheios de antigas tradições de ordem e de organização: império da China, califados de Bagdade, do Cairo e de Córdoba, Império Romano do Oriente, Império Germânico do Ocidente, reino khmer da Indochina central. Fermentos de dissociação originaram-nos. O esboroamento tornou-se cada vez mais acentuado nos séculos XI e XII: diversos Estados modernos tomaram forma.

Todavia, apesar das flutuações por vezes impressionantes da carta política, não parece que a vida quotidiana da humanidade tivesse conhecido modificações essenciais entre os séculos X e XIII. Permanece nítido o contraste entre a mobilidade dos conflitos, ascensões, quedas que tocam a pequena minoria dos poderosos e dos ricos, e a passividade, a pobreza do grande número que sofreu as guerras, as injustiças, a miséria. Bruscas sacudidelas puseram em causa aqui ou ali a hierarquia social, mas nunca movimentos de fundo. Os aperfeiçoamentos técnicos não puderam afastar o espectro da fome, romper a submissão à alternância do dia e da noite e do ciclo das estações. A ciência repetiu-se; só lentamente aperfeiçoou os seus instrumentos matemáticos, os seus métodos de observação; recorreu pouco à experiência e não separou as suas leis das especulações filosóficas. Uma interdependência menos frouxa entre as diversas partes do mundo permitiu simplesmente a uniformização dos conhecimentos. As modestas melhorias técnicas, quer se trate de utensílios, de processos de cultivo, de fabrico, de navegação ou de construção, constituíram apenas os frutos do empirismo.

Os infortúnios da condição humana, as forças incontrolladas que a assaltam só encontraram explicação e remédios nas religiões. As civilizações têm tido, necessariamente, base religiosa. Depois do islão, não apareceu nenhuma religião nova. Três religiões com pretensão universal partilharam então entre si a Humanidade: o budismo no Sul e no Leste da Ásia, o islão da Índia ao Magrebe, o cristianismo da Arménia à Irlanda. Consolações para todos os fiéis, sabedoria para todas as pessoas instruídas, exaltações para a literatura e para a arte, influenciaram poderosamente o desenvolvimento da história. Em nome de uma fé mais exigente, o mundo muçulmano e o mundo cristão foram atravessados por esforços de renascimento que os modificaram do interior e os incitaram à expansão. Os cismas provocados por divergências na interpretação das doutrinas e dos ritos geraram guerras, modificaram o equilíbrio entre os Estados. As conversões foram os meios mais seguros de assimilação. Pelo facto de não serem portadores de uma religião ambiciosa, os Mongóis, passado o ímpeto da conquista, não conseguiram manter a coesão dos



O MUNDO CERCA DO ANO 1000

países que tinham dominado, graças a Maomé, os Árabes conseguiram-no. Contudo, o carácter dominador das grandes religiões não desenraizou antigos mitos nem suprimiu outros sistemas: crenças muito antigas não deixaram de progredir entre os espaços cristãos e muçulmanos e o hinduísmo e o confucionismo fizeram perder ao budismo, que, é verdade, jamais recorrera à guerra santa para se impor, uma parte da sua área de influência. As vicissitudes das ideologias apoderaram-se de todos os aspectos da vida das sociedades humanas e constituíram vicissitudes históricas capitais.

Todas as peripécias, cujos principais móbeis foram recordados, decorreram no interior do bloco continental do hemisfério boreal descrito pelos geógrafos. São imperfeita mas suficientemente conhecidas graças a textos.

Mas havia, isoladas, ignoradas, outras terras onde viviam outros homens. O historiador tem de ir ao seu encontro, recorrer à etnografia, ao folclore, à arqueologia, para obter informações que as fontes escritas não lhes fornecem. Sem terem consciência disso, habitantes do velho mundo tinham já lançado algumas pontes: o continente americano fora aflorado, talvez por chineses que tinham contornado a costa do Noroeste, certamente por escandinavos que, cerca do ano 1000, tinham alcançado a Vinlândia a sul do São Lourenço e reconhecido as paragens do Labrador e da Terra Nova. Navegadores malaios tinham atingido Madagáscar e, provavelmente, as ilhas da Oceânia. As caravanas atravessavam habitualmente o deserto sariano; mercê dos seus itinerários, o islão foi introduzido na África negra. Abordagens superficiais ainda, ocasionais, por vezes sem futuro como na América, deixando envolver em mistério a dimensão dos continentes que os sábios continuaram a ignorar. Alguns marcos tinham no entanto sido assentes.

Na própria desigualdade dos seus capítulos, este livro esforça-se por traduzir as diferenças da documentação e da importância dos fenómenos históricos. Apoia-se na divisão entre três áreas principais da civilização, de dominante religiosa: dá amplitude à aventura mongol que ligou todas as três; analisa os seus contactos de todas as ordens e junta algumas noções sobre os povos que permaneceram à parte. O conjunto desta apresentação é dominado pelo elevado e poderoso maciço consagrado à Europa cristã: foi entre os séculos XI e XIII que o Ocidente se levantou, foi a partir desta época que começou a desempenhar nos destinos da Humanidade um papel determinante que conservou durante muito tempo.

PRIMEIRA PARTE

**O RECUO DA ÁSIA MERIDIONAL
E ORIENTAL**

A característica mais saliente da história da Ásia entre os séculos XI e XIII é o enfraquecimento da Índia e da China. A Índia, maravilhosamente fecunda em mitos e em filosofias, gerara o budismo, que se difundira, através do Sudeste do continente, na China, no Japão; as deslocções dos bonzos, a transmissão dos textos sagrados, as peregrinações aos grandes santuários tinham criado relações, intercâmbios espirituais e artísticos tanto pelas vias terrestres como marítimas. A Índia e a China originaram impérios; os da Índia foram certamente efêmeros, pois o imenso planalto do Decão não se prestava nada ao exercício de uma autoridade central; mas as vastas planícies inundadas pelo Indo e pelo Ganges, ou separadas como no tempo do Gupta, ou reunidas quando ali chegou Harsha no século VII, tinham servido de base a largos domínios que puderam ultrapassar as montanhas afegãs e o planalto iraniano. De vocação imperial mais constante, a China, solidamente apoiada nas bacias do Huão-ho e do Iansequião, estendera a sua influência aos oásis e aos desertos da Ásia central: na primeira metade do século VIII os T'ang dominavam as cadeias do Tien-chan e do Pamir, de maneira que vigiavam tanto a orla das estepes que se prolongam até à península europeia, como os desfiladeiros que desembocam no mundo hindu.

Depois do ano 1000, é perturbado o esplendor espiritual da Índia: o budismo recua, refugia-se em sectores marginais, onde se renova; embora obtenha amplas compensações na Indochina e em Java, e se inspire em seitas místicas do Japão, apaga-se na maior parte da Índia perante o renovamento do hinduísmo e na China perante um renascimento do confucionismo. Mas é no seu próprio terreno que se inscrevem as maiores derrotas: a região do Indo e depois a do Ganges são submergidas por conquistadores de religião muçulmana. A Índia peninsular sucumbe às forças de divisão. O império chinês, abalado pelos nómadas, abandona-lhes a sua parte setentrional, as regiões da terra amarela, renuncia a qualquer direito de soberania no centro do continente e, isolado

no Sul, vira-se para o mar, transforma-se mercê do incitamento de uma nova classe de armadores e de traficantes.

A Ásia do Sudeste, que deve à Índia a sua civilização e que os orgulhosos soberanos da China consideraram sempre como uma dependência, não pode nem aspirar a uma irradiação espiritual, nem realizar uma concentração política, tanto a compartimentação meridiana da Indochina o alongamento e a fragmentação da Insulíndia lhe são impróprias. Votada à fragmentação, oferece os êxitos brilhantes mas limitados do reino khmer e do primeiro Estado birmanês, e a actividade comercial dos Estados de Sumatra e de Java.

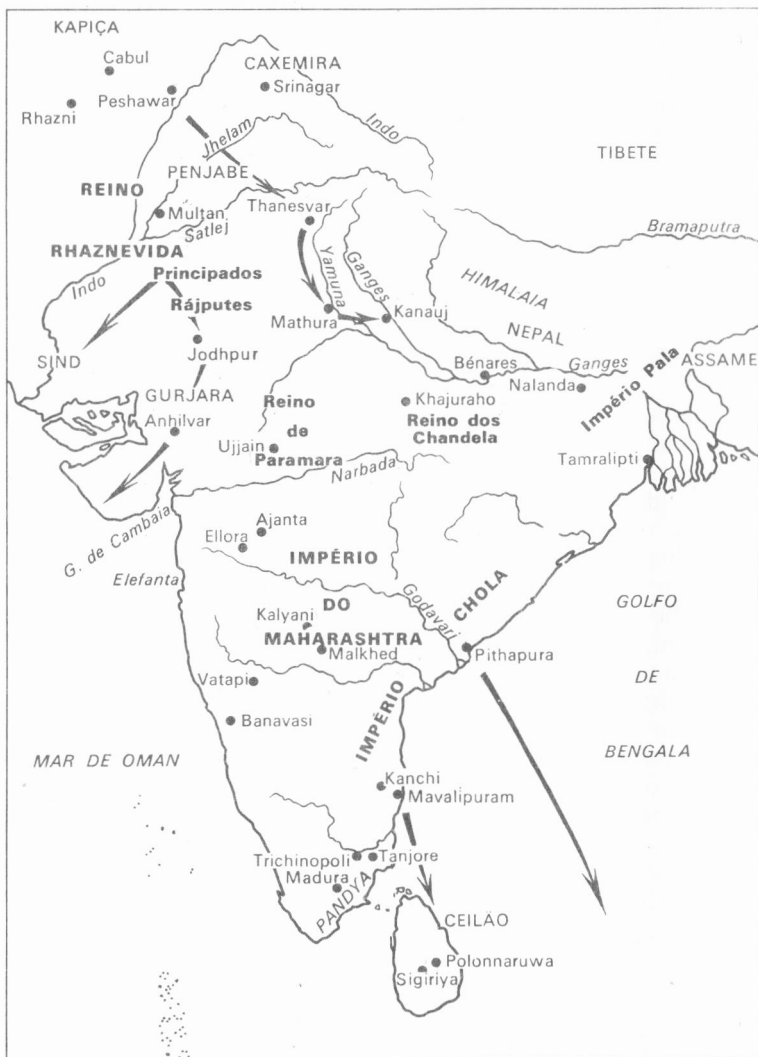
I

AS DECADÊNCIAS

A Índia diminuída e dividida.

Nos começos do século VIII árabes tinham posto pé no Sind: eram senhores do vale baixo do Indo. Nos fins do século X os Turcos chegaram aos desfiladeiros do Nordeste; em 991 apoderaram-se de Peshawar; dez anos mais tarde o rei do Gândara, Jayapala, que conseguira constituir uma coligação defensiva, foi esmagado; desesperado, lançou-se nas chamas de uma pira. O filho continuou a resistência, mas no espaço de um quarto de século o Penjabe foi submerso pelos invasores. O seu chefe, Mahmud de Rhazni, enviou expedições para a bacia superior do Ganges e do Yamuna, na península de Guzarate. O domínio dos Pratihara, que reunira as regiões do Ganges superior e médio, e desempenhara um papel importante depois do século IX graças à sua posição central, baqueou.

O grande sábio que acompanhou Mahmud e que se conhece pelo nome de «o Estrangeiro», Al-Biruni, interessou-se pela civilização e pela história da Índia. Em primeiro lugar, tentou estabelecer uma cronologia; analisou com perspicácia as causas e consequências da derrota dos Indianos do Norte; notou bem a fragmentação política que tornava difícil qualquer coligação entre príncipes rivais, a segregação social, devida ao sistema de castas, que impedia o aparecimento de qualquer sentimento de solidariedade. Reconheceu que «Mahmud desfez completamente a prosperidade da Índia e efectuou as suas explorações maravilhosas que tornaram os Indianos semelhantes a átomos de poeira, disseminados em todas as direcções»; destacou as pilhagens, as destruições que acompanharam as vitórias do seu herói; não se pretendeu que dez mil templos foram violados no reino de Pratihara? Al-



A ÍNDIA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XI

-Biruni acrescentou: «Não é de surpreender que aqueles que subsistem em estados de dispersão alimentem uma aversão inveterada pelos muçulmanos. Eis a razão pela qual as ciências indianas se retiraram da parte do país que conquistámos e se refugiaram onde não as podemos ainda atingir, em Cachemira, em Benares e noutros lugares.»

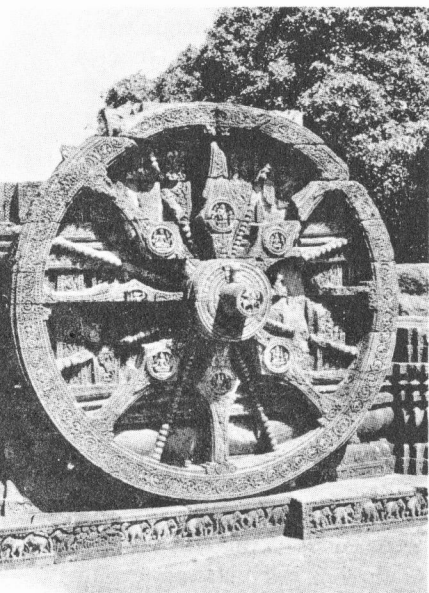
Com efeito, Mahmud não se instalou no lugar de Pratihara. Ele e os seus sucessores contentaram-se com o Penjabe, ocupados como estavam a vigiar o Irão. O avanço muçulmano na Índia só recomeçou século e meio mais tarde. Mas a zona média das planícies do Norte encontrou-se como que esvaziada da sua substância, incapaz de sustentar uma nova empresa de reagrupamento. Cada região seguiu o seu próprio destino, orientada pelas possibilidades económicas, pelo desenvolvimento cultural e, evidentemente, pelas ambições dos chefes, designados vulgarmente por «filhos do rei», os Rajaputros.

O grupo dos Gurjara, de que os Pratihara foram originários, e cuja recordação é perpetuada pela denominação da maciça península interposta entre a costa ocidental do Decão e as embocaduras do Indo, forneceu príncipes ao Guzarate, ao Rajaputana, juncado de castelos fortes dos «filhos do rei», ao Malva, a um pequeno reino do Ganges entre Kanauj e Benares. Bengala ficou separada: os Pala, notáveis pelo seu fervor budista, que proclamaram nas moedas e nas relações com o Sudeste da Ásia, não puderam conservar o vale inferior do Ganges, pois os Sena, subindo ao longo da costa oriental do Decão, estabeleceram-se primeiro em Orissa, e depois, no começo do século XII, no delta do Ganges e do Bramaputra.

Cada unidade política tinha a sua originalidade. Os principais governados pelos Gurjara obedeciam a uma sociedade militar; o código de honra applicava-se às mulheres, sacrificadas muitas vezes quando da morte do marido; os bardos, além de cantarem as façanhas guerreiras, eram também, em virtude do seu prestígio, escolhidos como árbitros em diferendos. Os rendimentos do solo, os impostos levantados sobre os tráficos, entre os quais o do ópio era um dos mais activos e mais apreciados, as corveias, permitiam a construção de fortalezas, de lagos artificiais e de canais de irrigação. Surgiram literaturas próprias em hindi ou em guzarate. Bengala arianizada, mais tarde e menos profundamente que os seus vizinhos do Ocidente, teve a sua própria cultura em língua bengali; terra de contactos comerciais, assimilou também as religiões, pois foi partilhada entre os Pala budistas e os Sena hinduístas; o hinduísmo difundiu os seus temas eróticos, patentes na decoração, e que convenceram muitos dos bonzos a renunciar ao

celibato. O *Gita-Govinda* narra com lirismo os amores do deus-sacerdote Krishna com uma pastora.

Estes pequenos reinos soçobraram com as campanhas de Muhammad de Ghor. Depois de ter ocupado o lugar dos Rhaznevidas no Sind e no Penjabe, marchou em direcção da região do Ganges: em 1191, Prithui Raj, príncipe de Ajmer, deteve-o; mas no ano seguinte, no mesmo campo de batalha, Muhammad alcançou a vitória. A epopeia hindi não deixou de engrandecer as aventuras de amor e de guerra de Prithui Raj; conta que ele obteve o apoio de cento e cinquenta senhores, mas que lhe faltou o do rei de Kanauj, a quem raptara a filha. Muito depressa tombaram Kanauj, Benares, os reinos de Bengala; os templos foram pilhados, as comunidades budistas massacradas. Muhammad deixara que lugares-tenentes terminassem as suas conquistas. Diferente-



1. Uma roda no templo do Sol de Konarak (Orissa, século XIII), Riqueza, harmonia, naturalismo, perfeição técnica, mostram que a Índia dividida permanece senhora da cultura. *Foto Paolococh-Rapho.*

2. Templo hinduista de Khajuraho (século XI). Foi mandado construir pelo rei Ganda, de Chandella, que tentou opor-se ao avanço de Mahmud de Ghazni na planície do Ganges. *Foto Frédéric-Rapho.*



mente de Mahmud, entendeu conservá-las: toda a Índia indo-gangética se viu submetida à autoridade de um chefe muçulmano nos começos do século XIII; esse facto teve consequências duradouras.

Os Estados da orla do Himalaia e os da península de Decão escaparam à conquista muçulmana. Cachemira, há muito tempo atravessada pelas caravanas, permaneceu um dos repositórios da literatura sânscrita; ao Nepal e ao Assam defendeu-os o seu relevo e o seu clima. Os principais reinos do Sul apoiaram-se no seu litoral, cujas estreitas planícies eram encimadas pelo Gates, rebordos escarpados do planalto inferior; o reino mahrata a ocidente, o reino chola a leste, desejosos de assegurar a defesa das suas rectanguardas, disputaram o controlo do Decão meridional. Entre 985 e 1042, os reis chola Rajaraja I e Rajendra I fizeram sentir o seu poderio de Bengala ao Ceilão e até às ilhas Nicobar e Sumatra, tocadas por uma expedição ambiciosa em 1025. Não era possível manter durante muito tempo uma influência política

3



4

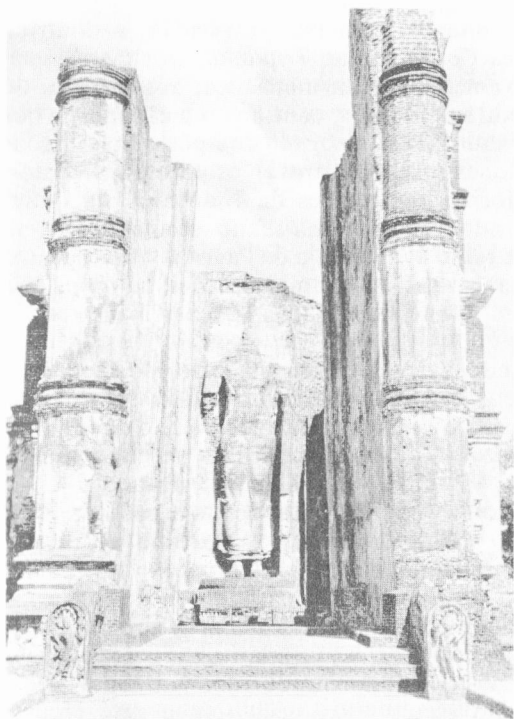
3. Buda em Polonnaruwa (Ceilão, fins do século XII). A ilha de Ceilão conservou uma fidelidade invencível ao budismo do Pequeno Veículo. *Foto Paolokoch-Rapho.*

4. Pilares monolíticos do templo Nissankalaka Mandapa. Evocam caules de flores de lótus (Polonnaruwa, Ceilão, século XII). Este santuário abrigava o dente de Buda. *Foto Paolokoch-Rapho.*

5. Estátua de tijolo de Buda (altura 12 metros) no templo de Lantatilaka Vihara (Polonnaruwa, Ceilão). O rei Porakama Bahu I expulsou os Chola da ilha cerca de 1170 e ornou a sua capital com numerosos monumentos. *Foto Paolokoch-Rapho.*

tão extensa, mas os Chola continuaram a enriquecer no tráfico marítimo com a Indonésia.

O Ceilão não atraía apenas os vizinhos da costa do Coromandel devido às suas notáveis aptidões comerciais; a fidelidade ao budismo desencadeou, por sua vez, o seu zelo xivaíta. A parte norte da ilha foi ocupada diversas vezes. A antiga capital, Anuradhapura, foi saqueada, depois restaurada; a nova capital, Polonnaruwa, menos exposta, foi rodeada por uma muralha no século XII, enquanto as grandes estátuas de Buda assinalam uma fé indestrutível.



As vicissitudes do budismo

O recuo do budismo constitui uma viragem na história da Índia. Quando, nos fins do século XII, os tenentes de Muhammad de Ghor desceram a planície do Ganges e destruíram a monarquia pala, o budismo indiano desapareceu. Conheceram o apogeu entre o século V e o século VII; foi então que as grandes cidades religiosas do vale do Ganges, Bodhi Gaya, Nalanda, ao mesmo tempo dotadas de conventos e de universidades, de irradiação assegurada pelos peregrinos e estudantes, deram uma unidade de pensamento à Ásia meridional e oriental. A decadência explica-se, não só pelo relaxamento moral das comunidades de bonzos, mas também, e sobretudo, pelo vigoroso ressurgimento do hinduísmo.

O Ceilão conserva, vivaz, o budismo de Hinayana ou Pequeno Veículo; assim designado pelos adversários que lhe denunciavam a estreiteza, traduz no entanto, com mais exactidão, a doutrina primitiva do Buda. Três *Corbelhas*, as *Tripitaka*, escritas em pali e consagradas respectivamente à vida monástica, aos sermões do fundador e à exposição da sua filosofia, continham o cânone, de que o *Caminho da Pureza* ou *Visuddhimagga*, composto na ilha de Mahavihara por Buddhaghosa, mostrava os prolongamentos. Introduzido sob esta forma nas regiões da Indochina habitadas pelos Mons, este budismo estrito torna-se no século XI a religião do primeiro grande reino birmanês, o de Pagan; o rei Anoratha transportou para a sua capital as trinta colecções de *Tripitaka*, que encontrou entre os Mons, de Tahton e fez vir bonzos do Ceilão.

Mahayana, o Grande Veículo, desde o século I d.C. pretendeu enriquecer a tradição escrita com toda a riqueza de uma tradição oral que se julgava recolhida por iniciados. Já não dava ênfase à saúde pessoal mas ao dever de ajudar os outros a penetrar no Nirvana; propôs o ideal do Bodhisattva, cheio de piedade e amor. O Buda histórico apagou-se em proveito de uma infinidade de budas divinizados e de bodhisattvas. Foi o budismo ao mesmo tempo mais humano e mais acolhedor dos mitos que teve maior difusão. Muito cedo, foi transmitido ao oásis da bacia do Tarim, que sofreu a influência do império dos Han e daí penetrou na China; no século VI foram estabelecidas relações marítimas entre a China e a Índia. Os textos sânscritos foram traduzidos em chinês e impressos no século XI. Do século V ao século IX a arte chinesa quase inteira fora inspirada pelo budismo apesar da desconfiança perdurável dos funcionários. Depois, o contacto vivificador com a Índia foi cortado, a Índia desprende-se do budismo. Hang-tcheu, capital dos Song, contava ainda no século XII cinquenta e sete mosteiros de bonzos nos recintos amuralhados e trinta e

uma casas de freiras no exterior. A corte encomendava cerimónias; os particulares faziam celebrar serviços fúnebres; as festas decorriam com pompa; velas eram alumiadas diante dos budas, a que eram oferecidos flores, frutos, incenso. A convicção de que o Mundo era apenas uma ilusão e a vida dor, que os ritos e as boas obras aumentavam os méritos, entrara profundamente na mentalidade chinesa. Mas o budismo, como tal, perdera a personalidade e decaíra ao nível das velhas crenças do país, nomeadamente do taoísmo elementar, que recomendava o feiticismo e a magia.

Na Insulíndia, a dinastia dos Cailendra, reis da Montanha, tinha feito em Barabudur a mais majestosa profissão de fé no budismo do Mahayana no século VIII. Em seguida, a irradiação destes reis reduziu-se, abrangendo apenas o Sul de Sumatra e a península malaia. No resto das ilhas, no Camboja, o budismo do Grande Veículo, conhecido muito cedo, era cultivado paralelamente com o bramanismo; mesmo professado por um rei tão poderoso como o khmer Jayavarman VII nos fins do século XII, não suplantou as outras crenças. Encontra-se aí a explicação das suas vicissitudes; instruiu os homens numa filosofia da existência; não lhes impôs uma fé exclusiva. As antigas religiões autóctones fundiram-se com ele.

Algumas seitas tentaram reagir contra isto. Em parte alguma obtiveram resultados tão brilhantes como no Japão. A escola do Zeno ensinou uma ascese mental que permitia ao fiel descobrir em si o seu próprio Buda. A escola do País Puro e a verdadeira escola do País Puro insistem no amor místico votado ao Buda-Amida.

É surpreendente que seja a mais fantasmagórica apresentação do budismo a que obteve a mais brilhante vitória, enquanto as duas outras perdiam terreno e se deixavam absorver. No século VI, sem dúvida, apareceram na Índia os *Tantra*, os «Livros», que introduziam um universo povoado de uma infinidade de seres, aos quais o destino do homem estava ligado e que práticas de carácter mágico permitiam tocar e influenciar. Deram um alimento inesgotável às tendências sincretistas do budismo do Mahayana, e inspiraram mesmo um novo Veículo. Pouco tempo depois, o Tibete, dividido em clãs que reinavam sobre enormes pastagens, adquiriu certa coesão e o seu soberano estabeleceu relações com a China, o Nepal, a Índia. Foi constituído um alfabeto sob o modelo de uma escrita

6. Buda deitado no momento da sua morte. Escultura com 13,80 m de comprimento em Gal Vihara (Polonnaruwa, Ceilão, fins do século XII). A obra remonta à época do rei Parakama-Bahu I. Foto. Paolokoch-Rapho.



indiana. O budismo tornou-se conhecido e começou a ser propagado. Encontrou um fundo de crenças e de costumes ancestrais, as dos Bon-Po, que se distinguira através de uma cosmologia luxuriante. Não ganhou logo a partida, embora os soberanos lhe fossem favoráveis e tivessem sido fundados santuários. Mas no século VII Padma-Sambhava chegou da Índia com a doutrina do Veículo tântrico, tão propícia à assimilação das divindades e dos ritos autóctones; criou uma seita, a dos Antigos ou lamas vermelhos, que difundiu a sua mensagem. Numerosos textos sânscritos foram traduzidos. No século XI um bengali, Atiça, depois os seus sucessores Marpa e Milarepa, criaram novas seitas.



7

Sob a sua apresentação tântrica, em contacto com sistemas que lhe eram completamente estranhos na origem, o budismo tibetano não tinha grande coisa em comum com o ensino primitivo. Aceitou divindades femininas, as shaktis, que unia aos budas e aos bodhisattvas; reabilitou a mulher e a união carnal; a seita dos Antigos não levantou sequer a objecção ao casamento dos bonzos. As comunidades puderam perpetuar-se hereditariamente. Entregaram-se a exercícios de extrema minúcia nos quais a precisão mecânica do acto, a recitação incansável das mesmas

7. Amida. Estátua de madeira dourada no Hoodo (Pavilhão de Fénix) de Byodoin de Uji, perto de Quioto (Japão). É o Buda compassivo, cuja imagem foi fixada pelo escultor Jocho nos meados do século XI. *Foto Asuka.*

fórmulas, o domínio do ritmo respiratório suplantaram o sentimento. Como o Tibete caiu na anarquia nos fins do século IX, os mosteiros, dotados de muita riqueza, exerceram uma autoridade política e social e disputaram o reconhecimento do império chinês.

Renovação do hinduísmo e do confucionismo.

Por intermédio do tantrismo foi o hinduísmo que o budismo encontrou. Os tantras, além de possuírem um ritual, formulários de virtude mágica, uma explicação simbólica do acto sexual, pretendiam organizar uma mitologia feita das contribuições mais diversas e mostrar nas aventuras divinas o modelo e a justificação das práticas aconselhadas aos humanos. A partir do século VIII, a contestação do budismo e a sua alteração coincidiram com um esforço doutrinal do hinduísmo. Mas isto não era concebível de maneira uniforme quando se tratava de uma religião tão complexa que sobrepujara ao fundo védico tantos comentários, desenvolvimentos e acrescentos; apoiou-se tanto numa divindade como noutra; insistiu neste ou naquele aspecto moral; cada apresentação dava origem a uma seita. Nos séculos XI e XII a descrição do hinduísmo é a das seitas que se começa então a conhecer bem; a sua vitalidade é atestada pelo seu número.

Vixnu merecera já os favores da grande dinastia dos Gupta; era o deus, deitado no oceano, que meditava sobre o mundo; não intervinha nele pessoalmente, mas graças a avatares, que tinham descido sob a forma de animais ou de heróis. Nenhum era mais famoso que Krishna, cujas duas aventuras inspiraram a arte e a meditação: a sua paragem no bosque sagrado, onde fez dançar as pastoras apaixonadas ao som da flauta; a sua aparição num carro de combate, onde, para incitar à acção o chefe que conduzia, revelou as maneiras de aproximação do ser supremo num discurso de um maravilhoso arrebatamento, a *Bhagavad-Gita* ou *Cântico do Bem-aventurado*. Desta maneira estavam ligados os Bhagavatas ou «Devotos dos Bem-aventurados», que tentavam imitar o seu hino incomparável, e os Crivaishnavas, que adoravam Vixnu unido a sua esposa Cri; este último movimento difundiu-se na Índia meridional; sages, os Álvares, compuseram em língua tâmul hinos e histórias que tiveram um enorme sucesso popular, chegando ao Norte. Pertenceu a Ramanuja transformar este sentimentalismo religioso numa metafísica; originário da região de Madrastra no século XI, mostrou que o Absoluto divino, o Brama, era um deus pessoal que exigia o abandono à sua vontade. Graças a ele, no meio da exuberância do hinduísmo, sobressaíu uma noção: o bhakti, a participação no divino, o desejo e a união



mística, a devoção de amor que deve libertar o fiel do ciclo das reencarnações. Os seus sectários dividiram-se entre os partidários do esforço individual e os da confiança completa na graça divina, os segundos particularmente numerosos no Sul do país.

O culto de Xiva, o deus ambivalente que aniquilava o universo na sua dança cósmica e o reconstruía, convinha bastante aos príncipes, pois o seu papel de criador, simbolizado por um falo, o linga, o acreditaria para ser o fundamento de uma espécie de religião de Estado. Nos lingas estava acumulado o poder que animava os chefes. Mas Xiva era também o asceta divino, concentrado na sua meditação, aquele que fornece o modelo do ioga, a «união» extática, obtida graças ao domínio do corpo e do pensamento. O xivaísmo foi por conseguinte tanto uma doutrina real — que encorajou os Chola a edificar alguns grandes templos e que foi adoptada, mais ou menos contaminada por elementos autóctones, no Leste de Java, entre os Khmers, e em Champa —, como inspirador da seita dos Yogins e explicação filosófica do mundo, baseada na inteligência universal de Xiva. Ele foi mesmo atingido pelo bhakti, o amor-fé, virado desta vez para Xiva e garante da libertação.

Estas especulações, estas pesquisas rituais, traduziram-se na multiplicação dos textos exegeticos, numa abundante floração literária, na criação de comunidades monásticas que o hinduísmo ignorava antes do século IX, na fundação de seitas, e na construção de monumentos cuja luxuriante decoração esculpida popularizou os infinitos temas da cosmogonia hindu. Este renascimento religioso consolidou o sistema social, a divisão em castas: brâmanes, guerreiros, artesãos, cultivadores e comerciantes, servidores. Calou as virtualidades de libertação e de fraternidade que o budismo continha, embora descobrisse autênticos valores religiosos ao afastar-se do dualismo e ao exaltar a piedade confiante e amante.

Na China, o taoísmo e o confucionismo beneficiaram com o enfraquecimento do budismo. O ritualismo do culto oficial, cujo objectivo era manter todas as coisas no seu lugar, os cultos familiares, as infundáveis divindades locais, a crença popular nos espíritos, génios, demónios, almas do outro mundo não eram capazes de dar uma visão do universo e uma regra moral. Desenvolveram-se pesquisas que encheram o séculos XI e XII de uma intensa actividade intelectual. A velha religião taoísta só pôde ter nisso uma fraca participação, pois o esforço de alguns

8. Vixnu encarnado no javali. É um «avatāra» do deus que intervém sobre a Terra. Escultura de Belur (Mysore). Foto Paolokoch-Rapho.

dos seus representantes para favorecer a prática de uma ascese opunha-se demasiadamente à sua propensão para a cultura das ciências ocultas que assegurava a sua popularidade. Mas o confucionismo prestou-se a uma renovação. No século VII existia uma edição oficial dos clássicos, os antigos livros que justificavam a ética e a ordem social: era acompanhada de comentários e de uma interpretação oficial. Os letrados puseram-se a interrogar estas veneráveis colectâneas e delas extraíram uma metafísica que faltara sempre ao ensino de Confúcio, aplicado de maneira completa a acentuar as regras de uma moral prática. O neo-confucionismo, cujo mais eminente representante foi Tchu Hi (1130-1200), descobriu um princípio único na origem da criação: a Grande Cumeeira, na qual se reúnem a lei moral e a lei cósmica: tudo o que daí emana é bom, o Universo e os seres. A natureza do homem é, por consequência, basicamente boa. Se o mal se introduz nela é porque o princípio material adquire a primazia.



9

9. A dança cósmica de Xiva. Num círculo de chamas que representa o mundo, o deus dança para conservar a vida universal: os braços e as tranças sugerem o movimento enquanto o rosto permanece impassível. Tanjore. Museu de Arte. Foto Giraudon.

O homem deve restabelecer o equilíbrio praticando as virtudes e adquirindo o conhecimento das coisas.

Esta doutrina levantou oposições que parece terem recoberto divergências políticas e antagonismos sociais. Um Wang-Ngan-che, por exemplo, bastante desejoso de promover uma modificação nas maneiras de ser do seu país, orientou-se mais para a acção do que para a especulação filosófica, pois foi sensível à falência dos pequenos proprietários e às reivindicações dos comerciantes. Poemas, enciclopédias, histórias da China acompanharam estas tentativas de valorar as maneiras de pensar autenticamente chinesas. É grande a diferença entre a viragem racionalista do espírito chinês e a efervescência mística da Índia. Contudo, aproxima-as uma preocupação: a procura de uma explicação unitária dos mundos.

Incapaz de se ligar a uma mensagem religiosa universal que se malograra com o budismo, a Ásia, nas suas rupturas e nos seus contrastes, deu, durante um período histórico de apagamento, testemunho da sua qualidade espiritual.

II

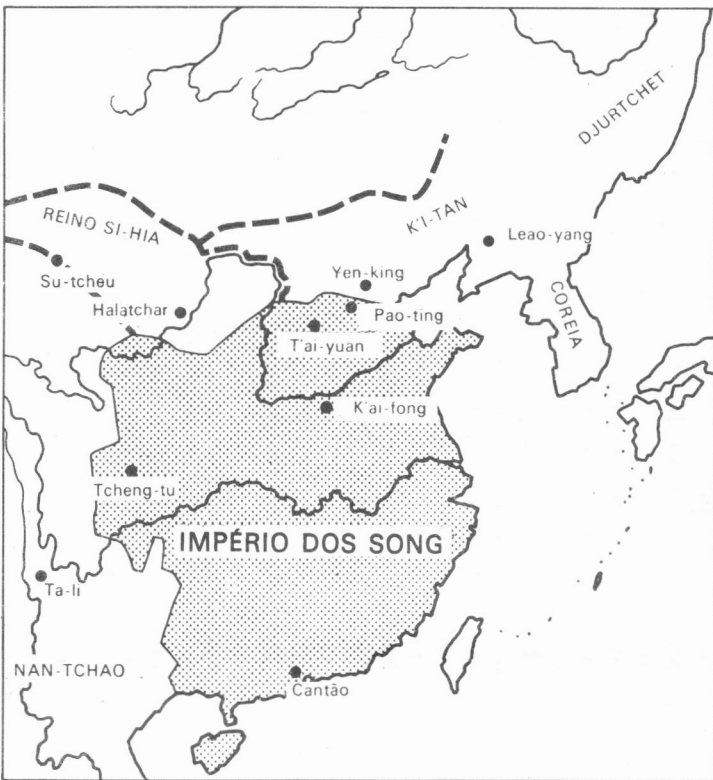
AS DIVISÕES DO EXTREMO ORIENTE

A China dos Song sob a pressão dos povos do Norte.

O chefe militar que fundou em 960 a dinastia dos Song exerceu a sua autoridade sobre o país de que o Huão-ho (rio Amarelo) constituía o eixo. Ao Norte, a tribo mongol dos K'ai-fong tomara o lugar dos turcos khirghiz, repelidos para as florestas do alto Jenissei; a sua dinastia, designada dos Leao, controlava não só as estepes manchus, mas também a rica planície cerealífera onde se encontrava Pequim, para lá da Grande Muralha. Nenhuma barreira protegia o coração do império song. Do mesmo modo os primeiros soberanos dedicaram-se à tarefa de reconquistar Pequim. Em vão: a China setentrional permaneceu dividida entre o governo dos Song e o domínio dos nómadas, que não hesitaram em lançar ataques de cavalaria até às margens do rio Amarelo. Em 1004, um tratado consagrou esta perigosa situação.

Cerca desta época outros adversários tomaram posição no Noroeste: os Tanguts, que falavam um dialecto tibetano-birmanês, desceram dos seus planaltos, espalharam-se no Ordos e penetraram no Chen-si.

Os Song resignaram-se a pagar tributos. Os seus recursos militares eram limitados; tinham suprimido a autonomia dos generais, cujas temíveis tentações conheciam devido à sua própria história; admitiam apenas um exército pago pelo Estado, mas cujo preço, aumentado sem cessar pelas exigências dos soldados, não autorizava a manutenção de efectivos suficientes; faltavam pastagens, faltava a indispensável cavalaria; o ardor guerreiro esmorecera. Ao invés, os chefes K'i-tan possuíam muitos milhares de cavalos, impunham imposto às terras que lhes tinham sido concedidas, enquanto colónias agrícolas, compostas por soldados



camponeses, e tiradas a populações subjugadas, velavam nos confins.

Estabelecera-se um equilíbrio precário no século x. A cultura, as religiões da China influenciaram os nómadas. Si-hia e K'i-Tan arranjam uma escrita complicada, inspirada no sistema chinês.

Os Song foram obrigados a afastar-se do Norte, arruinado pelas guerras, despovoado, sujeito às incursões da cavalaria dos inimigos, a menos que estivesse ocupado por eles. Procuraram no Sul um novo centro de gravidade: em 1004 foi organizado um projecto de transferência da capital para o vale do Iansequião (rio Azul), ou seja, na baixa planície vermelha de Seu-tch'uan, protegida pelas montanhas.

Os Song tinham com efeito dominado antes do ano 1000 os pequenos Estados instaurados no Sul da China para facilitar as deslocções do império dos T'ang. Não tinham encontrado resistência séria; muito cedo, alcançaram Cantão. Tentaram mesmo fazer reconhecer a sua autoridade sobre o Vietname, quer obtendo a fidelidade do soberano, quer recorrendo à força. Porém, a sua invasão de 981 saldou-se por um malogro e eles deixaram o delta e o vale médio do rio Vermelho aos Anamitas. Não conseguiram anexar a região montanhosa do Yun-nan, onde subsistia o reino Nan-tchao. O enorme Tibete estava fora do seu alcance.

A China dos Song estava assim limitada por todos os lados; a era dos «protectorados» sobre as estepes e os oásis que atravessavam as vias da Ásia central bem como o Norte da Indochina terminara definitivamente. O grande país dos sedentários das planícies e das colinas renunciava a disciplinar os nómadas e os montanheses.

Nos começos do século xii surgiu uma ocasião propícia para chamar à razão os K'i-tan e para recuperar a região de Pequim. Na retaguarda do reino de Leao desenvolvera-se o poderio de uma tribo tunguse, os Djurtchetes, que habitavam a zona florestal drenada pelo Ussuri, a Noroeste da Manchúria. Um século antes tinham ajudado os Coreanos a repelir os K'i-tan; tinham em seguida admitido uma vaga dependência relativamente a estes últimos; mas, em 1144, sob a direcção de Akuta e talvez sob a instigação dos Song, precipitaram-se sobre os seus vizinhos que a paz e o contacto da civilização tinham amolecido. As vitórias foram fulminantes; fizeram ruir o reino K'i-tan e, dominados pelo seu ardor, arrebataram o Chen-si aos Si-hia. Estes apenas conservaram a parte ocidental do seu território.

Uma fracção dos K'i-tan pôs-se em fuga, atravessou o deserto do Gobi e alcançou as estepes do Turquestão oriental e da Dzungaria. Os invasores contentaram-se, parece, em ter à sua

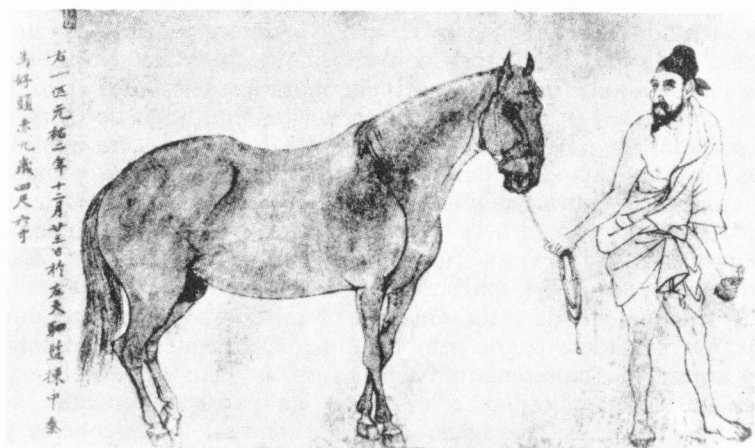
mercê os oásis do Tarim. Mas, ao norte, substituíram-se aos Karakhanides e ao seu chefe, instalaram-se em Balassaghun e tomaram o título turco de *gur-khan*, ou rei do mundo. Este novo Estado das estepes foi o dos K'i-tan negros, os Kara Kitay; antes dos meados do século XII estendeu-se até às margens do lago Balcache, a Ferghana e a Transoxiana. Os seus fundadores, mongóis pagãos, profundamente influenciados pela civilização chinesa, difundiram assim essa influência num vasto território onde o islão avançara antes, embora as raízes arábico-persas dêem a impressão de ignorar a sucessão dos *gur-khan*, conhecidos apenas pelas transcrições chinesas dos seus nomes.

Os Djurtchetes são descritos pelas relações chinesas e coreanas como bárbaros «piores que os lobos e os tigres». Contudo, o imperador Huei-tsong, que encorajara a sua empresa, acreditou poder servir-se deles para recuperar o Norte da planície chinesa que os K'i-tan tinham dominado. Estabeleceram um acordo neste sentido. Não tendo podido tomar Pequim antes dos Djurtchetes, conseguiu que os seus aliados lha entregassem em 1123. Mas as forças dos dois aliados não eram iguais. O chefe dos Djurtchetes tomara o título imperial e dera à sua família a designação de dinastia de ouro: Kin. A planície cultivada, as cidades, ofereciam-se à sua avidez. Cerca de 1125, os seus guerreiros avançaram no Ho-pei e no Chan-si; atravessaram o rio Amarelo, obrigaram a capital dos Song, K'ai-Fong, a capitular; o imperador Huei-tsong foi arrastado com o seu séquito e o seu tesouro até aos confins da Manchúria.

Um membro da família dos Song, Kao-tsong, conseguiu fugir; decretou Nanquim capital em 1127. Mas os Djurtchetes capturaram-no pouco depois. Foi uma epopeia mais espantosa que a dos cavaleiros selvagens: as cidades entregavam-se à sua aproximação; certamente é-lhe por vezes necessário voltar atrás para reconquistar alguma delas que quase conseguira libertar; mas, inexoravelmente, penetram no Sul. Entre 1127 e 1129 submetem a região compreendida entre o rio Amarelo e o Huai-ho; em seguida lançam dois ataques contra a região baixa do Iansequião: a primeira permite ultrapassá-lo no local onde a depressão, ocupada pelo lago P'o-yang, abre um acesso até ao coração das colinas da China meridional; a outra visa Nanquim, que sucumbe, e toda a planície que se estende do Sul do grande rio até ao mar. O imperador Kao-tsong refugiou-se num porto mais meridional ainda.

Mas, em 1130, a sorte muda. Os Djurtchetes aventuram-se para mais longe da sua base de partida; os movimentos da sua cavalaria são difíceis numa região cortada por rios e canais, semeada de arrozais; pouco numerosos, não conseguem fazer-se obedecer num mundo fervilhante que os atormenta. Arriscam-se mesmo a

ser vítimas da sua vitória: não sabem como voltar para a margem setentrional do Iansequião, largo como um braço de mar; é um deserto que os salva.



10

Em 1132, Kao-tsong fixa-se em Hang-tcheu. Os seus generais retomam uma parte do terreno perdido e preparam-se para atacar K'ai-fong quando o seu imperador estabelece a paz em 1138. Os Kin conservaram a China a norte do Huai-ho e dos montes Tsin-ling; em 1153, fizeram de Pequim a sua capital central.

Os Song eram apenas os soberanos do Sul da China: são doravante denominados Song meridionais. A paz foi gravemente perturbada por duas vezes: por um soberano kin que reaparece no baixo Iancheu em 1161, mas que, posto em cheque, foi morto pelos seus soldados; depois, em 1206 pelos próprios chineses, que não obtiveram, de resto, melhor resultado e que decidiram matar o conselheiro do imperador que recomendara a ofensiva. Os Song começaram a enviar presentes em dinheiro e em sedas à corte dos Kin.

10 Cavalo trazido com tributo de Khotan (Ásia central). A arte chinesa sobressai na representação de animais, especialmente de cavalos. Antigas colecções imperiais. Foto Phaidon-Press.

As transformações da civilização chinesa.

Em dois séculos a China modificara-se muito. No século XI o seu domínio essencial permanecia nas planícies áridas da bacia do rio Amarelo, terras dos antepassados, asperamente disputadas aos nómadas bárbaros, humo de uma forte raça camponesa. Foi tentado um esforço para reformar a administração e dar uma solução ao problema agrário. Mas no século XII o Norte teve de ser abandonado: os Song reinam agora nas terras dos arrozais, nas colinas cobertas de chá, nas províncias marítimas de margens recortadas até ao infinito. O clima é quente, a atmosfera húmida. Os rios, os canais, o mar reclamam a actividade dos homens: o comércio desenvolve-se; a posição dos comerciantes valoriza-se na sociedade, tocada pela febre do lucro; os camponeses aglomeram-se nas cidades; os funcionários fazem tráficos. Um escol entrega-se aos jogos mais subtis do pensamento e da arte.

Fundamento da antiga China, o exército fora o primeiro a oscilar. Os soldados, pagos pelo Estado, recusaram-se a abandonar as armas, mas apresentaram uma exigência: não se afastarem da sua residência familiar e disporem de carregadores que lhes transportassem as bagagens ao deslocarem-se! A descoberta de uma pólvora com base no salitre, que permite fabricar diversas espécies de granadas e lançar projecteis, não compensou a erosão do ardor guerreiro e a debilidade da cavalaria. A vigilância sobre o lantsequião e o litoral provocou o aumento rápido da frota.

A estrutura administrativa, aperfeiçoada pelos T'ang, continuava imponente. A centralização, a complexidade eram aí ímpares. O imperador dispunha do Grande Secretariado, da Chancelaria, do departamento dos seis ministérios de direcções especiais; o país estava dividido em províncias, em municipalidades e em sub-municipalidades. O governo, segundo números de 1046, não empregava mais de doze mil funcionários civis, um milhar dos quais trabalhava nas repartições da capital. O recrutamento era feito através de concursos realizados de três em três anos, segundo o grau de dificuldade, nas municipalidades, nas capitais de província e no palácio imperial; ao nível mais elevado, era a arte refinada da redacção ou da poesia que distinguia os vencedores. No próprio local recrutava-se os agentes subalternos, enquanto os chefes de cantão e de aldeia eram eleitos pela população. Um grupo inovador teve consciência, no século XI, do carácter demasiado literário da instrução exigida aos membros dos serviços públicos; tentou aumentar a importância do direito e da economia e reduzir a dos estudos clássicos. Permanente conflito entre a dedicação a uma cultura desinteressada e a uma



11

preparação mais prática para a função! A dedicação às letras prevaleceu.

Foi o mesmo partido reformador, animado por Wang-Ngan-che, que tentou libertar os camponeses da sua miséria. Uma pequena parte do solo estava cultivada; a luta contra as ervas daninhas ou as inundações, a adubação da terra, tanto mais que a pobreza da criação de gado quase não fornece estrume, exigiam um trabalho tenaz; era uma cultura hortícola que cada família praticava no seu exíguo pedaço de terra. Todavia, teinava o regime da grande propriedade; dele aproveitavam os parentes do imperador, os seus favoritos, as hierarquias de letrados, os templos. Para completar os seus salários, os funcionários recebiam terras isentas de impostos. Este favor era facilmente estendido aos bens patrimoniais. Protegidos pela corrupção do pessoal menor, pela cumplicidade dos parentes, pela guarda pessoal, os grandes pro-

prietários escapavam aos impostos e às corveias. Todo este peso caía sobre os ombros dos pequenos cultivadores: o Chen-si, devastado pelas guerras mas deserto pela aristocracia, fornecia a quarta parte dos recursos do império graças à sua população de pequenos proprietários. Por todo o lado via-se também os modestos proprietários entregar as suas terras aos poderosos vizinhos, de que se tornavam rendeiros, a menos que fugissem e se empregassem como operários agrícolas mediante retribuição em géneros. Os impostos sobre os rendimentos eram esmagadores: cerca de metade da colheita. As calamidades naturais, as destruições perpetradas pelos nómadas tornavam insuportável uma miséria que fazia desencadear breves insurreições, ferozmente reprimidas. Wang Ngan-che instituiu empréstimos sobre colheitas, substituiu a corveia por um imposto, aumentou os vencimentos dos funcionários para evitar ter de lhes conceder foros, reconstituiu o cadastro; mas o juro exigido pelo governo era demasiado elevado e, para o pagar, o camponês era obrigado a virar-se para os particulares, que lhe exigiam um juro ainda mais ruinoso, próximo dos 50 %; a solidariedade obrigatória de dez famílias rurais perante os deveres impostos pelo Estado era impopular. Antes dos fins do século XI esta prática foi abandonada. Com ela procurara-se apenas, na verdade, aumentar as receitas fiscais; não atacava as raízes do mal.



12

12. Vaso *mei-p'ing*, grupo de Ts'eu'tcheu. Na época dos Song, a decoração, que utiliza espontaneamente a peónia, subordina-se à beleza da matéria e da forma, diferentemente do estilo T'ang. Colecção particular. Foto *Larousse*.

13. Papagaio num ramo florido. O imperador Huei-tsong (1100-1125), capturado pelos Djurtchetes, executou numerosas pinturas em seda, como esta; reuniu uma colecção de mais de 6000 obras, cerca de metade da qual corresponde ao tema «aves e flores». Boston, Museu de Belas-Artes. Foto *Larousse*.



13

A perda do Norte pelo Estado chinês nos começos do século XII facilitou uma transformação social e moral. A acreditar nos recenseamentos a que procedia regularmente uma administração meticulosa, os números relativos à população do império passaram de cem milhões para sessenta milhões. No vale do Iancheu, na planície baixa, no litoral, propícios ao comércio, tinham-se já criado cidades; os emigrantes, cada vez em maior número devido à deserção dos campos, aglomeravam-se aí. Teve-se oportunidade de saber que entre 1165 e 1173, a nova capital, Hang-tcheu, contava 104 669 famílias, quer dizer, cerca de 500 000 habitantes. Mais ou menos estacionários durante um século, os números subiram rapidamente depois de 1250, atingindo 186 330 famílias — 900 000 almas — cerca de 1270. Este impulso urbano gerou uma proliferação de ofícios, uma mão-de-obra abundante preparada para todas as tarefas mediante um salário baixo, um recrudescimento dos roubos e da prostituição. Os valores civis e militares da velha China foram substituídos pela astúcia, pelo sentido dos negócios. É que a principal função das cidades era o comércio. A sabedoria chinesa encarava-a com desconfiança; o governo vigiava-a, esmagava-a com impostos, proibia-a aos seus funcionários. Agora o Estado tornava-se abertamente comerciante, e, embora as barreiras entre a sociedade de letrados e de negociantes enriquecidos não fossem suprimidas, o desfrute da fortuna e a propensão para os prazeres motivaram a sua decadência. O Estado reservou-se o monopólio do sal, do chá, do alcool, do incenso. Mas para a circulação e a distribuição destes

produtos teve necessidade de comerciantes. Todos os outros tráficos são autorizados. Uma febre mercantil apodera-se da população, na qual se encontra, desde o vendedor ambulante, postado nas esquinas das ruas, até aos armadores, uma extrema variedade de condições. Os estrangeiros, embora importantes quando o comércio foi atingido pelo descrédito, tornaram-se menos numerosos, embora as suas viagens fossem sempre protegidas com a condição de que declarassem nome e mercadorias aos funcionários da administração.

Um dos melhores exemplos do conluio entre os funcionários e os grandes negociantes é fornecido pelo tráfico do chá. Conhecido provavelmente no século III da nossa era no Sudeste da China e feito à moda tibetana com farinha, sal e gengibre, o chá consumido puro tornou-se a bebida chinesa por excelência no tempo dos Song. Era produzido principalmente por Sseu-tch'uan, mas as plantações de chá espalharam-se por todo o Sul. Os funcionários do Estado e os comerciantes aliaram-se para explorar os camponeses e acumular grandes lucros. A mesma aliança fez-se para o sal, outro monopólio, ao serviço do qual trabalhavam milhares de homens, obrigados a entregar por preço baixíssimo determinada quantidade.

A expansão do comércio supôs a multiplicação dos instrumentos monetários. A produção de cobre e de prata, as cunhagens de espécies aumentaram consideravelmente. Porém, as emissões custavam caro; o metal era exportado para os K'i-tan, depois para os Djurtchetes como se se tratasse de tributo; o manuseamento de grandes quantidades de peças era incômodo; as trocas exigiam um número crescente de signos. Na época dos T'ang comerciantes enviavam as suas moedas a particulares ricos, depois a repartições públicas, que entregavam certificados de depósito; o beneficiário podia trocar estes contra somas equivalentes em locais convencionados. Os Song venderam notas que correspondiam a certa quantidade de sal ou de chá. A cadência, o volume das emissões aceleraram-se. As notas transformaram-se em meios correntes de pagamento. Nos meados do século XIII, caucionadas por um metal precioso, tinham curso em todo o império. O sistema foi adoptado pelos Kin, que ameaçaram de morte qualquer falsificador.

A mistura da população favoreceu a difusão da cultura. O papel era conhecido desde o século I d.C.; no século VI ou no século VII comunidades monásticas budistas ou taoístas tinham imaginado a gravação em madeira ou cobre de textos e imagens piedosas cujas reproduções foi fácil desde então multiplicar. No século IX, os clássicos confucianos tinham sido publicados por este processo xilográfico. Foi no começo da época song que se

teve a ideia de fabricar caracteres móveis, a princípio em terracota. A tipografia nascera. Mas a escrita chinesa, constituída por alguns milhares de caracteres diferentes, prestava-se mal a esta técnica. A xilografia era mais útil: serviu para a difusão de inúmeros textos antigos, completada por uma infinidade de enciclopédias e de tratados de todos os géneros; o grande pensador Tchau Hi não desdenhou compor um livro sobre os costumes da vida quotidiana.

Para a nova clientela, a literatura utilizou com frequência a língua falada; o reportório dos narradores, dos apresentadores de marionetas e de sombras inspirou historietas, narrativas, romances que punham em cena espíritos, génios, demónios; foram cantados poemas que descreviam a natureza ou a melancolia da alma.

Além disso, géneros populares ocuparam-se das preocupações requintadas dos círculos letrados que se exprimiam na língua sábia. Em poesias curtas apreendia-se uma cena fugidia, a emoção de um instante. Notas rápidas perpetuaram uma reflexão, uma conversação sobre a política, a arte ou a moral. A tradição pictórica, que exigia uma fidelidade minuciosa à realidade e era representada pela Academia transferida de K'ai-fong para Hang-tcheu, dedicou-se não só a descrever as cenas familiares, os animais, as aves, as flores, os bambus, as casas com tal exactidão que os artistas se especializaram numa representação definida, mas também a precisar a estação, o momento do dia, o sentido da atitude. Tal variedade de pormenores desencadeou uma reacção e mercê do renascimento da reflexão filosófica, pintores contentaram-se com algumas características a tinta, com um esbatimento de tons em seda, para sugerir uma paisagem oferecida ao seu desejo de contemplação.

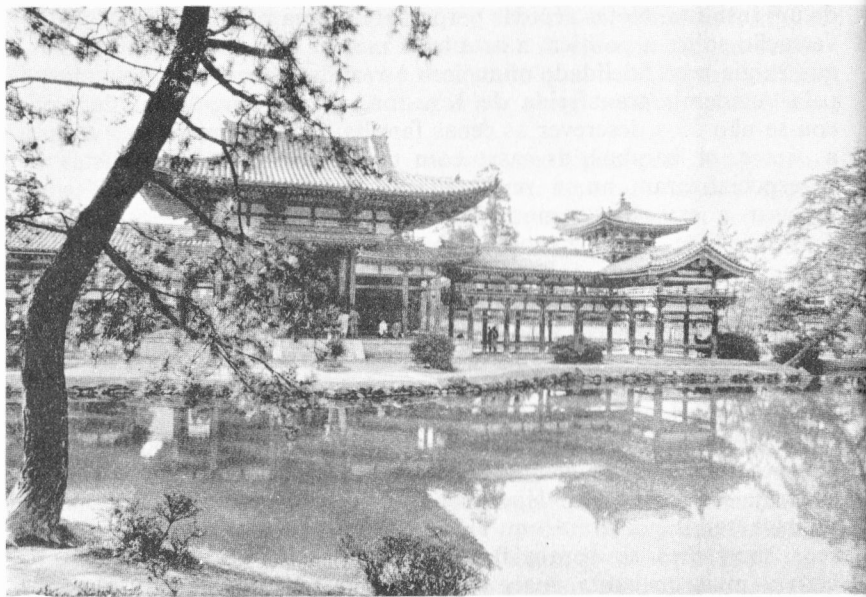
Foi uma grande época para o espírito, como a dos imperadores Song. Honra a poesia, a pintura, a filosofia; elabora o neo-confucionismo; manifesta uma curiosidade admirável por todas as características do género humano; descobre a arqueologia, encoraja as colecções. Huei-tsong, o infeliz soberano que os Djurtchetes deportaram em 1125, era um amador refinado. Os seus sucessores souberam fazer de Hang-tcheu o centro mais activo, mais brilhante, mais povoado que sem dúvida houve no mundo no século XIII.

O Japão dos clãs.

Muito antes da mudança do Estado chinês para o Sul, o Japão deixara de ter relações com este. Aproveitara todavia dele, depois dos meados do século VI, quer por intermédio da Coreia, quer

directamente, alguns elementos fundamentais de civilização: uma administração dependente do imperador ou *trenno*, um regime fiscal, a religião budista, a disposição e o luxo dos pagodes, o esquema das raras cidades, a escrita, a pintura em seda, o calendário; como o metal precioso servia para fabricar objectos de culto, a moeda chinesa, devido à escassez de espécies, era a mais procurada. Porém, em 894, as relações diplomáticas foram interrompidas; as viagens de estudantes, de sábios, de monges, espaçaram-se. Saído do seu isolamento de quase três séculos, o Japão comprazeu-se de novo nisso.

Embora marcada de maneira indelével pela influência do continente, uma cultura original difundiu-se. O seu centro de irradiação foi a corte imperial de Heian ou Quioto; a sua instigadora foi a mulher. Nos palácios dispostos ao longo de largas avenidas,

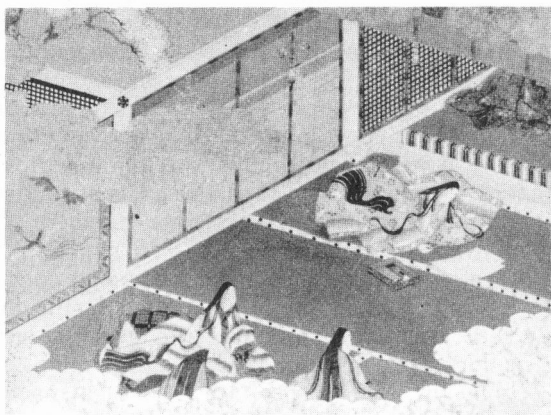


14

14. Hoodo (Pavilhão de Fénix) em Byodoin d'Uji (Japão). Os Fujiwara transformaram esta residência, à beira de um lago, num templo cerca de 1053. *Foto Frédéric-Rapho.*

15. Fragmento do *Genji monogatari*. Um membro do clã dos Fujiwara seria o autor de quatro rolos de pintura sobre papel (meados do século XII). As cenas de interior sucedem-se, inscritas na superfície de uma esteira e separadas por biombos.

nas casas apoiadas em pilares vermelhos, sob os verdes telhados, um pequeno mundo esforçou-se por organizar a sua inacção. A mulher tornou-se o centro das intrigas, o objecto de homenagens, a inspiradora das distrações, o ornamento das cerimónias. Aproveitou-se disso para se exprimir. A língua japonesa, polisilábica, adaptava-se mal ao sistema de transcrição do chinês, que, monossilábico, dispunha de um carácter para cada palavra; os escribas tinham sobretudo procurado a transcrição gráfica chinesa que correspondia aos sons da língua japonesa ou traduzir o japonês para chinês. Os belos espíritos afectaram apenas consideração pela escrita chinesa. Nos fins do século IX foram aperfeiçoados dois silabários que estabeleceram uma lista de signos, inspirados em caracteres chineses, mas susceptíveis de traduzir graficamente as sílabas. As mulheres apoderaram-se destas ino-



15

vações e compuseram romances, poemas, memoriais, a que confiaram os seus sentimentos delicados e evocavam as complexidades do amor.

Atrás destes jogos amáveis e fúteis, modificou-se o equilíbrio de forças. O imperador, embora pretendesse descender da deusa do sol, apesar de rodeado de um aparelho administrativo decalcado do dos T'ang, e embora se tivesse proclamado proprietário eminente de todas as terras, jamais dispôs dos meios para fazer admitir esta centralização autoritária à aristocracia de que a sua própria família era oriunda. O recrutamento dos funcionários através de exames não pudera ser aplicado. As funções mais elevadas tinham sido monopolizadas pela nobreza e, muito cedo, o clã dos Fujiwara colonizara o Estado; senhor de todos os cargos

importantes, cumulado de riquezas, povoava o Supremo Tribunal de nobres, casava as filhas com imperadores, obrigava os soberanos a abdicar logo que um príncipe imperial atingia idade conveniente, atribuía-se a regência. Mas o seu poder real não ultrapassava de modo algum a planície de Yamato, onde se elevava Quioto.

O velho sistema de chefaturas readquirira vigor sob a forma dos *shoen*. Tinham sido concedidos donativos aos estabelecimentos shintoístas ou budistas; tinham sido concedidas propriedades aos funcionários, que eram isentos de impostos, de corveias, do serviço militar. Os beneficiários chamavam a si as rendas dos arrozais, esmagavam os camponeses com contribuições. Estenderam esta imunidade, graças a privilégios ou simples usurpações, às outras terras que aumentavam as suas propriedades; sectores arroteados, parcelas cedidas por agricultores que queriam escapar ao fisco, novas liberalidades. O *sho* era uma senhoria que escapava ao controlo do Estado; o seu detentor dispunha à sua vontade dos habitantes, encarregava-se da administração da justiça, tinha uma infinidade de intendentes, de agentes que governavam o domínio e ocupavam o lugar dos funcionários imperiais; rodeava-se de soldados, de samurais. Aos seus servidores civis e militares atribuía o grande proprietário os rendimentos, os *shiki*, que se tornaram hereditários e alienáveis. Constituíram-se clientelas, cimentadas não só pelo interesse, mas também pela honra, que requeriam a fidelidade ao chefe.

Os Fujiwara, que aproveitavam pessoalmente com o regime, mantiveram a sua preponderância, ao mesmo tempo que permaneciam aliados da aristocracia civil das províncias; aí se instituíam protectores na corte; faziam-se pagar através de rendas e, em compensação, obrigavam aqueles que lhes deviam atenções a vigiar os seus domínios longínquos. Os seus principais adversários foram os mosteiros, tanto mais perigosos por estarem situados nas proximidades da capital. Nestes estabelecimentos entravam de bom grado todos aqueles a quem tinham sido retiradas honras pela onnipotente família dos Fujiwara; mobilizavam os seus recursos materiais e humanos, não hesitavam em pôr-se à frente de bandos armados que faziam tremer os cortesãos.

Mas o clã preponderante mantinha dificilmente a sua coesão à medida que se estendiam as suas ramificações; as suas divisões enfraqueceram-no. As famílias provincianas, apoiadas em tropas constituídas por soldados particulares, que dominavam o campesinato, suportavam com impaciência o facto de serem mantidas à margem, especialmente aquelas que, como os Minamotos ou os Taira, descendiam dos filhos mais novos da dinastia reinante; devido à diminuição dos rendimentos do Estado, estavam priva-



16

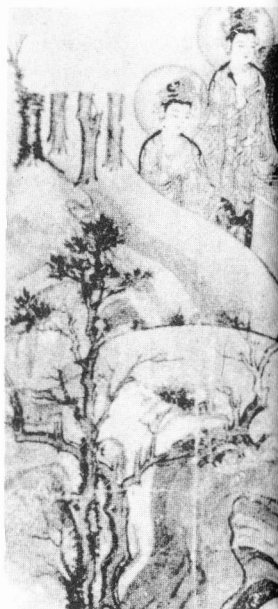
das de honrarias e de donativos que teriam podido recolher, sendo obrigadas a fazer fortuna longe. Por diversas vezes, estes clãs prestaram serviços preciosos; opuseram-se aos mosteiros, afastaram das regiões costeiras os piratas djurtchetes, repeliram, cada vez mais para norte de Hondo, os rudes Ainus.

Ao logo do século xi, o poder dos Fujiwara declinou. Diversos imperadores tentaram lucrar com isso: para não se deixarem eliminar abdicaram por sua própria vontade, tornaram a vestir o trajo monacal, e, afastados dos constrangimentos da corte, conseguiram por vezes, graças ao poderio dos estabelecimentos onde se tinham refugiado, exercer uma influência autêntica. Mas pouco depois dos meados do século xii os grandes clãs levantaram-se uns contra os outros. A luta, atroz, foi entrecortada de chacinas. Os Fujiwara foram os primeiros a ser vencidos. Os Taira substituíram-nos e, imitando-os, introduziram-se na parentela dos *tenno*, açambarcando os cargos importantes; desprestigiaram-se muito depressa e cometeram o erro de atrair a ira dos mosteiros. Dois minamotos, Yoritomo e Yoshitsune, dirigiram a revolta; realizaram tais proezas que a literatura e a lenda se ocuparam de si. Em 1185, venceram uma batalha naval em que os Taira foram aniquilados. Yoritomo compreendeu que a sua vitória estaria rapidamente comprometida se se instalasse em Quioto e retomasse os métodos dos seus predecessores. Não abandonou

16. Retrato de Minamoto Yoritomo por Fujiwara Takanobu († 1205). Quioto, Jingo-Ji. *Foto Larousse*.



17

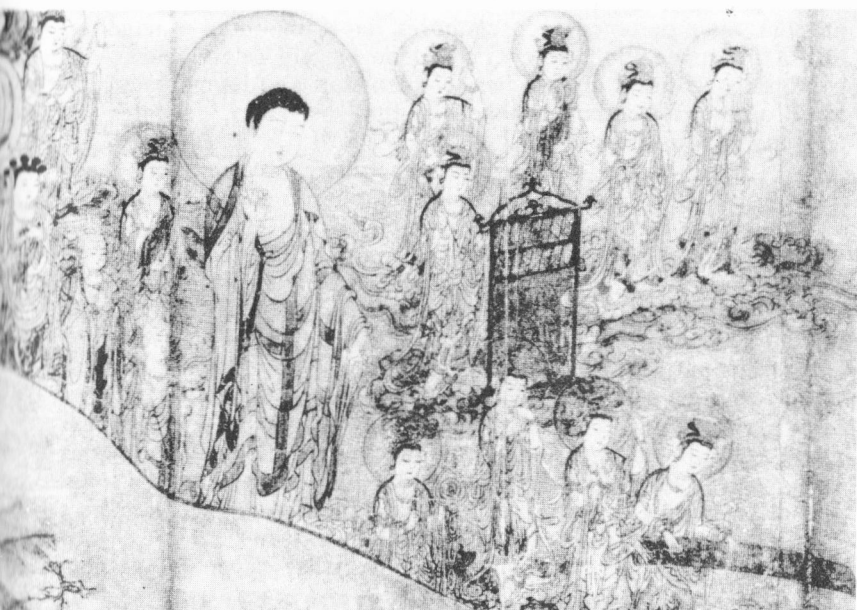


18

a região de Kanto, onde se encontra a moderna Tóquio; tinha o seu *sho*, os seus fiéis, os seus rendimentos; a sua cidade de Kamakura tornou-se a capital do governo militar que se sobrepôs à administração imperial. Nada mudou nos hábitos da vida da corte nem na hierarquia das dignidades e dos cargos. Mas o jovem vencedor obteve em 1192, do imperador, o título de *shogun*, isto é, generalíssimo, que lhe dava autoridade sobre os governadores militares, para os quais as tarefas da administração civil foram

17. Buda de bronze de Kamakura (1253). A altura é de 15,30 m. Foto Frédéric-Rapho.

18. O Cortejo de Amida. Variedade religiosa da pintura narrativa que se difundiu na época de Kamakura e ilustração de devoção do Buda compadecido, propagada pela seita do País Puro do monge Honen († 1212). Komyoki, perto de Kamakura. Foto X.



pouco a pouco transferidas. Os devedores de favores ao *shogun*, ligados a ele através de um juramento de fidelidade escrito, povoaram o estado-maior, um conselho, um tribunal de justiça; forneceram inspectores que percorreram o país; foram colocados em cada *sho* onde, sob o pretexto de assegurar a defesa, impuseram impostos aos seus habitantes, comandaram as guarnições e distribuíram *shiki* aos samurais.

Assim foi organizado, acima do precedente, o *bakufu* ou «governo da tenda». Não se acomodaram com a divisão de responsabilidades: Yoritomo levou o irmão ao suicídio. Mas com a sua morte em 1199 deixou apenas dois filhos menores. Os Hojo, a linhagem a que pertencia a ambiciosa esposa de Yoritomo, fizeram com que lhes fosse atribuída a função de regente do *shogunat* ou *shikken*. Tiveram a habilidade de a conservar de maneira a não se exporem à proeminência. Quando os jovens minamotos desapareceram, fizeram passar para a frente dos *shogun* crian-

ças que se deram ao luxo de tirar à família imperial ou aos descendentes dos Fujiwara. Em 1221, sob instigação dos soberanos relegados para os mosteiros, eclodiu uma rebelião. Mas a força armada, que pertencia aos senhores de Kamakura, esmagou-a. Sob a ficção de um poder imperial de origem celeste, atrás das sombras que eram os *shogun*, condenados ao desaparecimento logo que alcançassem a idade adulta, os Hojo, regentes do *shogunat*, dirigiram o Japão.

As perturbações que o país conheceu favoreceram um renascimento religioso e moral. A antiga religião do *shinto*, baseada na pureza ritual, readquiriu vigor. A preocupação elementar da salvação fez voltar as almas mais simples para o Buda compassivo ou Amida, cujo nome era necessário apenas pronunciar uma vez na vida, com a sinceridade do coração, para ter acesso à felicidade eterna. Os fanáticos professavam a ideia de que o Japão era a verdadeira pátria do autêntico Buda. Mas, sobretudo, um místico, que insistia em que se cultivasse a vida interior, o Zen, obteve um grande e perdurável sucesso cerca de 1200: ensinou que cada um devia descobrir em si o Buda através de uma disciplina apropriada; desenvolveu as qualidades da rectidão, da resignação, da interioridade. Dedicou-se venturosamente às virtudes da coragem e da fidelidade exaltadas pelos Samurais.

Este Japão guerreiro não temeu reiniciar os contactos com o mundo exterior nos fins do século XII. As trocas com a China recomeçaram. O símbolo desta renascença é a introdução da cultura do chá, cujo consumo foi rodeado de um cerimonial que caracterizou desde então a vida quotidiana. Os comerciantes organizaram-se. O movimento foi favorecido pela nobreza da corte e sobretudo pelos templos e pelos mosteiros que, maltratados pelo poder militar de Kamakura, julgaram vantajoso atrair os comerciantes aos seus territórios, ao garantirem-lhes a livre circulação mediante o pagamento de certos impostos. As feiras implantadas nas imediações dos templos tornaram-se instituições permanentes muito frequentadas.

III

AS DIVISÕES DO SUDESTE DA ÁSIA

O Sudeste asiático começara a aparecer à luz da história nos primeiros séculos da era cristã, quando foi tocado pelas influências indianas, embora merecesse ser denominado de Índia exterior ou Índia maior. Recebeu uma concepção da realeza baseada na atribuição ao soberano da energia representada pelo falo do deus Xiva, o linga. Acolheu as religiões originadas na terra indiana: o xivaísmo, o vixnuísmo, o budismo. Adoptou a língua sânscrita antes de introduzir nela numerosos elementos do vocabulário nas suas próprias falas. Escrevia à maneira da Índia. Alimentou-se com a sua literatura épica e lendária. Inspirou-se no seu direito e nas suas ideias sociais.

Apenas os Anamitas escaparam à indianização. Em 111 a.C. tinham caído sob a tutela da China; viveram nove séculos no quadro do seu império; aprenderam o seu idioma, as suas obras clássicas; quando se emanciparam politicamente permaneceram na sua área de civilização e foi em caracteres chineses que anotaram a sua escrita no século XIII.

É saliente o contraste entre a acção da China e a influência da Índia no Sudeste da Ásia; uma é militar, intolerante, exige a submissão ou, pelo menos, o envio de embaixadas e a entrega de tributos considerados como homenagem à sua superioridade; a outra não estabelece qualquer relação de dependência, não se conforma com qualquer padrão; ela mesma fragmentada, trata em pé de igualdade os Estados que partilham a civilização. É provável que a indianização só tivesse tocado as camadas superiores da sociedade; não pôde de modo algum modificar o género de vida do comum da população, que a arqueologia, as inscrições ou os anais chineses não revelam. Mas deu durante muito tempo forma à política, à literatura e à espiritualidade.

Nos fins do século x é possível estabelecer a seguinte carta: na Insulíndia, onde se assinalam pequenos principados em Bali e em Bornéu, a preponderância é disputada entre os reinos de Crivijaya e de Mataram; o primeiro, englobando Sumatra, a parte oeste da ilha de Java e a extremidade da Malásia, domina os estreitos por onde se passa do golfo de Bengala ao mar da China; o segundo apoia-se no centro do Estado de Java. Na Indochina, a estreita orla oriental é disputada pelo Vietname e pelo Champa; o reino khmer ou cambojano, restaurado em 802 e dotado em 900 de uma capital, Angkor, que os soberanos são cessam de embelezar, estende-se na planície baixa do Mecom. Os países do Menam e do Irrawaddy inferiores pertencem a reinos mon, mas precisam-se ameaças, originárias do Norte, onde os Thai do Yun-nan ocidental constituíram o Estado de Nan-tchao e onde os montanhese, atravessando o vale do Irrawaddy, alcançaram Pagan.

As rivalidades entre os Estados da Indochina

A história da península Indochinesa do século xi ao século xiii é marcada pela expansão e os reveses do império khmer, pela formação de um importante Estado birmanês em proveito dos reis de Pagan e pela corajosa sobrevivência do Champa, exposto à arremetida dos Anamitas e dos Khmers.

O reinado de Suryavarman I (1002-1050) foi, para o reino cambojano, uma primeira época de conquistas. Este rei, surgido do Leste, talvez de origem malaia, prosélito do budismo, era um usurpador. Sabe-se que impôs aos dignitários a prestação de um juramento em 1011. A expansão para o Norte e para o Noroeste pode ser seguida através dos documentos epigráficos encontrados até Luang-Prabang no Mecom, e até à bacia superior do Menam.

No tempo dos sobrinhos-netos de Suryavarman I eclodiram perturbações reprimidas por um chefe militar chamado Sangrama. Depois, em 1074 e 1076, os Khmers foram levados a guerras contra o Champa e o Vietname.

O Vietname libertara-se da tutela chinesa no século x, não sem dificuldade! Embora o império, abalado pela queda dos T'ang, não tivesse podido mantê-lo na obediência, um governador de Cantão, agindo por sua conta, tentara reapoderar-se dele. Em seguida, chefes locais tinham fundado doze chefaturas no delta e no curso médio do rio Vermelho. Por fim os Song tinham desejado deitar a mão a esta terra rica de arroz. Só depois de 981 reinou o Le Dai Hahn num país livre e unificado. Cabe à dinastia dos Ly, que durará de 1009 a 1225, organizá-lo.

A capital foi fixada em Thang Long (Hanói); foi ligada por

uma rede de estradas aos principais locais das vinte e quatro províncias. Foram dados meios de acção ao governo: foi instituído um imposto sobre propriedades; os habitantes inscritos num registo foram obrigados a prestar serviço militar; foi criado um corpo de funcionários assalariados, cuja fidelidade era garantida por juramento; os principais oficiais recebiam domínios que o Estado recuperava quando da sua morte. A coesão do Vietname ou Dai-Viet era assegurada pelo budismo: os textos fundamentais foram trazidos da China; dezenas de templos e de mosteiros foram construídos, enriquecidos pelos soberanos e pelos particulares; o mais generoso de todos os reis, Thai-tong, construiu em 1044, em Hanói, o pagode de pilar único no meio de um espelho de água; os bonzos apresentavam os candidatos às funções públicas.

Antes dos fins do século XI a cultura expandiu-se. Em 1070 foi fundado, na porta meridional da capital, o templo da literatura, ornado de estátuas de Confúcio e dos seus quatro principais discípulos, bem como de retratos de setenta e dois sábios. Em breve foram instituídos concursos para o recrutamento dos funcionários cuja hierarquia compreendia nove graus. O Estado, mais bem assegurado, dotou-se de uma burocracia.

Duas questões vitais apresentaram-se ao Vietname: uma questão de segurança, que levou a pacificar as montanhas que rodeavam a planície do rio Vermelho e a impedir simultaneamente o regresso em força dos Chineses, tentados a aproveitar da confusão do relevo; uma questão de espaço, que incitava a repelir os Chamas para Sul, ao longo da costa.

Para evitar a ressurgência de revoltas semelhantes àquelas que se tinham verificado no interior da zona montanhosa na primeira metade do século XI, os Ly adoptaram uma política de casamentos: uniram filhas da sua família aos chefes locais que reconheceram mais facilmente a sua soberania. Os Song, que, pressionados pelos nómadas nas suas fronteiras do Norte, tinham um interesse extremo pelo Sul da China, quiseram reduzir a influência anamita. O Vietname procurou suprimir a ameaça em 1076 por meio de um ataque preventivo que lhe trouxe saque e prisioneiros; mas não pôde evitar que a máquina militar chinesa, uma vez posta a funcionar, não exhibisse o seu poderio e se aproximasse de Thang Long. Foi nestas condições que os Khmers se comprometeram a auxiliar substancialmente os Chineses. Os Anamitas defenderam vigorosamente a sua independência. Em dada altura consentiram em ceder algumas zonas do Norte. Depois, em troca da restituição de prisioneiros, recuperaram-nas. Em 1084 os Chineses aceitaram o traçado de uma fronteira que garantia ao Vietname a posse das cercanias montanhosas do delta do Tonquim. Os Khmers, atraídos nesta aventura, curvaram-se.



Ao sul do Vietname estendia-se o Champa: o seu território estreito, rodeado por uma cordilheira montanhosa e pelo mar, era constituído por uma sucessão de pequenas planícies litorais, separadas pelos contrafortes da cadeia. Era habitado por marinheiros que tinham constituído um Estado nos fins do século II da era cristã e participado na actividade comercial do mar da China e do arquipélago, não sem ter por vezes de suportar as incursões de piratas javaneses. Bastante pouco povoado, parece, não conseguiu desembocar na região baixa tonquinesa e adoptara uma política de aliança com o grande império chinês. A sua tranquilidade foi comprometida quando, sob o pretexto de ser vizinho, teve, já não uma província dependente de um governo longínquo, mas um Estado anamita ávido de descobrir solos fecundos para a sua população. Continuou a contar com a China, multiplicou as embaixadas, mas a pressão do Vietname tornou-se cada vez mais insistente. Instaurou-se um estado crónico de guerra. Peritos na arte da navegação, os Chamas eram soldados medíocres. Sofreram graves reveses: em 982, a sua capital de Indrapura (Tra Kieu), situada a sul do desfiladeiro das Nuvens, foi devastada; no ano 1000 o rei transferiu a sua residência para Vijaya (Binh Dinh), mas esta cidade nunca mais esteve ao abrigo dos golpes dos Anamitas; por duas vezes pelo menos, em 1044 e 1069, foi violada como represália por incursões no litoral do Tonquim.

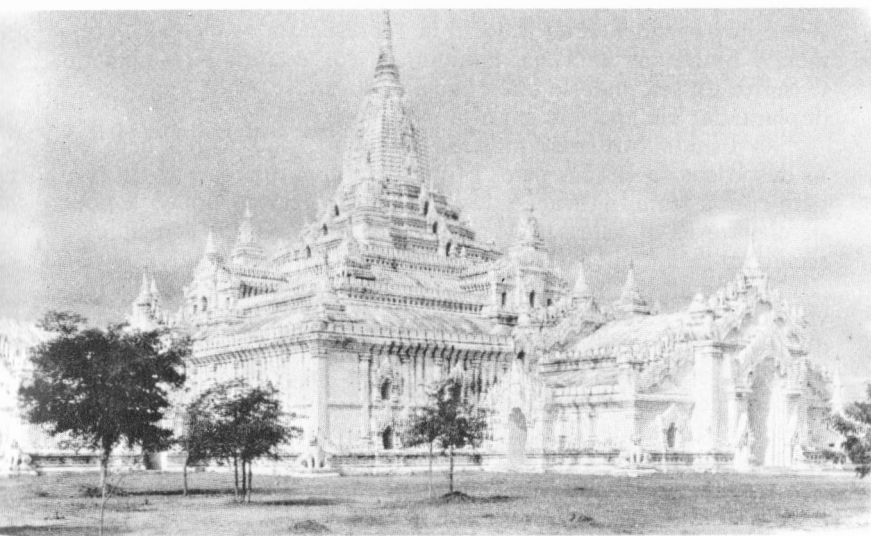
Vencidos pelos Anamitas, os Chamas foram obrigados a obter indemnizações dos Khmers. Em 945-946, a guerra voltou à sua confusão; mas em 1074 lançaram um ataque sobre o Mecom, pilharam os templos e conduziram grandes grupos de cativos, oferecidos como escravos, aos santuários chamas. A reacção do governo angkoriano foi fraca sendo o seu exército vencido. Mas o Champa não possuía os meios de conservar os frutos desta vitória.

Os fins do século XI e o século XII constituíram para o Vietname um período de consolidação e de desenvolvimento económico. As planícies conquistadas aos Chamas foram metodicamente colonizadas. O sistema de irrigação foi melhorado. Diques impediram a propagação devastadora das cheias do rio Vermelho. O serviço militar foi contrabalançado por um serviço civil que dirigia os recrutamentos para os trabalhos agrícolas durante uma parte do ano. Nos meados do século XII os Anamitas participaram no grande comércio do Sudeste da Ásia; a beleza das suas cerâmicas adquiriu renome. Mas o enfraquecimento do seu Estado proveio não só das infiltrações dos Tais nas zonas montanhosas, mas também do amolecimento da autoridade central, que permitia aos grandes proprietários e aos estabelecimentos religiosos oprimir a população camponesa. A rude disciplina, necessária para explorar um país constantemente ameaçado, cuja valorização era uma questão colectiva,

foi abrandado. Os últimos Ly, unicamente desejosos de financiar os seus prazeres, mostraram-se incapazes de cortar pela raiz as veleidades de autonomia de algumas dinastias locais, de manter o exército no seu dever e de suprimir as revoltas alimentadas pela ira dos pequenos cultivadores. Em 1225, apagaram-se perante a família dos Tran.

Enquanto os Khmers, os Chamas e os Anamitas se opunham, formou-se um grande Estado birmanês. Anoratha tornou-se rei de Pagan em 1044. A sua ascendência está envolvida em lendas. Contou-se que um hortelão matara o soberano que lhe roubara pepinos, tendo ocupado o seu lugar; mas logo que, conforme este tema comum a diversos países do Sudeste da Ásia, o regicida fundou uma nova dinastia, a fortuna do hortelão birmanês não se perpetuou; a legitimidade foi durante algum tempo restaurada; depois, os filhos do usurpador conseguiram encerrar num convento o verdadeiro rei, mas o bom direito deste foi restaurado pelo filho: Anoratha.

Motivos religiosos explicariam a política de expansão deste príncipe. Convertido ao budismo do Pequeno Veículo, teria exigido ao rei mon de Thaton o envio dos textos sagrados da sua fé.



19

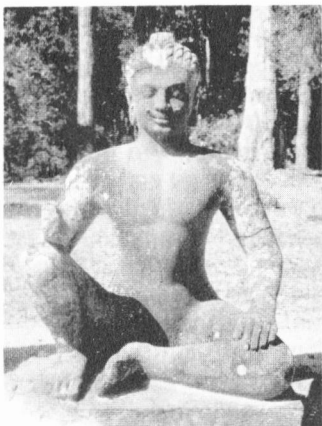
19. Templo budista de Ananda em Pagan (Birmânia). Manifestação da vitória do budismo de Hinayana (Pequeno Veículo) e do poderio do reino formado por Anoratha, este monumento deve ter sido erigido entre 1084 e 1112 por Kyanzittha, segundo sucessor do grande conquistador, sobre modelo do templo de Bengala. *Foto Larousse.*

Irritado por uma recusa, teria em 1057 organizado uma expedição que conquistou Thaton. Tê-la-ia conservado. Conduziu o rei vencido para Pagan, e também bonzos, funcionários, habitantes. A influência dos Mon, que o seu *habitat* costeiro pusera em contacto directo com civilizações da Índia oriental, deu um impulso decisivo à cultura birmaneza, antes muito rudimentar. Esta não abandonou nem o seu antigo fundo animista voltado para a adoração dos espíritos, os Nat, nem as outras formas de budismo, mas fez do pali, idioma em que se exprimiam as Escrituras do Pequeno Veículo, o seu idioma sagrado e adoptou os caracteres mon para fixar a sua própria escrita. O sincretismo exprimiu-se nos pagodes de Shwe-Zignon, onde altares eram dedicados aos Nat e onde era conservada uma cópia da relíquia-dente de Buda, oferecida por um rei do Ceilão.

Anoratha ocupou o delta de Irrawaddy e os países mon atravessados pelos cursos inferiores do Sitang e do Saluen. É provável que controlasse as suas orlas montanhosas. Talvez tivesse avançado até ao Menam nos confins do reino khmer. Para norte, pôde subir até Ta-li, no coração de Nan-tchao, já enfraquecido e sem autoridade sobre as tribos tais do Yun-nan oriental. Reunira num só Estado os grandes corredores fluviais que, no sector norte-ocidental da Indochina, representam os meios de acesso menos longos às enormes montanhas dos confins sino-tibetanos. O centro do seu poderio era a bacia de Kyauksé, onde Pagan estava implantada; ele aperfeiçoou aí a irrigação.

O Estado birmanês mostrou-se sólido; não sofreu nem com as desordens suscitadas pelos Mons, nem com querelas de sucessão, nem com a lenta infiltração dos Tais que juncaram pouco a pouco de chefaturas os vales do Menam e do Meping. Nos princípios do século XII foram iniciadas relações com a China. Segundo a *História dos Song*, o presidente do conselho de ritos opinou que se devia reservar ao rei de Pagan as mesmas honras que aos príncipes dos árabes do Tonquim, «escrevendo-lhe, sobre seda estampada de flores de ouro e reverso branco, uma carta que se encerrará num pequeno cofre orlado de ouro, com fechadura de prata e envólucro duplo de tafetás e de cetim». Era o reconhecimento do muito recente poderio.

Está-se principalmente informado sobre a construção de templos e a evolução religiosa. Em Pagan foi edificado o Ananda, sendo o arquitecto que o criou encerrado vivo com uma criança no fim das obras, em 1090. Novos santuários foram encomendados pelos sucessivos reis até 1234. Diversos chefes da clerezia budista birmanesa tinham tomado o hábito de se dirigir a Ceilão; um religioso de nome Chapata introduziu no seu país, em 1190, os ritos e a espiritualidade professados pelo grande mosteiro de



20

Maha-vihara; protegida pelo rei Narakatisithu, esta forma de budismo adquiriu numerosos prosélitos e, graças ao proselitismo dos seus fiéis, penetrou nas massas. As inscrições, redigidas até então em língua mon, foram compostas em birmanês durante o mesmo reinado. A língua pali foi cuidadosamente estudada, sendo fixada graças a uma gramática de 1154 e utilizada por Chapata para um tratado gramatical e um comentário filosófico.

Esta relativa tranquilidade da Birmânia contrasta com a alternância dos períodos de esplendor e de depressão que o império khmer atravessou. A partir de 1080 uma grande personagem proclamou-se rei sob o nome de Jayavarman, dominando o Norte e o Leste do reino. A antiga linhagem real, fixada em Angkor, durou até 1113. A coerência do Estado khmer foi quebrada. Então um jovem audacioso «apoderou-se da realeza ao unificar o reino duplo». Segundo os dizeres de uma inscrição, ele «travou uma terrível batalha; saltando para a cabeça do elefante do seu inimigo, matou o rei». O vencedor, Suryavarman II, o «sol protector», deu ao reino khmer uma extensão antes desconhecida. Castigou os Chamas que se tinham espalhado pelo delta do Mecom e, em 1145, conseguiu tomar a sua capital Vijaya e ocupar a maior parte do país. Voltou-se contra os Anamitas, que os seus velhos adversá-

20. Estátua do rei leproso em Angkor Thom (fins do século XII — começo do século XIII). Jayavarman VII é ao mesmo tempo soberano guerreiro e rei caritativo que, segundo a lenda, fora atingido pela lepra. Angkor Thom. Recinto real. Foto Roger-Viollet.

rios chamados tinham chamado em seu socorro. Mas não conseguiu nem manter-se em Champa nem submeter o Vietname, apesar da conjunção dos ataques terrestres e navais. A oeste, pode-se admitir, com base em informações mal datadas, que o Estado cambojano controlou, pelo menos momentaneamente, diversos principados thais do alto Menam e o reino mon do vale inferior. Os Song, com os quais Suryavarman II trocou embaixadas, ficaram admirados por o rei ter estendido a sua autoridade do Champa ao reino de Pagan, do mar da China ao norte da península da Malásia e por merecer ser tratado como grande vassalo do seu império.

Conquistador, Suryavarman II foi também um edificador. Devoto de Vixnu, espalhou os elementos da lenda do deus entre os motivos decorativos e recebeu ele mesmo, como nome póstumo, o de Parama-Vixnuloka.

Seguiu-se um profundo declínio. Atentados, uma usurpação, encorajaram um novo soberano do Champa, Jaya Indravarman IV, a vingar-se dos Khmers. Uma flotilha de juncos subiu o Mecom até ao lago Tonlé Sap em 1177. Angkor, surpreendida, foi devastada. O rei cambojano foi morto. O reino khmer, aniquilado, mergulhou «num mar de infortúnio». Dele foi arrancado por Jayavarman VII. Ligado a duas dinastias que tinham governado o país, participara nas campanhas contra o Champa; no reinado do usurpador, ocultara-se, «aguardando o momento propício de salvar a terra repassada de crimes». Este momento chegou em 1177; reuniu bandos, assediou os Champas, pouco numerosos para vigiar a sua conquista, e por fim obrigou-os, após um combate naval, a evacuar o país. Em 1181 fez-se proclamar rei.

Devia ter cinquenta e cinco anos. Duas estátuas permitem imaginá-lo com as feições de um homem corpulento, cujo rosto pesado era encimado por um pequeno carrapicho. Embora mantivesse perto de si os brahmanes, era um budista fervoroso, à semelhança do pai, que aderira à doutrina do Grande Veículo. Partilhou a sua fé com as duas sucessivas esposas testemunhas de um notável valor intelectual e moral. Se reedificou Angkor arruinada, foi para a cobrir de maravilhosos santuários, para a manutenção dos quais afectou milhares de aldeias. A população teve de suportar grandes requisições e impostos para a realização desta obra grandiosa. Compenetrado dos seus deveres, Jayavarman VII proclamou que «o rei sofria das doenças dos seus súbditos mais do que das suas» no edito pelo qual fundou cento e dois hospitais; perguntou-se se ele mesmo não fora atingido pela lepra, doença assinalada no Camboja por um texto chinês e atribuída a um soberano por uma tradição ulterior; mais simplesmente, quis sem dúvida manifestar a sua devoção a Buda curandeiro.

Foi no reinado deste contemporâneo de Filipe Augusto, de Saladino e de Gengiscão que o reino khmer recuou mais nos seus limites. Graças à convivência de um príncipe chama, o Champa foi conquistado em 1190 e dividido em dois governos; apesar de ter sacudido o jugo em 1192, foi em 1203 de novo ocupado e reduzido ao estatuto de província. Ao longo do Mecom, o domínio cambojano chegou até Venciana, onde foi encontrada uma estela sua datada de 1186. No Oeste, o reino deve ter englobado grande parte da actual Birmânia e descido até aos acessos do istmo de Kra. Sabe-se que cento e vinte e uma pousadas — casas com lareira — foram construídas a uns quinze quilómetros umas das outras, junto das principais estradas; havia cinquenta e sete entre Angkor e Vijaya, a antiga capital do Champa.

Jayavarman VII deve ter morrido cerca de 1200. Sem dúvida, como muitos dos soberanos desejosos de grandeza e de serem perpetuados na memória dos homens, usara as forças do seu Estado. Em 1220, o Champa foi evacuado e um príncipe indígena, educado de resto na corte cambojana, tornou-se seu soberano; trata-se do fim do que foi designado pela «Guerra dos Cem Anos entre os Chamas e os Khmers». Restaurado o Estado, que tivera de se ocupar de inúmeras ruínas, ousou-se reclamar ao Vietname a devolução de uma das suas províncias do Norte; a exigência não teve, claro, qualquer êxito. Pela mesma época os Tais deram mais firme consistência aos seus principados, introduzindo-se nos vales altos do Irrawaddy, de Saluen e do Mecom até ao local de Luang-Prabang.

A civilização de Angkor

O esplendor dos vestígios, de harmonia com o papel desempenhado pelo Estado khmer na Indochina, incita-nos a prestar uma atenção especial à civilização deste grande país. O que mais impressiona é Angkor, «a grande cidade».

Quando da restauração da realza cambojana, cerca de 800, manifestou-se o desejo de implantar a capital no próprio centro do território, na planície situada ao norte de Tonlé Sap, o Grande Lago, abundante em peixe, rodeado de arrozais. Hariharalaya (Roluos) desempenha esta função durante cerca de um século. Mas porque naturalmente não convinha aos seus projectos, Yaçovarman I, nos fins do século IX, decidiu transferir a sua residência. «Então», conta uma inscrição, «o rei fundou a cidade de Yaçodharapura e retirou o deus-rei de Hariharalaya para o fixar nesta capital. O rei erigiu o monte Central. O senhor de Civacrama erigiu o sagrado linga no meio.»

O novo lugar encontrava-se a noroeste de Hariharalaya, fora da zona abrangida pelas inundações do Tonlé Sap. Uma estrada ligava as duas cidades. O sítio era dominado pela colina, o Phnom Bakheng, notável nesta paisagem plana. Foi o suporte do templo do deus-rei, que tomou a forma de uma pirâmide. O rei é o dispensador de todas as energias do seu Estado; só pode exercer o seu ministério se possuir a força do deus Xiva, «o benéfico»; deve receber o linga, o falo divino, e erigi-lo numa montanha, à imagem do monte Méru, centro da terra e *pivot* do mundo. O linga encerra «o eu subtil» do rei, a essência e a justificação da sua autoridade; a sua denominação varia com cada monarca: foi, neste caso, Yaçodhareçvara. Uma família sacerdotal hereditária regulava o culto; um dos seus membros, o senhor do Civaçrama, procede aos ritos necessários. O templo serve também de mausoléu do soberano morto: ele está aí representado sob os traços do deus no qual escolheu ser absorvido; recebe então um nome apoteótico que exprime esta transformação. Yaçovarman I foi denominado Paramacivaloka. Em cada reinado, o linga é renovado ou pelo menos muda simplesmente de nome, e como muitos reis fazem do templo do seu linga palácio póstumo, é necessário edificar novos santuários do deus-rei; estes últimos são suportados por uma peanha artificial na falta de uma eminência natural.

Outro costume originou a proliferação dos monumentos religiosos. Através de uma adaptação do culto imemorial dos antepassados, príncipes, altos dignitários ou generais recebem a honra suprema de ser incorporados a divindades e venerados através delas; com frequência, emprestam as suas feições às estátuas, cujos atributos permitem reconhecer os deuses do bramanismo e do budismo; as imagens sagradas amalgamam no seu nome o do deus e o do homem venerado.

Yaçodharapura, limitada a este por um rio que tinha a sua nascente em Phnom Kulen, a colina de grés que fornece os materiais dos templos, estava rodeada de uma muralha de terra e de um fosso. A nordeste, Yaçovarman I fez escavar uma bacia de 7000 por 1800 metros, o Baray oriental; nos quatro ângulos estelas recordavam a sua genealogia e a sua obra. Ao longo da margem meridional fundou mosteiros destinados aos servidores do Buda, bem como aos de Xiva e de Vixnu. Depósitos e jogos de água que os soberanos kmers criaram espontaneamente perto de grandes povoações, serviam de cisternas para o abastecimento de água, de reservatórios destinados ao funcionamento do sistema de irrigação na estação seca, de bebedouros de elefantes e de búfalos.

Após uma ausência de vinte anos noutra residência, Koh Ker, a uma centena de quilómetros para leste, os reis começaram a embelezar Yaçodharapura. No meio do Baray oriental foi construído um templo para o linga real. Torres continham oito lingas de Xiva e as estátuas dos pais do fundador. Um pouco mais tarde foi construído o templo-montanha de Pre Rup, ao sul da bacia, com um novo linga real.

Pouco depois dos meados do século XI, o sucessor de Suryavarman I tomou a decisão de construir um novo santuário do deus-rei, mais belo que todos os outros, ao norte da capital: «Ele mandou fazer uma montanha de ouro no centro da sua cidade. No cume, num templo de ouro brilhante de um resplendor celeste, erigiu um xivalinga de ouro.» Era o Bafuon, coração do segundo Yaçodharapura, que foi juncado de canais. A oeste foi traçada uma bacia de 8000 por 2200 metros, o Baray ocidental, que, para completar a simetria com o Baray oriental, recebeu também numa ilhota um templo ao lado do qual estava deitado um Vixnu de bronze, dormindo nas águas do oceano.



22

22. Angkor. Templo-montanha de Pré Rup (antes do ano 1000). Exemplo de monumento consagrado ao mesmo tempo a Xiva, ao rei e ao seu linga, no centro do reino. *Foto Frédéric-Rapho.*

Suryavarman II restaurou ou edificou diversos santuários, mas, sobretudo, antes de 1150, ordenou a construção de Angkor Vat, o templo no qual recebeu a apoteose sob a aparência de Vixnu. Erigiu-o a sudoeste do Phnom Bakheng. Um vale de 200 metros de largura rodeava o espaço sagrado, em forma de rectângulo de 1500 metros por 1300. ... tempo tem um volume comparável ao da pirâmide de Quéfren, mas a ciência da perspectiva, que oferece à via de acesso um comprimento duplo da maior dimensão do edifício, a disposição dos três terraços, dão uma impressão de majestade e também de harmonia.

Deve-se a Jayavarman VII a terceira Angkor, Angkor Thom, o conjunto urbano mais bem realizado da capital khmer. Budista do Grande Veículo, mas adepto respeitoso da concepção hinduista do deus-rei, o soberano traduziu as suas convicções nos monumentos que semeou abundantemente num e noutro lado do Baray oriental e na nova capital, edificada no local da segunda Yaçodharapura. Os parentes do rei são assimilados às personagens do panteão budista; as torres estão flanqueadas por rostos humanos. Mas o centro, em torno do qual se ordena a cidade real, imita o templo xivaíta do deus-rei: o Bayon, erigido de torres, estabelece a ligação entre a terra e o céu. Contudo, não encerra já o linga, mas a estátua de pedra de Budaraja. É o microcosmo do reino; as capelas são consagradas aos cultos da família real e aos do país khmer; os baixos-relevos que decoram as galerias descrevem as guerras do monarca e as ocupações dos habitantes.

Do Bayon, quatro avenidas irradiam na direcção dos pontos cardeais. Um recinto quadrado, com 12 km de comprimento, elevando uma laterite acima de um fosso, representa as montanhas e o oceano que rodeiam a terra. As cinco portas são guardadas por quinhentos e quarenta gigantes de pedra. As balausteadas que rodeiam as pontes e as ruas sugerem o arco-íris, lançado entre o mundo humano e o universo dos deuses.

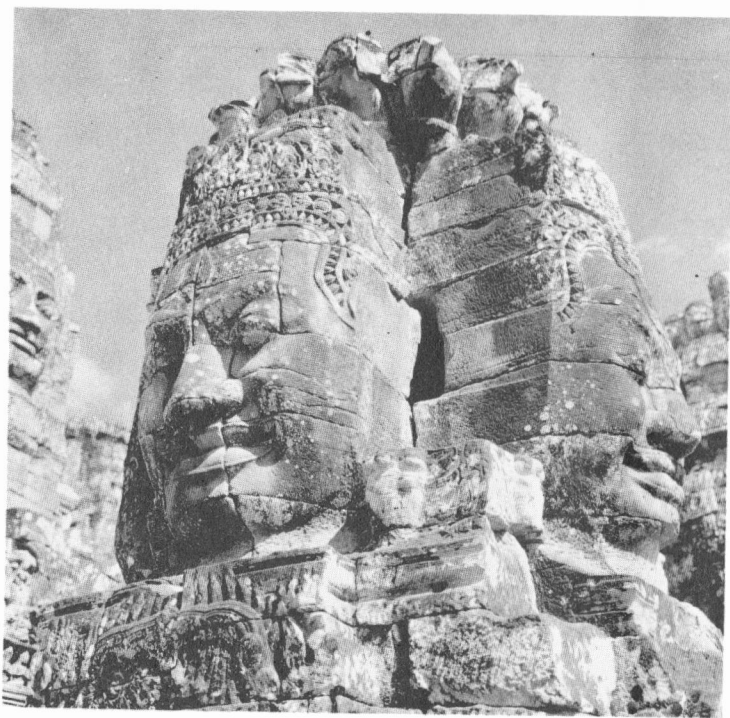
O grupo de Angkor dá uma poderosa ideia da realeza khmer. Mas é forçoso reconhecer que as inscrições, os templos, as estátuas só interessavam a um pequeno escol que gravitava em torno do rei e que orientava a sua piedade tanto para Xiva ou Vixnu, como para Buda. Em virtude do seu ofício divino, o soberano era «o senhor da superfície de baixo»; as principais famílias ofereciam-lhe as suas mais belas filhas. A sociedade, segundo o modelo hindu de castas, estava profundamente hierarquizada; os bramanes, a família do capelão real e os parentes do rei figuravam na classe mais venerá-

23. Vista de conjunto de Angkor Vat. É a apoteose de Suryavarman II, identificado com Vixnu, nos meados do século XII. Foto Guionaud-Rapho.



vel; as pessoas comuns e mais ainda os escravos, repletos de alcunhas vergonhosas, eram desdenhados. Os numerosos funcionários estavam divididos em quatro categorias. Os templos abrigavam uma grande população sacerdotal, assistida por numerosos guardas e servidores; reinavam sobre milhares de camponeses que habitavam centenas de aldeias; é provável que a actividade dos mercados dependesse com frequência dos santuários. Esta população obscura mantinha-se fiel ao culto dos antepassados e dos espíritos; a aristocracia dirigente não procura impor-lhe as suas crenças.

Não se pode de maneira nenhuma penetrar na vida cambojana antes dos fins do século XII. Os baixos-relevos do Bayon mostram-nos algumas das suas cenas: os combates de galos, a caça com arbaleta, a pesca, os guerreiros couraçados e de capacete, os juncos carregados de soldados chamam que brandem lanças.



24. Angkor Thom, o Bayon. Torres do templo central, o rosto do rei budista Jayavarman VII, confundido com um bodhisattva, olha e protege cada um dos sectores do Estado khmer. *Foto Roger-Viollet.*

Um século mais tarde, em 1296, o embaixador chinês Tcheu Ta-kuan escreve uma relação exacta e pitoresca da sua viagem. Nota as culturas: arroz, cebolas, melões, mostarda, aboboreiras, cana-de-açúcar; apercebe-se de que uma das principais festas era a da destilação do arroz, que marcava o fim da colheita. Encontrou pequenos cavalos, cuja criação constituía uma especialidade do Camboja. Observou a importância dos produtos da floresta: cera, mel, cardamomo, pimenta, ébano, essências, resina, bambu, frutos silvestres, penas de aves. Os escravos eram arrancados às regiões montanhosas onde viviam em estado selvagem, errando à procura de alimento. Os comerciantes tinham loja ou estendiam uma simples esteira no chão; as pequenas transacções eram feitas em géneros. Três seitas atraíram a atenção do diplomata: os brâmanes distinguiram-se apenas pelo cordão de fio branco que traziam em torno do pescoço; os bonzos budistas, de crânio rapado, com o ombro direito descoberto, andavam vestidos de amarelo; ascetas adoravam o linga. Pormenores subtis marcavam visivelmente a hierarquia dos funcionários, pois uns tinham direito a ouro para a ornamentação dos seus palanquins e para as abas dos seus guarda-sóis, os outros a prata.

A relação de Tcheu Ta-kuan descreve os principais monumentos de Angkor Thom: o Bayon de torre de ouro, o Bafuon de torre de cobre, o palácio real: fora-lhe assegurado que aqui os aposentos do soberano se encontravam numa torre de ouro. O rei concedia audiências duas vezes por dia; a gente do povo podia aproximar-se e eram-lhe submetidas contestações. O seu aspecto, o fausto das suas aparições, impressionaram o chinês. O rei envergava vestuário feito de tecidos de ramagens cerradas; a sua cabeça era encimada por um diadema ou por coroas de flores ligadas a um rolo de cabelos; o pescoço, os pulsos, os tornozelos, estavam carregados de fiadas de pérolas, de braceletes e de anéis; a palma das mãos e a planta dos pés estavam tingidas de vermelho; não se separava de uma espada de ouro. No seu cortejo, anunciado pelo toque dos búzios e onde se destacavam numerosos estandartes, sucediam-se os carregadores de círios, de utensílios reais, de armas, os carros puxados por cabras e por cavalos, os elefantes dos ministros com guarda-sóis, os palanquins e os carros das concubinas e das esposas igualmente protegidos por guarda-sóis marchetados de ouro, até ao elefante de defesas guarnecidas de ouro sobre o qual o rei se mantinha de pé, com o gládio na mão; a escolta instalava-se em elefantes ou em cavalos. O povo posternava-se à passagem do desfile e os mestres-de-cerimónias agarravam rudemente todos aqueles que não tinham a fronte contra a terra. E o orgulhoso embaixador concluía a sua descrição, certamente válida para muitos dos decénios anteriores: «Embora

se trate de um reino de bárbaros, esta gente não deixa de saber o que é um príncipe.»

Os reinos marítimos da Indonésia

A configuração da Indonésia não se prestava a uma unidade territorial e a uma centralização do governo. Oferecia pelo contrário múltiplas possibilidades ao comércio marítimo. As ilhas, que os seus principais ocupantes, os Malaios, tinham alcançado pelo mar, atraíram naturalmente os navegadores árabes, indianos, chineses ou coreanos.

A oeste, onde Sumatra e Java beneficiavam ao mesmo tempo de espaços bastante grandes e da melhor situação nas vias marítimas, estavam fixados os principais Estados.

Os Cailendras budistas, depois de edificarem Barabudur no centro de Java para exprimir todo o universo da sua religião e exal-



tar o monarca universal, «rei da montanha», tinham-se retirado para o Sudeste de Sumatra; o seu reino de Crivijaya, de que Palembang era a cidade principal, cobria igualmente a metade meridional da Malásia. O geógrafo árabe Mas'udi, no século x, elogiava o poderio do marajá, imperador de ilhas tão numerosas que não se podia visitá-las todas em dois anos com o barco mais rápido; enumerava as substâncias aromáticas e os perfumes; assinalava a densidade da população, à semelhança do visitante anterior que afirmara que o canto dos galos, respondendo ao alvorecer de uma aldeia para outra, se propagava por cem paragens.

O retrocesso dos soberanos de Crivijaya fora provocado pela formação do reino de Mataram, no centro e no Leste de Java. Este último Estado reconciliara-se com a tradição hinduísta ao erigir, nos princípios do século x, os santuários de Prambanam, que rodeavam o templo de Xiva e serviam de mausoléus ao rei e aos dignitários identificados com divindades. Cerca de 929, a capital de Mataram foi implantada no Leste de Java, fosse porque o centro



25. Angkor Vat. Baixo-relevo representando o desfile do exército khmer. *Foto Daniel Darbois-Fotograma.*

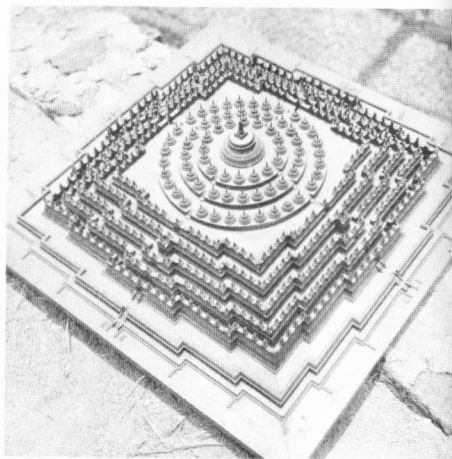


26

26. Buda sentado em cima da serpente (estilo de Angkor Vat, começos do século xiii). Esta representação, cara à arte khmer, fixa a imagem de Buda de corpo harmonioso, olhos fechados, cuja meditação gera o apaziguamento. Paris, Museu Guimet. *Foto Larousse.*

da ilha tivesse sido arruinado por um tremor de terra, fosse porque se receavam incursões dos Cailendra. De facto, duas guerras quase sucessivas opuseram Crivijaya e Mataram: em 992, Sumatra foi invadida, mas em 1006 os Cailendra avançaram até à capital de Mataram; destruíram-na e mataram o rei. As boas relações que mantinham com a China facilitaram este sucesso; mas os Chineses não os ajudaram de modo algum a proteger-se das incursões dos Chola da Índia. Parece até que, em proveito da expedição de 1025, Palembang, a costa oriental de Sumatra, as posições da Malásia e muitas das ilhas caíram momentaneamente em poder dos Chola.

A história de Crivijaya só é conhecida através dos anais chineses; é mesmo possível que antes dos meados do século XII negociantes chineses, desencorajados pelas ofensivas dos Kin, tenham transferido para Sumatra o centro dos seus negócios. Mas a coesão, que, parece, nunca fora muito forte, do reino dos estreitos, desfez-se pouco a pouco; na Sumatra oriental, depois na Malásia, emanciparam-se principados. As notáveis aptidões marítimas de Crivijaya foram mesmo exploradas para fins de pirataria; um autor chinês notava nos começos do século XIII: «Se um navio mercante passa sem fazer escala, os barcos saem para o atacar após uma manobra preconcebida.»



27

27. Borobudur (Java). Maqueta do templo que os Cailendra, adeptos do budismo de Mahayana, tinham edificado nos fins do século VIII e na primeira metade do século IX. *Foto Frédéric-Rapho.*

Do desastre sofrido em 1006 pelo reino de Mataram resultou uma renascença, devida a um homem notável, Airlanga, contemporâneo do grande rei khmer Suryavarman I. Filho do rei de Bali e de uma princesa real javanesa, Airlanga não tinha mais de dezasseis anos aquando da invasão do Cailendra. Refugiou-se entre os eremitas até que, em 1010, os bramanes lhe pediram que aceitasse a realeza. Fixou-se, a princípio, apenas num pequeno território perto de Surabaya e sem dúvida na ilha de Bali. Entre 1028 e 1037, reconstituiu o antigo reino de Mataram: «Tendo colocado os pés sobre a cabeça dos seus inimigos, tomou lugar no trono dos leões, ornado de jóias:» Estabeleceu a paz com Crivijaya; e o comércio javanês, já preponderante no Leste do arquipélago, desenvolveu-se até às costas cambojanas e ao golfo de Bengala. Devoto de Vixnu, de que se considerava uma encarnação, o rei terminou talvez a sua vida como religioso, em 1049. Relaciona-se com o seu reinado um código em javanês antigo e obras literárias.

Airlanga dividiu o seu reino: Jangala a leste, Kadiri a oeste, e Bali. Parece que uns trinta anos mais tarde Kadiri absorveu Jangala. Conhece-se apenas a cronologia das embaixadas trocadas com a China e nomes de soberanos. Em 1178, um chinês assegurou que, «de todos os países que possuem grandes riquezas, nenhum ultrapassava a Arábia, seguida no entanto por Java e Crivijaya». É provável que o reino javanês tivesse sucursais em Bornéu e nas Celebes e em diversas ilhotas da Insulíndia oriental.

Em 1222, um aventureiro, Angrok, conquistou o poder em Java e estabeleceu a sua capital na Jangala. A usurpação desencadeou uma série de crimes; os seus sucessores, durante uma vintena de anos tombaram sob os golpes de assassinos. Em 1254, a capital recebeu o nome de Singhasari, que serviu para denominar este reino. A arte marcou um regresso às fontes javanesas de inspiração.

Esta notação sugere evidentemente a validade das tradições antigas que nem o hinduísmo, nem o budismo tinham apagado. Estas religiões, bem como as relações comerciais e políticas, só tocavam à aristocracia e aos negociantes das talassocracias da Insulíndia. Nas pequenas planícies inundáveis, nos flancos dos vulcões, através das florestas, perpetuavam-se crenças animistas, modos de vida, uma organização comunitária de aldeias, quase insensíveis sem dúvida ao turbilhão dos acontecimentos, mas que não puderam até ao presente ser descritos pelos historiadores.

SEGUNDA PARTE

**O RENOVAMENTO E A DIVISÃO
DOS MUNDOS DO ISLÃO**

O islão expandiu-se no centro do mundo conhecido. O seu domínio abrangeu as velhas áreas da civilização do Médio Oriente; estendeu-se depois do oceano Atlântico até à planície do Indo, do Sara à Transoxiânia; à cristandade deixou apenas as margens setentrionais do Mediterrâneo; interpôs-se entre a África continental e o mar; controlou os acessos da Ásia central e da Índia; podia explorar possibilidades navais tão sedutoras como as suas aptidões terrestres. Constituiu um crisol onde se encontraram influências de todas as naturezas.

O mundo muçulmano teve a possibilidade de recolher a herança do Oriente helenizado e do Oriente persa: a tradução de obras filosóficas e científicas prosseguiu: Aristóteles, os neo-platónicos, Galiano, Ptolemeu, os astrónomos sassânidas tornaram-se conhecidos e foram assimilados.

A Índia contribuiu por seu lado para o aperfeiçoamento do cálculo e da astronomia. Ela deu a numeração decimal, facultou o uso do zero. Sábios muçulmanos levaram o estudo da álgebra até às equações do segundo grau, fizeram progressos na trigonometria, fizeram investigações de uma espantosa exactidão sobre o movimento dos planetas, a eclíptica, a duração do ano solar; aceitaram a hipótese audaciosa de que a terra era redonda, calcularam a medida do grau da circunferência terrestre. Ninguém contribuiu mais para uma fecunda aproximação das civilizações que al-Biruni de que o Ocidente fez o ridículo Aliboron.

Processos, produções da Ásia longínqua foram divulgados: da China, a fabricação do papel com desperdícios passou à Samarcanda no século IX e espalhou-se de uma extremidade a outra do Mediterrâneo, pois dá-se por ela na Espanha do século XI. As laranjas e os limões, que os antigos não tinham ignorado, pois são reconhecidas nas pinturas de Pompeia, constituíram apenas frutos exóticos, provavelmente importados da Índia mercê de grandes despesas, antes de serem aclimatados no século X na Palestina. Cerca da mesma época, o algodão, da mesma origem, fez a fortuna do Iraão meridional, do delta do Nilo e do Sudeste de Espanha.

Foi só a partir do mundo muçulmano que o comércio com regiões longínquas pôde ser organizado: em direcção da China, produtora de sedas e de especiarias, da Insulíndia, rica em madeiras preciosas, da Índia, fornecedor de pedras raras e de marfim, da Núbia e do Sudão no que se refere ao ouro e ao sal, das planícies da Europa oriental relativamente às peles, mel, cera, dos Balcãs ocidentais para as madeiras de construção. O renovamento dos escravos dependia dos múltiplos contactos com os pagãos, turcos, negros, eslavos. Não é de surpreender que as descrições geográficas mais exactas, as melhores representações cartográficas tenham sido feitas por viajantes e sábios muçulmanos.

Tantos êxitos, que fizeram a glória do califado abássida, não podem no entanto mascarar as divergências e as fraquezas cerca do ano 1000: a unidade da observância religiosa foi quebrada quando os «tenentes do Profeta» reinaram em Bagdade, no Cairo, em Córdova. Algumas seitas monopolizam a energia espiritual e justificam as reivindicações sociais. A fragmentação política vai ainda mais longe, pois cada região ou quase, tem as suas dinastias. Graves perturbações abalaram o equilíbrio da sociedade. E embora o esplendor da vida intelectual e artística seja incontestável, não se pode falar de uma cultura única, pois a ciência, a literatura, a especulação, as técnicas concorrem para valorizar originalidades nacionais.

Contra o desleixo geral, novos ventos se levantam, povos e grupos que tinham recentemente aceitado o islão reclamaram a sua aplicação mais estrita. Os Turcos e os Berberes convertidos propagaram o seu ardor intransigente e as suas ambições. Deram um novo impulso ao islão. Mas, surgidos nas duas extremidades do imenso domínio, não se uniram. Ignoraram-se. Sujeitos a dificuldades completamente diferentes, usaram-se, cada um na sua esfera. Oriente e Ocidente muçulmanos separaram-se.

I

OS TRÊS CALIFADOS NOS FINS DO SÉCULO X E NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XI

As tendências comuns

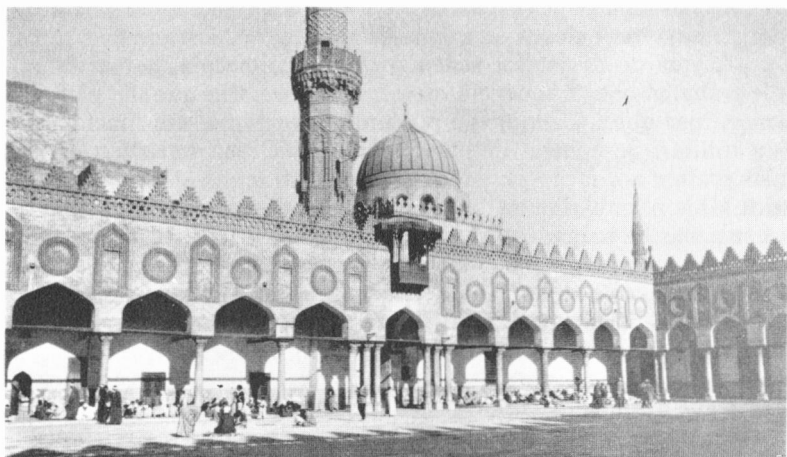
Embora se fale de um mundo e de uma civilização do islão, quer-se dizer que a sua qualidade fundamental é a adesão a uma mesma fé. Admitem verdades, práticas, modos de vida e de pensamento que são um poderoso factor de unidade. O árabe constitui a sua expressão, pois é a língua do Corão e da Suna, a tradição que instrui a partir do comportamento de Maomé; aperfeiçoou-se para estar à altura da sua dignidade e os filósofos debruçaram-se sobre a gramática. A lei, as obrigações do fiel, o direito dos indivíduos e da comunidade derivam dos textos sagrados; qualquer comentário, quer filosófico, histórico ou jurídico, está redigido em árabe. A mesquita apresenta por todo o lado a mesma planta muito simples, com o pátio e a sala de orações, orientada para Meca. A decoração baseia-se nas composições geométricas de linhas, de entrelaçamentos, de ornatos de folhagem, da estilização de motivos, que se fundamenta nos caracteres da escrita, na flora e na fauna; utiliza a faiança, a cerâmica. Suntuosos tecidos de seda, entremeados de fios de ouro e de prata, elevam o conforto e o luxo.

Contudo, o islão encontrava-se, após três séculos de duração, presa de uma fermentação que agita as religiões, uma vez que a sua mensagem foi recebida e a sua implantação assegurada. A revelação sobrenatural de uma doutrina não podia deixar passivos o espírito e o coração. Instruídos na filosofia grega, no seio da qual não separaram Aristóteles de Platão, os pensadores procuraram determinar as possibilidades e os ensinamentos da razão. Assim, chegou-se a descurar quase completamente o Corão, como no caso

do persa Ibn Sina ou Avicena, o que não deixou de provocar a reacção dos intelectuais crentes, desejosos, a princípio, de respeitar os dados da fé e de lhes juntar em seguida alguns complementos racionais. No entanto, uma religião levada a uma exposição dogmática ou a um catálogo de prescrições não foi capaz de satisfazer as aspirações do sentimento. Ascetas, aos quais o envergar um manto de lã branca ou *suf* fizeram adquirir o nome de sufistas dedicaram-se muito cedo à adoração de Alá; tentaram aproximar-se dele através de um processo de amor: a união mística, obtida no termo de experiências pessoais, procurava o conhecimento imediato e a santidade; mas não era isto elevar-se acima da Lei, chegar a uma encarnação de Deus no homem? O mártir de al-Halladj, em 992, sancionara um movimento que escandalizara os ortodoxos. O sufismo, com a sua riqueza moral e o seu *élan* espiritual, corria o risco de ser desviado para a heterodoxia, para a proclamação abusiva da inanidade do ritual.

No espaço, uma activa circulação mantinha em contacto as diversas partes do universo muçulmano. A cultura do arroz e da cana-do-açúcar, as plantações de amoreiras propagaram-se; os processos de distribuição de água, estabelecidos nos climas secos do Oriente, foram reproduzidas na Península Ibérica. Trata-se de arte? Reconhecem-se em Kairuan e em Córdoba influências arquitectónicas do Iraque e da Síria, quadrados de faianças iranianas; o trabalho do bronze e do cobre, a cinzelagem das armas repetem-se no Leste e no Oeste. O comércio exprime permanentemente a animação das relações; como acontece nas trocas externas, incide sobre um pequeno número de mercadorias, de matérias-primas de utilidade maior como os metais, as madeiras, o algodão, cuja produção é localizada, ou de mercadorias raras, ou de objectos refinados destinados a uma clientela muito rica. Contenta-se com pistas de caravanas e organiza transportes navais que a familiaridade com o desenho das costas, os ventos e as correntes tornam relativamente seguros. Dispõe de um instrumento experimentado com o dinar de ouro e com o dirhem de prata que a sua estabilidade elevou à condição de padrões monetários. É levado a imaginar meios de pagamento que evitem a deslocação de numerário: ordem que deve ser executada pelo correspondente de um grande negociante, promessa da entrega ou cheque (*Chakh*) que entra nas contabilidades. Um papel importante parece ter sido desempenhado pelos Judeus, que teceram toda uma rede de ligações; impuseram-se como cambistas; detentores de espécies, não puderam recusar adiantamentos ou empréstimos às autoridades públicas, senhoras da sua liberdade.

A cidade é o lugar fundamental dos processos religiosos colectivos e das transacções. Na grande mesquita, era recitada a oração de sexta-feira ao meio-dia; este monumento existia apenas na cidade;



28

atraía para perto de si as escolas onde era dado o ensino corânico, as bibliotecas, o tribunal do cadi; justificava os banhos públicos através do preceito ritual da pureza. As mercadorias eram concentradas nos *fonduks*, onde eram recebidos os impostos. Os mil ofícios artesanais eram exercidos nas cidades, onde a sua clientela estava reunida. A cidade constitui o centro do poder: antigo campo árabe que marcara a tomada de posse de uma região, fundação de um governador, encruzilhada económica, sede da administração. Com todas as variantes que um plano e hábitos anteriores suscitam, oferecia disposições adaptadas às suas funções: o agrupamento de ofícios em *suks* especializados, uma espécie de hierarquia de lojas e de fabricações, depois as que serviam às mesquitas e aos palácios ou que dependiam do mercado de tecidos (a Qaisarya) até às oficinas que se ocupavam das manipulações sujas e nauseabundas, e que eram repelidas para a periferia e mesmo para fora de muros, como os curtidores e os tintureiros. São constituídas forças públicas por todo o lado; apresentando-se como associações de jovens cimentadas por uma generosa camaradagem, encarregam-se do policiamento nos lugares onde se juntam elementos duvidosos, não assimilados, em todo o caso, preparados para agir, para ameaçar, para se rebelarem.

É que as cidades muçulmanas, comparáveis às metrópoles da China, com exclusão de qualquer cidade cristã excepto Constanti-

28. Mesquita de Al-Azhar no Cairo. Terminada em 972, depois refeita, foi o primeiro monumento fatimida do Egipto e um grande centro de cultura ismaelita. Foto Percheron.

nopla, são muito povoadas. Abrigavam uma plebe de mendigos, de gatunos, de ociosos; serviam de exutórios dos campos.

A vida do agricultor sedentário, mal conhecida, parece difícil. Ele trabalha com frequência crescente numa terra que lhe não pertence, mas que foi adquirida por um comerciante, um funcionário, um militar. Se contrai dívidas arruina-se. O seu trabalho é rude; não pratica a criação de gado; embora não tenha adubo, uma técnica sábia permite-lhe cuidar dos pomares, distribuir a água, manter os sistemas de irrigação. Ele transporta as suas mercadorias para os mercados urbanos, mas só se abastece excepcionalmente nos *suks*; contenta-se com utensílios que pode fabricar em casa ou que um artesanato bastante medíocre de aldeia prepara. A pequena exploração prevalece por todo o lado onde o solo se mostra fértil, a menos que algumas grandes plantações sejam confiadas a bandos de escravos. Bom para suportar uma civilização que se expande na cidade, o cultivador corre o risco de sofrer com as incursões dos nómadas nas terras secas, onde se estende o mundo muçulmano.



29

Os pastores transumantes dos desertos são invencivelmente atraídos para os oásis, para os vales dos rios, para os sectores mais aprazíveis; orgulhosos da sua condição, impõem de bom grado tributos aos camponeses, a menos que os pilhem ou invadam com rebanhos de carneiros e de cabras as suas terras.

O camponês é a vítima habitual dos cataclismos naturais, das revoluções políticas e sociais, das pulsações da humanidade nómada. Situação universal. Nos séculos XI e XII conservou a sua precarie-

dade trágica: ela agravou-se no Norte da China e na Alta Birmânia; é nos países do islão que se torna menos árduo apreender a evolução.

As disparidades

As crises são mascaradas com um manto religioso. O motivo primário residia numa contestação sobre a maneira de escolher o chefe da comunidade, o imame que tinha a missão de guiar os crentes. Remontava quase ao começo da história muçulmana, pois datava do tempo de Ali, o quarto califa, primo e genro de Maomé, que aceitara que o seu poder fosse submetido a uma arbitragem, renunciara aos seus direitos, e tinha sido por fim assassinado em 651. Os kharidjitas — «os que saíram» — tinham recusado esse arranjo; segundo eles, a direcção devia voltar ao mais digno, que seria distinguido por eleição. Mas os «partidários» de Ali, os xiitas, sustentaram que cabia aos descendentes de Ali governar o



30 bis

30

29. Painel de madeira proveniente de um palácio fatimida (século XI). A vida da corte permite representar, com fundo de decoração vegetal, pessoas tocando e dançando; a factura do painel ressent-se das antigas tradições indígenas. Cairo, Museu Árabe. Foto Boudot-Lamotte.

30 e 30 bis. Pratos com representação humana: «O Tocador de Bandalim». A cerâmica egípcia da época fatimida não hesita em dar o lugar principal ao homem quando ela não se ocupa de edifícios religiosos. Cairo, Museu Árabe. Foto do museu.

povo fiel, pois tinham recebido, por intermédio do seu antepassado, determinados segredos que Alá revelara a Maomé; a descendência de Ali era marcada por um favor divino; não fornecia só califas, lugares-tenentes temporais do profeta, mas autênticos imames, mensageiros de Alá. Aos xiitas admitem que a cadeia dos imames não era indefinida: em dado momento, o imame devia desaparecer, viver oculto durante um período desconhecido e reaparecer sob a forma do mádi, cujo reinado reparador anunciaria o fim dos tempos. O debate surgiria quando se tratasse de identificar este último imame histórico: «Ali não tivera diversos filhos e estes diversos descendentes? Segundo a linhagem, segundo a ordem de sucessão, os zaiditas detiveram-se em Zaid, morto em 744, os duodécimos no décimo segundo imame Muhammad, desaparecido nos fins do século IX, os ismaelitas em Isma'il, que vivera no século anterior.

Divergências doutrinárias tinham acompanhado o separatismo dinástico. Os califas omíadas e abássidas não se fundamentavam na tradição ortodoxa, a Suna, para combater os seus adversários, acusados de heresias? Os kharidjitas atinham-se a uma interpretação rigorosa dos preceitos corânicos. Os xiitas eram unânimes em fazer da crença na missão e no sofrimento dos imames uma das bases da fé; a espera da manifestação do mádi suscitou as esperanças do ismaelismo, que andava pelas associações de ofícios, de grupos urbanos, de confrarias, e que tomou tal importância que se pôde falar entre a primeira metade do século X e a do século XI de um «século ismaelita do islão».

Enquanto os zaiditas se agrupavam a sul do mar Cáspio e no Iémen, bandos ismaelitas lançaram-se através da Síria e do Iraque, originaram a formação do Estado qarmata do Bahrein, no Leste da Arábia, e sobretudo o mádi Obaid Alá surgia na Pequena Cabília e entrava em Kairuan em 909; os seus sucessores apoderaram-se do Egipto em 969, anexaram a Síria, fizeram-se reconhecer nas cidades santas árabes e deram uma nova capital, Cairo, ao seu califado, que ligado a Fátima, filha de Maomé e mulher de Ali, fora denominado fatimida.

O ardor revolucionário esmoreceu depressa. Os descendentes do mádi instalaram-se nas suas funções de soberanos e tomaram à sua conta a administração e a exploração do rico Egipto. Os qarmatas, que tinham sido os primeiros a anunciar a aparição do imame oculto e que esperavam do seu advento a organização de uma comunidade igualitária, afastaram-se de uma dinastia que se abstinha de reformas e aproveitava da ordem estabelecida; agora, inspiravam medo; foram combatidos, repelidos por aqueles mesmos que tinham poderosamente desejado e ajudado; jamais saíram do Bahrein.



31

Todavia, a fermentação religiosa prossegue. O califa al-Hakim, para satisfazer os extremistas, adoptou brutalmente uma atitude intolerante para com os cristãos; ordenou em 1009 a destruição do Santo Sepulcro de Jerusalém. Xiitas que sabiam que a Razão e a Alma universais podiam encarnar-se num homem acreditaram que esta operação se verificara em Hakim, que, humanamente, oferecia sinais de desequilíbrio mental; cerca de 1021 um pregador, Darazi, tornou pública a divindade de Hakim e o seu regresso no fim dos tempos; fundou uma seita à qual foi dado o seu nome — os Drusos — que prosperou na Síria. Pela mesma época e no Norte da Síria os Nusayris ou Alawitas levaram à consequência extrema a devoção do cisma por Ali: votaram-lhe o culto que fez estranhamente recordar as celebrações da mitologia pagã. Nos fins do século xi o afastamento de Nizar da sucessão do califa al-Mustansir deu aos seus partidários ocasião para se reunirem num agrupamento cuja razão de ser não foi de modo algum a cultura de um ideal religioso mas a intervenção violenta na

31. Mesquita de El-Goyuchi, perto do Cairo (1085). Encontra-se, da esquerda para a direita, um vestíbulo dominado por um minarete, um pátio fechado, uma sala de orações com três naves encimada por uma cúpula e, na frente, o sepulcro do fundador, Badr-el-Gamali. *Foto Percheron.*

ordem temporal; fizeram do assassinio o seu meio da acção preferido; os seus membros, dedicados a uma disciplina impiedosa, turvavam-se com a absorção de haxixe, pelo que foram denominados de Haxixin ou Assassinos; perseguidos pelo Governo do Cairo, conseguiram, graças à audácia do seu primeiro grão-mestre, Hasan ibn al-Sabbah, instalar-se em antros quase inacessíveis das montanhas do Irão setentrional e da Síria, no Oeste do Médio Oriente, donde inspiraram durante muito tempo o terror às autoridades das regiões vizinhas.

O ismaelismo dos Fatimidas, despojado do seu zelo messiânico e das suas veleidades revolucionárias, permanecerá profundamente instalado no Egipto, na Palestina e numa parte da Arábia; não pode nem desembocar na planície iraquiana nem aflorar os domínios ibéricos e iraniano. Não conserva sequer o Norte de África: os Fatimidas, apoiados nas confederações tribais berberes dos Kotama e dos Sanhadjas, tinham, graças a este auxílio, reprimido a revolta dos Zenatas, ligados à doutrina kharidjita. Uma vez senhores do Egipto, tinham confiado o Magrebe a uma família sanhadja, os Zirides, com cuja dedicação contavam. Mas a princípio os Zirides só se fizeram respeitar na parte oriental da África menor; não impediram nem o estabelecimento, no centro, de um principado hammadida que se apressou a reconhecer o califado de Bagdade, nem a independência dos Zenatas, do lado de Marrocos. Inquietos, calcularam que era prudente afastarem-se dos Fatimidas e aproximarem-se dos Abássidas. O governo do Cairo tentou retê-



32

32. Cofre de marfim do vizir al-Mansur (cerca do ano 1000). Na escrita cúfica, à decoração vegetal, aos medalhões historiados, aliam-se a variedade das inspirações e a precisão da técnica que caracterizam as artes do mobiliário da Espanha omíada. Catedral de Pamplona. Foto Hauser-y-Menet.

-los pela negociação. Quando se verificou o malogro deste método, ele organizou uma expedição punitiva; precisou apenas de desviar do Alto Egipto as tribus beduinas ratoneiras dos Banu Hilal e dos Banu Sulaim. Pouco depois de 1050, estes selvagens, que se reuniram sob a designação de hilalianos, lançaram-se sobre o Norte de África. O furacão foi de uma violência incrível; os Zirides, concentrados no litoral, não tiveram possibilidade de impedir a sua propagação de leste para oeste. Na sua maior parte, este país, empobrecido desde o princípio da era cristã pela cessação da colonização romana e pelo regresso dos nómadas berberes às bacias cultivadas do interior, abalado pela conquista árabe e pelos embates com as populações autóctones, que provocara, perturbado pelas rivalidades entre os grupos de pastores guerreiros, conheceu durante muito tempo apenas a ruína. Os arranjos para a irrigação, as plantações desapareceram. Os camelheiros bárbaros abriram todos os territórios aos seus rebanhos. Bandos de malfetores aproveitaram da desordem para completar a obra de morte. O Norte de África sentiu esta catástrofe durante séculos.

O acontecimento acentuou o isolamento do islão ibérico, cujo governo fora exercido pelos Omíadas, descendentes da família que os Abássidas tinham massacrado. Em 929, Abd al-Raman III tomara o título de califa. A sua autoridade era grande. Os pequenos reinos cristãos do Norte da península enviaram embaixadas a Córdova para solicitar a protecção do soberano omíada, reclamar a sua intervenção nas querelas que os dividiam, em troca dos tributos ou da restituição de lugares conquistados anteriormente. Cerca do ano 1000, o principal vizir, al-Mansur, de que a literatura ocidental fez Almanzor, passeou vitoriosamente as suas armas de Barcelona a Santiago de Compostela.

Neste grande Estado muçulmano que os textos árabes denominavam de Al-Andaluz e a que a divisão em governos, o recebimento de impostos davam uma receita que os reinos da Europa cristã ignoravam, coabitavam árabes, entre os quais se encontrava um forte elemento sírio atraído pelos Omíadas, berberes, mais inclinados à turbulência, cristãos — os Moçárabes — que tinham conservado os seus bispos, as suas igrejas e a sua liturgia, mas de que se destacavam numerosos renegados muitas vezes com postos elevados, escravos comprados nos mercados da Europa central ou capturados em incursões em território cristão, e também grandes colónias judaicas.

Nos princípios do século XI a coesão política de Al-Andaluz foi desfeita. Os descendentes de al-Mansur supuseram-se bastante fortes para se substituírem aos Omíadas, mas a eliminação da família que organizara o Estado despertou o descontentamento popular e encorajou ambições que puseram em movimento tanto os Árabes

como os Berberes e mesmo os Esclavos de origem servil. O país mergulhou na anarquia. Em 1031 o califado desapareceu. Os bandos ou taifas dividiram entre si efémeros reinos, de limites indecisos; os seus chefes tentaram legitimar o seu poder de facto ao reconhecer a dinastia abássida, sem mencionar todavia na oração o nome do califa reinante. A fragmentação atingiu o auge nos meados do século XI; houve vinte e três *reyes de taifas*; os principais eram os de Saragoça, de Valência, de Almeria e de Sevilha; este englobava mesmo Córdoba e Múrcia.

O enfraquecimento que resultou desta dispersão e das discórdias incessantes não reduziu a vitalidade material e sobretudo a cultura intelectual. Uma gama variada de plantas brotou nas hortas do Levante. Exploraram-se minas. Os soberanos cunhavam moedas de ouro cujo uso suplantaria o das moedas de prata. Relações de negócios, misturados com actos de pirataria, foram mantidas com os portos do Mediterrâneo oriental. Toledo era reputada pelo fabrico de armas. Córdoba por artigos de vidro, cristais, couro, cuja técnica deu origem à palavra «cordoaria». O califa al-Hakam II (961-976) tinha organizado uma biblioteca onde se encontravam nomeadamente as traduções dos tratados gregos sobre as ciências exactas, a astronomia e a medicina; ele atraiu escritores e artistas; abriu escolas. Um século mais tarde o rei de Sevilha al-Motamid II continuou este hábito de mecenato; não desdenhou ele mesmo de compor poemas. A poesia, a história e a filosofia, na mesma expressão árabe de todas as outras produções literárias e científicas, traduz com felicidade a originalidade da vida do espírito na Espanha muçulmana. Era natural que uma historiografia «nacional» se desenvolvesse. A expansão e os sucessos das heresias inspiraram a Ibn Hazm (994-1064) uma *História Crítica das Religiões*, notável pela sua envergadura e pela sua liberdade de concepção. O mesmo letrado, na sua *Collier de la Colombe*, deu um repertório dos temas de amor que, pouco a pouco enriquecido pela introdução dos processos e das imagens de poesia árabe, alimentou duradouramente uma literatura que aliava a análise delicada do sentimento à febre dos sentidos e à descrição encantadora dos encontros de amantes.

Um terceiro conjunto territorial, político e religioso constituía o mundo muçulmano: o do califado abássida de Bagdade. O domínio continuava aí a impor-se nos fins do século X: do deserto da Síria ao Afeganistão e à Transoxiânia. Mas a unidade de submissão a um mesmo comandante dos crentes constituía apenas uma fachada, impotente para dissimular a partilha entre verdadeiros Estados autónomos, nos quais reviviam os particularismos que a vitória do islão não abolira. Este fenómeno devia-se ao mesmo tempo à extensão e à variedade dos territórios que o



33

califa devia governar, à especificidade dos problemas que se apresentavam em cada região e à ambição dos chefes locais.

O Norte da Síria encontrava-se sob a ameaça bizantina: a família dos Hamdanidas encarregou-se dos sectores de Mossul e de Alepo; o seu mais famoso representante, Sayf al-Dawla (944-967), realizou tais façanhas, celebradas no modo épico, que os seus descendentes continuaram durante uns quarenta anos à cabeça deste principado de fronteiras; essa foi a única dinastia árabe.

O vasto Irão era partilhado por grandes famílias aristocráticas. Na zona ribeirinha do Cáspio, isolada pela cadeia de Elburz, onde a antiga religião resistira durante muito tempo ao proselitismo muçulmano, um militar, ligado à seita zaidita, proclamou a sua intenção de reconstituir a monarquia desaparecida; como demonstração das suas intenções, ornou-se de uma tiara que imitava a dos antigos reis. Os Samanidas que, governadores da Transoxiânia,

33. Ilustração do Livro dos Reis de Firdusi. Embora executado tardiamente, no século XIV, esta cena de parto testemunha a persistência da tradição pictórica iraniana, oportunamente aplicada à epopeia nacional. Roma, Biblioteca Casanatense. Foto Anderson-Giraudon.

deitaram a mão ao Khurasan, fizeram espalhar a ideia de que um dos seus antepassados disputara o poder aos Sassânidas. O clã dos Buwayhides estaria ligado também a um ministro do século V ou a um rei; em 945 impôs-se em Bagdade; como aderira à doutrina dos xiitas, teria podido suprimir o califado, mas contentou-se com fazer atribuir ao seu chefe o título de «emir dos emires» que fora já usado pelos comandantes da milícia turca; um pouco mais tarde, adoptou a dignidade persa do *chahhinchah*, o rei dos reis; os Buwayhides permaneceram à parte da agitação ismaelita e esforçaram-se por governar com equidade um território que compreendia o centro e o oeste do Irão e o Iraque. O califa abássida estava reduzido a um papel irrisório de figurante.

Nas orlas dos seus domínios, os dinastas persas deviam contar com os turcos islamizados que avançavam na Transoxiânia e no Afeganistão. Antes do ano 1000 os Samanidas tinham recuado sensivelmente. Nenhum destes domínios possuía limites exactos.

O Irão, retomado por governadores autóctones, conheceu notável expansão. Esta manifestar-se-ia no domínio comercial, pois encontraram-se moedas samanidas por toda a Rússia e mesmo no fundo do mar Báltico. Atingiu a sua plenitude na cultura e na arte. Uma venerável tradição de estudos médicos propiciou a redacção por Avicena de uma enciclopédia médica, *O Canon*, cujos ensinamentos deviam atravessar os séculos. Um vizir dos Buwayhidas, Iban Miskawahyh, compôs uma volumosa história, *As Experiências das Nações*, cuja parte mais recente era feita de testemunhos contemporâneos. O hábito de elevar cúpulas e torres circulares conferiu aos mausoléus e aos minaretes uma imagem muito diferente da dos monumentos similares do islão mediterrânico. A actividade científica e artística não pôde contudo ser referida somente à época dos príncipes iranianos; estes, imitados mais tarde pelos seus rivais turcos, souberam apenas encorajá-la. Mas foi uma verdadeira renascença, de que beneficiaram a literatura e a língua persas. Deixando aos árabes as obras de filosofia, tocou a poesia e depois a prosa. Firdusi reuniu então no *Livro dos Reis* a recordação das grandezas passadas para fazer delas a epopeia da Pérsia.

A impressão final que deixa a consideração do mundo muçulmano na primeira metade do século XI é confusa. A civilização conserva o seu brilho, mas acusam-se diferenças de vocação. A unidade do governo é quebrada; os múltiplos principados correspondem às necessidades geográficas e étnicas, bem como às iniciativas dos indivíduos. O impulso religioso, representado durante algum tempo pelos ismaelitas, amorteceu. Tanto os *reyes de taifas* como nos califados decadentes de Bagdade e do Cairo o relaxamento dos costumes, o ecletismo das ideias, o predomínio das preocupações temporais suscitam um retrocesso.

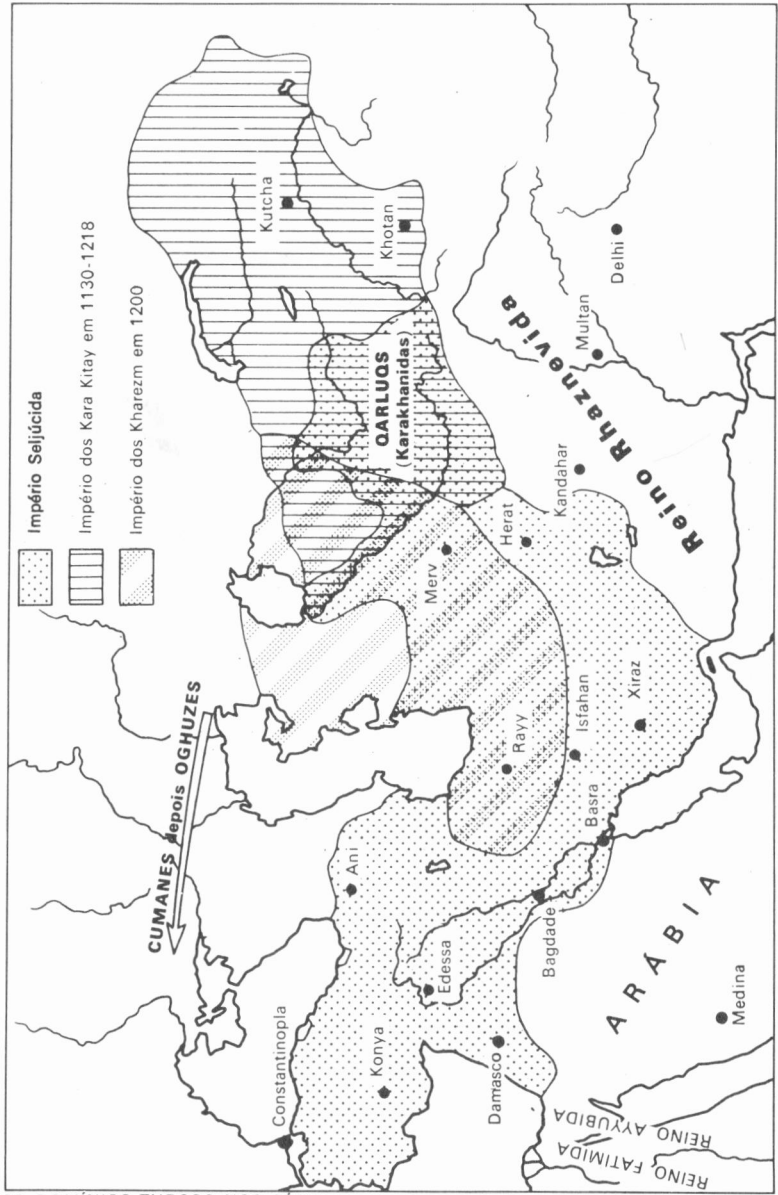
II

AS PRIMEIRAS INTERVENÇÕES DOS TURCOS NO ISLÃO ORIENTAL

Os Turcos no califado de Bagdade

No Leste, a reacção proveio dos confins da alta Ásia. Os seus agentes foram algumas destas tribos que, com os Mongóis, submeteram a história da parte setentrional do mundo antigo às suas deslocações e às suas rivalidades durante séculos. Os muçulmanos, vivendo em Estados organizados, atacaram os Turcos quando estes conquistaram a Transoxiânia e avançaram até às grandes montanhas englobadas nas rotas das caravanas. A posição mais exposta era ocupada no século X pelos Samanidas, de que Bukhara era capital. Estes emires iranianos não se privaram, a fim de evitar o perigo, de fazer incursões às terras de percurso dos seus vizinhos; traziam saque, rebanhos e prisioneiros que tornavam escravos. Era hábito antigo procurar escravos entre os turcos pagãos; assim se constituía a guarda do califa de Bagdade; alguns oficiais tinham feito carreiras deslumbrantes e exerciam um verdadeiro controlo sobre o governo do seu senhor. Em Bukhara, o samanida estava rodeado de maneira semelhante.

O contacto do islão, o benefício que a conversão representava, não podiam deixar os Turcos insensíveis. Os Oghuzes ou Turcomanos, que viviam como nómadas entre a ponta setentrional do mar de Aral e o lago Balcache, os Qarluqs, que viviam em redor do vale de Tchu e na Kachgaria, acolheram a religião de Maomé na segunda metade do século X. É muito provável que as novas crenças se tenham misturado, na população, com o antigo fundo animista, mas o mandamento da guerra santa procura uma justificação nas expedições e convém sem dúvida não recusar aos chefes um cuidado de rigor doutrinal e moral que reside habitualmente nos neófitos. No imediato, a conversão provocou apenas uma trans-

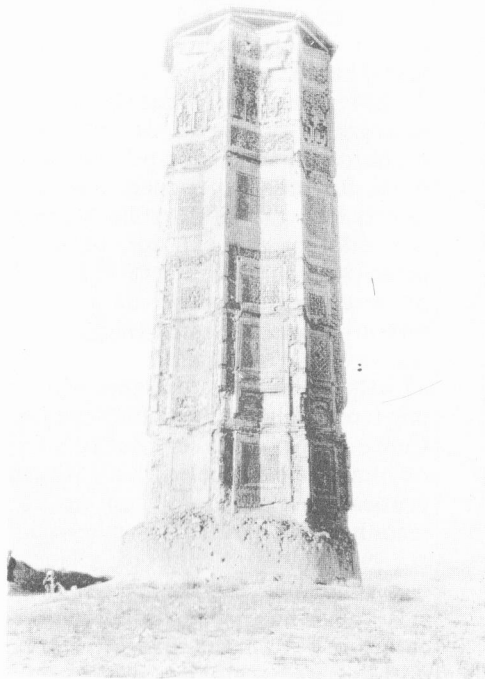


OS DOMÍNIOS TURCOS NOS SÉCULOS XI E XII

formação; já não é possível aos Samanidas reduzir os correligionários à escravatura. É provável que tentassem uma política de aliança com o clã que exercia a sua autoridade sobre os Qarluqs, o dos Karakhanidas, senhor de uma espécie de Estado tampão para lá do Syr Daria e dos desfiladeiros da cadeia dos T'ien-chan. Mas entregar a protecção de um país de alta civilização a bandos bárbaros influenciados pelo seu atavismo de nómadas e de saqueadores foi uma experiência que se mostrou muitas vezes perigosa. O processo previsível desencadeou-se depressa: em vez de voltar o seu ardor para o exterior, os Karakhanidas decidiram intervir no principado samanida; em 992, um deles atingiu Bukhara; em 999 outro conseguiu conservar a cidade; isolou o último samanida e reinou sobre a Transoxiânia, enquanto uma linhagem diferente conservava a Kachgaria.

Os Samanidas tinham sido vencidos muito mais facilmente por terem de enfrentar uma segunda agressão turca, esta no interior. Cerca de 961, o seu servidor turco a quem o Khurasan fora confiado revoltara-se e estabelecera em Rhazni, no Afeganistão, um comando praticamente autónomo; um pouco mais tarde, o califa de Bagdade reconheceu o governo rhaznevida. Pouco depois da sua ascensão em 997, Mahmud começou a lançar as suas tropas sobre as planícies opulentas do Penjabe; a atracção da pilhagem dos santuários valeu-lhe a chegada de reforços turcos; as incursões multiplicaram-se e Mahmud manteve sob o seu poder toda a bacia superior do Indo, não sem lançar pontas até Kanauj, no Ganges, no coração do reino pratihara. O islão dispunha, de futuro, de uma admirável base no mundo indiano.

Mahmud, no entanto, não se desinteressou do Irão. Em 999 desafiou o samanida e apoderou-se do Khurasan. Encontrou-se então perante os Karakhanidas, que haviam saqueado como ele o emirato iraniano. Eram irmãos de raça, mas os rudes e livres Qarluqs saíram das suas estepes, enquanto os escravos, antepassados do Rhaznevida, tinham podido impregnar-se de uma civilização superior, a da Pérsia. Uma aliança precária manteve-se enquanto Mahmud estava ocupado na bacia do Indo. Depois ele virou-se contra a dinastia de Bukhara e venceu-a, mas um karakhanida surgiu de Kachgaria e recuperou a Transoxiânia. Mahmud, que reinou até 1030, tomou o título de sultão. Embora tenha sido um impiedoso condutor de homens e tivesse acumulado ruínas no Penjabe, exerceu um mecenato comparável ao dos príncipes do Irão; amava o fausto; acolheu os filósofos e os poetas; Firdusi passou para a sua corte. Embora tivesse dado um impulso conquistador ao islão, não se distinguiu pelo seu estilo de vida e pelo ideal de governo das famílias que partilhavam entre si a autoridade no califado abássida.



34

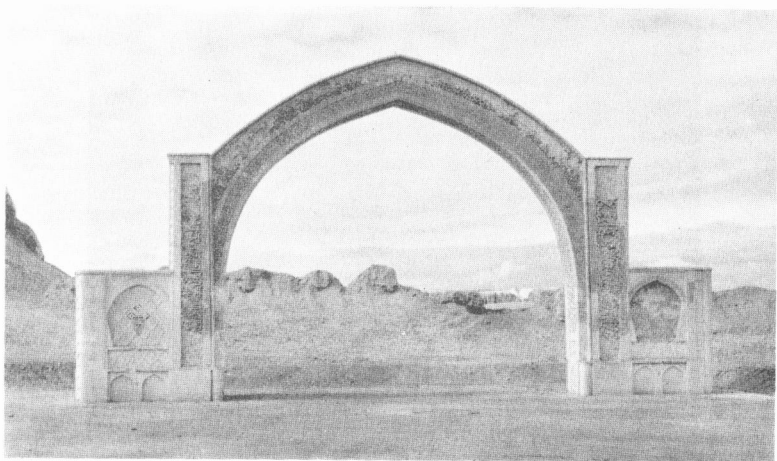
A revolução foi propagada pelos Seljúcidas. Este clã, cujo nome teve origem no nome de um chefe que conduziu bandos de orghuzes na margem direita do baixo Syr Daria, onde se converteram ao islão nos fins do século x, introduzira-se na Tránsxiânia e no Khurasan aproveitando da rivalidade entre os Karakhanidas e os Rhaznevidas. Mahmud tentou chamá-los à razão; mas o seu sucessor foi completamente vencido em 1040 e teve de retirar para o Afeganistão. Sob a autoridade superior de Toghrul-Beg, diversos membros da família começaram a introduzir os seus cavaleiros no Irão ocidental. Os Buwayhidas xiitas mantinham sob a sua lança o califa ortodoxo. Muito cedo, este último enviou emissários aos Turcos que tinham aderido a um sunismo militante e só sentiam repulsa pelos heréti-

34. Rhazni (Afeganistão). Esta «Torre da Vitória» é o monumento funerário de Mahmud Rhaznevida (997-1030). *Foto X.*

35. Rhazni (Afeganistão). Arco restaurado do palácio do sultão rhaznevida Massud (século xi). *Foto Paolokoch-Rapho.*

cos. Foi estabelecido um acordo em 1044 sob a égide do jurista al-Mawardi. Os Seljúcidas podiam-se apresentar como paladinos da ortodoxia. Estes nómadas tiveram alguma dificuldade em apoderar-se das cidades; pisaram a região de Ispahan, onde fixaram a sua capital; depois avançaram sobre Bagdade onde, graças à concordância do califa, entraram em 1055 e depuseram o último emir buwayhida.

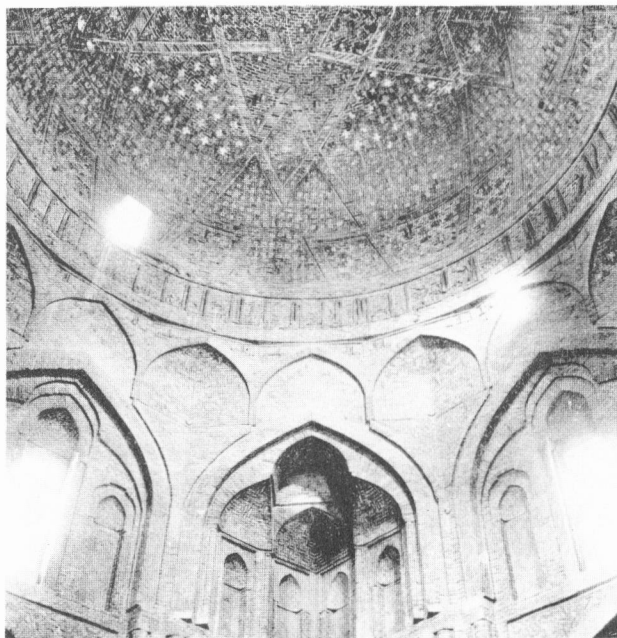
Toghrul-Beg e os seus sucessores Alp Arslan (1063-1072) e Malik chah (1072-1092) comportaram-se como chefes de Estado. Receberam os seus títulos de rei do Leste e do Oeste e de sultão. Mas tiveram sempre de contar com a indisciplina dos parentes e com a avidez dos Oghuzes. Não deixaram de aplicar castigos, de



35

correr de uma ponta a outra para fazer reconhecer o seu poder, por exemplo na Transoxiânia dos Karakhanidas. Apenas a parte central do seu domínio, o Norte do Irão e o Iraque, permaneceu tranquila, sob a antiga administração, dirigida pelo vizir Nizam al-Mulk. Não conseguiram canalizar o zelo guerreiro das suas tropas, que se apressavam a fazer a guerra-santa contra os Bizantinos cristãos e a chamar à razão os Fatimidas heréticos. Embora Alp Arslan tenha vencido o imperador grego em 1071 na batalha de Mantzikert, que lhe deu a Arménia, e embora se tenha feito obedecer em Alepo, foi um primo de Malik chah, Suleimão, que se instalou na Anatólia, um irmão que se apoderou de Damasco, capitães subalternos, os danichmenditas, que conquistaram a Capadócia. O sultão só conseguiu, entre 1086 e 1092, reunir sob a sua autoridade o conjunto das conquistas.

Os resultados, inscritos na carta, eram contudo notáveis. Os Fatímidas tinham perdido a Síria. Os Bizantinos, em quase toda a Ásia Menor, tinham sido lançados ao mar. Todo o interior da península, a que os vencedores deram o nome de Rum, por alusão à sua antiga pertença ao império romano, sofrera cruelmente. Alvo desde há muito de incursões e de actos de represália, teatro de conflitos entre pretendentes ao trono de Constantinopla que tinham tido a imprudência de envolver os Turcos, o planalto foi abandonado pela maioria dos gregos, que preferiram habitar a costa ou atravessar os Estreitos; foi entregue aos nómadas orghuzes, apesar da infiltração de arménios. Esta, a origem da primeira Turquia.



36

36. Grande mesquita de Ispahan (denominada Masjid i Jum'a). Cerca de 1072, no meio da sala das orações, foi construído pelo sultão Malik Chah um pavilhão que incluía o mihrab; a cúpula de tijolos, montada sobre suporte de abóbada, está arranjada à maneira dos arcos entrecruzados.

37. Minarete de Kalian em Bukhara (1127). O minarete circular foi difundido na época seljúcida.

O estilo do islão seljúcida

A estrepitosa entrada dos Turcos no islão oriental, além de representar um recrudescimento do vigor militar, suscitou um renovamenteo da civilização muçulmana no sentido da clareza e do rigor. É bem mais uma alteração de ordem espiritual do que uma transformação pessoal. Os Turcos não modificaram notavelmente a composição da população, excepto em certos sectores do Khurasan e do Azerbaijão e na Anatólia, onde, numerosos, substituíram mesmo os antigos habitantes. Não instituíram duradouramente um império centralizado; os seus mais importantes chefes nunca conseguiram a submissão de todos os bandos e as forças centrífugas prevaleceram definitivamente menos de meio século após a conquista de Bagdade. No entanto, o poder espiritual do califa foi nitidamente separado da autoridade temporal exercida pelo

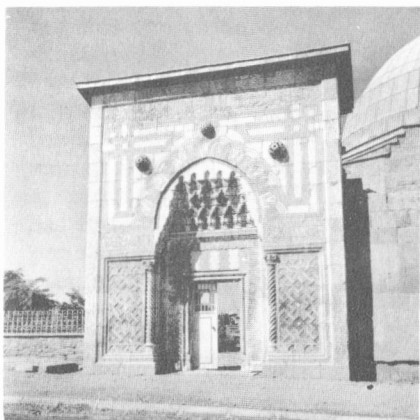


sultão. A administração era distinta das forças militares. O pensamento religioso incidiu sobre os textos fundamentais do Corão e da Suna que veneraram e puseram em prática os filósofos e os místicos cujas tendências se aproximaram; este ensino foi difundido pelas escolas; fundações pias e utilitárias multiplicaram-se devido tanto à devoção dos fiéis como à dos soberanos.

O vizir persa Nizam al-Mulk deixou um tratado sobre os métodos de governo cujo carácter prático, até mesmo anedótico, difere da obra teórica redigida pouco antes pelo jurista al-Mawardi. Era a explicação dos costumes dos funcionários iranianos que os seljúcidas tiveram a sabedoria de não perturbar tanto no que se refere à administração como no que diz respeito às finanças, à justiça. Ao invés, o exército foi colocado sob o comando turco do sultão e dos emires; estranho às populações entre as quais acantonava, reforçado por contingentes recrutados entre as tribos turcomanas que se deslocavam no Norte da Transoxiânia ou entre os montanhese, foi dotado de recursos próprios para a generalidade do sistema dos iqtá. Desde há muito tempo, para disfarçar a irregularidade do pagamento dos soldos ou a insuficiência das disponibilidades do Estado, os rendimentos das terras públicas tinham sido confiados aos chefes militares; Os Seljúcidas acharam cómodo este regime, apesar da liberdade de acção e do poder local que conferia aos seus beneficiários; aplicaram-no às receitas de determinadas zonas. Escravos, cuja fidelidade parecia segura, continuaram a receber lugares importantes.

Os Seljúcidas não esqueceram que o factor religioso fora o móbil da sua acção e sem dúvida a causa principal do seu êxito. Souberam mobilizar todas as forças susceptíveis de concorrer para a exaltação do sunismo e marcar a sua desconfiança por aquilo que poderia degenerar em racionalismo ou em heresia. Ibn Sina (Avicena), falecido em 1037, procurara explicar a passagem da Inteligência única e primeira à criação através de uma série de espíritos intermédios, segundo a tendência do pensamento grego; esta maneira de utilizar um método de explicação próprio de sistemas intelectuais completamente estranhos à verdade corânica foi abandonada. Contestável também pareceu a exaltação mística de certos sufistas, que procuraram o contacto directo e intuitivo com a divindade. Al-Rhazali (1058-1111), de origem persa, realizou na sua pessoa e na sua obra a síntese ortodoxa da experiência sufista, e o seu esforço pessoal foi no sentido de aproximar de Deus o desejo de aperfeiçoamento moral; do legado dos filósofos aceitou a convicção de que a fé não devia pôr a razão de parte. São todas as faculdades do homem, as suas capacidades espirituais e de amor que entram no processo religioso, «revivificado», como ele explicou numa das suas principais obras. Longe de desaparecer, o sufismo

conheceu um novo impulso ao organizar-se; formaram-se congregações depois do século XII, que se distinguiram umas das outras pela via ascética indicada pelos fundadores; não sem extravagâncias, «santos» adquiriram uma grande popularidade junto das multidões.



38

Esta preocupação de ortodoxia espalhou-se pelas escolas públicas, as madrasas, cujo ensino estava baseado nos textos e nos comentários autorizados pela lei. Os ismaelitas tinham compreendido a utilidade de um centro intelectual oficial, ao criar a Universidade de al-Azhar, no Cairo; o exemplo foi imitado e, com o risco de prejudicar as iniciativas do pensamento, uma formação idêntica, ortodoxa, foi dada ao futuro escol dirigente. No interior do califado sunita a heterodoxia, cuja propaganda se tornou pouco a pouco impossível, inspirou apenas seitas isoladas, como a dos Assassinos, protegidos pelas montanhas. A fecundidade dos filósofos sofreu igualmente devido ao puritanismo oficial; o islão oriental não tornou a produzir obras marcantes. A voga incidiu sobre a história e a poesia. Continuaram a servir-se do árabe, mas o persa era cada vez mais utilizado. Os Turcos tinham adoptado o alfabeto árabe para escrever a sua língua, mas, na Ásia

38. Medersa Karatai em Konya. Embora construída apenas nos meados do século XIII, esta escola oficial atesta o cuidado que os Seljúcidas tiveram, desde o princípio da sua dominação, de fornecer uma formação intelectual ortodoxa. *Foto Boudot-Lamotte.*



39

Menor, o persa desempenhou o papel de língua oficial até aos fins do século XIII.

A piedade revigorada exprimiu-se através da construção de mesquitas, de escolas, de caravansarais, de hospícios. Bens inalienáveis, waqf ou habus, eram atribuídos a estas fundações; constituíram desde então uma categoria importante de propriedades, cujos rendimentos beneficiavam um pequeno número privilegiado de servidores destas instituições. A arquitectura foi estimulada, tanto mais que continuou a erigir fortalezas e se aplicou a rodear as cidades de cinturas de muralha. Uma disposição frequente foi colocar o mausoléu do fundador ao lado da construção que ele encomendara e dotara. É provável que influências turcas se tivessem misturado com os costumes de cada região, mas a sobriedade das linhas e a harmonia da decoração atestam o êxito da síntese.

39. Os estandartes do califa (1237). A miniatura com personagens, aplicada aqui ao «Maqamat», uma colectânea de novelas bastante populares composta por al-Hariri (1054-1122), conhece viva expansão a partir do século VII graças à escola de Bagdade; esta gravura é atribuída ao pintor Yahia benn Mahmud d'El-Wasit. Paris. Biblioteca Nacional. Foto Larousse.

Dissociação do domínio seljúcida

Esta civilização, que correspondia às preocupações dos grandes sultões, expandiu-se no século XII no próprio instante em que o domínio dos seus iniciadores se fragmentou. Após a morte de Malok chac (1092), as ambições de parentes, atabeks que se presumia defenderem os interesses e os privilégios dos filhos menores, dos emires turcomanos ou árabes que se faziam atribuir iqta, desencadearam-se.

No Iraque e no Irão ocidental, os califas abássidas dedicaram-se a explorar as dificuldades dos sultões que transferiram a sua capital de Ispahan para Hamadhan. Recuperaram a autoridade temporal sobre Bagdade e o Iraque na segunda metade do século XII e, cerca de 1200, o califa al-Nasir tentou mesmo apoiar-se nas forças sociais menos rebeldes a uma organização: associações populares urbanas e a aristocracia, as primeiras sensíveis ao ideal comunitário, a segunda ao espírito cavalheiresco. Nesta altura, o último sultão seljúcida desaparecera. O primeiro abalo fora imputado a uma nova irupção dos povos das estepes. Os K'i-tan negros ou Kara Kitay, fugindo do Norte da China diante dos Djurche-tes, tinham-se introduzido na Transoxiânia depois de terem atravessado a Ásia central; em 1141, venceram o sultão Sandjar, que fora ao seu encontro. Levaram de vencida as hordas de Orghuz, ainda bárbaras, que tinham pilhado o Khurasan e feito o próprio Sandjar prisioneiro. O poder sobre o Irão oriental foi então tomado pelos chahs do Kharezm, região isolada pelo deserto que estava situada entre o mar Cáspio e o mar de Aral; com a aliança dos Kara Kitay, submeteram-na, depois passaram ao Irão ocidental, onde o sultão Toghrul III foi morto em combate em 1194.

Foi na direcção do Leste e não do Crescente Fértil que abalou Muhammad de Kharezm. No Afeganistão, os turcos rhaznevidas tiveram de ceder o lugar que ocupavam, nos meados do século XII, a um clã saído dos montes do Ghor. Muhammad de Ghor anexou em seguida o Penjabe e fez campanhas vitoriosas na bacia do Ganges, onde se instalou. Nos primeiros anos do século XIII os Kharezmianos conquistaram o Afeganistão rhurida. Os seus êxitos tinham sido facilitados pelo apoio dos Kara Kitay, na dependência dos quais se tinham reconhecido. Mas Muhammad de Kharezm quebrou o seu juramento de fidelidade, apoderou-se da Transoxiânia e varreu de lá, de um golpe, os últimos chefes karakhanidas, que aí se tinham fixado sob a autoridade dos Kara Kitay. Em 1217, efectuou uma cavalgada triunfal. A sua autoridade era reconhecida de Syr Daria às orlas do planalto iraniano, do Azerbaijão ao Pamir e ao Leste do Afeganistão.

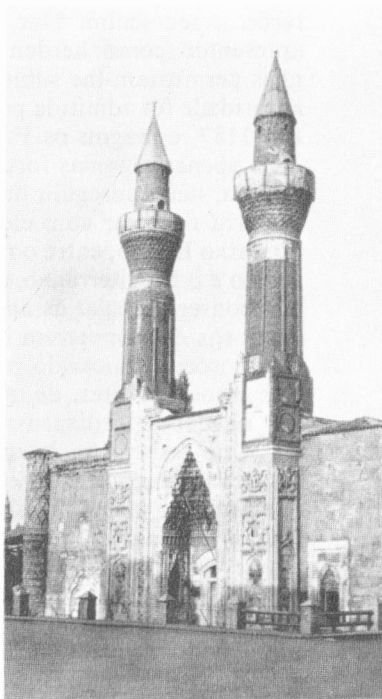
Mas não se tratava de modo algum de um império. Nenhuma organização ligava, uns aos outros, territórios reunidos graças a guerras felizes, e submetidos ao poder de um homem. O domínio kharezmiano marcou um recuo sensível relativamente ao dos Seljúcidas. Constituído graças às incursões das tribos turcomanas, algumas das quais não estavam islamizadas, durante muito tempo favorecido pelos mongóis Kara Kitay levemente influenciados pela civilização chinesa e pelo cristianismo nestoriano, não teve qualquer significado relativamente ao islão. Bem pelo contrário! Foi marcado por ruínas. O Irão foi empobrecido pelo vaivém das tropas que destruíram as culturas e só se preocupavam em encontrar alimentos e água para os animais. O género de vida nómada isolou as cidades brilhantes e as suas cinturas, ajardinadas. Apesar da manutenção dos seus quadros administrativos e intelectuais, o Irão sofreu assim, no fim de um período turco que não atingiu de modo algum a sua cultura, um empobrecimento material comparável, embora com uma intensidade diferente, ao da Anatólia e do Norte de África.

Os Seljúcidas reinaram durante dois séculos na Ásia Menor. Os limites do seu sultanato de Rum nunca foram bem definidos nem estáveis: não tocaram nem no litoral ocidental que os cruzados e os Bizantinos conseguiram recuperar com muita rapidez, nem no litoral de Trebizonda; não submeteram Niceia, onde Suleimão se instalara temporariamente e a capital foi transferida para Konya (Iconium); inflectiram no Norte do Tauro, para deixar a Cilícia ao Estado da Pequena Arménia, povoada por refugiados cristãos; não se mantiveram de maneira duradoura na Alta Mesopotâmia; para Leste, compreenderam uma grande parte da Arménia, mas atacaram o pequeno reino cristão da Geórgia. A história foi agitada por longas querelas com Bizâncio, com os cruzados, com os emires danichmenditas, rivalidades entre os seus herdeiros. Foi, todavia, realizada uma obra reparadora. Os nómadas turcomanos aceitaram respeitar mais ou menos as terras de percurso que lhes tinham sido concedidas e pagar um imposto proporcional. A agricultura, a exploração das minas, recomeçaram. As cidades acrescentaram à sua função de defesa uma actividade comercial crescente; enriqueceram-se com belos monumentos de pedra, cuja decoração reproduzia motivos florais ou de animais ou fazia jogar harmonias de cores entre as faianças. O governo foi decalcado do regime iraniano; a moeda cunhada em nome do sultão. Só nos confins sobreveio uma instabilidade causada pelos bandos de cavaleiros, cujos chefes estavam sempre preparados para se conduzir com

40. Gok Medersa ou Medersa azul em Sivas (1271). Outro tipo de medersa, de origem iraniana, difundida na Anatólia seljúcida. *Foto Rostamy.*

independência. O sultanato de Rum funcionou como uma zona de refúgio, quando os Kharezmianos desfizeram a segurança do Irão.

Na Alta Mesopotâmia e na Síria, as circunstâncias emprestaram uma feição especial ao despertar que os Seljúcidas fizeram soar no califado de Bagdade. Nestas orlas extremas atingidas pela vâga turca, o povoamento foi pouco modificado e o esforço de centralização dos sultões mediocrementemente sentido. Os emiratos turcos inseriram-se ao lado dos pequenos emiratos árabes. Os cruzados aproveitaram-se das divisões e fundaram sem dificuldade os seus principados. A reacção fez-se esperar. Foi a política agitada dos príncipes cristãos, a proximidade dos Egipto herético, que tinha mesmo conseguido retomar Jerusalém em 1098 antes de a deixar aos Ocidentais, que despertou as suas energias, mas não antes do segundo quartel do século XII. O espírito de guerra santa, do rigor ortodoxo, que os Seljúcidas tinham propagado, impôs-se então, apoiado pelos madrasas e pelos grupos de sufistas e pelos contingentes curdos de um valor militar experimentado. Foi explorado politicamente pelo *atabek* de Mossul, Zangi, que, em 1128,



se tornou senhor de Alepo e, dois anos mais tarde, surgiu no curso médio do Oronte, na retaguarda dos Estados francos de Trípoli e de Antioquia. Em 1144, fez cair Odessa. O filho, Nur al-Din, ao apoderar-se de Damasco, reuniu sob o seu poder toda a Síria interior e a Alta Mesopotâmia. As grandes cidades, por onde passavam as vias da Ásia Menor, do Iraque, do litoral mediterrânico e do delta do Nilo, reencontraram a sua animação que o papel de capital desempenhado por Bagdade depois dos meados do século VIII tinha diminuído.

A queda do governo fatimida, o receio de ver os reis de Jerusalém tirar partido disso, incitaram os senhores da parte interior da Síria a realizar aquilo que os Seljúcidas não tinham conseguido: a reunificação do islão. Em 1164, Nur al-Din contentou-se com despachar um exército às ordens do curdo Chirkuh para restabelecer no Cairo um vizir que fora derrubado. Os francos de Jerusalem precipitaram-se por sua vez. Chirkuh não saiu de lá, tomou o cargo de vizir que depois dele foi atribuído ao sobrinho, Salah al-Din, o famoso Saladino. Este, em 1171, não tolera já a substituição do califa fatimida falecido, e, como três anos mais tarde, o seu senhor Nur al-Din morria, com espantosa audácia se apresentou como herdeiro. Dominou o Egipto. Algumas campanhas permitiram-lhe subjugar a Síria e a Alta Mesopotâmia. A sua autoridade foi admitida pelas cidades santas da Arábia e pelo Iémen. Em 1187, esmagou os Francos, arrancou-lhes Jerusalém e deixou-lhes apenas algumas fortalezas costeiras. A dinastia ayyubida, que fundou, não conseguiu deitar os Ocidentais ao mar ou não o quis. Preferiu negociar com eles e desenvolver o papel de intermediário do Baixo Egipto, entre o mar Vermelho, termo do tráfego do oceano Índico e o Mediterrâneo, explorado pelos negociantes italianos. Mas não conseguiu calar as ambições dos seus membros, profundamente desejosos de disputarem entre si a posse de partes de principados. As divisões crónicas do poder político aumentaram a influência dos elementos militares, de que os próprios Ayyubidas tinham saído e que não podiam dispensar.

Que restava finalmente, nos começos do século XIII, das possessões turcas que, um século e meio ou dois séculos antes, tinham dado sangue jovem ao islão oriental? Karakhanidas e Rahznevidas tinham desaparecido. Foram afegãs, os Rhuridas, que recolheram a herança de Mahmud de Rhazni no Penjabe e que engrandeceram o vale do Ganges. Do seu grande império, os Seljúcidas conservavam apenas a Ásia Menor; aí tinham pouco a pouco moldado um Estado turco. O Irão, placa giratória do islão na Ásia, era sulcado pelos ferozes bandos kharezmianos. As velhas pedras árabes da Síria e do Egipto tinham a sua própria existência sob o controlo dos sultões de origem curda, depressa familiarizados com

as astúcias diplomáticas do mundo mediterrânico. A unidade da observância só tardiamente fora restaurada pelo curdo Saladino; mas que significava o magistério religioso do califa ortodoxo, praticamente reduzido às cercanias de Bagdade? O melhor aspecto, o mais duradouro, da primeira fase turca da história muçulmana, residia no renovamento do pensamento, na piedade espelhada pelos monumentos públicos e privados, por uma certa ambiência que caracterizaria depois o islão do Oriente.

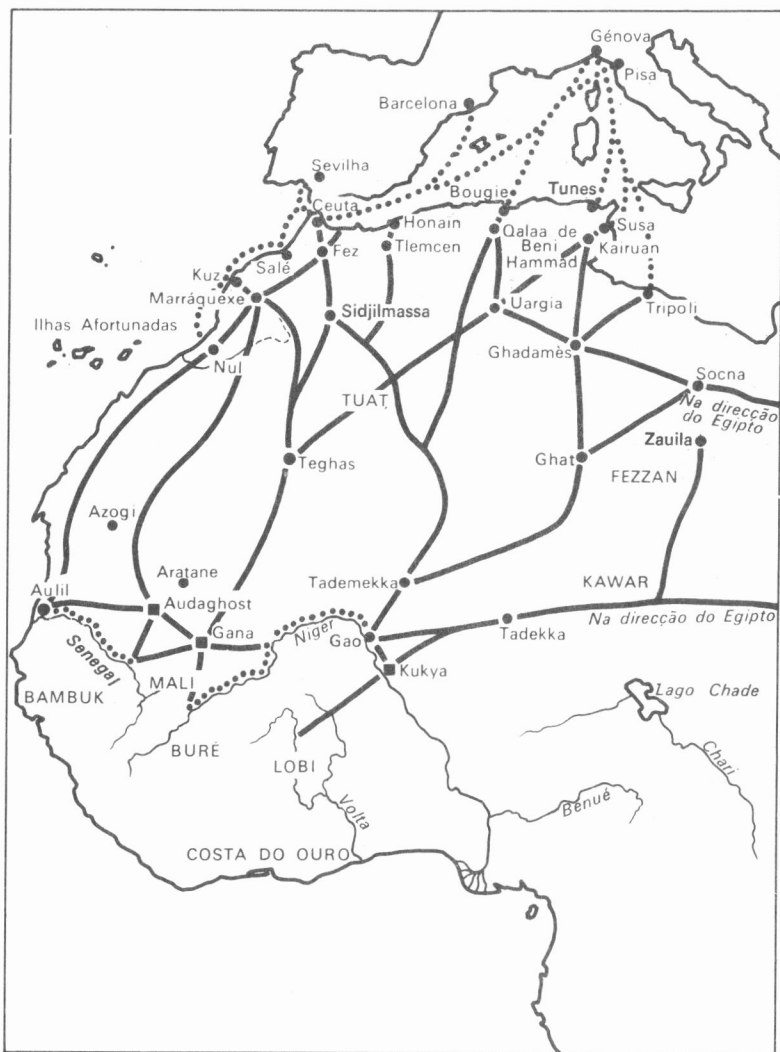
III

O ISLÃO OCIDENTAL

É bastante significativo que os dois nomes a que a renascença do islão está ligada não designem povos, mas atitudes religiosas: os Almorávidas «são as gentes do ribat», os marabus, os ascetas dos hermitérios fortificados, ou ainda, «as gentes que fazem a guerra santa»; os Almóadas, «aqueles que pregam a unidade de Deus». Os dois movimentos são consequência não dos Árabes mas dos Berberes; surgiram da mesma região do Sudoeste marroquino, o Sus, rodeado ao norte pelo Alto Atlas, donde desce sobre as planícies percorridas de um fôlego até ao estreito de Gibraltar, ao sul pelo Antiatlas, abrindo-se depois o imenso deserto. As direcções de uma expansão estavam indicadas.

Os Almorávidas no Magrebe e na Península Ibérica

Antes dos meados do século xi, ascetas do Sus, pregando um regresso à disciplina estrita do Corão, conseguiram a adesão dos Tuaregues. Pertencendo à família das tribos sanhadja, temíveis guerreiros armados de uma zagaia e protegidos por um escudo de couro, estes cameleiros do Sara, cujo litham encobria a parte inferior do rosto, viviam como nómadas dos confins da Tripolitânia aos do Sudão. Sob a sua protecção, foram criados ermitérios fortificados nas orlas do mundo negro, que as caravanas há muito tinham aberto ao comércio. Dá toda a impressão que, cerca de 1048, Abdallah ibn Yasin tenha fundado algum numa ilha do Senegal. Voltar à letra do texto sagrado era despertar o ideal da guerra santa e desencadear a luta contra todos os acomodamentos e desvios. Os rudes homens do deserto responderam com prontidão a estas solicitações. Em 1055-1056, lançaram-se sobre o reino



AS ROTAS DAS CARAVANAS EM AFRICA NOS SÉCULOS XI E XII

negro de Gana, onde se apoderaram de Audaghost e, ao norte, entraram em Tefilalet.

O movimento dos Almorávidas, servido por tais guerreiros, não demorou muito tempo a propagar-se através de todo o Marrocos, politicamente pouco organizado. Ele legitimou a constituição de um novo império nómada. Yusuf ibn Tachfin, sucessor de Ibn Yasin, submeteu todo o Oeste do Magrebe, progrediu depois para Leste até às imediações de Argel, onde se encontrava em 1082. Pouco depois, chegou um apelo do rei de Sevilha: a situação da Espanha muçulmana era crítica; em 1085, o rei cristão de Castela conquistara Toledo. O dever da guerra santa impunha-se. Mas os austeros Berberes sabiam também que as cortes dos reis taifas se distinguiam pelo luxo, pela vida de prazer, pela tendência para a poesia amorosa; não era sua missão acabar com esta vida de luxúria? A sua acção foi rápida: desembarcaram em Algeciras em 1086 e esmagaram imediatamente o exército castelhano em Sacrajas (ou Zalaca). A combatividade dos cristãos, que pagavam golpe com golpe, o acolhimento dos doutores corânicos que não tinham deixado de censurar a degradação da piedade em Al-Andalus, encorajaram os Almorávidas a permanecer na península, apesar da sua preocupação de preservar a ordem e a unidade do seu domínio africano. A sua tarefa militar foi difícil: em 1111-1114 retomaram Lisboa e o curso inferior do Tejo e ameaçaram Barcelona, mas não impediram profundas incursões dos cavaleiros cristãos nos seus territórios. Os reinos dos taifas tinham-se volatilizado.

Do coração da Península Ibérica ao Sara, uma altiva ditadura consolidou-se. O rito malikita que, ao fazer apelo ao direito consuetudinário de Medina, forneceu a interpretação mais formal do Corão e da Suna, foi por todo o lado honrado. Os teólogos empenharam-se em entender literalmente os versetos em que os atributos de Alá eram sugeridos de uma maneira alegórica e poética; condenaram a obra de al-Rhazali, cuja riqueza eram incapazes de compreender; alguns tombaram numa espécie de antropomorfismo. Um governo com bases jurídicas e intelectuais tão estreitas ou tão contestáveis não podia perpetuar-se. Em Espanha, permeada pela recordação da civilização de Córdoba e dos príncipes letrados, os Berberes deixaram-se invadir pela lassidão moral. No Magrebe, elevou-se um protesto indignado contra a sua grosseira concepção de Deus. Em 1122, um primeiro levantamento, que, mercê de uma curiosa viragem, teve como pretexto a guerra santa, eclodiu contra eles no Sul marroquino. Inexoravelmente, o seu domínio africano foi-lhes arrancado. Depois, em 1144, a agitação propagou-se do Algarve à região de Valência e os chefes locais substituíram os governadores almorávidas. Tanto de um lado como do outro do estreito de Gibal-



tar, o abalo deu origem a novo poderio dos Almorávidas, novos reformadores do islão do Ocidente. Os últimos almorávidas refugiaram-se nas ilhas Baleares, de onde lançaram incursões perigosas, donde só foram desalojados nos começos do século XIII.

Os Almorávidas e o nascimento do islão negro

A aventura almorávida, cujo dinamismo específico foi depressa enfraquecido, conheceu no entanto, num teatro longínquo, peripécias cujo pormenor escapa quase completamente, mas cujo alcance merece atenção. Abalou o sector ocidental deste imenso país que os Árabes designaram por Sudão, quer dizer, o país dos Negros, e que se desenvolveria, sem diferenciação para eles, do oceano Atlântico ao oceano Índico, ao sul do mundo dos Brancos.

O islão atingira cedo os negros de África. No século VIII, os Omíadas parece terem encorajado uma expedição. As tribos berberes do deserto foram convertidos nos séculos IX e X. Mas foram os interesses comerciais, mais que as empresas militares, que ajudaram a difusão da religião muçulmana. Os Árabes do Sul, que frequentavam a costa oriental da África desde a Antiguidade, introduziram as suas crenças nas próprias feitorias: califas interessaram-se pela introdução de colónias sírias e persas; iranianos de Xiraz chegaram no século X. A prosperidade comercial encorajou a fundação de portos em latitudes cada vez mais meridionais; a ilha de Zanzibar, depois as Comores, foram tocadas. Dissidentes, como os zaiditas, encontraram asilo nestas escalas longínquas. Mas esta islamização permaneceu marginal, afectando apenas pequenos grupos de brancos e de mestiços que se dedicavam à exploração dos recursos locais.

No interior do continente, nas orlas do Sara, a influência não fora mais profunda: transportada por nómadas, adversários hereditários dos cultivadores do mato, por comerciantes, sem dúvida prontos a usar ameaças para obter satisfação, imposta por vezes por aventureiros que conseguiram de quando em quando impor a sua autoridade aos indígenas, colidiu, no Leste, com pequenos Estados cristãos da Núbia e só, na verdade, penetrou no centro do Sudão no reino de Kanem, implantado ao norte do lago Chade, diversos soberanos do qual efectuaram a peregrinação a Meca. A oeste, seguiu as pistas dos cameleiros berberes; infiltrara-se entre

41. Mesquita almorávida de Chinguetti (Mauritânia). O oásis de Chinguetti está situado numa das rotas das caravanas que ligavam o Sul marroquino a Audaghost e Gana: constituiu um dos eixos da propagação de apostolado e da conquista dos Almorávidas. *Foto Naud-Afrique-Photo.*

os Tuculores do Tekrur, até ao rio Senegal, cujo nome recorda precisamente os Sanhadjas ou Zenatas; era representada em Ghana por uma colónia de negociantes que erigira mesquitas, bem como nas feitorias da costa oriental de África: houvera doze mesquitas, perto das quais viviam muezins, leitores e doutores corânicos, segundo el-Bekri, que compôs em Córdoba, cerca de 1068, de acordo com relações de viajantes, a sua *Descrição da África Setentrional*.

Os Almorávidas transformaram estas infiltrações, estas implantações isoladas de uma religião que permanecia estranha à imensa maioria dos povoados negros, numa tomada de posse conquistadora. O reino de Gana estabeleceu-se entre o Alto Senegal e o Alto Níger; lá começavam as vias ao longo das quais o ouro e o sal eram transportados para o Magrebe. Para os Berberes, a presa era tentadora. Viu-se que, por instigação dos marabus, eles se lançaram simultaneamente sobre as cidades do reino ganiano e os oásis de Tafilalet, nas duas extremidades das pistas. Com Audaghost conquistada em 1058, voltaram-se para Gana; quinze dias de viagem apenas separavam-nos da capital; só a alcançaram em 1076, sob o comando de um primo de Ibn Tachfin, Abu Bakr. Os chefes das grandes famílias converteram-se; o país pagou tributos e a população foi mais ou menos obrigada a abraçar a religião dos vencedores. Isto sem dúvida na época em que o islão, impelido pela força dos Almorávidas, adquiriu importantes bastiões no Sudão nigeriano. O clã Keita, entre os Malinkés, uniu-se a ele; a dinastia do Songhai, cuja origem era talvez berbere, adoptou-a e transferiu a sua capital para Gao. Ao invés, os Mossis, a sul da embocadura do Niger, e os Haissas, a leste, permaneceram refractários.

O domínio almorávida desapareceu bastante depressa, pois não dispunha dos meios de se fazer respeitar durante muito tempo. Nos fins do século IX o Gana rebelou-se, mas, durante tanto tempo submetido, não recuperou o seu esplendor e a sua irradiação do passado. No Oeste, um chefe sarakollé fundou o Estado sosso. No Sul, os Keita dedicaram-se a reunir os Malinkés. A Leste, o reino songhai desenvolveu-se no eixo do rio. Nos começos do século XIII os Keita impuseram-se aos seus vizinhos e fundaram o reino do Mali.

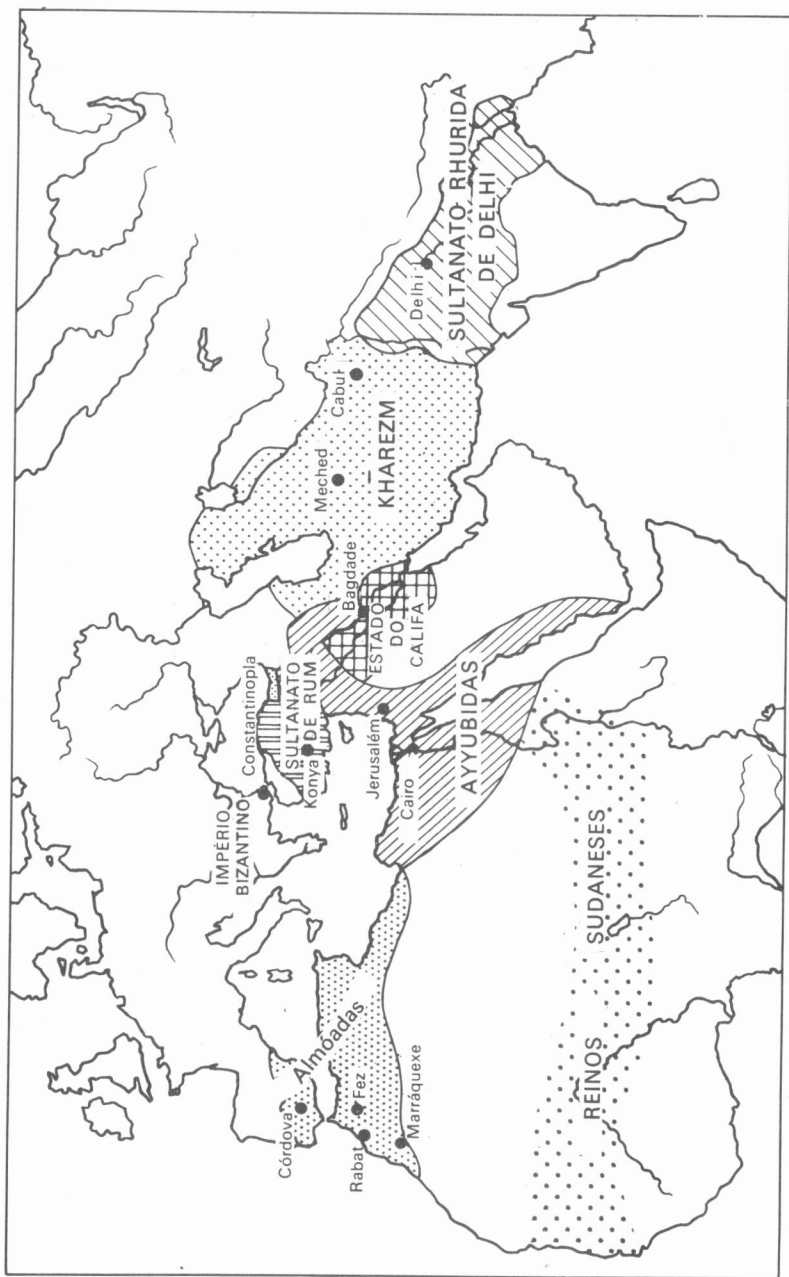
Embora a conquista almorávida fosse efémera, a islamização permaneceu, mas contaminada pelas crenças e pelas práticas locais. Os soberanos mandaram construir mesquitas; a recitação do Corão, o conhecimento da jurisprudência de Medina ocuparam o lugar de cultura sábia; a escrita árabe propagou-se; os seus caracteres estão gravados nas estelas do século XII encontradas em Gao. Mas a população manteve a sua dedicação ao paganismo, às danças

sagradas, às máscaras, aos feiticeiros; os sacrifícios humanos verificados no Gana deviam ter sido praticados então. Os reis não desdenharam da magia para aumentar a sua força e o seu prestígio. O reportório artístico acolheu apenas certos elementos novos da escrita e da música.

Um islão negro, imperfeito, impuro, mas vigoroso na própria medida em que se enriquecia com contribuições autóctones, formou-se então. Após o desaparecimento dos Almorávidas, não recebeu grande coisa dos brancos, pelo menos entre o lago Chade e o Atlântico, pois, para leste, permaneceu ramificado no Egipto; tornou-se coisa das populações sudanesas. Beneficiou do



42. Grande mesquita de Tlemcen (Argélia). Este monumento, o mais bem conservado da arquitectura almorávida, foi concluído em 1136 por Ali ben Yusuf: arcos de volta inteira assentes sobre pilares; arcos polilobados no sentido perpendicular. *Foto Boudot-Lamotte.*



O MUNDO MUÇULMANO NOS FINS DO SÉCULO XII

zelo dos Diulas, que o difundiram até aos limites da floresta; desenvolveu-se com a expansão do reino do Mali a partir do segundo terço do século XIII, poderoso Estado implantado desde a embocadura do Niger aos estuários do Senegal e da Gâmbia, cujos reis visitavam, como era devido, Meca; forçou então a entrada dos reinos haussas; só parou diante dos principados mossis dos vales altos e médios do Volta.

Esta naturalização do islão no Sudão marcou uma viragem considerável tanto no que se refere ao futuro da religião anunciada pelo Profeta como à história do continente negro.

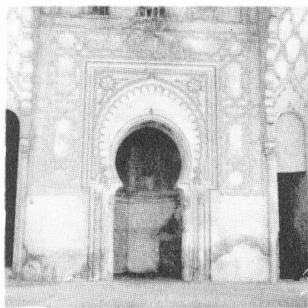
Os Almóadas

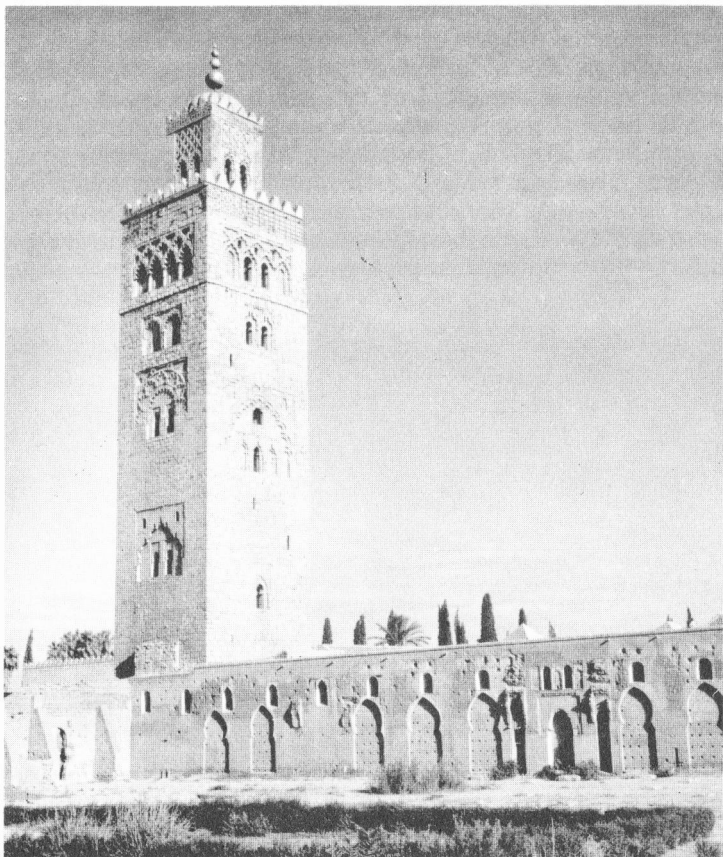
A estreiteza dos comentários corânicos e das concepções jurídicas dos Almorávidas conduziu a uma puerilidade e a uma secura com as quais não conseguiram contentar-se as almas religiosas. O protesto partiu de um berbere, Ibn Tumart, natural das mesmas montanhas do Alto Atlas que o fundador dos ribat do Sudoeste sariano. Em vez de recomendar simplesmente um género de vida, o novo reformador, formado nas escolas de Alexandria e de Bagdade, expôs nos seus escritos e nas suas prédicas uma teologia baseada na unidade divina, que despertou profundos ecos, não já entre os rudes nómadas do deserto, mas entre os berberes sedentários do Marrocos meridional.

Ibn Tumart retivera a forte substância filosófica e mística da obra de Al-Rhazali, e o interesse que representava para uma apresentação coerente da fé dos métodos racionais honrados nas madrasas. Ele alimenta uma viva aversão pelos desenvolvimentos relativos aos atributos de Alá a que os doutores almorávidas eram levados pela sua preocupação de entender à letra as menos importantes passagens da lei e achou seu dever confessar o Uno, em que se confundem todos os atributos. Esta afirmação «almoáde» proclamou-a ele nas escolas do Magrebe no seu regresso do Oriente. As contestações, a hostilidade, que o levariam a aprofundar a sua doutrina, não o desencorajaram. Em 1121-1122 encontrou por fim prosélitos entre os agricultores do Alto Atlas e do Sus. Apoiado pelo seu entusiasmo, convencido da autenticidade da sua missão proclamou-se mádi organizou os seus discípulos, os Almóadas, à maneira da comunidade fundada em Medina por Maomé; instalou-se em Tinmal e declarou guerra santa aos Almorávidas. O guia impecável elevava-se no seio do mundo berbere. Durante a sua vida, não foi recebido muito mais longe: uma tentativa contra Marráquexe malogrou-se.

O movimento teria soçobrado ou teria degenerado numa seita local se, após a desapareição de Ibn Tumart (1129), um discípulo da região de Tlemcen, Abd al-Mu'min, atribuindo-se o título de califa, não se tivesse responsabilizado pela causa com uma determinação e uma certeza comparáveis às que tinham animado os tenentes de Maomé após a morte do profeta ou os Fatímidas depois do mádi chita Ubayd Allah. Mas, desta vez, a empresa era berbere. Esta qualidade, servida pelos talentos do chefe, explica os êxitos obtidos em 1145-1146, após uma fase obscura de preparação: o Magrebe ocidental, de Marráquexe a Orão, submeteu-se a Abd al-Mu'min; os representantes da dinastia almorávida foram mortos ou assassinados. Pouco a pouco, em menos de vinte anos, o centro e o Leste da África do Norte uniram-se até à Cirenaica.

Era impossível que a Península Ibérica permanecesse afastada do novo califado. O domínio almorávida desagregava-se aí; pequenos principados renascem em torno de Córdoba, Granada, Valência, Múrcia; as forças cristãs estão dispersas para sul; um ataque ousado fora tentado contra Alméria. Foram enviados apelos aos Almóadas. Abd al-Mu'min, pensando que a sua tarefa não terminara no Magrebe, destacou um exército que ocupou o Sudoeste em 1147-1148; mas a submissão do Sudeste e do Leste foi lenta e penosa; Alméria cedeu apenas em 1157, Valência em 1171. Formou-se um grande império muçulmano que uniu todo o Magrebe ao Sul de Espanha, onde o califa era representado por um governo





45

43. Ruínas da mesquita de Tinmal. Durante o reinado de Abd al Mu'min (1130-1163), fundador do império almóada, uma sóbria mas imponente mesquita foi construída na aldeia do Alto Atlas onde Ibn-Tumart revelara ser o mádi. *Foto Baudot-Lamotte.*

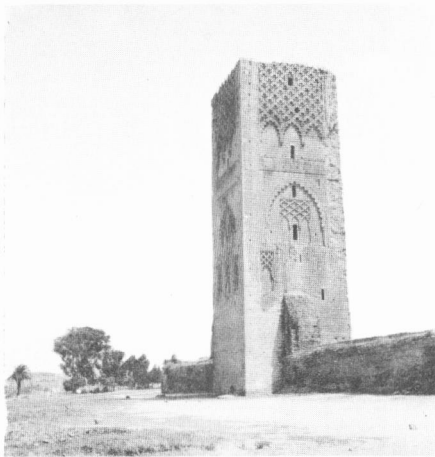
44. Mirhāb da mesquita de Tinmal. A sobriedade da decoração que rodeia o nicho que indica a direcção de Meca reflecte a austeridade da doutrina primitiva dos Almóadas. *Foto Boudot-Lamotte.*

45. Minarete da Kutubyya em Marráquexe. Abd al Mu'min construiu, nos meados do século XII, uma primeira mesquita, que foi abandonada; vêem-se os vestígios da parede de fundo (Qibla). Para a segunda mesquita, Ya'qub al-Mansur (1184-1199) encomendou esta torre, obra-prima de elegância, com 12,50 m de lado. *Foto Boudot-Lamotte.*

com sede em Sevilha. Uma vez terminado o período da conquista, ampliaram-se as trocas entre a África setentrional; para onde confluíam os produtos do Sudão, e os países cristãos do Mediterrâneo. Elevados testemunhos de arte remontam à época almóada; a Giralda de Sevilha, a fortaleza de Rabat, a mesquita de Kutubiyya de Marráquexe. A piedade do islão do Magrebe, que não abandonou a sua reverência pelos doutores, abriu-se às influências místicas que encorajaram, no povo, o culto dos santos. Enfim, libertada de uma vigilância rígida, a vida intelectual brilha com novo esplendor. Fiel à história, à geografia, à poesia, distinguiu-se por um lado



46



47

pelos progressos que fez realizar nas ciências naturais, médicas, na astronomia e sobretudo pelas sínteses filosóficas, numa tradição de reflexão independente que só raramente fora contrariada, diferentemente do que se passara no Oriente.

Ibn-Tofail, no seu romance *O Folgazão Filho do Vigilante*, expôs uma espécie de religião natural. Ibn Ruchd (Averróis), sobretudo, atribuiu à filosofia um campo independente do da teologia. Segundo ele, a Revelação corânica dirigia-se a três famílias de espíritos que não a recebiam da mesma maneira: os filósofos, os teólogos e o vulgo. Os primeiros descobriam aí o sentido mais profundo; para isto Averróis fez apelo à obra de Aristóteles, que expôs em toda a sua amplitude. Foi precisamente como comentador por excelência de Aristóteles que o Ocidente o conheceu. Os discípulos de Al-Rhazali, os doutores corânicos, acusaram-no de impiedade; embora tivesse admitido que os dados da Revelação deviam preva-

lecer sobre o raciocínio filosófico em caso da contestação, não suprimiu o mistério do facto religioso? Devido à adopção das teses do mestre grego pagão, as noções de criação e de imortalidade da alma individual não foram sapadas? As dificuldades de uma conciliação entre toda a explicação humana do mundo e do homem e de toda a fé alimentada por uma revelação foram demonstradas pela ressonância que conheceu esta grande obra.

A unidade do islão hispano-magrebino jamais foi consolidada: os reis cristãos de Espanha deram-lhe apenas breves tréguas; quando fizeram calar as suas rivalidades, reprimiram os muçulma-



48

nos e o rei de Castela lançou mesmo uma ponte audaciosa até Algeciras, em 1194. No Magrebe, de relevo fragmentado, onde uma autoridade central se fazia respeitar com muita dificuldade,

46. A Giralda de Sevilha. O minarete de tijolos construído nos fins do século XII foi sobreelevado no século XVI; tem 14 m de lado na base. *Foto Boudot-Lamotte.*

47. Torre Hasan (Rabat). Este minarete de pedras ocre bem talhadas, de 16 m de lado na base, foi construído no reinado de Ya'qub al-Mansur, o maior construtor da dinastia almóada, para uma enorme mesquita que ficou por acabar. *Foto Boudot-Lamotte.*

48. Porta da casbah dos Udaia em Rabat. A porta, pela sua forma em ferradura, vastidão e valor decorativo, perpetua a força e a majestade do domínio almóada. *Foto Boudot-Lamotte.*

eclodiram revoltas após a morte de Abd al-Mu'min, em 1163. Enfim, os últimos Almorávidas saíram do seu refúgio das Baleares em 1184, injuriaram todo o litoral de Argel a Gabes, foram mesmo até Kairuan e Gafsa, agitando as tribos árabes contra o domínio berbere. Os califas multiplicaram-se; os Castelhanos foram esmagados em Alarcos; os Almóadas desembarcaram nas Baleares em 1203 para deter as incursões dos Almorávidas. Mas em 16 de Julho de 1212 as forças cristãs desbarataram em Navas de Tolosa o exército que o califa al-Nasir concentrara no sopé da Sierra Morena. A Andaluzia estava à sua mercê. O soberano almóada abdicou e o seu império desfez-se durante a primeira metade do século XIII. Incapazes de defender a Andaluzia, os Nasridas acantonaram-se no reino de Granada. Ibn al-Arabi, que deu ao sufismo uma filosofia alimentada no neo-platonismo, terminou a sua carreira em Damasco. O Magrebe desuniu-se fragmentado nas três partes que pareciam corresponder à sua natureza: os Hafsidas a leste, em redor de Tunes, os Abdalwadidas, no centro de Tlemcen, os Marinidas a oeste, que, em 1269, proclamaram Fez como capital. Esta última dinastia de berberes zenatas procurou intervir no território dos vizinhos, para reconstituir um império; não conseguiu obter um resultado duradouro. Os Nasridas, que só pensavam na tranquilidade e na prosperidade do seu pequeno Estado, não hesitaram em servir-se dos reis cristãos para se oporem às tentativas marroquinas.

No islão do Ocidente, os Brancos tinham deixado de controlar os seus correligionários negros pouco antes da queda dos Almorávidas. Começaram eles mesmos a dividir-se após o malogro dos Almóadas.

TERCEIRA PARTE

**A EUROPA OCIDENTAL
À CABEÇA DO MUNDO CRISTÃO**

Após um milénio de existência, o cristianismo tornara-se um fenómeno europeu. As suas comunidades do Médio Oriente e da África tinham passado para a tutela muçulmana, excepto na Ásia Menor; confinadas nas suas particularidades, nas suas divisões, tinham mesmo perdido quase todos os fiéis no Magrebe. A ofensiva do islão ultrapassara a da Península Ibérica e chegara às Baleares e à Sicília. A religião cristã, ao invés, ultrapassara os limites do Reno e do Danúbio, que tinham separado o Império Romano da barbárie. Conquistara os países celtas e anglo-saxónicos, colonizara a Germânia; fizera-se acolher pelos Búlgaros, pelos Eslavos do Sul e do Oeste e, muito recentemente, pelos escandinavos da Dinamarca e da Noruega e pelos eslavos orientais da Rússia. Cerca do ano 1000 conseguira a adesão do rei dos Húngaros. Restava-lhe conquistar os povos da estepe ao norte do mar Negro, os Eslavos da Pomerânia, os Bálticos e os Finlandeses e terminar a conversão dos Escandinavos.

As origens destes sucessos eram múltiplas. Romanos e Germanos tinham operado a oeste de uma linha sensivelmente Sul-Norte, partindo de Dubrovnik no Adriático e dirigindo-se para o golfo da Finlândia, de maneira a incluir os territórios croatas, húngaros e polacos. A leste, o cristianismo grego prevalecera entre os Sérvios, os Búlgaros e os Russos. Esta diferença traduzia-se numa partilha de influências, da adesão a disciplinas, ritos, princípios espirituais cujas fontes estavam em Roma e em Constantinopla, e cuja rivalidade ia aumentando.

Esta separação religiosa era reflectida por um antagonismo político, pois, em qualquer país onde o cristianismo triunfara, a religião e a autoridade civil tinham-se confundido. O Império do Oriente representava o Estado mais antigo, o único solidamente organizado. Perpetuava o Império Romano, mas sem o Ocidente, onde se mantinha apenas no Sul da Itália, tornara-se grego, eslavo e asiático. Confrontara-se rudemente com os Búlgaros, os salteadores da estepe e os muçulmanos. O seu chefe continuava a intitular-se «imperador dos Romanos», ou em grego: *Basileus ton Romaion*. Ele era o paladino da fé e exercia os seus poderes em estreita cola-

-  Império Romano
-  Império Bizantino
-  Mundo Muçulmano



boração com o patriarcado de Constantinopla, cuja actividade eclesiástica coincidia quase com o império.

Outro império, fundado nas conquistas francas e no prestígio de Carlos Magno, encorajado pelo bispo de Roma, pretendia substituir no Ocidente o antigo Império Romano. Deslocara-se, na falta de uma boa estrutura administrativa que lhe tivesse permitido organizar a resistência aos invasores e conservar o conjunto de diferentes povos. Havia ainda um império, restaurado em 962 pelo rei saxão Oto, mas englobava apenas a Alemanha e o Norte de Itália. O jovem Oto III e seu amigo, o sábio clérigo Gerbert, que tomara o nome de Silvestre II para melhor proclamar o renovamento da aliança que unira outrora o imperador Constantino e o bispo Silvestre, sonhavam com uma união dos povos em redor do soberano alemão e do bispo de Roma. Na realidade, o reino de Borgonha, que cobria o espaço abrangido entre o leito do Ródano, o vale do Doubs e os Alpes, e o reino de França, à frente do qual uma nova família, a dos Capetos, se substituíra à dos Carolíngios, uma e outra resultantes de partilhas imperiais do século ix, conduziam-se com toda a independência. Quanto ao reino de Inglaterra, à Escócia, à Irlanda, aos reinos ibéricos, não tinham sequer feito parte da construção carolíngia. A Europa Ocidental caracterizava-se pela fidelidade unânime do bispo de Roma às pretensões do imperador e à divisão efectiva entre diversos reinos. Estes estavam ainda votados à fragmentação interna.

O século x acrescentara à Europa cristã um terceiro grupo de Estados, em consequência da maturidade política de grupos étnicos dispersos durante os séculos anteriores. Embora a maior parte dos Eslavos meridionais vivessem no interior do império bizantino ou do reino da Bulgária, os Croatas tinham conseguido formar um reino; os Estados da Boémia e da Polónia tinham-se constituído entre os Eslavos ocidentais; os Eslavos orientais, sob o impulso de aventureiros e de mercadores do Norte, os Varegues, conheciam o primeiro Estado russo, constituído em redor do eixo Novgorod-Kiev. No meio do povoamento eslavo, os invasores magiares tinham-se reagrupado. No norte, os Escandinavos tinham-se dividido entre os reinos da Dinamarca, da Noruega e da Suécia. Por todo o lado a cristianização acompanhou a edificação do Estado; começando pelo chefe, cuja autoridade sancionava, era, em seguida, mais ou menos imposto à população. Este processo favoreceu por último Vladimir, de Kiev, o magiar Vaik, e o sueco Olof Eriksson Stotkonung cerca de 1008. Embora as instituições fossem rudimentares, a assimilação, a imitação transformaram os Bárbaros em cristãos e em sedentários cordatos que aceitavam uma ordem pacífica.

Estabilizada, a Europa cristã viu espaçarem-se e amortecerem, por volta do ano 1000, os golpes que lhe haviam vibrado depois do século VII os seus invasores. Os Eslavos, fixados do lago Ladoga à Boémia e ao Mediterrâneo, faziam agora parte dela. Nas suas incursões incisivas até cerca de 1030, os vikings só alcançavam agora a franja nordeste do continente, a Inglaterra principalmente, mas ao invés ligavam ao domínio europeu a Islândia e a Gronelândia. Com os Búlgaros e os Húngaros morigerados, o perigo nómada era representado pela tribo turca dos Petchenegues, mas esta não se afastava das margens setentrionais do mar Negro. Os piratas muçulmanos, os Sarracenos, expulsos das suas bases continentais da embocadura do Liri e da costa provençal dos Maures, cujo nome evoca a sua recordação, não faziam agora senão breves incursões ora à Córsega, ora à Sardenha. Em suma, na aurora do século XI as ameaças, que tinham feito tremer a Europa e abalado os seus alicerces, estavam em nítida via de regressão.

Dos três conjuntos que compunham o mundo cristão, o mais tranquilo era o do Ocidente. A ofensiva do islão na Península Ibérica fora detida; a agitação dos Escandinavos, desencorajada pelos seus malogros durante o século IX, e de qualquer maneira marginal, cessou cerca de 1100. Entre a extremidade da Eurásia e as tribos das estepes ou os muçulmanos do Médio Oriente, interpuseram-se os jovens Estados do Leste e o velho império bizantino. Este meio protector permitiu que a seiva subisse, já vigorosa, no século X, ao ponto de alguns historiadores terem falado de uma renascença, de fazer transbordar de vitalidade e abundar em obras este Ocidente cuja civilização se espalhara pela terra inteira durante quase todo o segundo milénio depois de Jesus Cristo, que agora se completava. O império do Oriente diminui, da mesma forma que os sobressaltos provocados pelo islão se reduzem e o dinamismo das civilizações do Extremo Oriente esmorece; passou a hora dos Escandinavos; a dos Eslavos só chegará muito depois. É sob esta forma latina e germânica, cristã e romana, que a Europa adquire o seu lugar na história.

I

AS JOVENS FORÇAS DO OCIDENTE

Quadros sociais e políticos

Embora fosse corrente distinguir na organização da sociedade as três «ordens» constituídas pelo clero, pelos guerreiros e pelos trabalhadores, cujas vocações complementares correspondiam aos planos da Providência divina, os homens da Igreja e os combatentes encontravam-se tão próximos pela fortuna, pelo poder e pelo modo de vida, que existia na realidade apenas um escol, consagrado às tarefas mais honrosas, e uma massa encarregada de o manter e que lhe obedecia de alma e coração.

Os estabelecimentos eclesiásticos e os cavaleiros possuíam a riqueza e os poderes. A riqueza consistia em terras. Com os bens imobiliários, as igrejas eram dotadas, os serviços eram remunerados; era concedida protecção às pessoas comuns que se «recomendavam» aos seus poderosos vizinhos e se contentavam com tornar-se usufrutuários das terras que eles tinham cedido. Os bens de raiz eram os únicos capazes de autorizar um homem a dedicar-se à profissão das armas. No século xi, calculava-se necessário ter cem ou duzentos hectares para pagar o equipamento, manter alguns cavalos e nada fazer além dos exercícios para os combates. Os bispos e os abades, embora não usassem espada, mantinham guerreiros. Os camponeses eram obrigados a vergar-se perante um regime de exploração que repartia entre eles prestações de trabalho; empregava-os um senhor de terras. Em muitas regiões, o número dos pequenos proprietários livres (os donos de terras alodiais) diminuía consideravelmente.

Era através dos grandes proprietários de terras que se exerciam os poderes públicos. No século vii os reis tinham concedido privilégios de imunidade graças aos quais as funções administrativas, de polícia e de justiça, normalmente exercidas pelos seus

cordis ab agno superetur. qui ab eius
patientia confunditur.

INCIPIT LIBER DE REGIBUS
 i. decem reges cum agno pugnabunt.
 & agnus unget eos. qm̄ dñs dñorum
 est. et p̄ eos regnabit. et qui cū eo uocatur
 electi cōfideles. Et dicit michi. haec
 uides ubi mulier sedet. p̄pter s̄tarbe
 sunt. et gens. et lingue. et decē cor-
 nua. quē uidisti huius odio habent. & de-
 serua castrorum. et munda. et ego metui
 comedent. & ipsam comburent igni.
 & san dedit mox de eorum facere semen
 eam et erudare regnū suū bestie. usq;
 dum fundatur dicta dī. Et mulier
 quā uidisti est ciuitas magna. quē habet
 regnū sup̄ reges terrarū.



agentes, eram confiadas aos beneficiários, essencialmente estabelecimentos eclesiásticos. Depois, com o enfraquecimento do Estado carolíngio, a transferência da autoridade pública acelerou-se. A princípio, os representantes do soberano — duques, marqueses, condes — tinham-na conservado para si e transmitido aos seus herdeiros. Depois, no século xi, a desagregação desceu ao nível dos subordinados dos antigos altos funcionários, nomeadamente dos castelões que ocupavam as fortalezas. Essa desagregação do poder realengo processou-se desigualmente. Deteve-se nos duques, nos condes e nos bispos na Alemanha e no Norte da França; foi mais além noutros lados. O poder de mando, a que se dava o nome de *ban*, era assim partilhado por uma infinidade de detentores que davam ordens, impunham impostos, e julgavam. Os habitantes do Ocidente dependiam de uma nebulosa de senhorios desta ordem, a que estavam sujeitos.

No seio da classe dominante dos guerreiros era indispensável uma organização. Esta adveio de relações de carácter pessoal. O rei carolíngio acreditara assegurar a sua autoridade ligando a si os principais funcionários e dignitários da Igreja, através de um compromisso de dedicação; quisera consolidar o Estado através da vassalagem. Se os seus intentos se malograssem, deixava o exemplo de um enquadramento social. Os senhores da fortuna e do poder ligaram-se entre si por meio de ritos de claro significado; o mais forte estendia as mãos àquele que, ajoelhado diante dele, estendia as suas para se tornar seu vassalo; esta «homenagem» era acompanhada de um juramento de fidelidade e muitas vezes selada por um beijo que os dois contratantes davam um ao outro na boca. O senhor tinha a obrigação de proteger o seu vassalo que, em troca, lhe devia a sua fé, o seu conselho e o seu auxílio. Mas doravante a relação pessoal permanecia inseparável da relação real. Os vassalos cada vez menos numerosos residiam, à moda antiga, na propriedade do senhor, contentando-se com ser alimentados e equipados por ele. Os vassalos recebiam terras que lhes permitiam prestar os serviços que os seus senhores esperavam deles. Tornou-se habitual denominar de «feudos» as concessões antes designadas por «benefícios». Os bens de raiz foram englobados na mesma teia de dependências que as dedicações; as vassalagem e o feudo eram indissociáveis. Prestados a homenagem e o juramento de fidelidade, o senhor investia o vassalo do feudo que era a sua garantia material. E este elemento adquiriu tal importância que o regime, que combinava as relações de pessoas e as de terras, foi caracterizado pelo seu segundo aspecto: o regime feudal.

Assiste-se, no século xi, à expansão desse tipo de organização, embora conviesse introduzir nele matizes e notar que o Sul da França, o Saxe, a Frísia, a Itália não o adoptaram no mesmo



50

grau que as regiões situadas entre o Loire e o Reno que, no centro da Europa carolíngia, tinham estado mais habituados à vassalagem e à distribuição de benefícios. Muito depressa, o regime feudal criou bases duradouras, ao admitir a hereditariedade dos feudos e das promessas correspondentes. Depois isto complicou-se por causa da pluralidade das homenagens que o mesmo homem foi levado a prestar. As palavras de conselho e auxílio, bastante vagas para caracterizar as obrigações do vassalo, foram precisadas; distinguiram-se casos em que o socorro devia ser dado sem discussão. Teve de se prever a eventualidade de uma sucessão feminina ou infantil. Elaboraram-se costumes. Todos tenderam a reforçar os direitos do vassalo, apesar das precauções tomadas para salvaguardar os do senhor.

A sociedade política era assim constituída por um mosaico de clientelas vassálicas, mais ou menos abundantes, reunidas em torno de duques, de condes, de castelões, de bispos, de abades de grandes mosteiros. O sinal visível da autoridade dos chefes era o castelo, casa forte nas cidades, simples torre de madeira, erigida num cómodo natural ou artificial nos campos, rodeada de um fosso e de uma paliçada, e depois, cada vez com mais frequência no século XI, um torreão de pedra, quadrado, em seguida redondo,

50. A entrega das armas ao jovem cavaleiro. A cena é completamente profana: o rei Warmund ata o cinturão de Offa; as esporas estão fixas nos sapatos; à direita, o adolescente adornado com o traje antes de receber o escudo e a auriflama (*Historia of Offa Rege* de Mathieu Paris). Londres, Museu Britânico. Foto Hachette.

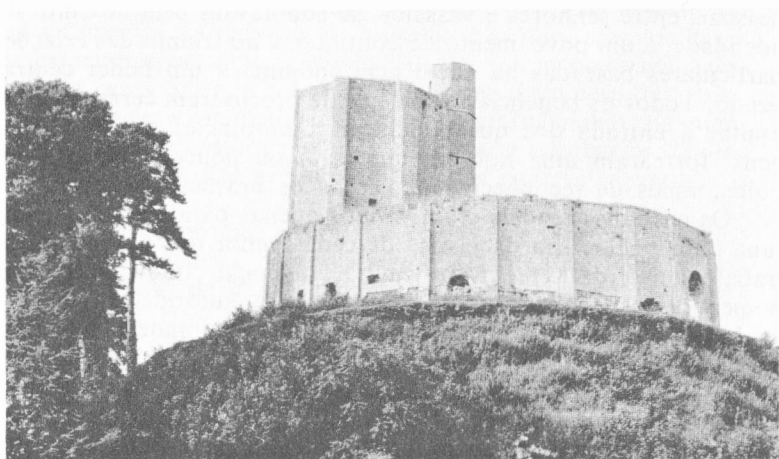
protegido por obras pouco a pouco melhoradas de maneira a arranjar um refúgio para a gente da planície. Entre outros, o duque da Normandia, o conde da Flandres e o conde de Anjou conseguiram manter um direito superior de justiça, de atribuições extensas, de agentes fiéis, de vassalos disciplinados, governando principados territoriais que ofereciam o melhor exemplo do que era a construção social e política da Europa ocidental nessa época. Os soberanos ficaram limitados aos mesmos métodos: dedicaram-se a explorar ora os senhorios de terras e os direitos de todos os géneros que compunham o seu próprio domínio, ora a governar os seus vassalos directos, a recrutar outros: o rei de França, cujo principado familiar não ultrapassava o centro da bacia parisiense, só obteve resultados razoáveis no primeiro terço do século XII.

A aristocracia dirigente conheceu apenas as leis feudo-vassálicas, aceitou apenas a justiça da corte onde o chefe, rodeado pelos seus vassalos, resolvia os diferendos ocasionados pela ruptura de fidelidade ou pelas infracções ao costume dos feudos. Embora a questão respeitasse a partes dependentes de duas associações diferentes não havia nenhum procedimento obrigatório por falta de um poder superior capaz de o impor. Restava o recurso à força: foi esta a origem das guerras privadas. Mas seria injusto, ao exagerar a importância desta carência, esquecer que as pequenas regiões, no quadro das quais era exercido o governo dos homens, os contactos pessoais entre senhores e vassalos, se adaptavam bem ao culto da fidelidade, a um povoamento descontínuo, e ao triunfo das relações particulares baseadas na obediência anónima a um poder centralizado. Todos os beneficiários do regime procuraram cerrar fileiras, limitar a entrada dos que pudessem comprometer as suas linhagens: formaram uma nobreza que arranjou pouco a pouco símbolos, sinais de reconhecimento, como os brasões, as armas.

Os costumes feudais eram válidos apenas para o escol da fortuna e do poder. Era da justiça de cada senhor que dependiam os trabalhadores da terceira ordem. A distinção tradicional entre homens livres e escravos, uns submetidos à autoridade pública e os outros à dos seus senhores, não tinha já grande significado. Todos os exploradores da senhoria constituída pelos bens de raiz, todos os habitantes da senhoria banal eram obrigados a respeitar e cumprir os mesmos deveres. No primeiro caso, os rendeiros faziam corveias que permitiam ao proprietário valorizar a parte de terras que lhe estava reservada; faziam-lhes entregas em espécies e acessoramente em dinheiro; eram julgados por ele por tudo o que se referia à «lei da terra». De extensão mais vasta, a senhoria banal correspondia às atribuições económicas, policiais, militares e judiciais que exerciam, em toda a comunidade, os chefes responsáveis; impunha taxas sobre a circulação de mercadorias (portagens,

imposto de terrádigo), sobre os mercados, sobre o uso do moinho, do forno, da prensa do lagar que lhe era possível pôr à disposição dos sujeitos; levantava impostos; reclamava carros, abastecimentos, rondas ao castelo, o acompanhamento de cavaleiros em campanha; assegurava a ordem, infligia castigos e penas.

Existia apenas uma categoria bastante estrita de dependentes inferiores: os servos, designados mais explicitamente ainda pela expressão de «homens de corpo». Estes estavam apenas ligados ao seu proprietário, que lhes proibia deslocarem-se e que não aceitava o seu casamento fora da sua gente servil ou a transmissão dos seus haveres aos filhos senão mediante direitos de casamento contrário à lei feudal ou mão-morta. Já se mostrou que as captações não foram exigidas apenas dos homens de corpo e que o senhor banal podia exigir-lhes também. Quem era esta pobre gente? Descendentes de antigos escravos, pois a escravatura só estava então em vigor nos limites da Europa cristã, onde era alimentada por pagãos e muçulmanos. Os indivíduos que se tinham dedicado ao santo patrono de um santuário e cujos descendentes permaneciam à disposição do estabelecimento. Vagabundos que não encontravam outro meio de se inserirem na sociedade. Os seus efectivos não eram certamente formados por mais de um décimo da população.



51

51. Castelo de Gisors. Esta obra, situada nos confins do condado da Normandia e do domínio do rei de França, desempenhou papel importante dos fins do século XI aos fins do século XII; eleva-se sobre um cômoro; um recinto poligonal está ligado ao torreão octogonal. *Foto Janet le Casine.*

Na categoria dos servos as situações eram bastante diferentes. Os mais miseráveis habitavam as dependências da casa senhorial, de que eram criados domésticos. Outros cultivavam hereditariamente terras. Alguns serviam de agentes na administração do senhor, recebiam as suas rendas, vigiavam nas suas florestas e caminhos: eram os «ministeriais», que, graças à confiança ou à negligência dos senhores, tiveram por vezes um modo de vida de uma influência de facto que os aproximava da nobreza que, na Alemanha, renovaram mais tarde.

Era esta a sociedade compartimentada, rural e militar que moldara a partir do século X os impulsos novos, que a transformaram e a puseram em marcha.

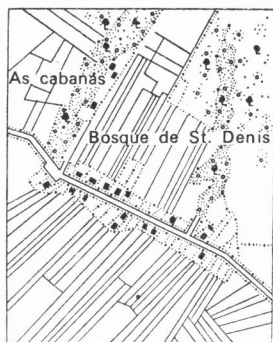
Impulso demográfico e progressos económicos

Na base convém certamente colocar o impulso demográfico. Uma estatística plausível atribui cerca de 1 100 000 habitantes à Inglaterra em 1086 e 3 700 000 em 1348. Todos os índices sugerem que os homens eram mais numerosos: a criação de novos lugares de habitação, a colonização de terras virgens, a extensão das superfícies urbanas, o recrutamento de novas milícias domésticas. Essa vitalidade não se deve no entanto a uma mais forte natalidade, pois não se consegue detectar qualquer alteração nos costumes, mas mais a um índice de mortalidade menos elevado; as destruições provocadas por invasões reduziram-se, a segurança foi mais bem assegurada e os riscos decorrentes da fome tornaram-se menores. Tudo está ligado: os homens, mais numerosos, tinham necessidade de mais alimentos; os progressos técnicos melhoraram a produção e esta, mais abundante, impediu as mortalidades catastróficas que a subalimentação, cúmplice das doenças, desencadeava. A penúria assassina do século XI espaçara-se, limitara-se a acidentes locais nos séculos seguintes.

Melhorias de carácter prático foram imaginadas ou difundidas sob o império da necessidade: substituição da madeira pelo ferro para revolver a terra, uso de charruas de rodas e a alveca para rasgar os solos duros e profundos, reconstituição do húmus por margagem, recurso à grade de esterrear, extensão dos canais de irrigação. A construção de moinhos a água, conhecida desde há muito no Oriente, multiplicou as fontes de energia e libertou os homens; em 1086 contavam-se cerca de cinco mil na Inglaterra. A ferragem dos animais, a atrelagem em fila, o cabresto para o cavalo, o jugo frontal para os bois, aumentaram as possibilidades de tracção. As raças animais adquiriram vigor e o cavalo assegurou durante muito tempo um lugar de honra entre o gado e os animais domés-

ticos. Estes progressos desenvolveram-se principalmente na metade setentrional da Europa ocidental; foi aí que se experimentou e se adoptou pouco a pouco o afolhamento trienal que deixava em pousio somente um terço do *finaje*, quando a antiga rotação bianual, que proporcionava culturas só na metade do solo explorado, foi conservada no Sul, onde se adaptava melhor ao clima e à natureza das terras.

A geografia rural do Ocidente foi sensivelmente modificada. No século IX, as herdades, que eram as unidades familiares de



52

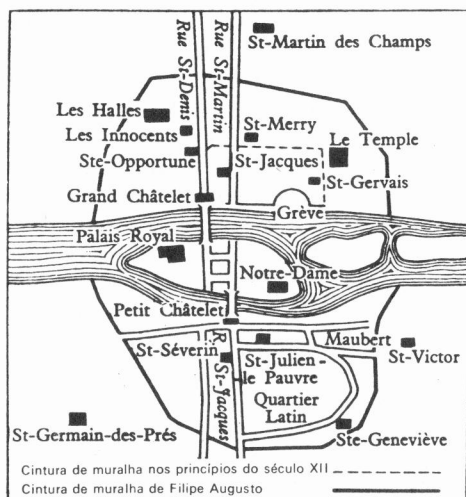


53

52. Um terreno arroteado: Bosque de Saint Dennis (Aisne). Ao longo do eixo de arroteamento, as casas e os jardins; atrás, os campos recortados em extensas faixas nas margens do terreno. Segundo Le Goff: *La civilization de l'Occident médiéval*. Foto Foliot.

53. Aldeia de colonização na Alemanha oriental. Casas de habitação, edifícios de exploração, jardins, plantas de culturas delicadas estão reunidas em redor da igreja e do pastio central. Segundo Bechtel: *Wirtschaftsgeschichte Deutschlands*. Foto Foliot.

exploração, tinham recebido várias famílias ou haviam sido fragmentadas; o método foi retomado e a herdade dividida em quartos ou mais. O proprietário de bens de raiz imaginou também dividir em lotes uma parte da reserva que conservara em *faire-valoir* directo. Mas esta mais densa ocupação de clareiras cultivadas não bastou. Após a ocupação dos bosques e dos terrenos em pousio limítrofes, o abate das matas, o desbaste das charnecas, a secagem dos pântanos e dos vales fundos foram empreendidos por colonos que estenderam as suas novas aldeias ao longo do eixo de conquista ou ergueram novas casas, alinhadas num plano geométrico, no centro do espaço arroteado. A toponímia registou estas vitórias. Muitas florestas desapareceram e as bordas dos pântanos,



54

que tornavam inospitais tantos sectores do litoral europeu, do baixo Poitou ao estuário do Elba, começaram a ser saneadas e exploradas.

O arejo da paisagem, a criação de centros de povoamento, a aproximação de grupos humanos, a tentação de circular, modificou a organização da sociedade rural. A associação da reserva e das concessões tornou-se caduca. Diminuída, a parte do proprietário já não exigia prestação de serviço; este foi substituído por foros. O senhor não podia reclamar aos exploradores das novas parcelas,

54. Expansão de Paris nos fins do século XII. Segundo Duby e Mandrou: *Histoire de la civilisation française*. Foto Folliot.

os «hóspedes», o mesmo conjunto de prestações que ele tirava outrora das herdades; as suas exigências tornaram-se mais moderadas, representadas nomeadamente por um foro, que significava a renda da terra, e denominou de «*sensives*» as novas concessões. O senhor da terra deveu doravante a sua fortuna às entregas de cereais, de vinho, que vendia, pois tinha apenas poucos servos domésticos para manter; se exercesse o direito banal, tirava proveito dos seus direitos de comando e de justiça. O camponês, menos vigiado, liberto de trabalhos que efectuava sem ardor por conta do senhor, foi encorajado a aumentar a produção; o rendimento ultrapassava correntemente a proporção miserável de três vezes a quantidade de sementes; os preços subiram regularmente por causa do aumento da procura.

Inseparáveis do desenvolvimento agrícola, foram o renascimento das cidades e a reanimação das trocas. Não era já possível contentar-se com pequenos mercados locais, frequentados pelos habitantes das senhorias vizinhas, cujas disponibilidades materiais eram bastante escassas. Foi preciso expor os géneros num lugar bem situado. Lá, onde a marca da civilização romana ainda estava impressa, cidades adormecidas sob a tutela do seu bispo e dos seus clérigos, comodamente situadas em recinto elevado sob o Baixo Império, despertaram; no sopé dos seus muros, um aglomerado, um «burgo», digamos, eram implantados se o espaço interior oferecido era demasiado exíguo. Quando a tradição urbana desapareceu ou foi interrompida, novas cidades surgiram como cogumelos ao longo do Escalda, do Mosela, do Reno; outras foram criadas no Leste da Alemanha, mercados e bases missionárias nas proximidades dos territórios eslavos. Encruzilhada de caminhos, etapa nos cursos de água que forneciam os melhores meios de transporte sob climas temperados, a cidade foi também um centro de artesanato. As oficinas dos grandes proprietários rurais tinham sido encerradas no momento em que a economia dominial fora desmantelada. Especialistas fabricavam as ferramentas, os utensílios, o vestuário exigido por uma população aplicada à valorização da terra. Pequenas invenções, melhorias práticas devem ter sido originadas devido a este impulso.

Economia comercial, a economia urbana não podia funcionar sem símbolos monetários. Cunhou-se maior número de moedas, mas como não se encontrava metal em quantidade suficiente, a qualidade das moedas baixou e o seu curso declinou, favorecendo a alta dos preços. A circulação do numerário deu principalmente lucro à nobreza que vendia os excedentes das suas rendas camponesas; a aristocracia gostava de gastar, manifestar a sua superioridade através do luxo.

Acima do bruxuleio dos grandes centros iluminados através do Ocidente, algumas cidades apresentavam um vivo resplendor. Umias recebiam do Oriente os artigos raros e preciosos, cuja clientela aumentava: portos de Itália, Veneza, Bari, Analfi, Nápoles, Pisa, Genebra. As outras, para satisfazer os mesmos compradores endinheirados, adquiriram a sua reputação no século XII ao organizar as múltiplas operações da fabricação de panos espessos, de alta qualidade: cidades do Nordeste, Beauvais, Amiens, Arras, Saint-Omer, Ypres, Bruges, Gand — abastecidas de lã pelas suas planícies e pela Inglaterra.

As cidades atraíram os homens: os habitantes dos campos, vindos por vezes de longe, bufarinheiros, servidores das administrações senhoriais; com os antigos ocupantes, formaram uma população nova, os burgueses, de entre os quais depressa saíram os comerciantes que recebiam e difundiam as mercadorias de preço, manejavam muito numerário, distribuíam o trabalho aos artesãos. Na Itália, no Sul da França, os nobres, que tinham conservado residências urbanas, dedicaram-se às actividades mercantis; no resto da França, na Alemanha, preferiram as suas casas de campo e acreditavam enobrecê-los o facto de exercerem apenas a profissão militar.

O estatuto das cidades não correspondia à sua nova vocação; não era diferente do das aldeias. Os burgueses, que se tinham dirigido para a cidade para se livrar dos constrangimentos rurais, que contavam apenas com a sua actuação para fazer fortuna e que animavam uma economia cuja moeda, e já não a terra, era o fundamento, não podiam acomodar-se a limitações. Solidários devido ao seu modo de vida e às suas ambições, agruparam-se; uniram-se por vezes através de juramento, de modo que constituíam uma comunidade jurada ou «comuna». As suas reivindicações surgiram às claras na primeira metade do século XI, nas cidades da Itália setentrional. Em seguida, depois de 1850, no Norte da França e nos Países Baixos. Mas seria bastante inexacto representar a «revolução comunal» como uma série de levantamentos sangrentos, reprimidos ou vitoriosos. Foi uma lenta, forte, inevitável pressão que prosseguiu até ao século XIII e deu à cidade a sua organização própria. As modalidades foram de extrema variedade. O governo foi dado à associação de burgueses que escolhia os magistrados municipais — presidente do município, almotacés, jurados, pares, conforme o tipo setentrional, cônsules, conforme o tipo meridional; a cidade transformou-se em senhoria colectiva. Ora os senhores admitiram apenas que os seus direitos fossem restringidos; a cidade era «franca». Por todo o lado os habitantes ricos reservaram-se o exercício dos poderes, o desfrute dos direitos da burguesia.

As comunidades camponesas não permaneceram afastadas da emancipação. Os senhores que quiseram desbastar os seus bosques foram os primeiros a compreender que era preciso oferecer benefícios aos colonos; as suas «cartas de povoamento» definiram de maneira limitativa os rendimentos e os direitos que conservaram. Mas era necessário evitar a deserção das antigas aldeias em proveito das novas; no século XII foram garantidas isenções às velhas comunidades, quer por carta outorgada pelo senhor, quer por declaração conjunta dos habitantes e do senhor. Aconteceu mesmo que a administração foi entregue aos aldeões.

Característica de assinalar: a grande mutação jurídica e social das cidades e dos campos do Ocidente foi inscrita nos textos; correspondia ao impulso cultural que fazia triunfar a expressão escrita sobre a transmissão oral. Algumas cartas serviram de modelo. Eram feitas de uma sucessão de precisões de pormenores; concediam «liberdades»; tentavam inserir o melhor possível organismos novos no regime feudal. Todavia, as cidades eram corpos estranhos na hierarquia das dependências pessoais e inatas; foram dificilmente adaptadas às exigências da feudalidade. A visão trinitária da sociedade foi deste modo abalada. A diversificação da terceira ordem inclinou pensadores a substituir a partilha entre vocações providenciais por uma divisão mais realista em categorias profissionais. A servidão, avatar da imemorial servidão, estava deslocada neste clima de expansão. As cartas das cidades e das aldeias novas libertaram os homens de corpo que não tinham sido requisitados pelos seus senhores após um ano e um dia; «o ar da cidade torna a pessoa livre», proclamou um adágio.

O renascimento religioso

O temporal e o espiritual estavam demasiado misturados nas cristandades como nos mundos do islão para que o renascimento da civilização não apresentasse um aspecto religioso.

A Igreja vivia como uma grande potência secular. Tinha grandes propriedades constituídas por bens de raiz. A bispos, abades, fora concedido o direito de senhores banais; principados eclesiásticos tinham nascido no Norte da França e na Alemanha. Os temporais das igrejas estavam comprometidos nos laços de

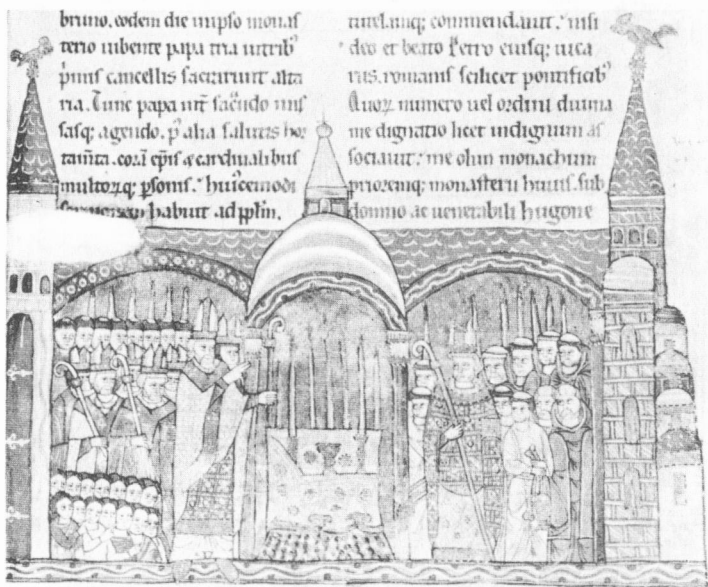
55. Saint-Martin-des-Champs (Paris). O rei Filipe I deu à ordem de Cluny em 1079 a colegiada parisiense de Saint-Martin-des-Champs, fundada por seu pai Henrique I em 1059 ou 1060. O cortejo dos monges negros, em baixo, na gravura, significa uma importante vitória da ordem de Cluny, que se instala no coração do domínio capetiano. Paris, Biblioteca Nacional. *Foto Larousse.*

Ne uideri lenire quis quisque amice.
 sit sibi martiri iacet inq[ue] pre sup[er]ni.
 Quicquid audit martiri non de odit
 tunc zelus dominantis amore philipp[us].
 Non op[er]e spiritus s[an]cti s[ed] f[aci]m[us] iure creuit.

Et me de uide q[uod] habebat p[ro]dia p[re]d[ic]ti.
 Martino scilicet addit hic saloni in c[on]m[un]e.
 Non sola sc[en]a s[ed] tota tradidit c[on]m[un]e.
 Ad disponendu[m] uel q[uod]libet ad faciendu[m].



dependência, o soberano ou o príncipe dava um feudo ao bispo e enviava-lhe o báculo e mesmo o anel; impunha os seus candidatos com desdém do princípio canónico da eleição. Os três Otos, depois as principais famílias da aristocracia de Roma não procederam de maneira diferente com o titular da sé apostólica. Nos mosteiros, os senhores entregavam o cargo abacial a parentes ou usurpavam fracções do património para formar feudos destinados aos seus vassallos laicos. Os capítulos foram invadidos por filhos mais novos da aristocracia que assumiam uma posição ao perceberem uma parte dos rendimentos canónicos, a prebenda. Os proprietários de bens de raiz, que tinham fundado e dotado igrejas paroquiais, consideravam-nas como concessões atribuídas a um dos seus dependentes munido de ordens sacras. Os laicos tiravam proveito das dízimas.



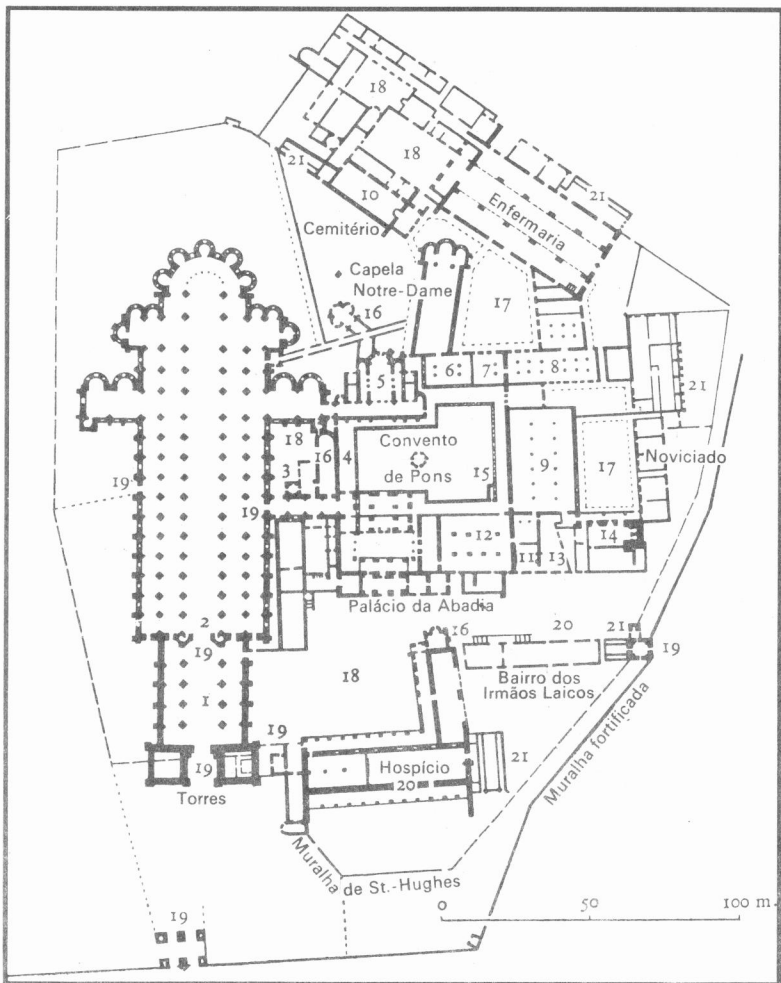
56

56. Consagração da terceira abadia de Cluny (1095). O papa Urbano II (à esquerda) consagrou numerosas igrejas no decurso da sua viagem pela França; procedeu nomeadamente à consagração do altar-mor da grande abadia que o abade Santo Hugo de Semur (à direita) empreendera em 1088. Paris, Biblioteca Nacional. Foto *Arquivos Fotográficos*.

57. Planta de Cluny. A abadia de Santo Hugo estendia-se sobre 181 m: do imponente conjunto de edifícios restam apenas fragmentos muito reduzidos, mas de uma poderosa força de sugestão. Segundo Conant: *Carolingian and romanesque architecture*. Foto *Foliot*.

Os reformadores denunciaram de tal modo os vícios do sistema que não se via mais que esses vícios: o tráfico dos sacramentos e das funções religiosas, denominado de simonia; a indignidade dos clérigos que mantinham mulheres e filhos, isto é, o nicolaísmo. Mas nem todo o pessoal eclesiástico chafurdava no deboche apesar de não respeitar a castidade. E o domínio dos poderes civis não impedia a escolha de prelados excelentes: Henrique III, quando foi a Itália em 1406 depôs os três papas concorrentes e substituiu-os sucessivamente por bispos alemães, um dos quais Leão IX (1049-1054).

É em primeiro lugar no interior do mundo feudal que se deve encarar a obra da Igreja. Dada a carência de autoridade real em França, a ausência de regras de justiça respeitadas por todos, concílios, os primeiros dos quais se efectuaram na Aquitânia em 989



e 990, preocuparam-se em subtrair as pessoas e os bens dos clérigos às violências dos senhores; ameaçaram de excomunhão os que violavam esta «paz de Deus». Assim foi lançado o movimento, que depois se ampliou durante todo o século XI e prosseguiu até cerca de 1150. Estendeu-se aos leigos sem defesa — mulheres, órfãos, mercadores, rústicos —, depois, sob a forma da «trégua de Deus», condenou o recurso às armas durante vários dias da semana, nas grandes festas e no decurso da quaresma. Para garantir estas disposições, os concílios exigiram o juramento dos cavaleiros e converteram os tribunais eclesiásticos em juízes de infracções.

A Igreja tentou disciplinar a ordem dos guerreiros. Pouco a pouco deu-lhe um ideal. A cerimónia de iniciação à carreira militar, a armação de cavaleiro, tomou uma coloração cristã; o jovem nobre foi «ordenado» para salvaguarda dos fracos, para serviço das causas justas. Estas preocupações animaram o apelo que o papa Urbano II fez, em 1095, em Clermont: no concílio, a paz foi renovada sob a autoridade do chefe da igreja romana; depois este revelou aos cavaleiros as misérias dos cristãos do Oriente, suplicou-lhes que libertassem o túmulo do Cristo insultado pela presença dos muçulmanos, prometeu a remissão dos pecados e a entrada no Paraíso àqueles que morressem nestes combates.

Alguns pensaram que lhes bastaria introduzir a reforma moral na clerezia para lhe restituir a sua dignidade. Os monges não tinham conseguido a aplicação da regra de São Benedito, pela diligência primordial da oração, na ordem de Cluny, com muitas centenas de casas, nos conventos ingleses fundados por São Dunstan e nas abadias que chamaram a si reformadores lorenos e italianos? Desta maneira, o esforço de purificação não consistiu em expulsar sacerdotes e bispos indignos? Um santo homem, Pierre Damien, tornou-se paladino deste método. A partir dos meados do século XI, os papas, os concílios provinciais condenaram a simonia e o nicolaísmo, procederam a deposições. Em Milão, fiéis — os Patarins — levantaram-se contra os clérigos culpados: índice do interesse que o povo cristão dedicava à pureza da sua Igreja. Os mais exaltados supuseram inválidos os sacramentos conferidos pelos simoníacos e pelos concubinários.

Mas bastava desembaraçar a clerezia dos seus elementos pútridos? O mal não seria mais profundo? Não residia ele na confusão das instituições eclesiásticas e da sociedade laica? Cluny oferecia um exemplo de separação: a célebre abadia borgonhesa era propriedade dos apóstolos Pedro e Paulo, representados pela Igreja Romana, e elegia livremente o seu abade. Os mosteiros e as suas filiais foram subtraídos em seguida à jurisdição dos bispos e ligados ao papa em virtude do privilégio romano da isenção. Não se poderia estender a solução? Nos meados do século XI foi iniciado o com-

bate pela liberdade da Igreja. Os prosélitos lorenos de Leão IX denunciaram a investidura dos cargos eclesiásticos nos laicos como a raiz principal da desordem. Em 1059, aproveitando-se da menoridade de Henrique IV, o papa Nicolau II publicou um decreto que submetia praticamente a escolha do bispo de Roma ao pequeno colégio de cardeais. Outro cânone reprovava a intervenção dos laicos na investidura das igrejas.

Nos começos de 1075, Gregório VII, que, antes da sua eleição, fora um dos instigadores da política reformista, renovou esta interdição e, para justificar a sua acção, fez inscrever nos registos da sua chancelaria uma série de breves propostas que afirmavam a superioridade da Igreja Romana sobre todas as igrejas e o poder do seu chefe sobre todos os soberanos da Terra, que o papa tinha a faculdade de depor. Depois, apoiado no seu direito, impôs, através de concílios, de legados, o respeito de condenação pronunciada. Tal foi a origem das querelas das Investiduras.

O imperador opôs-se com todas as suas forças às prescrições pontificais, pois o controlo dos bispos constituía a base mais sólida da sua autoridade. Arranjou um rival em Gregório VII, cuja deposição fez pronunciar, em resposta à que o atingira. Surgiu uma solução para o conflito quando os canonistas verificaram que o poder do bispo dizia respeito a duas ordens de coisas completamente diferentes: responsabilidades espirituais, que só podiam ser do domínio da Igreja, e bens e direitos temporais, que o senhor laico podia legitimamente conferir. O compromisso foi aplicado na Inglaterra e na França a partir de 1107, depois, após novas peripécias dramáticas, na Alemanha, graças à «concordata» de Worms em 1122. Os cónegos da catedral elegiam o bispo; o metropolitano consagrava-o e o príncipe enviava-lhe o seu poder temporal através do ceptro, e já não do báculo e do anel do pastor.

Foi ainda mais difícil tirar as igrejas paroquiais das mãos dos numerosos proprietários. Todavia, da mesma maneira que no século X os grandes tinham restituído as abadias, os senhores consentiram em transferir para os mosteiros, para os capítulos ou para os bispos os seus direitos sobre as igrejas paroquiais. Quando os conservavam, aceitavam apresentar apenas o seu candidato ao bispo que os nomeava. Nem para as funções inferiores, nem para os altos cargos, aos quais os príncipes tentaram fazer aceder clérigos que recomendavam aos eleitores, o sucesso foi completo.

O que se denomina reforma gregoriana procurara separar a Igreja do mundo em nome da liberdade. Mas não era a própria Igreja que seria preciso transformar? Uma corrente de piedade punha em evidência a «via apostólica», a simplicidade, a pobreza



58

das comunidades fraternas das primeiras eras cristãs. Cabia aos cônegos que asseguravam a oração pública nas catedrais e aos colegiais. Uns voltaram à observação do regulamento estabelecido em 816. Os outros constituíram associações novas, como em Saint-Ruf, Saint-Victor de Paris, Prémontré, centros de outras tantas congregações que encontraram uma regra nos textos atribuídos a Santo Agostinho: os cônegos dedicavam-se ao trabalho manual, viviam pobremente mas, diferentemente do monaquismo, puderam trabalhar entre o povo, em hospitais, ensinando, pregando, entregando-se mesmo ao ministério paroquial.

O desejo de pobreza era ainda mais bem satisfeito pela fuga dos lugares habitados e explorados, pela retirada para o «deserto»: os Orientais tinham expresso desde há muito esta espiritualidade. A tradição eremítica, que provavelmente não fora interrompida, ampliou-se. Mas a reputação dos eremitas, os seus somatórios de penitência atraíram discípulos e os solitários foram levados a impor uma disciplina, uma organização aos grupos que se tinham formado espontaneamente em redor das suas cabanas. As novas famílias monásticas foram caracterizadas pelo afastamento do secular, pelo desdém pelas riquezas, pela severidade da observância: ordens de Camaldoli, de Santo Romualdo, de Vallombreuse, de São João Gualberto na Itália central, da Sauve-Majeure e de Gradmont na Aquitânia, de Savigny e de Tiron no Oeste de França, da Cartucha graças a São Bruno de Colónia, nos Alpes. Nenhuma fórmula adquiriu um prestígio comparável à de Cîteaux; Robert de Molesme e os seus companheiros edificaram as suas cabanas em 1098 nos pântanos das orlas do Saône; propuseram-se confor-

58. Monge ceifeiro. O cisterciense trabalha com as mãos; cultiva a terra ou copia e ilumina manuscritos (Psautier de Cîteaux). Biblioteca de Dijon. Foto Archives photographiques.

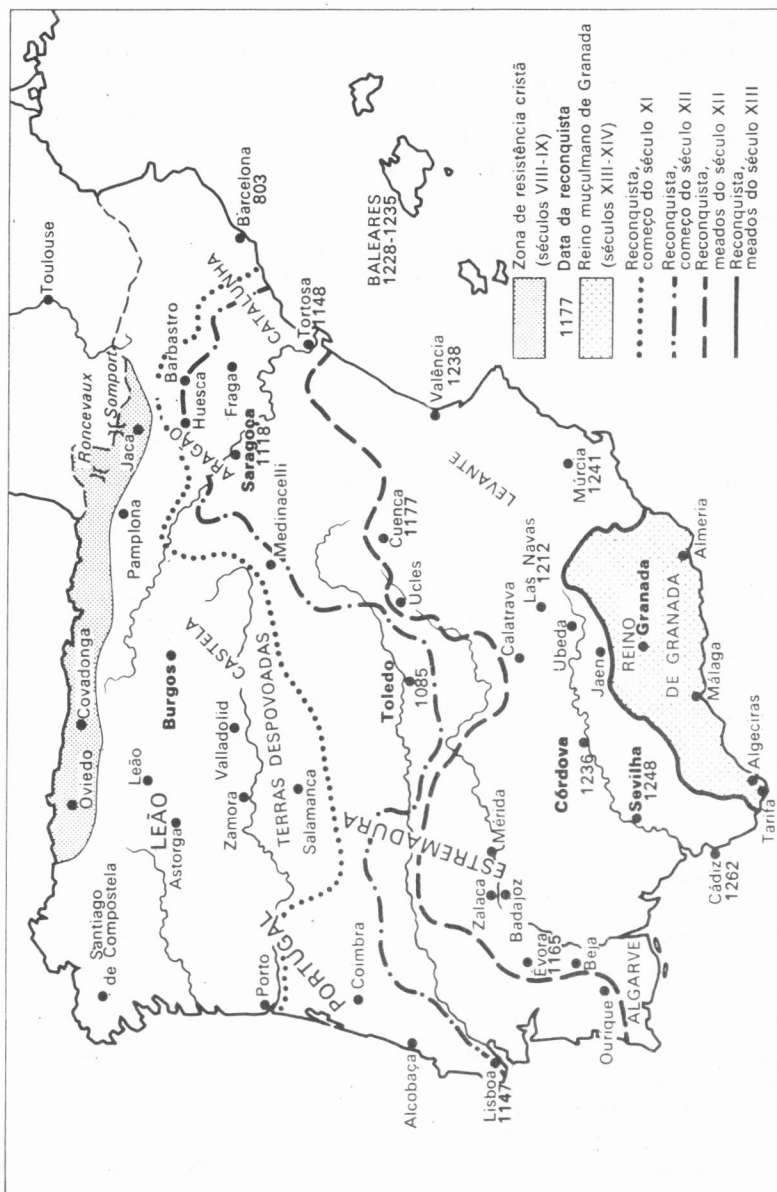
mar-se com a regra beneditina em todo o seu rigor. Os seus sucessores e especialmente um jovem nobre, São Bernardo, que chegou em 1112, deram à pobre comunidade uma irradiação relâmpago. A ordem cisterciense implantou mais de quinhentos mosteiros através de toda a Europa no século XII. Recusou a propriedade de bens de raiz e procurava a sua subsistência nos estabelecimentos de Cluny; impunha aos religiosos não viver senão do seu trabalho, e, como os monges, que consagravam uma grande parte dos seus dias e das suas noites à oração litúrgica, tinham necessidade de serem ajudados, cada mosteiro recebia leigos iletrados, os convertidos, especializados nas tarefas materiais e repartidos entre as fazendas ou granjas.

A extrema popularidade da nova vaga monástica atesta a sua correspondência com aspirações religiosas que não tinham apenas um pequeno escol mais bem educado, mas que interessavam à multidão fiel nas suas profundezas. Manifestou-se junto das mulheres, cujos estabelecimentos religiosos passaram de 70 para 150 na Alemanha entre 900 e 1100, de 20 para 118 na Inglaterra dos fins do século XI aos começos do século XIII. Os laicos procuraram participar nos benefícios da existência comunitária sem romper com a sua condição: aldeias da região renana filiaram-se na abadia de Hirsau cerca de 1090. Nada mostra com tanta evidência a disponibilidade dos pobres relativamente às empresas da penitência e da renúncia que a ressonância verificada no Norte da França e no Oeste da Alemanha pelos pregadores que difundiram o apelo à cruzada que o papa Urbano II reservara aos cavaleiros. No século XI começou uma promoção dos leigos que continuou sob formas diversas, religiosas durante muito tempo, políticas e sociais mais recentemente.

A expansão

A multiplicação das crianças, a necessidade de encontrar recursos, o prazer pela aventura, a causa da cristandade foram motivos bastante fortes para que os cavaleiros saíssem dos limites do seu país e fundassem ou estendessem, no exterior, domínios de carácter militar que aproveitaram também aos comerciantes e aos colonos que se lhes seguiram.

A aristocracia normanda, instalada no ducado que fora concedido em 911 aos invasores escandinavos, estava imperfeitamente estabilizada. Alguns guerreiros aperceberam-se do estado de perturbação e de insegurança do Sul da Itália. Ofereceram os seus serviços às cidades e aos ducados rivais. Depois de se terem contentado com o saque que lhes fora deixado, receberam um primeiro feudo



A RECONQUISTA NA PENÍNSULA IBÉRICA

em 1029 e puseram solidamente pé no Norte da Campânia. Outros aventureiros, entre os quais se assinalaram os filhos de um pequeno senhor da Baixa Normandia, Tancredo de Hauteville, dividiram entre si um território em Pouille e na Calábria. O governo bizantino e o bispo de Roma aperceberam-se demasiado tarde do perigo e não conseguiram entender-se. Em 1059, Nicolau II achou mais prudente reconhecer as conquistas de Robert Guiscard e de Ricardo de Cápua, que aceitaram, com um senso político agudo, tomá-las como feudo da Igreja Romana. Os Normandos tornaram-se príncipes territoriais na Itália. Puseram fim à autoridade do império do Oriente, anexaram os portos e, entre 1060 e 1091, transformados em paladinos da Igreja, dominaram a Sicília muçulmana. Robert Guiscard tentou mesmo expulsar os Bizantinos dos Balcãs. Depois da sua morte, os dois Roger organizaram um Estado que compreendia o Sul da península da Sicília e cuja importância estratégica, comercial e cultural foi considerável. Os cristãos desbloquearam a passagem de uma bacia para outra do Mediterrâneo; abriram a via marítima do Oriente aos negociantes italianos. Encruzilhada das civilizações grega, latina e árabe, a Normandia mediterrânica distinguiu-se através de uma civilização ao mesmo tempo original e brilhante.

A «Reconquista» ibérica foi em princípio obra dos cristãos espanhóis. Após o deslocamento do califado de Córdoba, os reis do Norte, experimentados tanto nas negociações como nos combates, souberam imiscuir-se nas divisões dos príncipes muçulmanos; fizeram longas expedições em território adversário; em 1085, Afonso VI de Castela apoderou-se de Toledo e intitulou-se orgulhosamente «imperador de toda a Espanha». O mais ilustre representante desta cavalaria ibérica foi Rodrigo Diaz de Bivar, de mal com o seu rei, chamado pela dinastia muçulmana de Saragoça, criador de um efêmero principado em Valença de 1094 a 1099, em plena terra do islão. Todavia, a reconquista tomou outro aspecto. Já os Carolíngios tinham libertado a marca de Espanha, a futura Catalunha, que estava ligada ao reino de França. No século XI os laços entre a Espanha cristã e o corpo do Ocidente multiplicaram-se: fundação de estabelecimentos monásticos cujas casas-mães se encontravam ao norte dos Pirenéus, importância alcançada pelos priorados de Cluny, que forneceram os titulares de diversas sés episcopais, circulação dos peregrinos que se dirigiam a Compostela para visitar o túmulo de Santiago, envio de legados pontifícios que fizeram adoptar a liturgia romana, casamentos entre príncipes castelhanos e filhas de famílias de Borgonha. Cavaleiros franceses habituaram-se, cada vez em maior número, a prestar auxílio aos cristãos de Espanha. Em 1063, uma expedição comum, abençoada pelo papa, libertou momentaneamente Barbastro.

Os contra-ataques dos Almorávidas e dos Almóadas tornaram mais necessário ainda o recurso aos combatentes estrangeiros.

Os sobressaltos da resistência, os desentendimentos entre os príncipes cristãos, explicam o carácter irregular da Reconquista. Nos começos do século XII, o Centro e o Oeste da Península estavam largamente separados, mas as posições cristãs do Nordeste não ultrapassaram as cercanias de Barcelona. Saragoça e Tortosa só cederam em 1118 e 1148, enquanto a ofensiva prosseguia lentamente no Sul de Castela e varria quase todo o Portugal. Devido à intervenção dos Almóadas, reforços franceses puseram-se em marcha por solicitação do papa: mas tinham-se já retirado antes da vitória do exército ibérico em Navas de Tolosa, em 1212. Antes dos meados do século XIII, Valência, Múrcia, as Baleares, Sevilha foram ocupadas; depois a Reconquista deteve-se nos limites do reino de Granada.

Embora as «capitulações» tenham geralmente garantido aos naturais da religião muçulmana o respeito pelos seus bens, a progressão militar propiciou aos vencedores terras abandonadas. Os reis concederam domínios aos cavaleiros que os tinham secundado e às igrejas que os queriam honrar. À medida que eram conquistadas planuras cada vez mais áridas e despovoadas, as atribuições territoriais tornaram-se cada vez mais vastas: a aristocracia obteve em Nova Castela e na Estremadura domínios imensos que dedicou principalmente à criação extensiva de gado. Ao invés, em Aragão, na Catalunha, os quinhões foram menores e, ao serem anexadas as férteis planícies do litoral, manteve-se a divisão da terra irrigada em pequenas explorações. A aristocracia cavalleiresca e aristocrática, bem como os reis, atraíram colonos: muitos camponeses da França meridional instalaram-se nas localidades antigas ou novas da zona mais próxima dos Pirenéus. A fachada mediterrânica foi propícia ao comércio.

Na outra extremidade do mar interior os cruzados propiciaram, durante dois séculos, aos traficantes italianos, feitorias na própria franja do Médio Oriente islâmico. O principal motivo fora religioso: o desejo de sacrifício e a atracção das indulgências lançaram sobretudo para as estradas bandos de infelizes que, enfraquecidos pela viagem, foram massacrados pelos turcos seljúcidas após a sua chegada à Ásia Menor. A participação dos cavaleiros ultrapassou as previsões do papa: em lugar de um só exército, colocado sob a direcção do conde de Toulouse e do legado, o bispo de Puy, quatro exércitos juntaram-se sob os muros de Constantinopla. A coesão foi difícil de manter; as clientelas vassálicas, os móbeis, os apetites, separaram os combatentes. Por fim, em 15 de Julho de 1099 penetraram em Jerusalém, onde fizeram uma carnificina.

Quatro pequenos Estados foram constituídos: o comité de Edessa, todo ele empenhado no continente, e, como enfiada de contas ao longo do mar, o principado de Antioquia que os Normandos de Itália asseguraram, o condado de Trípoli onde o conde de Toulouse, decepcionado, se refugiou, e o reino de Jerusalém, atribuído ao lorenense Godofredo de Bulhão e organizado pelo seu irmão Balduíno. A sobrevivência foi precária; foi conseguida graças à junção de dois interesses completamente diferentes: um, prático, daqueles que aproveitaram com este estabelecimento imprevisto — nobres que aí dividiram entre si senhorias nas quais os vencidos foram submetidos a uma severa exploração, armadores que asseguraram as ligações indispensáveis com o Ocidente, comerciantes cujas colónias foram cumuladas de benefícios;



outro, religioso, dos cavaleiros-peregrinos que realizaram a santa viagem como um serviço de honra e alimentaram em reforços os principados. A sociedade feudal, transplantada, restringiu as obrigações vassálicas, ao mesmo tempo que se deixava seduzir pelos costumes orientais. Língua e cultura, as francesas, «francas», diz-se. Os traficantes, incrustados nas cidades, açambarcaram os rendimentos. Nas fronteiras instáveis, ao longo das estradas, velavam os monges-guerreiros das ordens do Templo e do Hospital, que soube-

59. O cruzado e o muçulmano vencido. Imagem triunfante da reconquista cristã na Península Ibérica. Tudela. Foto Goldner.

ram inspirar-se na arte bizantina das fortificações para tornar mais sólidos os seus castelos. A alguns reis não faltava envergadura: Balduíno, o fundador, que se aventurou até à península do Sinai, para separar o Egipto da Síria, Amaury, que reconheceu a importância estratégica do delta do Nilo, de que se procurou apoderar, Balduíno IV o Leproso (1174-1185) de coragem lendária.

Expedições de socorro foram enviadas imediatamente após derrotas infligidas pelo islão reagrupado: depois da perda de Edessa, em 1144, a segunda cruzada, pregada por São Bernardo, realizada pelos franceses de Luís VII e pelos alemães de Conrado III; após a derrota de Hattin e a tomada de Jerusalém por Saladino, em 1187, a terceira cruzada, onde se empenharam o imperador Frederico I Barbarroxa, o rei de França Filipe Augusto e o rei de Inglaterra Ricardo Coração de Leão. A bravura de Ricardo preservou a presença franca durante cerca de um século ainda no pequeno reino costeiro de São João de Acre. Na via marítima, o mesmo Ricardo conquistou Chipre aos Bizantinos: exemplo bastante mau mas começo de um reino francês que prometia durar. Não se tratava já de uma guerra santa: a «quarta cruzada», que deveria ter reforçado os resultados da anterior, foi desviada pelos Venezianos para a Constantinopla cristã. No século XIII, enquanto o Ocidente se agarrava, por generosidade cavalheiresca e por cuidado



60

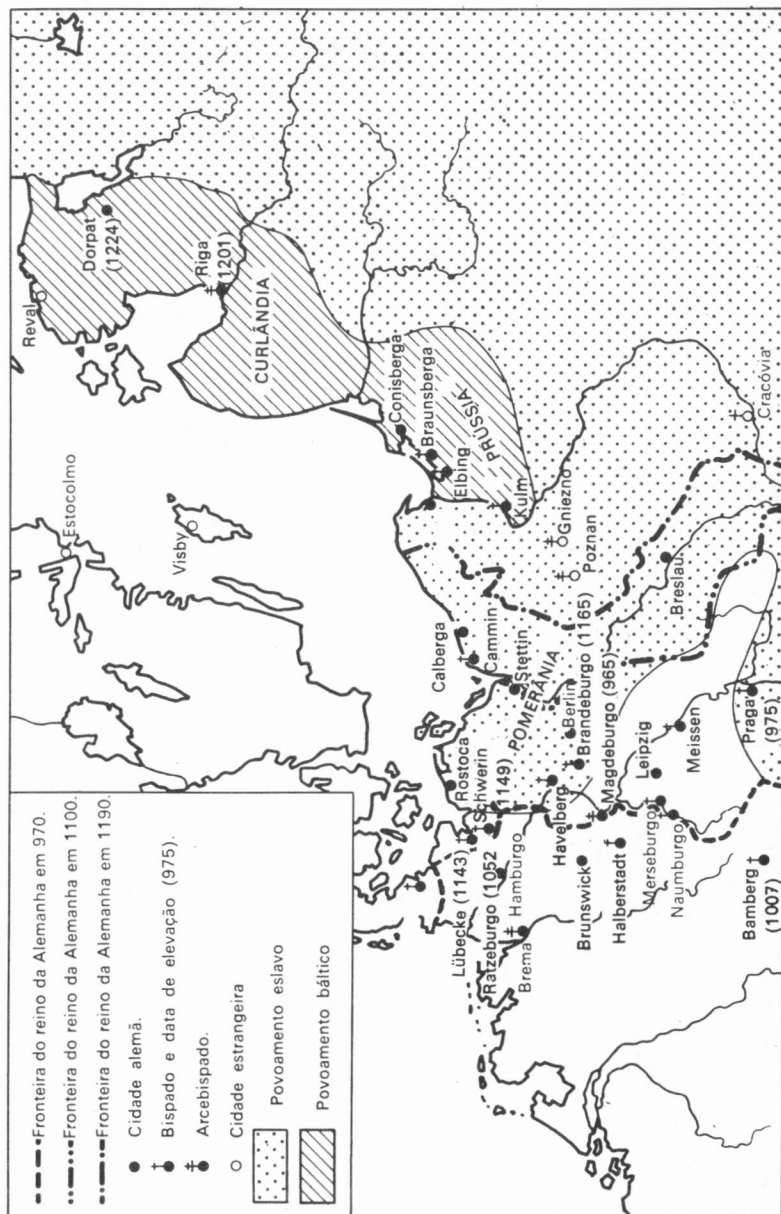
60. O selo do templo. Legenda: «Selo dos cavaleiros de Cristo». Paris, Archives nationales. Foto Janet le Caisne.

61. Cruzado e esposa. O conde Hugo de Vaudémont participou na segunda cruzada. Nancy, igreja dos Frades Franciscanos. Foto Janet le Caisne.

62. Vitória de cruzados. Em 1163, no combate de la Bocqué os monges cavaleiros repeliram Nur-al-Din, que atacou Crac des Chevaliers. Pintura da capela dos Templários em Cressac (Charente). Foto Janet le Caisne.







O AVANÇO ALEMÃO NO NORDESTE DA EUROPA

mercantil, aos pedaços das suas dependências sírias, fundou um novo oriente latino na Grécia, na Trácia, no mar Egeu, nos Estreitos. Afirmou a sua superioridade militar, naval, comercial, eclesiástica, de um lado ao outro do Mediterrâneo; instalou os seus no trono dos imperadores gregos, no seio do patriarcado. Foi um triunfo fugidio da expansão ocidental à custa das gloriosas e antigas civilizações do Próximo Oriente.

As expedições que provocaram pesadas perdas, contribuíram para amortecer a exuberância demográfica da nobreza e para facilitar a tarefa dos soberanos. Muito diferente foi o avanço dos Alemães para Leste — o *Drang nach Osten* —, irresistível fluxo que recobriu regiões habitadas de modo bastante frouxo pelos Eslavos. Falou-se de uma progressão «pelo ferro e pelo sangue». Na realidade, salvo alguns episódios como a «cruzada» de 1147 contra os Eslavos pagãos e os acontecimentos que se desenrolaram na Prússia em detrimento das tribus bálticas, a penetração foi pacífica. Os eslavos ocidentais, denominados Vendas, e os Alemães, estavam muito perto uns dos outros desde os séculos VII e VIII. Os Otos tinham respeitado a etnia eslava que procuraram simplesmente converter. Os Alemães soçobraram pouco depois de 1100 na frente que o Elba e o Saale desenhavam aproximadamente. A conquista, a colonização, a evangelização foram inseparáveis. Príncipes territoriais puseram-se à cabeça do movimento: o conde de Holstein, cujos domínios se estendiam até ao Báltico, o duque de Saxe, Henrique de Leão, que transformou o Meclemburgo em feudo, Alberto de Ballenstädt, cognominado o Urdo, que fundou o margraviado de Brandeburgo em 1150. Um século mais tarde, o Oder era atingido; mas o domínio político dos Alemães não fora forçosamente substituído pelo dos Eslavos: a Pomerânia, a Silésia permaneceram sob a autoridade das antigas famílias.

A população viu-se enriquecida de elementos novos: camponeses, trazidos da Flandres, da Holanda, do Oeste da Alemanha por nobres, clérigos ou traficantes, instalaram-se nas aldeias eslavas ou criaram centenas de localidades, no meio ou na periferia dos territórios recortados com vista ao afolhamento trienal. Os cistercienses e os de *Prémontré* receberam possessões na zona de colonização e fundaram também aldeias. Cada aglomerado humano tornou-se o núcleo de uma paróquia; foram constituídos bispados. A organização rural e religiosa foi completada com centros comerciais capazes de escoar os excedentes da produção cerealífera e de distribuir as mercadorias estrangeiras. Leipzig e sobretudo as cidades criadas ao longo do Báltico a partir de 1158, data da fundação de Lübeck, desempenharam este papel. A pirataria eslava cessou e os Alemães apoderaram-se do tráfego marítimo do Norte da Europa.

■ Casa-mãe de Citeaux

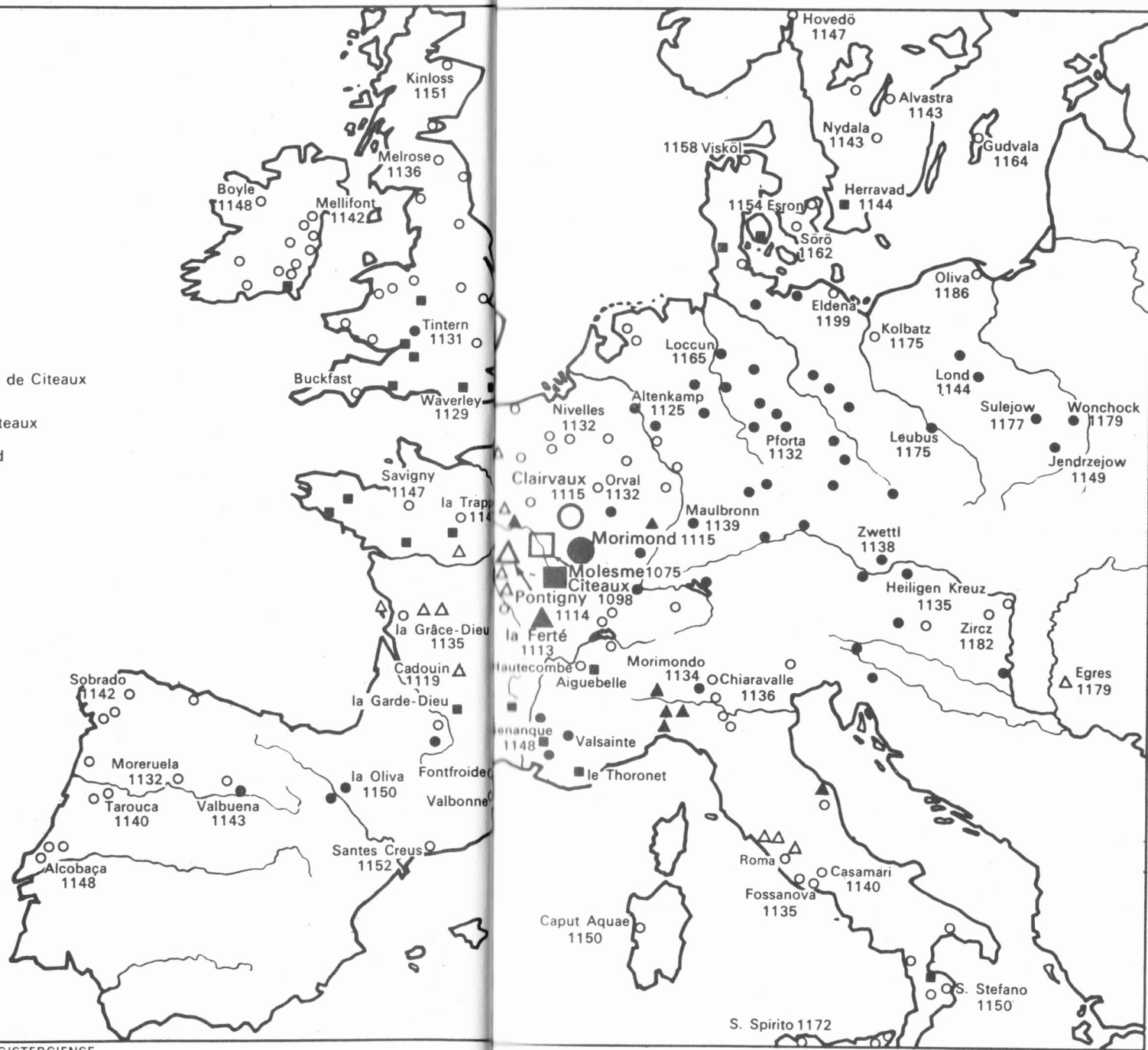
Filhas de Citeaux

● Morimond

○ Clairvaux

▲ la Ferté

△ Pontigny





II

O DECLÍNIO DA CRISTANDADE DO ORIENTE

Grandeza do império do Oriente sob a dinastia macedónica

O império do oriente, nos começos do século XI, apresentava um conjunto imponente; estendia-se do Norte da Síria ao Danúbio e à Drava, da Arménia ao Sul da Itália, de Creta e de Chipre à Crimeia. As posições que mantinha no Ocidente justificavam as suas pretensões à universalidade herdadas do império de Roma; conservou a Pouille e a Calábria e, embora alertado sem cessar pelos levantamentos e ataques organizados pelos principados lombardos ou pelos aventureiros normandos, permaneceu em contacto com o bispo de Roma e o imperador alemão, cujas ambições podia contestar. Bizâncio demonstra a sua aptidão para fazer abortar o perigo eslavo e árabe. O grande Estado búlgaro, que cobrira todo o Norte dos Balcãs e ameaçara de muito perto Andrinópolis e Salónica, fora desmantelado e uma primeira dinastia de origem turca desaparecera em 972. Imediatamente o macedónio Samuel conseguiu reconstituir um Estado na alta Macedónia, donde desceu sobre a Tessália e a Grécia central, sobre Salónica e sobre Durazzo. Basílio II reduziu metodicamente o perigo de 1001 a 1018. Não teve qualquer descanso nem deu quartel, ao ponto de ser denominado o Bulgaroctone, «o matador dos Búlgaros»; procedeu anualmente a campanhas, assediou pouco a pouco os seus inimigos, no coração das montanhas; em 1014, travou uma grande batalha; mandou furar os olhos dos prisioneiros, que mandou em grupos de cem, com um zarolho à frente, a Samuel. Pouco após a morte deste, a resistência cessou. O Estado búlgaro foi anexado e administrado por funcionários bizantinos. O seu desaparecimento permitiu a Basílio II restaurar o domínio do império sobre os Sérvios, de modo que toda a península dos Balcãs se lhe submeteu.

Para lá das suas fronteiras europeias, Bizâncio prolongava a sua influência graças à diplomacia e à religião. Em 992, concedeu benefícios comerciais aos Venezianos, que conservavam laços especiais com aquele Estado, pois habitavam um país durante muito tempo governado por ele: por isso deram-lhe o apoio da sua nascente no Adriático. O Estado de Vladimir convertera-se ao cristianismo em 988, e adoptara os costumes da Igreja grega; estava em condições de ajudar o governo imperial a vigiar os bandos de turcos petchenegues que percorriam a estepe e violavam periodicamente o território bizantino. O Sul da Crimeia formou o tema de Cherson.

Os predecessores de Basílio II tinham conseguido libertar a Ásia Menor e atingir mesmo posições estratégicas que constituíam uma ameaça sobre o Médio Oriente árabe. Tinham-se instalado em torno de Antioquia, alcançado, na sua penetração, Alepo e Damasco, dando a impressão de poderem reconquistar os Lugares Santos. Tinham voltado ao alto vale do Eufrates, preparados para invadir a Mesopotâmia. Os imperiais, por fim, ocuparam a fortaleza natural da Arménia. Estas altas montanhas tinham sido vivamente disputadas pelos Árabes e pelos Bizantinos; de maneira bastante





64. Miniatura bizantina representando a Natividade (Menológico de Basílio II). Biblioteca do Vaticano. Foto Larousse.

65. Basílio II persegue o czar Samuel e os Búlgaros (Crônica de Manassé). Roma, Biblioteca do Vaticano. Foto dos Serviços de Informação Búlgaros.



66

curiosa, os dois adversários tinham reconhecido em 885 a coroa real do fundador da dinastia nacional dos Bagratidas; em 952, Ani foi escolhida como capital, passando por uma das mais belas cidades do Oriente, onde se exprimiram a arte e o orgulho do povo armênio. Infelizmente, os clãs dilaceraram-se e surgiram quatro reinos que tiveram de suportar o embate dos ataques estrangeiros. Basílio II interveio em 1021; ocupou o reino de Vaspurakan e transferiu o rei e uma parte dos seus súbditos para o centro da Ásia Menor; no Norte, achou prudente anexar a Geórgia. A Arménia independente sucumbiu pouco depois; uma parte favoreceu a vitória dos Gregos, que entraram em Ani em 1047, no reinado de Constantino IX Monomaco. O império tinha igualmente recuperado as ilhas de Chipre e de Creta, obtendo uma verdadeira preponderância marítima.

Esta extensão foi acompanhada pelos progressos da implantação administrativa e eclesiástica. Verificou-se a difusão do grego, dos ritos e da disciplina da Igreja de Constantinopla. Todavia, cuidou-se de certos particularismos: embora a hierarquia grega se tivesse desenvolvido no Sul da Itália, para se contrapor à influência de Roma, e na Arménia para maltratar uma igreja nacional considerada como herética, pois era fiel às teses monopolistas, a

66. Ani (Arménia) Capela de São Gregório e de São Jorge de Arpa (século xi). *Foto Boudot-Lamotte.*

67. Catedral de Ani. Ani foi a capital da dinastia nacional arménia de Bagratides. *Foto Boudot-Lamotte.*

Igreja búlgara permaneceu autónoma e os funcionários enviados para o país receberam a recomendação de respeitar os costumes locais.

Não é menos verdade que os tempos da dinastia macedónia marcaram um renascimento da cultura helénica. A universidade de Constantinopla, restaurada no século IX, estava dividida entre uma secção de filosofia, cuja competência abarcava o conjunto da cultura literária e científica, e uma secção de direito, onde se formavam os funcionários. Os autores antigos eram lá estudados. Os géneros que tinham feito a reputação da escola de Alexandria foram honrados; Miguel Psellos (1018-1078), oriundo de um meio provinciano modesto, fez-se notar pelas suas qualidades de orador



67

e pôde realizar uma carreira de professor e de grande funcionário enquanto escrevia, numa linguagem de pureza clássica, obras filosóficas e históricas. Ao mesmo tempo uma deliciosa literatura popular expandia-se com base em antigos temas narrativos orientais, vidas de santos, paráfrases litúrgicas e na exaltação das lutas travadas nos confins da Anatólia contra os inimigos do império.

A criação artística aproximou igualmente a concepção tradicional do edifício eclesiástico, em forma de cruz grega, decorado com mosaicos sumptuosos e povoado de relicários, do recurso ao fresco, mais económico, mais inspirado. As grandes igrejas de São Marcos, em Veneza, de Santa Sofia, em Kiev, e o pequeno santuário de Dáfinis, na Grécia, os monumentos rupestres de Capadócia exprimiram esta fecundidade.

A actividade económica de Constantinopla, Salónica, Cherson, Antioquia, sustentada pela estabilidade do besante de ouro até à segunda metade do século x, era feita da concentração de mercadorias da Europa oriental e de toda a Ásia, bem como da venda das sedas, das tapeçarias de lã, dos marfins, das jóias fabricadas nas oficinas do Império. Todavia, os Gregos ocupavam-se cada vez menos do comércio; deixaram o papel frutuoso de intermediário aos Venezianos, aos Amalfianos, que consideravam como seus subditos; estes não se importavam no entanto de negociar por sua própria conta com os portos do Magrebe oriental e de Alexandria.

Os imperadores macedónios tinham podido dar estabilidade ao seu governo. Tinham instaurado uma dinastia, dando crédito à noção de que o poder imperial era normalmente entregue aos membros de uma família na qual a legitimidade se encontrasse incarnada. Este princípio deu uma importância excepcional às duas filhas de Constantino VIII, irmão do grande Basílio II, que não casara: Zoe ofereceu o império aos seus três esposos sucessivos e foi salva da tentativa de golpe de Estado perpetrado pelo filho adoptivo, Miguel V, em 1042, pela fidelidade do povo de Constantinopla à linhagem legítima; a irmã Teodora, celibatária, foi a única depositária da autoridade imperial em 1055-1056.



68

68. Mosteiro de Daphni (Grécia), fins do século xi. A cúpula abrange um largo espaço central entre o santuário e a galeria superior sobre os arcos da nave. *Foto Roger-Viollet.*

69. Decoração de uma igreja rupestre de Capadócia. Os santuários escavados na rocha são ornados de frescos e já não de mosaicos, demasiado caros.



69

Os soberanos macedónicos compreenderam bem que a coesão nterior dependia do equilíbrio entre as duas categorias sociais que era clássico distinguir: os «poderosos» e os «pobres». Os primeiros eram os grandes proprietários que exerciam influência sobre os comandos militares e sobre a administração provincial e que desfrutavam de imunidades fiscais. Os segundos eram os agricultores. Nos dois últimos repousava o bom funcionamento do governo: camponeses livres agrupados em comunidades, responsáveis solidariamente pelas dívidas dos seus membros, pagavam os impostos; soldados munidos de uma concessão derivada do serviço militar (os *estratiotas*), forneciam os contingentes regulares do exército; nas zonas fronteiriças, os colonos armados, os *akritas*, sustentavam uma luta esgotante, com ousadas cavalgadas e proezas espantosas que despertaram as imaginações e alimentaram a epopeia de *Digenis Akritas*.

Todos estes pequenos proprietários eram ameaçados de desaparecimento, quer pelas suas dificuldades os levarem a colocar-se sob a protecção de um «poderoso», quer por cederem a uma



70

pressão intolerável; estavam então reduzidos ao estado de parecas e completamente submetidos aos seus senhores. O Estado estava privado dos seus contribuintes dóceis e dos seus defensores habituais; era obrigado a receber nas fileiras do seu exército mercenários eslavos, varegues, búlgaros, armênios —, entregando no entanto o comando aos chefes das províncias, que não eram outros senão os proprietários rurais. Na Ásia Menor, especialmente, algumas famílias possuíam imensos domínios. Os estabelecimentos monásticos, profundamente atingidos pela crise iconoclasta, tinham, por seu lado, reconstituído as suas possessões e não deixavam de comprar novas terras e de absorver comunidades rurais.

Prosseguindo uma política iniciada em 992, Basílio II aboliu qualquer prescrição, obrigou os ricos a ficarem como garantes do pagamento dos impostos devidos pelos pobres. A alta aristocracia rebelou-se contra ele. Teve muita dificuldade em reprimir as rebeliões de Bardas Skleros e de Bardas Focas, chefes valorosos que não hesitaram todavia em tirar partido das guerras com búlgaros e árabes para diminuir a autoridade do imperador. Basílio II teve necessidade de monges para triunfar e revogou as disposições que lhe eram contrárias. Na verdade, a eficiência do governo era precária, dependente da personalidade e da determinação do soberano.

70. A imperatriz Zoé. Esposa de três imperadores, soberana com a irmã Teodora em 1042, Zoé incarnou a legitimidade da dinastia macedónia de 1028 a 1052. Constantinopla, Santa Sofia. Foto Boudot-Lamotte.

A crise

Após a morte de Basílio II (1025), a feroz rivalidade que opunha a alta administração civil da capital à aristocracia militar eclodiu de maneira bastante evidente. Degenerou numa guerra intestina, marcada por conspirações e golpes de Estado, uma vez que a ficção da legitimidade dinástica desaparecera com Teodoro. Em menos de um quarto de século sucederam-se cinco soberanos, uns levados ao poder por soldados, como Isaac Comneno, os outros, aproveitando dos reveses sofridos nas fronteiras pelos rivais para dar momentaneamente a preponderância aos funcionários de Constantinopla. Porém, nada se diz aqui quanto aos pretendentes aclamados pelas suas tropas e que se conduziam independentemente no seu sector antes de serem subjugados!

Estas desordens favoreceram a acção do ambicioso patriarca de Constantinopla, Miguel Kerularios (Cerulário). De uma família senatorial, forjara inicialmente uma conspiração para aceder ao poder supremo: desmascarado, encarcerado, ingressou depois na Igreja e captou os favores de Constantino IX, que fez que lhe oferecessem o patriarcado. Como os representantes do governo grego na Itália desejavam uma aliança com o papado, contra os Normandos, e como se podia prever nesta ocasião negociações para pôr fim à rivalidade das duas igrejas no Sul da península, o patriarca fez habilmente recordar, através do arcebispo Leão de Ócrida, os pontos de divergência entre Gregos e Romanos. Apareceu naturalmente como o defensor da honra da sua Igreja, o garante de uma tradição irrepreensível que recusava comprometer; reuniu assim a sua clerezia e o seu povo, que as questões religiosas agitavam profundamente. O afastamento das duas cristandades não era novo. Depois do século IV, os períodos de cisma tinham quase igualado os tempos de concórdia; após 1024, o nome do papa não fora citado nas orações da missa bizantina.

A acre missiva grega caiu nas mãos do cardeal Humbert de Moyenmoutier, um destes reformadores lorenos que calculavam que a renovação da Igreja devia ser orientada pelo papa. Sob esta influência, Leão IX replicou vivamente e despachou Humbert para Constantino IX Monomaco. O legado não fez caso do patriarca e acreditou poder depor, em 1054, sobre o altar de Santa Sofia, uma bula que excomungava Miguel Cerulário e Leão de Ócrida; depois voltou a Itália. Cerulário, sem qualquer precaução diplomática, lançou por sua vez o anátema sobre os enviados de Roma. Favoreceu a difusão dos panfletos contra os Latinos. Tentou mesmo exercer a autoridade absoluta que tinha sobre a sua igreja em face do poder imperial: foi ele quem, em 1057, forçou Miguel VI a abdicar e quem proclamou imperador Isaac Comneno; pretendeu

usar as insígnias imperiais. Um azar abateu-o em breve. O cisma de Miguel Cerulário teria podido constituir um simples episódio na história atormentada das duas igrejas, até mesmo uma tentativa falhada de conciliação, se a exaltação da sé romana e a feição hostil a Bizâncio tomada pela expansão do Ocidente não tivesse duradouramente, nos decénios seguintes, comprometido a causa da aproximação.

Os atentados provocados contra a estabilidade do governo coincidiram com os assaltos iniciados por todos os lados pelo grande conjunto territorial reagrupado pelos Macedónios. Foi no tempo de Isaac I Comneno que os turcos seljúcidas apareceram na Arménia. Em 1071, o imperador Romano IV Diógenes envidou um grande esforço, mas o exército que conduziu até perto de Mantzikert, não longe do lago de Van, desagregou-se devido à defeecção dos mercenários e ele próprio caiu nas mãos do inimigo. Os efeitos da pesada derrota foram amplificados pela aventura pessoal de um normando, Roussell de Bailleul, que procurou formar para si um principado, e pela luta armada entre os pretendentes ao império, que não hesitaram em apelar para os seljúcidas. Em dez anos, estes turcos instalaram-se em toda a Ásia Menor e escolheram Niceia para capital. Em seguida retomaram Antioquia e Edessa.

No momento em que a Ásia bizantina se afundava, a segurança dos Balcãs ficou comprometida. Em 1035, os Sérvios da actual Bósnia recuperaram a sua autonomia. Os súbditos do antigo reino búlgaro agitaram-se, escutando as críticas que faziam os Bogomiles sobre a riqueza das igrejas. Sobretudo a confusão agora provocada pelos nómadas da estepe fez estalar a fronteira danubiana: os Petchenegues, que iniciavam a sua sedentarização, espalharam-se pela Macedónia e pela Trácia, sendo necessário pagar-lhes tributos; os Uzars, que os acoassavam, pertencentes à mesma família de tribos oghuzes que os bandos seljúcidas, foram dispersados em 1064 e incorporados no exército imperial; depois, apresentaram-se os Cumans, ou Pelovtsi em russo, que conseguiram impor a sua autoridade sobre as estepes até à Hungria.

A Itália, enfim, escapou ao império: os Normandos aliaram-se ao papado em 1059; puseram fim ao domínio bizantino, tomaram Bari em 1071, no ano de Mantzikert, anexaram as pequenas repúblicas marítimas e, com o acordo do papa, conquistaram a Sicília muçulmana onde, pouco antes, tinham sido mercenários de generais gregos.

71. A Ascensão de Cristo na igreja sérvia de Santa Sofia de Ohrid (antes de 1056). Os países eslavos do Sul, cristianizados por Constantinopla, adoptaram o estilo bizantino, não sem o temperar à sua própria maneira mais popular. Foto D. Stanimirovitch-Fotogram.



A situação era quase desesperada quando Aleixo I Comneno se apoderou do trono em 1081. Este novo usurpador foi bastante firme para atrair as grandes famílias e bastante audacioso para dissipar alguns dos perigos. Os Normandos tinham desembarcado em Corfu e no litoral dalmata; embrenharam-se nas montanhas, prontos a precipitar-se sobre a Tessália ou a Macedónia e sonhando talvez surpreender Constantinopla. Aleixo I só os conseguiu repelir após a morte do seu chefe, Robert Guiscard, em 1085. Para vencer os Petchnegues, usou da velha política imperial, que consistia em lançar os Bárbaros uns contra os outros; entendeu-se com os Cumanos para os exterminar em 1091; os sobreviventes refugiaram-se na Valáquia ou foram englobados nas forças bizantinas. Em 1093-1094, as infiltrações sérvias foram detidas.

Bizâncio necessitava da marinha veneziana para repelir os Normandos, que tinham avançado na Dalmácia, e para limpar o Adriático. Em 1082, uma bula de ouro concedeu aos Venezianos a liberdade de tráfico no império e de estabelecer os seus entrepostos num bairro da capital.

Operado o desforço no lado europeu, restava a Aleixo I afastar os Seljúcidas. Os seus predecessores tinham aceitado já os serviços de soldados ocidentais; ele pediu socorro; os cavaleiros flamengos apresentaram-se; nos princípios de 1095, tirou partido de um concílio que o papa Urbano realizara em Plaisance, no Norte da Itália, para reiterar as suas ofertas. A resposta foi a organização da cruzada. A sua amplitude, a sua ideologia, o seu recrutamento, os seus objectivos não correspondiam de maneira alguma ao envio de reforços que o governo grego esperava. Um mal-entendido político e psicológico, preparado pelo desacordo eclesiástico, era de prever.

Aleixo Comneno só pensou desembaraçar-se da cruzada popular. Depois exigiu dos barões um juramento de fidelidade e a declaração de que os territórios que seriam tomados aos turcos pertenceriam ao império; apenas o conde Toulouse e o normando da Sicília Tancredo recusaram comprometer-se. Os começos da campanha tiveram o aspecto de uma reconquista bizantina: os cruzados restituíram Niceia (1097); o exército grego reocupou as cidades do litoral, enquanto os Ocidentais avançaram nas planuras interiores como se quisessem recuperar a Arménia. A harmonia foi depressa perturbada: nas costas da Sicília, muito mais longe em Edessa, bandos de cavaleiros começaram a actuar por sua conta; Bohémond, filho de Robert Guiscard, fez-se atribuir Antioquia, onde o imperador, enganado, não prestou auxílio aos cruzados para repelir uma nova avançada dos seus inimigos. Os principais «francos» foram fundados sem que se pensasse na vassalagem que deveria ligar os seus chefes ao imperador.



72



73

O desforço de Bizâncio, nos fins do século XI, era pago pela entrega do grande comércio aos Venezianos e pela aparição de graves dificuldades entre os cruzados, cujos Estados foram considerados pela cristandade latina como um bem comum.

O século dos Comnenos

Os Comnenos mantiveram-se no poder durante um século. Entre 1081 e 1180 três soberanos sucederam-se de pai para filho. Depois, esta estabilidade foi comprometida em poucos anos e uma crise trágica abalou o império. Aleixo I, João II (1118-1143) e Manuel I impuseram-se pelas suas qualidades pessoais e por meios

72. João II Comneno (1128-1143). Constantinopla, Santa Sofia. Foto Boudot-Lamotte.

73. Manuel I Comneno (1143-1180) e segunda esposa Maria de Antioquia. Paris, Biblioteca Nacional Foto Giraudon.

de governo que detiveram a esgotante rivalidade da burocracia central e das grandes famílias da aristocracia militar. Representantes desta última uniram-se através do casamento às suas principais linhagens; tomaram a precaução de associar ao trono um filho, de maneira que o poder não estivesse jamais vago; confiaram os altos cargos, o mais importante dos quais foi o de *grand domestique*, a personagens de origem modesta que lhes eram devotadas; o número de províncias ou temas foi aumentado e a sua responsabilidade confiada a duques. As grandes famílias tinham perdido uma parte da sua fortuna de bens de raiz por causa da invasão dos Turcos na Anatólia. Os imperadores concederam-lhes *charistikia*, quer dizer, o usufruto dos rendimentos monásticos, com a condição de pagar despesas dos conventos, e sobretudo *pronoiai*, de modo a iniciar uma reconstituição do exército com bases diferentes do serviço cívico e do mercenarismo. A *pronoia* era a disposição, temporária ou transitória a princípio, hereditária depois, de um bem do Estado e dos camponeses, os parecas, que o habitavam, mediante a obrigação de equipar cavaleiros. Estes contingentes, regularmente a soldo, foram agrupados nos campos. O exército adquiriu coesão e eficiência. O papel militar dos pequenos proprietários livres, bem como o seu número, diminuiu mais; os akritas desapareceram; o resgate do serviço foi mesmo aceite.

A civilização permaneceu tão brilhante como no tempo dos Macedónios; porém, a fidelidade ao clacissismo antigo tendeu para uma imitação fastidiosa e para a preponderância do comentário sobre a obra criadora. Enquanto a reflexão filosófica era atingida por um irremediável descrédito, a história, género nobre por excelência, era concebida apenas à maneira de Heródoto, de Xenofonte, de Tucídides ou de Plutarco; Ana Comneno, que compôs o panegírico do pai, Aleixo I, e os seus émulos, eram eruditos e notáveis autores de *pastiches*. Mas esta cultura, discreta, certa da sua perfeição, perdeu a vitalidade e a irradiação. Os romances e os poemas atribuídos a Teodoro Prodromo, testemunham contudo a existência de uma veia popular que não foi suficientemente explorada. O esplendor dos monumentos de Constantinopla maravilhou os cruzados; os Comnenos não deixaram de enriquecer ainda mais esta cidade extraordinária ao edificarem um novo palácio, o dos Blachernes, e a igreja de Pantocrator, de paredes cobertas de mármore. Todas as produções do artesanato e da arte distinguiram-se pela sua qualidade. Os vestígios das influências gregas são visíveis da Sicília à Rússia.

Bizâncio, não era no entanto somente um museu. Os Comnenos, para lhe preservarem o papel político e económico, tiveram de se acomodar às duas novidades que, desde os fins do século XI, haviam modificado o equilíbrio do Médio Oriente: o estabelecimento dos

Francos no Levante e a superioridade de Veneza sobre o mercado comercial. Relativamente aos Estados latinos, a sua política consistiu em obter o reconhecimento dos seus direitos de suzeranos sobre o principado de Antioquia, que correspondia a este Norte da Síria que o império perdera apenas alguns anos antes da chegada dos cruzados. Eles lá voltaram diversas vezes: João II e Manuel I foram à frente dos seus exércitos arrancar a declaração da dependência de Antioquia e, como lhes pareceu cómodo manter um contacto directo com o seu vassalo recalcitrante, procuraram anexar a Cilícia, onde uma parte do povo arménio se refugiara e onde Ruben, pertencente à família real dos Bagratidas, fundara um principado denominado Pequena ou Nova Arménia. Os orgulhosos Arménios só se dobraram provisoriamente a esta condição. Um interesse evidente, todavia, incitou os Latinos do Oriente a entenderem-se com os Gregos em face do reagrupamento das forças muçulmanas. Manuel I, depois de ter recebido o rei de Jerusalém, atacou o sultanato de Rum; foi completamente vencido em 1171 em Murioképhalon e toda a esperança de reconquista da Ásia Menor inteira se desvaneceu.

A coordenação das políticas cristãs no Oriente era mais difícil, pois as grandes expedições das cruzadas tinham o resultado deplorável de inquietar os Bizantinos e de convencer os Latinos de que os seus insucessos eram devidos à deslealdade dos Gregos. Após os malogros do imperador alemão Conrado III e do rei de França Luís VII, em 1147-1148, tratou-se seriamente de organizar uma operação contra Constantinopla; em 1189-1190, o avanço de outro imperador ocidental, Frederico I Barbarroxa, pareceu tão ameaçador que o governo grego entrou em contacto com Saladino; Frederico I impôs condições severas para a segurança e o abastecimento do seu exército, na falta do qual não teria hesitado em ordenar o assalto da capital.

A desconfiança relativamente aos comerciantes do Ocidente acumulou-se mais lentamente. Para atenuar a amplitude dos privilégios concedidos aos Venezianos, os Comnenos concederam equivalentes aos Genoveses e aos Pisanos. Embora o imperador parecesse querer causar-lhes prejuízos, os Italianos alertaram os seus governos. O papel de intermediário que fazia a riqueza de Constantinopla não dava qualquer benefício ao império; a sua função económica era exercida por parasitas. As tentativas de reacção foram de uma brutalidade desastrosa. Em 1171, Manuel I suprimiu os favores atribuídos desde há muito tempo a Veneza, prendeu os negociantes e confiscou-lhes os bens. A expedição punitiva enviada pelo doge não o obrigou a ceder, mas ele não se julgou capaz de proceder da mesma maneira contra os Genoveses e os Pisanos. Em 1182, uma explosão de xenofobia lançou uma

população em fúria sobre os Latinos, as suas lojas, as suas residências; a chacina despertou indignação e rancor no Ocidente. Mas isso não resolveu, evidentemente, o problema da sujeição comercial em que o império se deixara cair: barcos, armadores, fundos a investir, faltavam; o soldo de ouro fora desvalorizado, o seu prestígio no mundo mediterrânico constituía apenas uma recordação.

O império não se encontrava mesmo ao abrigo do desejo de expansão do reino siculo-normando. Na linha de Robert Guiscard e de Bohémond, Rogério II, em 1147, surpreendeu Corfu; os seus navios encheram de espuma o mar Egeu e desembarcaram pequenos exércitos que pilharam várias cidades gregas. Manuel I teve de pedir auxílio aos Venezianos. Em 1155, contra-atacou; o seu exército desembarcou em Pouille, mas não conseguiu manter-se ali. Esta foi a última aparição do império do Oriente na Itália.

Esta tentativa falhada de regresso às antigas províncias correspondia ao grande projecto de Manuel I de tornar a fazer do império uma potência ocidental. O soberano, cuja personalidade era sedutora e rica, retomou o projecto de reunião das igrejas, que fora já objecto de negociações nos reinados dos seus dois predecessores. Ele esperava que o reconhecimento do poder do papa sob o conjunto da igreja fosse equilibrado pela aceitação das suas próprias pretensões à universalidade do seu império; viu-se cercado em Roma; as dificuldades que opunham então o titular da sé romana ao imperador romano encorajavam-no. Porém, a hostilidade do patriarca de Constantinopla e da sua clerezia impediu que fossem reduzidas as divergências entre as duas confissões cristãs. Manuel I contentou-se com insinuar a sua diplomacia nas querelas do Norte de Itália e com intervir na Hungria, da mesma maneira que o pai, João II, para impedir que os Magiares penetrassem na Dalmácia e para contrabalançar a influência alemã.

A obra meritória dos três grandes Comnenos foi aniquilada nos vinte últimos anos do século XII. A chacina dos comerciantes italianos em 1182 verificou-se durante a menoridade de Aleixo II; o movimento hostil aos latinos foi explorado imediatamente por um primo, Andronico Comneno, que usurpou o poder. Houve dois anos de helenismo exasperado: a regente, Maria de Antioquia, viúva de Manuel, foi morta. Paralelamente, a aristocracia militar foi tratada com brutalidade e a condição dos pobres foi protegida como no tempo dos Macedónios do século X. Mas a violência engendrou a violência: em 1185, Andronico foi, por sua vez, morto selvaticamente. A nobreza entregou o império ao incapaz Isaac II Anjo e tornou a embrenhar-se nas suas querelas.

A autoridade de Constantinopla pareceu impor-se. Um senhor italiano, Conrado de Montferrat, um irmão do qual fora favorito e genro de Manuel, encarregou-se de esmagar um levantamento;

um veneziano fez-se eleger patriarca e depois foi expulso; um Comneno rebelde retirou-se para Chipre antes de perder a ilha em benefício dos cruzados que por lá fizeram escala; bandos cosmopolitas, entre os quais deviam figurar numerosos ocidentais agitavam-se nos *bas fonds* de capital, preparados para desferir golpes violentos. Num sobressalto de orgulho, Isaac II foi afastado em 1195; furaram-lhe os olhos; o irmão Aleixo III deixou reinar a esposa, uma altiva Ducas.

Nos Balcãs, o império afundou-se, já não sob os ataques dos nómadas, pois João II aniquilara há muito tempo os restos do povo petchenegue, mas sob a pressão dos Húngaros, dos Eslavos e das antigas populações de tradição latina, os Valáquios. Étienne Nemanja formou um Estado sérvio em 1183. Pedro e Asen erigiram um reino búlgaro. Os soberanos da Sicília não quiseram ficar para trás: Guilherme II, apoderou-se de Durazzo e de Salónica em 1185 e esboçou o cerco de Constantinopla por terra e por mar; foi em breve substituído pelo genro, que era nem mais nem menos que Henrique VI, filho de Frederico Barbarroxa e ele próprio imperador: este, depois de ter em vão solicitado aos Gregos que o ajudassem a socorrer a Terra Santa, preparou-se para uma grande expedição que, no seu espírito, devia trazer-lhe o império do Oriente e a coroa de Jerusalém. Mas morreu em 1197, antes de partir.

Simples dilação: o governo bizantino não possuía recursos financeiros; deixava aos Genoveses e aos Pisanos o policiamento do mar Egeu; dependia de mercenários estrangeiros para a sua defesa. No Ocidente, avaliara-se a sua fragilidade e, devido ao malogro das cruzadas, detestavam-no.

Ruína e sobrevivência do império grego

A cruzada que o papa Inocêncio III teve a preocupação de organizar logo que se sentou no trono pontifício em 1198 não se destinava a conquistar um império cristão e a realizar pela força a união das igrejas: o seu objectivo era Jerusalém e a estratégia escolhida consistia em tomar a via marítima e desembarcar no Egipto, no coração do poder ayyubida. Um conjunto de circunstâncias, de que o acaso não foi o único responsável, deitou por terra estes planos. O chefe da expedição, constituída, na sua maioria, por cavaleiros franceses, foi Bonifácio de Montferrat, que, pelo exemplo dos pais, estava inteirado da carreira brilhante que se podia fazer no Oriente grego. O transporte foi confiado aos Venezianos, que exigiram um preço elevado e, adiantadamente, metade do saque e das conquistas; os cavaleiros, incapazes de juntar a soma

pedida, aceitaram, apesar dos protestos do papa, reconquistar ao rei da Hungria — um cristão — o porto dalmata de Zara, de que Veneza fora despojada. Os chefes da cruzada receberam por fim a visita de um filho de Isaac II Anjo destronado, Aleixo, que, calorosamente recomendado pelo cunhado, o rei da Alemanha, Filipe de Suábia, soube defender a causa de uma aliança de Bizantinos e Latinos e de uma reconciliação eclesiástica para arrancar aos infiéis o túmulo de Cristo e reconstituir a unidade da cristandade: este belo resultado foi subordinado à devolução do trono a Isaac.

O doge Henrique Dandolo apercebeu-se sem dificuldade da vantagem que Veneza tiraria da operação: seria a vingança do desastre de 1182. Embora parte dos cavaleiros tivessem preferido dirigir-se directamente aos portos sírios, o grosso do exército ocidental decidiu desviar-se do seu caminho. Em 1203, antes de toda a muralha ser conquistada, os habitantes de Constantinopla expulsaram Aleixo III, tiraram Isaac II da prisão e associaram-lhe o filho, o hábil negociador. Mas os dois imperadores não estavam em condições de fornecer os subsídios e os homens prometidos. Os cruzados, caídos na armadilha, aprestaram-se, sob pressão de Veneza, a dar o seu concurso à reconquista do império grego, por conta dos seus protegidos, quando o motim xenófobo, facilmente previsível, eclodiu. Um Ducas, Aleixo V, apoderou-se do poder; os latinos abandonaram a cidade à pressa; depois, reagrupados, investiram metodicamente sobre ela; em Abril de 1204, tomaram-na de assalto e lavaram no sangue o seu desengano.

Constantinopla estava nas mãos dos Ocidentais. O conselho dos chefes elegeu imperador o conde da Flandres, Balduino; um veneziano, Morosini, recebeu o patriarcado. A rivalidade política e religiosa pareceu ter desaparecido. Em alguns meses, a Trácia e o Norte de Ásia foram ocupados: esta foi a parte do imperador.





75

Bonifácio de Montferrat, proclamado rei, instalou-se na Macedónia e na Tessália com Salónica por capital. Barões franceses dividiram entre si principados na Grécia central e no Peloponeso (Moreia ou Acaia). Veneza reservou para si pontos de escala da saída do Adriático a Constantinopla, nas ilhas e no litoral da península balcânica: a sua hegemonia comercial estava assegurada.

Todavia, o império grego não desapareceu. Três troncos subsistiram, governados por elementos, que se tinham salvo, das famílias imperiais, o Epiro sob os Anjos, o Estado de Niceia sob

74. Moeda de Balduino I, imperador latino de Constantinopla (1204). Paris, Cabinet des Médailles. *Foto Bibliothèque nationale.*

75. Igreja de Santa Sofia em Trebizonda. No século XIII, enquanto os Latinos ocupam Constantinopla, as províncias conservam a alma bizantina; a nordeste da Ásia Menor, em Trebizonda, capital de um Estado grego, os arquitectos encontram a fórmula da basílica de cúpula, abandonada há alguns séculos em Constantinopla. *Foto Boudot-Lamotte.*

Teodoro Láscaris, o Estado de Trebizonda sob os Comnenos. Os dois últimos tomaram o título imperial e, em 1206, um patriarca grego instalou-se em Niceia.

O império latino, a que se chamou império de România, não pôde realizar a unidade do Oriente cristão. Faltou-lhe, desde a origem, a coerência: o sistema feudal não funcionou de modo algum em proveito do imperador; os Venezianos, que se tinham subordinado ao seu próprio podestade, só pensaram em tirar partido das próprias vantagens económicas e pôr os seus próprios clérigos nas sés episcopais. O império latino só se iludiu durante o reinado de Henrique I (1026-1216); este valoroso soberano conteve o ataque dos Búlgaros e dos Cumnanes, perante o qual o seu irmão Balduíno I sucumbira; obrigou pelas armas o reino de Salónica a admitir a sua suserania; conteve Teodoro Láscaris, ora negociando ora combatendo; encorajou os encontros entre os teólogos das duas confissões com vista a estabelecer um acordo. Após ele, a existência da România franca constituiu apenas um longo declínio.

Podemos perguntar-nos qual dos seus vizinhos a submeteria primeiro: os Gregos do Epiro, que avançaram até Salónica e cujo déspota se ornou com o título imperial? Os Búlgaros, que ocuparam a Macedónia e a Trácia ocidental, de maneira a separarem Constantinopla da Grécia central e da Moreia? O imperador de Niceia que, tendo desembarcado no Leste da Trácia, cercou Constantinopla? Este último prevaleceu. Miguel VIII Paleólogo entendeu-se com os Genoveses que disputavam a sucessão dos Venezianos e penetrou na cidade em 1261. Um grande império não foi restaurado ainda: os Estados gregos de Trebizonda e de Epiro continuaram a sua existência separada; Atenas e o Peloponeso continuaram na posse dos Latinos; Veneza conservou as ilhas — Córfu, Creta, a Eubeia (Negroponto), o Arquipélago.

A rivalidade das duas grandes metrópoles cristãs, Roma e Bizâncio, redundou assim no desmantelamento da cristandade oriental. A solução de força, que podia parecer a manifestação mais espectacular da expansão militar do Ocidente, falhara em meio século, precipitando o despovoamento, a desagregação social, a ruína material. O que se perpetuou foi o domínio comercial dos Italianos; mas este já estava largamente desenvolvido antes de 1204.

III

ORGANIZAÇÃO E CIVILIZAÇÃO DA EUROPA OCIDENTAL (SÉCULOS XI-XII)

O sonho de unidade: o império ou o papado

Um elemento permanente da reflexão dos pensadores do Ocidente foi a procura da unidade. Para lá das divisões que constituem a realidade social e política, apraz-lhes encarar uma união, a submissão a uma mesma ordem, a busca de um objectivo comum. As formas diversas tomadas por este projecto não pertencem apenas à história das ideias; embora só tenham interessado a meios restritos, inspiraram ou justificaram acções políticas, conferiram um significado bastante elevado a combates que seriam minimizados se não lhes reconhecesse a sua envergadura ideológica.

Como o pensamento medieval foi inspirado pela religião a Idade Média procurou realizar uma cristandade, isto é, um agrupamento temporal organizado de povos que professavam a mesma fé. Uma interpretação inexacta mas correntemente admitida da doutrina de Santo Agostinho, confundindo o que era natural e o que dependia do sobrenatural, apresentou a cidade temporal como a prefiguração da cidade de Deus. A quem pertencia a direcção? A tradição mais antiga, como aliás no Oriente, designava o imperador, em quem se perpetuavam as recordações do império romano e do império de Carlos Magno, aquele, a construção política de vocação universalista, este primeiro rosto de uma cristandade cuja lenda exaltava o chefe prestigioso.

Oto III, neto do restaurador do império em 962, compreendeu que o tempo do império centralizado passara. O império podia ser agora apenas o quadro ao abrigo do qual se colocariam os reinos sob a alta autoridade do imperador, destinado a conduzir os homens à Jerusalém celeste. O príncipe visionário instalou-se

em Roma junto do papa Silvestre II; agregou ao império a Polónia e a Hungria, convertidas e independentes. Mas, a partir de Henrique II (1002-1024), que só recebeu a coroa imperial na cidade dos apóstolos em 1014, a ideia imperial constituiu apenas a reivindicação de uma hegemonia para o soberano alemão, cujo poder efectivo se estendia sobre a Germânia, o reino de Borgonha, em 1033, o Norte e o Centro de Itália, de maneira a englobar Roma e o património concedido ao seu bispo.



76

Este bispo de Roma podia pretender igualmente ao governo da cidade cristã. Não era o chefe desta igreja à qual se tinha de pertencer, na Terra, para obter a salvação eterna? Não dera Constantino ao bispo Silvestre o seu palácio, Roma, a Itália, o Ocidente e as insígnias da sua soberania temporal, em virtude de um acto cuja falsidade só foi revelada alguns séculos depois? Nos fins do século IX, quando o império soçobrava sob os sucessores de Carlos Magno, o papa soubera arcar com as suas responsabilidades. No século XI, fez-se paladino da emancipação da igreja; como se tratava de retirar aos laicos a influência que tinham usurpado, inverteu os papéis e quis tornar efectiva a proeminência sacerdotal.

O imperador interferiu neste plano que, além de lhe subtrair a igreja alemã, podia arruinar o seu governo. A luta de influências

76. Gerbert, que foi o papa Silvestre II (999-1003). Pormenor do poço de Oto III. Roma, *Foto Boudot-Lamotte*.

que a investidura de bispos ocasionava e de que a liberdade da Igreja era o trunfo, encontrava-se transposta num conflito entre o papado e o império. Enquanto os defensores deste último acusavam o papa de perturbar a ordem providencial, os partidários da teocracia tiraram das Santas Escrituras os argumentos que ilustravam o seu desígnio: São Bernardo, entre outros, explicou, a partir de dois textos evangélicos, que os dois gládios, isto é, os dois poderes, o espiritual e o temporal, pertenciam à Igreja, ou mais precisamente ao seu chefe, que manejava apenas o gládio espiritual e deixava aos príncipes o gládio temporal com a condição de o puxar quando lhes desse ordens para isso.

Tal foi o plano de fundo das querelas que se interpretaria mal como o choque de ambições vulgares. Tal foi a razão profunda, religiosa, das intervenções políticas da Igreja. São características profundamente originais do Ocidente medieval.

O combate foi fértil em reviravoltas. Henrique IV, ao ser abandonado pelos grandes senhores, apresentou-se ousadamente em traje de penitente diante do castelo de Canossa; três dias depois, Gregório VII concedeu a absolvição ao pecador arrependido (1077). Mas este gesto de sacerdote tinha um significado político ambíguo; Henrique retomou as prerrogativas reais e por fim o papa, expulso de Roma, refugiou-se entre os normandos do Sul de Itália, para aí morrer. Urbano II reconquistou a sua capital em 1093; liberto do perigo imperial, pôde velar pela aplicação da reforma eclesiástica; foi ele que tomou à conta do papado as instituições de paz e que atribuiu um objectivo à actividade dos cavaleiros: a libertação dos Lugares Santos; acima dos interesses dos reinos e dos principados, indicou uma política comum, que poderia dar nova alma à cristandade. A cruzada mobilizou os cristãos de todos os países, deu-lhes o sentimento de uma responsabilidade partilhada e, como se disse de maneira bem interessante, fixou-lhe uma «Alsácia-Lorena».

Enquanto uma cristandade pontifical se manifestou na acção sem tomar jamais uma forma institucional, o diferendo do Sacerdote e do Império prosseguiu. A excomunhão era a arma pela qual o pontífice romano e os seus legados atingiam o imperador que freava a liberdade da Igreja: Henrique V incorreu nela várias vezes antes de ser concluído o compromisso sobre as investiduras (1122). A fraqueza da monarquia alemã no segundo quartel do século XII permitiu ao papa fazer representar num fresco do seu palácio Lotário II ajoelhado diante dele e solicitando a coroa imperial.

A aparente vitória pontifical foi efémera. Na própria Roma foi contestada por uma comuna urbana que, inspirada por Arnaldo de Bréscia, recusava à igreja a posse de qualquer bem e designava

o povo romano como fonte da autoridade suprema. Mas sobretudo Frederico I de Hohenstaufen (1152-1190) deu uma nova vitalidade à ideologia imperial. Apoiado no direito romano, que, ensinado com brilho nas escolas de Bolonha, esclarecia a independência do Estado, convencido de que os Alemães tinham o mesmo império que fora transferido dos Babilônios para os Persas, depois para os Macedônios, Romanos, Bizantinos e por fim para os Francos, sustentado pela recordação de Carlos Magno, ele repeliu qualquer suspeita de atribuição do império pelo papa; proclamou que recebera o império apenas de Deus por eleição que o tornava não só réi na Alemanha, mas também «rei dos Romanos, sempre Augusto». Fez canonizar Carlos Magno em 1165. Aproveitou a elevação de dois candidatos ao trono pontifício para apoiar aquele que aceitava a sua tutela. À sua roda falava-se de «reis das províncias» para designar os outros chefes da sociedade política cristã.



Alexandre III, que mantinha o ideal teocrático, refugiou-se em França, excomungou Barbarroxa, obteve a adesão da maior parte dos reinos e sobretudo estabeleceu uma aliança com a liga das cidades lombardas. Quando Frederico I foi vencido em Legnano, os adversários reconciliaram-se em Veneza em 1177. A tentativa do soberano alemão prolongou-se na esperança messiânica: desaparecido em 1190, quando marchava para a Terra Santa com os seus cruzados, Frederico Barbarroxa foi identificado com o imperador que, no fim da história, reuniria o mundo para o oferecer a Deus.

Perguntou-se se a reivindicação da preponderância imperial se traduziu por atentados à independência dos Estados cristãos, se o papado não prosseguiu um plano de domínio temporal subordinando Estados vassallos. De facto, a Polónia, a Hungria, Ricardo, rei de Inglaterra, em 1194, entraram na dependência imperial. Entre a retomada em feudo das suas conquistas pelos guerreiros normandos



78

77. Prelúdio em Canossa. Henrique IV, ajoelhado diante da condessa Matilde, aliada do papado; o abade de Cluny Santo Hugo desempenha o papel de conciliador. Roma, Biblioteca do Vaticano. Foto Giraudon.

78. Henrique IV e Gregório VII. O imperador substituiu este por outro papa, o arcebispo de Ravena, Guibert; Gregório VII teve de abandonar Roma e morreu em Salerno (*Chronicorum Libri VIII ab origine mundi*). Biblioteca da Universidade de Iena. Foto Giraudon.



79

em 1059 até à vassalagem do jovem reino de Portugal em 1144, a Igreja Romana acolheu na sua dependência de domínio feudal Aragão e os pequenos principados da costa mediterrânica, bem como a Croácia e o longínquo Estado de Kiev. Mas não se vê outros móveis para estas homenagens além da pressão das circunstâncias ocasionais ou a procura de uma protecção. O principal Estado vassalo da sé apostólica, o reino da Sicília, era um aliado indispensável contra o império; quando caiu nas mãos de Henrique VI, o filho de Frederico Barbarroxa, que recusou receber a investidura do papa, o papado encontrou-se cercado; que teria podido fazer se o ambicioso Staufen tivesse conseguido estender a sua influência

79. O imperador Frederico I Barba Roxa (1152-1190). É a imagem do soberano das cruzadas, não a do adversário do poder pontifício. Roma, Biblioteca do Vaticano. Foto Giraudon.

no Oriente, onde a sua família estava unida à dos Anjos e onde se preparava para dirigir uma cruzada? Apenas três anos depois, a morte libertou-a do perigo (1197).

A Alemanha e a Itália

Com as grandes lutas decepcionantes para o domínio da Europa cristã e para a exaltação da Igreja, os reinos da Alemanha, da Itália e de Borgonha, que constituíam as terras do império, orientaram-se para destinos separados.

A Alemanha, era o *Teutonicorum regnum* por referência à *theotisca lingua* que falava, sob a forma de vários dialectos, a grande maioria dos habitantes. No Oeste, estendia-se até ao Escalda e ao Mosela, tendo atraído a si a Lotharingia ou Lorena que os reis de França foram incapazes de lhe disputar. A Leste, depois de ter incorporado no século x o ducado eslavo da Boémia, ultrapassou largamente as marcas das fronteiras que os Carolíngios e os Otonianos tinham estabelecido em contacto com os povos eslavos; atingiu e ultrapassou mesmo o Oder na Pomerânia e na Silésia. Até ao século xi a organização interna do reino conservou a marca carolíngia: estava baseada nos condes e nos bispos; se os condados tendessem a tornar-se hereditários e os poderes dos condes fossem usurpados por ricos proprietários, os duques, que estavam à frente das circunscrições étnicas da Baviera, da Suábia, da Francónia, de Saxe, seriam, pelo menos teoricamente, revogáveis pelo rei, que fez admitir uma sucessão hereditária, em princípio na família de Oto I, depois a partir de 1024 na dinastia sábia ou francónia, sem que o princípio de eleição tivesse todavia sido repudiado.

No século xii, o Estado alemão, sacudido pelas querelas das Investiduras, transformou-se. Um papel crescente foi desempenhado pelos grandes senhores laicos e eclesiásticos que se puseram à frente de formações territoriais mais numerosas e que, reconhecidos príncipes do império, atribuíram a si mesmos um papel determinante na eleição do rei, enquanto hierarquias de vassallos, tardiamente desenvolvidas, se perfilavam abaixo deles. Economicamente, a região dos Países Baixos — Hainaut, Brabante, Holanda — atraída pela Mancha e pelo mar do Norte, voltava as costas ao resto da Alemanha.

Frederico I conseguiu manter uma influência vital na realeza, preocupando-se com a paz pública e privando dos seus ducados da Baviera e de Saxe o poderoso Henrique o Leão em 1180; mas longe de ligar ao domínio real os feudos confiscados, reinvestiu outros vassallos, entre os quais os Wittelsbach, representantes da

linhagem dos Welf ou Guelfos, que começavam a opor-se à fracção dos Gibelinos.

Esta limitação das suas possibilidades no reino da Alemanha não foi compensada, no que se refere aos soberanos germânicos, pela recuperação durável e efectiva do reino de Itália que, depois de Oto II, lhes voltou automaticamente. No interior deste Estado que compreendia todo o Norte, menos Veneza, e descia até ao Sul do Lácio, o renovamento do comércio suscitou precocemente uma renascença da actividade urbana na Lombardia e ao longo das suas costas. Nestes sectores, a oligarquia dos nobres e dos comerciantes, que aproveitava do impulso económico, apoderou-se do governo das cidades e procurou abranger com a sua autoridade a região circundante (o *condado*).

Os imperadores francónios, empenhados na luta contra o papado, não puderam contrariar o movimento, nem impedir a aristocracia militar de estabelecer senhorias no Piemonte, e as condessas Beatriz e Matilde de formar, da Toscana ao Leste da planície de Pádua, um principado que serviu de muralha aos bispos de Roma em circunstâncias críticas. Foi ainda Frederico I que tentou reagir a partir de 1154. Tirando partido das rivalidades ferozes que opunham as comunas umas às outras, ordenou, em 1158, a dieta de Roncaglia, a restituição dos direitos regalengos usurpados: Milão, que resistiu, foi destruída. Mas em breve as cidades não foram mais as únicas a opor-se às ambições imperiais; solicitaram a aliança do papa Alexandre III. Frederico I entendeu-se com a liga lombarda; com a paz de Constança, em 1183, renunciou à supressão dos regimes comunais a que pediu apenas o juramento de fidelidade dos cônsules. Na Toscana, em Ancona, em Spoleto, os margraves e os vigários imperiais não contavam senão com uma obediência incerta.

A obra de restauração, prosseguida por Barbarroxa na intenção de apoiar as suas pretensões imperiais, foi sentido no reino de Borgonha, onde veio com frequência e onde se prestou a uma coroação particular em 1178, em Arles. Todavia, depois do restabelecimento de 1033, a realeza não constituía aí mais do que uma palavra. De um mosaico de senhorias emergiu o condado de Sabóia, o delfinado de Viennois, o condado de Provença, o condado de Borgonha. Já a casa de Sabóia se instalava no Leste dos Alpes e iniciava uma frutuosa missão de guardião dos desfiladeiros.

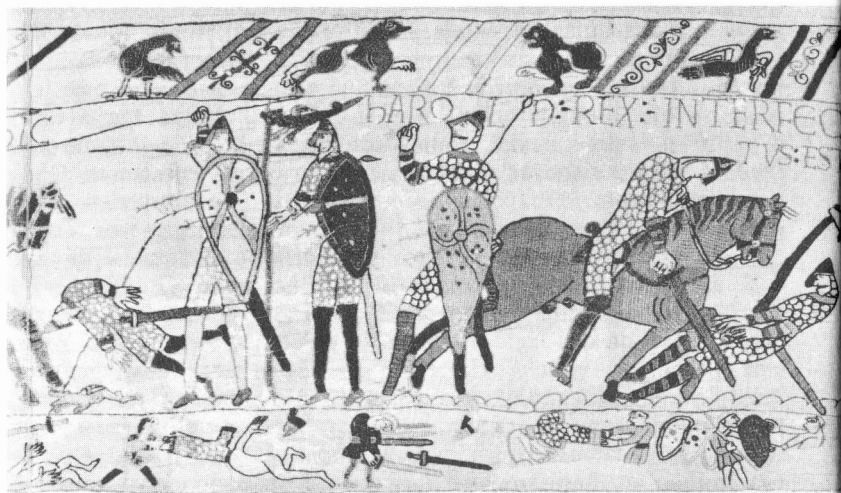
As monarquias feudais: os reinos de conquista

Embora a autoridade do soberano alemão tivesse conhecido um declínio inexorável nos seus três reinos até ao momento em

que Frederico I decidiu restabelecê-la, um movimento inverso beneficiou as monarquias ocidentais. A instituição real, diminuída devido ao desmembramento das suas prerrogativas em benefício dos senhores territoriais, reencontrou uma influência ao utilizar o prestígio religioso que o sagrado lhe dava, ao aliar-se com a Igreja e ao explorar o regime feudal. Falou-se a justo título de «monarquia feudal», com o risco de deixar na sombra outros caracteres. Obra geralmente lenta, entrecortada de malogros e de marchas-atrás e desenrolando-se em ritmos bastantes diferentes conforme os reinos.

Na Inglaterra e na Sicília, o direito de conquista dá aos soberanos trunfos extraordinários. A ilha onde Guilherme da Normandia desembarcou em 1066 suportara invasões e guerras desde a partida das legiões romanas nos começos do século V; os clãs gaélicos da Escócia e da região dos Galos eram inexpugnáveis; Anglo-saxões e escandinavos disputavam ainda entre si a Inglaterra na primeira metade do século XI. Uma estrutura bastante consistente fora dada a este pequeno reino pouco povoado (cerca de um milhão de habitantes) e largamente ocupado por florestas e pântanos; o rei lançara mesmo um imposto destinado a satisfazer as exigências dos Dinamarqueses, o *danegeld*, exemplo quase único, neste tempo, de um imposto directo. Elos pessoais ligavam companheiros ao rei e aos principais proprietários, mas a remuneração dos serviços públicos ou privados não levava forçosamente à outorga de terras. O rei autorizava igualmente a abertura de mercados e de oficinas monetárias nos burgos e, como em toda a Europa cristã, controlava o episcopado.

Estes poderes bastante consideráveis encontraram-se limitados, durante o reinado de Eduardo o Confessor (1042-1046) pela ascensão usurpadora da família Godwin. Eduardo, cuja mãe era normanda e que passara a sua juventude em exílio no ducado, procurou defender-se, rodeando-se de clérigos e de nobres normandos. É provável que encarasse deixar como sucessor o duque Guilherme. É muito difícil todavia deslindar exactamente os direitos que o duque de Normandia podia apresentar em 1066; o bordado de Baieux, dito da rainha Matilde, feito após os acontecimentos, divulgou evidentemente uma versão favorável à acção do Conquistador. O certo é que este soubera despertar o espírito de aventura não só dos seus cavaleiros mas também dos Bretões e dos Flamengos, obter a bênção do bispo de Roma e a benevolência da corte de França e explorar as circunstâncias. Harold, filho de Godwin, que detivera o ataque do pretendente norueguês, não pôde, com os seus combatentes a pé, que manejavam o pesado machado, repelir os ataques da cavalaria normanda; ele mesmo e muitos elementos da aristocracia anglo-saxónica ficaram no campo de batalha de Hastings. Guilherme fez-se coroar rei em Westminster,



perto da cidade de Londres, que era já muito activa e dotada de um estatuto particular.

O vencedor introduziu na Inglaterra os costumes feudais e eclesiásticos que faziam a sua força na Normandia. Distribuiu os domínios dos vencidos pelos seus companheiros mas exigindo deles homenagem e um serviço que não tardou a ser determinado; o Estado foi apanhado nas malhas de um sistema coerente de dependências vantajosas para o rei. Os bispados e as abadias foram entregues a prelados formados na Normandia, embora o conflito das investiduras não tivesse actualidade. Guilherme utilizou também o aparelho implantado pela monarquia anglo-saxónica. Senhor de todo o solo do reino, pôde ordenar em 1085 um inquérito que lhe devia revelar todos os recursos humanos e materiais de que dispunha: o *Livro do Juízo Final* ou *Domesday Book*. O rei conservou os seus *sheriffs*, agentes locais que prestavam contas perante o Tesouro. Conservou um costume válido para todo o reino (a *common law*), surgiu como o supremo juiz, perante o qual se podia apelar de sentenças proferidas pelas jurisdições inferiores.

A obra de Guilherme o Conquistador atravessou crises devido à incerteza das sucessões. Em cada época de perturbações a autoridade real enfraqueceu: Henrique I Beauclerc (1100-1135) e Henrique II Plantageneta (1154-1189) tiveram de enfrentar as mesmas dificuldades. Quebraram as resistências da aristocracia laica; impuseram impostos que lhes permitiram pagar a um exército cujo serviço não era limitado pelos usos feudais; mandaram juizes itinerantes percorrer o reino; tiveram choques com os arcebispos de Cantuária,



Anselmo e depois Tomás Becket, profundamente dedicados à defesa da autonomia da sua clerezia. Cavaleiros supuseram agradar ao senhor ao matarem Becket (1170); Henrique II submeteu-se a uma penitência pública; mas, no fundo, permaneceu firme nas suas posições relativamente à Igreja.

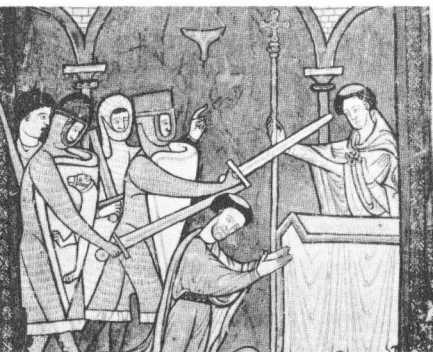
Henrique II alcançou um poderio comparável ao do seu contemporâneo Frederico Barba Roxa. À triade dos reinos do imperador opôs o seu Estado inglês, as suas possessões continentais, que abrangiam o Oeste da França da Normandia à Gasconha, a suserania do reino celta da Escócia, testas de ponte no país de Gales e na Irlanda, cuja investidura lhe foi dada por um papa. Monarquia feudal de múltiplas facetas, cuja unidade se devia apenas à personalidade do soberano. Costumes, interesses, divergiam; Henrique II teve de fazer face às reivindicações da mulher e dos filhos, aos assaltos dos inimigos. A coesão manteve-se ainda sob Ricardo Coração de Leão (1189-1199), mas soçobrou no reinado de João Sem-Terra.

Normandos ainda introduziram o feudalismo no Sul da Itália e na Sicília. O seu empreendimento foi de longo fôlego; sob a orien-

80. Morte de Haroldo na batalha de Hastings (1066). Os anglo-saxões combatem de pé: manejam o machado; os cavaleiros normandos lançam dardos ou utilizam a pesada espada. O rei Haroldo é atingido na vista, depois tomba sob os golpes de um adversário. Três métodos de guerra estão agrupados neste fragmento da «Tapeçaria» ou bordado da rainha Matilde. Catedral de Baieux. Foto Giraudon.

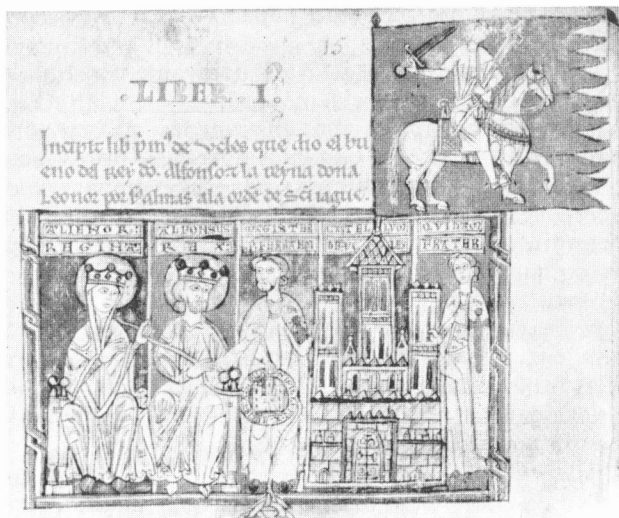
tação de aventureiros que não apoiavam um principado existente, desenvolveu-se no meio de uma heterogeneidade notável. Com excepção dos ducados lombardos, qualquer esboço do regime de vassalagem e feudal era desconhecido; os conquistadores ligaram-se através de homenagens e atribuíram-se feudos, mas as suas associações permaneceram separadas enquanto uma autoridade superior não as coordenou. Foi coisa que fez Rogério II, que reuniu territórios, sendo reconhecido rei em 1130 e em 1139 pelos dois papas que disputavam a sé romana. A monarquia siculo-normanda pôs em seu benefício as instituições centrais estabelecidas pelos Bizantinos e pelos Árabes, dotadas de um sentido de Estado que se perdera no resto da Europa; dispunha de uma administração financeira, de um sistema fiscal, de uma moeda de ouro que não tinham iguais. Infelizmente, esgotou-se a deter os ataques dos Alemães e dos Gregos, muitas vezes encorajados subtilmente pelo papa, que era o fraco senhor temporal deste poderoso reino, e a praticar uma poderosa política de expansão na direcção dos Balcãs e de África. Malogrou-se por fim com o imperador Henrique VI (1194), apesar do apoio dado pelos burgueses urbanos e pelo último representante da dinastia normanda, o bastardo Tancredo.

A necessidade de uma acção militar eficaz e de uma organização rápida dos territórios conquistados valorizou igualmente as realezas ibéricas, que não eram tributárias de um passado de hábitos de vassalagem, pois a invasão muçulmana interrompera brutalmente a evolução que se desenhava na Espanha visigótica. O rei e os grandes aceitaram a fidelidade de dependentes, mas ora os alimentavam nas suas casas ou lhes faziam concessões transitó-



81

81. Assassínio de Tomás Becket (1170). Londres, Museu Britânico. Foto do Museu.



82

rias. Todavía, longe de se reforçarem à medida que a Reconquista fazia aumentar os seus territórios, as realezas cristãs da Península Ibérica enfraqueceram. Nos começos do século XI pareceu que a Navarra tinha de impor a sua hegemonia, agora que o reino ásture-leonês desaparecia. Mas em 1035-1037, Castela, que absorveu Leão, e Aragão, ainda abrigado nas suas montanhas, tomaram a dignidade real. O tempo da Navarra passara. Sem contacto com a Espanha muçulmana, isto é, privada das suas possibilidades de expansão, estava condenada a vegetar e a olhar para o lado da França. As pretensões de Castela foram apoiadas pelo seu rápido crescimento: Afonso VI, o conquistador de Toledo, quis ser «imperador de toda a Espanha» e Afonso VII fez-se coroar imperador em 1135; a Navarra e Aragão reconheceram a sua suserania e ele tomou o comando das operações contra os Infiéis. No entanto, desde a segunda metade do século XII o esboço de unidade foi abandonado; em 1137, a herdeira de Aragão casara com o conde de Barcelona, cujos antepassados tinham colocado a antiga marca carolíngia sob a sua autoridade; em 1143, Afonso Henriques, filho de um senhor borgonhês e de uma princesa de Castela, tornava

82. Castela: a rainha Alienor, o rei Afonso VIII e, entre dois religiosos, um castelo sobre o qual flutua a bandeira vermelha com a imagem de São Jaime, patrono do reino. Madrid, Arquivos Históricos. Foto dos arquivos.

reino, sob a protecção do papado, o Condado Portucalense, que fora atribuído aos pais.

Os reinos cristãos estavam doravante constituídos; mas sob o governo do mesmo príncipe Leão e Castela, Aragão e a Catalunha conservaram as suas instituições; as suas orientações diferentes prometiam-lhes bastantes querelas. Outros factores atingiram o poder real. Antigas e novas povoações tinham recebido cartas de liberdades, os foros. A concessão de territórios bastante vastos permitiu aos nobres submeter hereditariamente à sua autoridade as comunidades camponesas. As ordens militares de Calatrava, de Santiago e de Alcantara, fundadas entre 1158 e 1166, recolheram imensos bens de raiz. Todas estas forças vigorosas se exerceram nas assembleias ou *Cortes*, nas quais os representantes das vilas foram admitidos em 1188, em Leão, junto de nobres e de prelados: o rei empenhou-se em consultá-los sobre a paz, a guerra e os impostos extraordinários.

A França

A França não conhecia já, desde o século X, nem invasão nem vizinhança ameaçadora. Mas não estava segura ainda da forma política que tomaria quando o século XII terminou e esta incerteza contrastou singularmente com a vitalidade humana, económica e intelectual de que estava animada.

O reino conservou os contornos da França ocidental das divisões carolíngias, duas vezes mais extenso do Norte ao Sul que do Oeste ao Leste. A eleição de Hugo Capeto — com as suas possessões no centro da bacia parisiense e cujos três antepassados tinham já ostentado a coroa — e a expulsão do representante da linhagem carolíngia em 987 foram auxiliados pela corte alemã, que sabia que Hugo não formularia qualquer reivindicação sobre a Lorena, diferentemente do seu rival, depositário de prestigiosas recordações de grandeza. A mudança de dinastia, no seu tempo, não foi de modo algum um acontecimento considerável. A França era apenas diversidade e fragmentação. Continuou a sê-lo. As populações falavam dialectos diferentes. Os poderes de mando tinham sido açambarcados por particulares; a circunscrição mais bem adaptada parecia a castelania, cuja sede fortificada irradiava sobre uma dezena de quilómetros nas cercanias.

Alguns príncipes conseguiram no entanto subordinar o feudalismo. Estes eram o conde de Flandres e o duque de Normandia; este último, descendente do escandinavo Rolão, a que fora concedido um estabelecimento no baixo Sena, tornou-se mesmo rei de Inglaterra e, do mesmo golpe, parceiro muito incómodo do

Capeto. A casa real teve o mérito de durar: o soberano associou o filho mais velho ao trono durante a sua vida; o sagrado marcava-o com um signo divino e valia-lhe o poder miraculoso de curar as escrófulas, que partilhou de resto com o rei de Inglaterra. Porém, a sua verdadeira influência era muito limitada; os bispos, os condes e os duques que teriam podido frequentar a sua corte tornaram-se ali cada vez menos numerosos e a comitiva real limitou-se aos cavaleiros da vizinhança e aos oficiais providos da modesta nobreza do domínio. Alguns principados eclesiásticos do Norte e do Leste da bacia parisiense não eram suficientemente poderosos para prestar ao rei o apoio que o soberano alemão esperava de semelhantes senhores. A sul de Berry, não se tratou da acção da monarquia no século XI.

Com os longos reinados de Luís VI (1108-1137) e de Luís VII (1137-1180), a realeza começou a reerguer-se. Disciplinou o seu domínio, geriu-o melhor, concedeu com conhecimento de causa privilégios às comunidades de habitantes. Fora do domínio, o papel de juiz do rei foi exercido em diversas questões e o de guardião das igrejas autorizou-o a intervir nos bispados do Maciço Central e mesmo do Languedoque mediterrânico. O rei descobriu sobretudo que o regime feudal podia ser um bom instrumento de governo: esforçou-se por obter a homenagem dos senhores de principados, considerados como concessões em feudo pagos por serviços de auxílio e de conselho; ao invés, ele declarou que não podia ser o vassalo de ninguém devido à sua qualidade eminente. Suger, abade de Saint-Denis, conselheiro de Luís VI e do filho, justificou esta visão hierarquizada da sociedade pelos seus conhecimentos teológicos que lhe tinham ensinado a harmonia do mundo celeste.

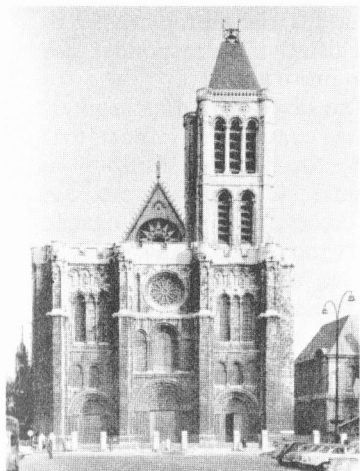
Os progressos eram no entanto limitados pelo aumento análogo de poder que favorecia as principais casas feudais. Não era evidente que a hierarquização dos vassalos e dos seus feudos fosse terminar no rei capeto, como na ponta de uma pirâmide ideal. Duas ordens de acontecimentos fizeram duvidar disso. A primeira foi a constituição do «império angevino». Luís VII desposara a herdeira do duque de Guyenne, Aliénor, e recebera em Poitiers uma coroa ducal inesperada. Mas teve de fazer sérias censuras à rainha e separou-se dela em 1152. Dois meses mais tarde, Aliénor uniu-se a Henrique Plantageneta, herdeiro do conde de Anjou e da filha do rei de Inglaterra Henrique I. Um Estado, desarmónico nas suas partes mas cujos recursos se completavam, podia ganhar vida na frente ocidental da Europa. Luís VII, depois o filho Filipe II a partir de 1180, exerceram com dificuldade mas com habilidade os seus direitos de suserania sobre os territórios franceses dos Plantagenetas. Filipe Augusto compreendeu bem, de resto, que o melhor método para o rei era desfrutar as possibilidades que os costumes feudais



OS PRINCIPADOS TERRITORIAIS FRANCESES NO SÉCULO XI

lhe ofereciam em caso de matrimónio e de sucessão. Aumentou assim o seu domínio na Picardia e em Artois. Mas cometeu o erro de tirar proveito das dificuldades de Ricardo, filho de Henrique II; restabeleceu a sua causa quando obteve a homenagem do novo angevino reinante, João Sem-Terra, em 1200, mas este sucesso jurídico não reduziu o peso inquietante do «império» plantageneta.

O futuro da realeza capetiana não estava mais bem garantido no Sul de França, onde era pouco conhecida. A hegemonia fora disputada entre as casas de Toulouse e de Barcelona; esta, que possuía a coroa de Aragão, triunfou nos fins do século XII: controlava o condado da Provença, em terra do Império, graças a um dos seus filhos mais novos e ligara-se por homenagens a numerosos senhores do Languedoque e dos Pirenéus; um Estado mediterrânico, votado ao comércio marítimo, ultrapassou os antigos limites dos reinos, exercitou-se na vida. O grande interesse desta época reside no facto seguinte: se estas tendências de construção política e económica tivessem tido êxito, não teriam permitido ao hexágono francês figurar na carta onde o seu lugar não estava de modo algum reservado por um pretenso determinismo da geografia e da história.



83

83. A abadia de Saint-Denis. A fachada ocidental foi terminada cerca de 1140, a consagração da igreja celebrada em 1144. Suger foi abade de 1122 a 1151. Foto Jean Feuillie.

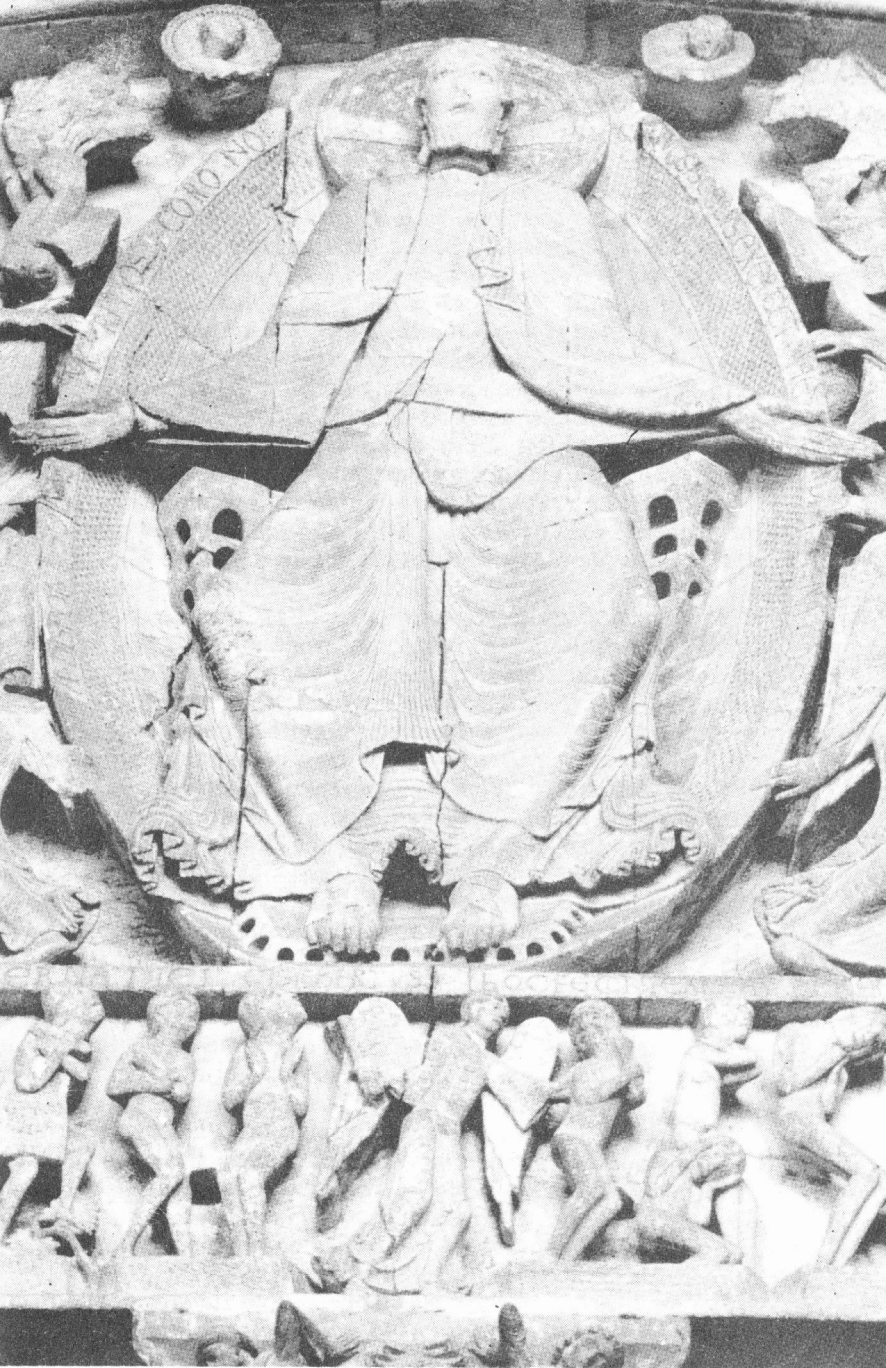
A Igreja da época romana.

O corpo social que alcançou a organização mais firme durante os séculos XI e XII na Europa ocidental foi a Igreja. Foi ela que, sob a direcção de Roma, tomou aspecto de monarquia centralizada. Gregório VII enunciou claramente os seus princípios: uma vez que a «Igreja Romana foi fundada apenas pelo Senhor», o seu chefe não pode errar na fé; está estabelecido na santidade; diz o direito, quer legislando ele mesmo, quer dando autoridade aos textos, pois nenhum concílio pode ser designado por geral sem a sua ordem; não é julgado por ninguém, mas pode reformar a sentença de quem quer que seja; cria as dioceses, transforma as instituições, depõe e transfere os bispos; ninguém poderia ser considerado católico se não estivesse em comunhão com ele.

As colecções jurídicas nas quais o direito da Igreja estava reunido tinham-se contentado a princípio com a ordem cronológica. Mas cerca de 1140, o monge Graciano, que ensinava em Bolonha, o principal centro da renascença jurídica, classificou os três mil e quinhentos textos do seu *Decreto* através das matérias. Este «somatório» constituiu o fundamento dos estudos canónicos; todavia, o direito, que reflectia a actividade e a evolução da Igreja, não deixou de se enriquecer; os comentadores encontraram lições úteis no direito romano, que interpretaram à luz da moral cristã; os papas manifestaram um grande ardor legislativo ao responder por decretais às questões apresentadas pela prática.

A ligação da hierarquia eclesiástica ao bispo de Roma, a intervenção dos seus legados, a realização de três concílios de importância ecuménica em Latrão durante o século XII não constituíram as únicas manifestações da unidade romana. O agrupamento dos mosteiros antigos ou novos em congregações, cujo elo de ligação não era apenas a comunidade da observância mas tinha carácter orgânico, a difusão das ordens religiosas disciplinadas e dependentes da jurisdição do papa garantiram a coesão da Igreja ocidental. Cluny e Citeaux completaram-se mais que se opuseram. A ordem de Cluny assemelhava-se a uma monarquia feudal ideal, com o milhar de casas que, através de uma sucessão de dependências, remontava à abadia do mosteiro principal da ordem; dedicara-se à oração solene do coro, cuja magnificência atingiu a sua plenitude na terceira abadia, edificada por Santo Hugo em 1088, o maior monumento do Ocidente até à reconstrução da basílica de São

84. Cristo em majestade (Autun). É a parte central de um Juízo Final, assinado por um certo Gislebertus cerca de 1121-1130. Os escultores romanos gostavam de inserir nos tímpanos das igrejas grandes páginas dogmáticas. Foto Stanimirovitch-Fotogram.



Pedro em Roma. A ordem de Cister insistia na pobreza, no despojamento, no trabalho; a «carta de caridade» organizou-a como uma família, com os seus quinhentos e vinte e cinco membros nos fins do século XII; nenhuma «filha» foi mais fecunda que Clairvaux, o mosteiro de São Bernardo, que teve trezentos e cinquenta e cinco filiais; os abades reuniam-se anualmente em capítulo geral, elaboravam os estatutos da ordem, visitavam-se mutuamente. Oriundas da Borgonha, as duas ordens abrangiam a cristandade inteira.

Esta sociedade clerical, privilegiada, distinta, tinha todos os homens a seu cargo. Ninguém lhe era estranho. A sua justiça, prestada em virtude de direito próprio, não dizia respeito apenas aos seus membros; declarava-se competente sempre que, por exemplo, um sacramento como o do matrimónio era posto em causa. Tinha uma doutrina sobre a usura porque esta prática permitia ganhar sem trabalhar, quer dizer, infringindo o mandamento constante do Génesis. A ordem dos mundos, o destino humano, recebiam uma explicação cristã. O universo era povoado por criaturas de Deus. A descrença não era concebível.

O aumento da população, a conquista das terras incultas, o desenvolvimento da riqueza suscitaram inúmeras construções culturais. O estilo que denominamos romano está inscrito com uma infinidade de variedades em todas as regiões do Ocidente; inspirou pequenas igrejas do campo e catedrais, abadias ou basílicas de peregrinações de grande dimensão. Muito cedo, o génio inventivo dos arquitectos rematou no cruzamento de ogivas, tentou construir abóbadas mais altas, paredes menos grossas e mais escavadas no meio das quais a luz se reflectia nos vitrais: o estilo gótico formou-se nos países anglo-normandos, na Ile-de-France, desde a primeira metade do século XII. A vida das formas não tolera divisões cronológicas simples.

As imagens que cada europeu via exprimiam o que se devia crer e saber. Cristo encontrava-se no princípio e no fim; maior que qualquer outra personagem, presidia ao Juízo Final. Os homens, que se reconheciam nos gestos e nos quadros da sua existência quotidiana, eram avisados contra os vícios, nomeadamente a luxúria e a avareza, que deviam ceder perante as virtudes. Entre eles e o divino Juiz ofereciam-se intermediários socorredores: a Virgem Maria, saudada na sua majestade mais que na sua ternura, os santos, cujas aventuras e milagres serviam de lições, extraídos da própria actualidade quando se tratava da figuração do assassinio de Tomás Becket. O mundo dos animais estranhos, fantásticos, exóticos, tomava bastante mais realidade do que o dos animais de herdade e de capoeira. Os diabos espreitavam as suas presas, regozijando-se por fazer sofrer aquelas que tinham seduzido.

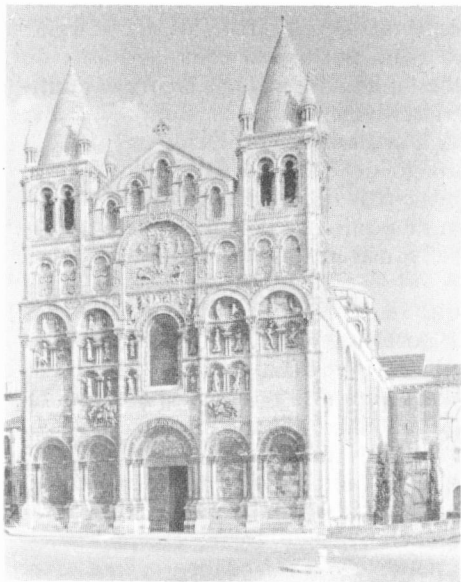
A representação escultural ou pintada fornecia a chave da cultura popular. O prazer do espectáculo era satisfeito pela liturgia: a Natividade e a Ressurreição eram postas em cena. A busca de consolações e de demonstrações miraculosas fazia acorrer multidões aos santuários que conservavam relíquias famosas: uma rede de peregrinações abrangia a cristandade do Ocidente; os seus dois pólos eram Roma e Santiago de Compostela; prolongava-se até Jerusalém. Ao longo dos principais itinerários, os mosteiros, os priorados, os hospícios serviam de pontos de escala aos peregrinos; confrarias chegaram mesmo a construir pontes. Tudo era obra piedosa.

É entre o próprio povo que se deve procurar os protestos, os desvios, que a preponderância do clero, o esplendor das imagens, a importância dos ritos, suscitaram. Havia algo mais visível que os defeitos dos clérigos que pretendiam ser os intermediários indispensáveis entre Deus e os homens? Não é possível passar sem eles, conformar-se simplesmente com o Evangelho, honrar a caridade e a pobreza? Os movimentos anti-sacerdotais tiveram origem no desejo de uma religião mais despojada: o movimento mais duradouro foi iniciado por um comerciante de Lyon, Pierre Valdès, cerca de 1170. A descrição, repetida até à saciedade, da luta entre Deus e o Demónio, a graça e o pecado, não levaram a imaginar o afrontamento, no universo e na natureza de cada ser, de dois criadores, um responsável pelo Bem e outro pelo Mal? A interpretação popular de certas fórmulas evangélicas baseou-se facilmente na velha corrente dualista que se manifestara entre os maniqueus, entre os gnósticos, mais recentemente entre os paulicianos da Ásia Menor e entre os bogomiles dos Balcãs. Nos séculos XI e XII, o que era tendência confusa cristalizou-se: foram assinalados centros heterodoxos um pouco por todo o lado e embora a heresia adquirisse na Lombardia e no Sul do Languedoque da França uma força particular, isto aconteceu porque se organizou numa nova Igreja, a dos puros ou cátaros, que contestou a Igreja Romana em todos os campos — moral individual e social, doutrina e enquadramento.

A expansão da cultura

A distinção de duas «ordens» superiores na sociedade justificou a definição de culturas particulares. A época romana fora marcada por um renascimento da cultura clerical, uma expansão da cultura aristocrática e os começos de uma cultura burguesa.

Os pensadores e grande parte dos artistas pertenciam ao mundo clerical. O clero era intelectual por excelência, aquele que tinha



85



86



87



88



89

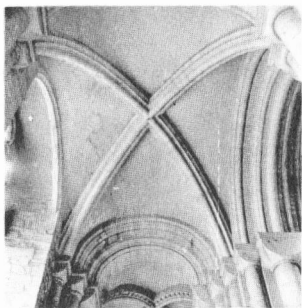
85. Catedral de São Pedro de Angoulême. O edifício está coberto de cúpulas; a escultura está repartida por toda a fachada, em torno do tema da Ascensão (cerca de 1120-1140). Atribui-se uma influência decisiva ao bispo Girard de Blaie, que abraçou o cisma de Anacleto contra Inocêncio II. *Foto Jean Feuillie.*

86. Sainte-Foy de Conques. Para acolher os peregrinos que queriam venerar as relíquias de Santo Foy, escondidas, parece, em Agen, no século IX, os monges de Conques erigiram, nos meados do século XI, entre as agrestes paisagens de Rouergue, uma vasta igreja propícia à circulação dos fiéis. A disposição exterior das massas traduz exactamente a estrutura interna, segundo a rigorosa lógica da arquitectura romana: torre-lanterna acima do cruzado do transepto, coro, deambulatório, absidiólas. *Foto Yan-Rapho.*

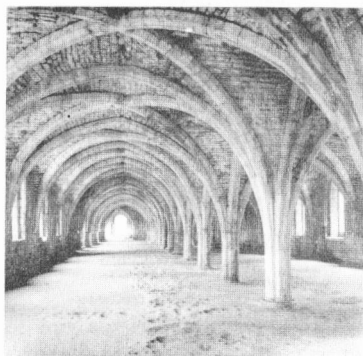
87. O profeta Jeremias (Saint-Pierre de Moissac). O pórtico de Moissac, esculpido cerca de 1115-1135, é um dos mais importantes conjuntos da escultura romana do Languedoque: esta figura do profeta ocupa a face lateral do tremó. *Foto Jean Feuillie.*

88. Monstro devorando uma personagem (modilhão da igreja de Rétaud, Charente-Maritime). Um universo fantástico e inquietante povoa o edifício romano sem deixar de se vergar perante os imperativos da arquitectura. *Foto Chalet-Galliphot.*

89. A Virgem e o Menino Jesus. Apesar da rigidez das atitudes, emana uma infinita compaixão. A piedade torna-se cada vez mais humana no século XII. Tournus, Igreja de Saint-Philibert. *Foto Janet Le Caisne.*



90



91



92

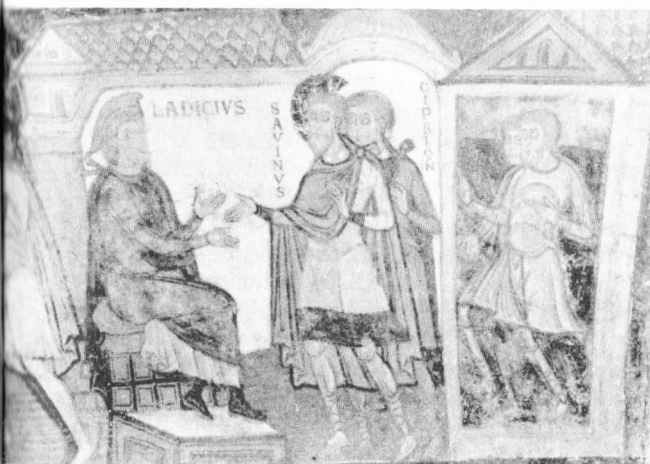
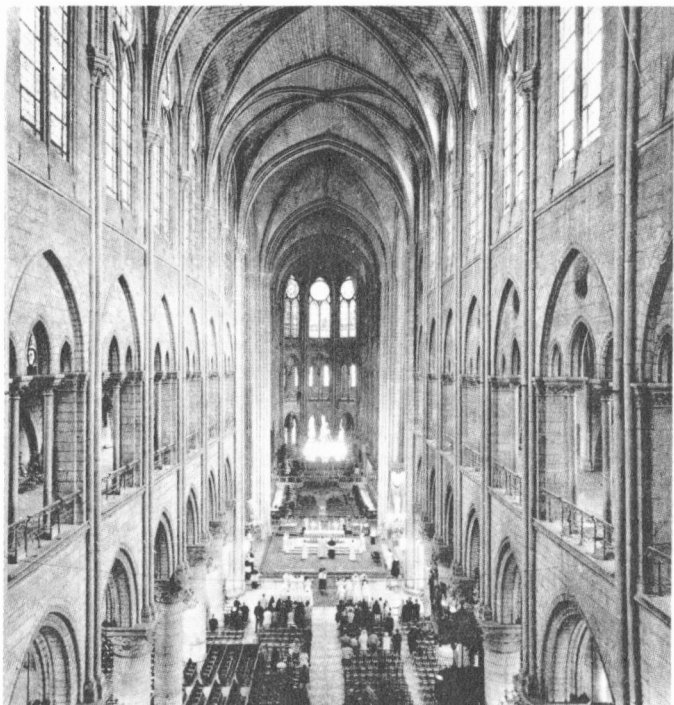
90. Cruzeiro de ogivas em Durham (Inglaterra). Este processo de cobertura é sobreposto a uma estrutura bem romana do edifício (1093-1133). *Foto Boudot-Lamotte.*

91. Fountains Abbey: o grande celeiro. A robusta abóbada sobre cruzeiro de ogivas cobre um grande edifício de exploração, necessário aos cistercienses que se instalaram na região ainda pouco povoada do Yorkshire. *Foto Boudot-Lamotte.*

92. Catedral de Sens. Começada cerca de 1130, a grande obra foi terminada em 1163. É a primeira grande catedral francesa com abóbada de ogivas: a nave tem 15,25 m de largo, 24,50 m de alto; compreende três andares. *Foto Jean Feuille.*

93. Nossa Senhora de Paris. Graças à sua longa carreira episcopal (1160-1196), Maurice de Sully pôde mandar edificar o coro, terminado em 1182, e a maior parte da nave. A maneira gótica afirma-se. Era a época em que o rei de França tinha o hábito de residir em Paris. *Foto Jacques Verroust.*

94. Saint-Savin-sur-Gartempe. Diversos ciclos de pinturas sobre fundos claros desenvolvendo-se na abóbada e nas paredes da abadia, cuja cripta recorda a história dos santos Savin e Cyprien, que comparecem aqui perante Ladicius. *Foto Giraudon.*



necessidade de fazer estudos para exercer as suas funções; descobriu-se também um grande número de homens de Igreja entre os architectos, os escultores, os pintores que deixaram nome. A este escol estava reservado compreender as combinações das proporções, o sentido dos números e dos símbolos ocultos na composição dos monumentos. Mas cabia-lhes sobretudo, animar um novo renascimento, singularmente mais amplo e mais fecundo que o dos tempos carolíngios. Não se tratava já de dar formas correctas à escrita, de fixar a ortografia, de respeitar a gramática. A grafia carolina continuou a propagar-se até ao século XII, salvo no Sul da Itália, fiel ainda durante cem anos aos usos romanos. Foi o próprio génio da cultura latina que os clérigos ocidentais investigaram. Mais ainda que os mosteiros, as escolas episcopais mostraram-se propícias a um esforço que supunha iniciativa, liberdade, abertura. Mestres e alunos deslocavam-se, asseguravam a reputação ou a decadência de um centro, mantinham a emulação; Chartres e Paris adquiriram uma nomeada duradoura.

Obras notáveis na sua diversidade foram acrescentadas ao tesouro da literatura latina. O velho idioma não servia apenas para expor os problemas da especulação e da ciência para os quais era insubstituível; o seu verdor autorizou a comédia à maneira de Plauto ou de Terêncio, reconstituída pelos escolares; modelada segundo a alternância tradicional das sílabas longas e das sílabas breves ou numa prosódia rimada, exprimiu as inspirações poéticas mais variadas: hinos litúrgicos, cantos de amor, celebração do vinho, confidências, sátira. Não constituíram simples imitações; uma seiva original correu nos versos dos Goliardos, estudantes errantes, poetas vagabundos, ternos e audaciosos, sarcásticos e irreverentes. E a aliança da língua e do sentimento propiciou um som de uma enorme sinceridade, quando Abelardo escreveu a Heloísa e contou a um amigo a «história das suas infelicidades».

O regresso aos antigos, a familiaridade recoberta com o seu espírito não podiam faltar à obra jurídica. Esta jamais fora completamente esquecida em Itália. Nos fins do século XI, Irnério estabeleceu uma escola em Bolonha onde ensinou a recorrer às interpretações dos juristas romanos, reunidas no *Digesto*, e a comentar as antigas leis. Este renovamento alcançou Montpellier, depois Oxford, mas ao afastar-se do seu espaço meridional colidiu com a resistência dos costumes, mal adaptados aos princípios gerais e abstractos de um direito de pretensão universal. De qualquer maneira, o contacto foi benéfico. Na Inglaterra, rebelde à recepção do direito romano, foi compilada, cerca de 1187, a primeira colecção de leis e de costumes particulares a um reino.

O renovamento científico não podia esperar tantas luzes da redescoberta da civilização romana. Mas devido ao facto de soprar

um vento estimulante, foi para as obras gregas e árabes e para a sua tradução em latim que a curiosidade dos Ocidentais se orientou. Desde os fins do século x, Gerbert — o futuro Silvéstre II — trouxe de uma estada na Catalunha o sistema de numeração que substituiu pelos números denominados árabes as antigas letras romanas e os dispôs da direita para a esquerda a partir da unidade; mais tarde foi adoptado o zero. A escola de Chartres interessou-se pela física e pela astronomia. Em Arezzo, o monge Guido formulou as bases de uma nova notação musical. Após 1050, os conhecimentos médicos dos Árabes foram trazidos para Salerno, apresentados em seguida em Montpellier. Progressivamente, a fase das traduções foi intercalada pela da composição de somatórios nos quais os sábios do Ocidente expuseram o seu conhecimento, ainda bastante livre, da Natureza.

Ciência e filosofia não estavam separadas. Como tomar posição no debate sobre a realidade das ideias ou sobre a sua simples qualidade nominal sem que a concepção do estudo dos fenómenos particulares fosse modificada? E naturalmente como isolar, nas obras traduzidas, o conteúdo científico da reflexão que ele suportava? O pensamento filosófico organizou-se. Para os cristãos, a Revelação era superior a qualquer contestação; mas a razão não devia abdicar; a fé tinha necessidade dela. Para progredir nas vias que lhe eram acessíveis o homem dispunha da herança de sagesa e saber que os Antigos tinham legado; segundo a expressão famosa de Bernard de Chartres, era como um anão sentado nos ombros de gigantes; levantado, via mais longe. A sua primeira ocupação devia ser comentar o ensino que os livros antigos que lia lhe ofereciam. Depois, agruparia as opiniões que extraíra sobre determinado problema numa sentença. Aperceber-se-ia então da sua disparidade: seria formulada uma questão onde conviesse dar a solução, após discussão das opiniões em presença. Em duas ou três gerações, as questões desta dialéctica foram ordenadas. Irnério glosou o *Código Justiniano*; Abelardo, no seu *Sic et Non*, cerca de 1136, ofereceu as opiniões variadas dos exegetas sobre cinquenta e oito problemas; quinze anos mais tarde, Pierre Lombard repartia entre quatro livros as sentenças que o pensador cristão tinha de debater. Em 1140, Graciano propôs as suas próprias conclusões sobre as dificuldades do direito canónico! O seu *Decreto* era uma *Concordia discordantium canonum*. Válida para a teologia, para o direito, para qualquer exercício da inteligência, a escolástica estava formada.

Ele estava certo que o espírito humano, mais seguro das suas capacidades, podia ser tentado pelo orgulho. São Bernardo ergueu-se contra o mais subtil dos intelectuais, Pedro Abelardo; conseguiu a condenação de diversas proposições. O monge de Clairvaux não

acreditava que a mais sublime das filosofias era saber Jesus crucificado? Todavia, isto, que poderia ser mecanismo imperturbável e segura de raciocínio, era compensado pelas delicadezas do coração. Foi Abelardo que confiou: «Renuncio ao título de filósofo se tiver de estar em desacordo com São Paulo. Não quero ser um Aristóteles para estar separado de Cristo.» São Bernardo transformou a devoção que era dedicada a Cristo e à mãe; na pessoa de Jesus procurou ele o homem, compadecido e doloroso, mais que o juiz do último dia que troava ao tímpano das igrejas; em Maria encontrou uma mulher bastante compadecida, que aliviava as penas dos pecadores e lhes propiciava a misericórdia. Este renovo da mística, equilibrando a promoção da razão, modificou pouco a pouco as correntes da piedade popular.

Os clérigos não foram os únicos beneficiários da prosperidade intelectual. Escolas que escapavam ao controlo das autoridades eclesiásticas tinham sobrevivido nas cidades italianas do Norte. O direito romano, devido à sua própria natureza, não era reservado exclusivamente à instrução dos homens da Igreja. E, sobretudo, havia linguagens vulgares, prontas para corresponder aos gostos de uma clientela que, salvo na Itália, onde o latim conservara um carácter vivo, esperava que se lhe dirigissem numa língua que entendesse. Os monumentos mais antigos das línguas nacionais da Europa são sensivelmente anteriores aos fins do século XI. Mas foi a partir de 1050 ou 1070 que teve origem e se organizou uma literatura, feita não já de tradições orais mas de textos que se quis conservar por escrito. Cada dialecto — e havia uma extrema variedade — não podia servir de suporte a uma língua literária: as línguas romanas francesas de *oïl* e de *oc*, o antigo alemão, o castelhano antigo e, cerca de 1200, a «vulgar ilustre» dos Italianos foram idiomas em parte artificiais, que não reproduziam fielmente qualquer dialecto, inspirando-se de preferência num ou noutro e impondo-se pela qualidade e pela popularidade das obras que exprimiram.

A aristocracia militar reclamava uma literatura que exaltasse a sua função. As epopeias contaram-lhes as façanhas de campeões que conheceram extraordinárias peripécias e encontraram as dificuldades morais que qualquer cavaleiro podia enfrentar: a *Canção de Rolando*, o *Cantar do meu Cid*, os *Nibelungos*, compostos nos alvares do século XIII.

Nos castelos, os poetas não encontravam apenas guerreiros; tudo parece indicar que foi no Sul e no Oeste da França que a presença das mulheres nas cortes senhoriais, um refinamento dos costumes mais precoce que noutro lado, inspiraram outro tema susceptível de interessar os dois sexos. O amor, que, para os poetas latinos e para os seus imitadores, constituía apenas satisfação do



desejo carnal, transformou-se num culto prestado pelo amante à sua dama. Este «fino amor» era difícil, secreto, mas exaltante, pois dirigia-se a uma mulher separada do seu apaixonado pelo casamento ou pela distância; exigia um serviço fiel e delicado; se estava satisfeito procurava uma expansão, uma alegria extraordinárias; se não se realizava, sublimava a pessoa amada, à qual era dedicada uma devoção mística.

Esta profunda transformação nas relações do homem e da mulher, não de carácter jurídico mas de importância moral, traduziu talvez o drama psicológico de uma geração que, preocupada cerca do ano 1100 pela realização das suas cobiças e pelo sobresalto da reforma religiosa, deu a si mesma outro ideal essencialmente cavaleiresco e humano; a dama tornou-se o fim para o qual o homem tendia, a fonte das suas penas e das suas satisfações. Este amor, «cortês» a princípio, depois limitado à aristocracia, adoptou naturalmente as regras do serviço de vassalagem. Mas significava uma revolução da sensibilidade e dos valores; colocou a

mulher, nos séculos seguintes, numa situação ao mesmo tempo privilegiada e precária, que jamais ocupara.

No segundo terço do século XII o novo tema literário foi posto à moda nas cortes do Norte de França e da Inglaterra; passou em breve a Castela, à Alemanha, a Itália. Todos os poemas eram cantados; trovadores e troveiros salvaram a música descurada pelos escritores neo-latinos, mais intelectuais que artistas, e pouparam-lhes o confinamento no interior das igrejas.

As canções de gesta, reunidas em ciclos em redor dos seus heróis predilectos, a lírica cortês, cuja frescura se esgotou depressa, não satisfizeram uma clientela que as apetiessem. O «romance», que significava na origem uma simples tradução de aventuras antigas em língua vulgar, individualizou-se pouco a pouco no decorrer do século XII. Tentou-se, através de episódios complicados e imaginários e segundo os meandros de intrigas amorosas, traçar o retrato psicológico de personagens prestigiosas que lhe forneceram a antiguidade de Alexandre e da Eneida, depois o fundo céltico do rei Artur, de Tristão e Isolda e dos que demandavam o Graal.

Paralelamente aos géneros sérios, os Goliardos não deixaram de alimentar a paródia; as farsas irreverentes destes escolares deram impulso a uma literatura que mais se deve dizer «burguesa», pois zombava dos valores que a nobreza respeitava e que ela testemunhava, do bom senso sem ilusão, do realismo terra a terra dos comerciantes, que se imiscuiram pouco a pouco numa sociedade cuja ordem perturbavam. Os romances medievais ocupavam-se levianamente das mulheres. O *Romance de Renart*, que explorou os velhos temas folclóricos a princípio transcritos em latim, narrava as astúcias de Goupil, a raposa, e de Ysengrin, o lobo, no meio do povo dos animais; em cidades como Arras, onde os negociantes se vangloriavam de exercer uma espécie de mecenato e de fundar sociedades literárias, o teatro procurou tornar-se independente da liturgia e ocupar-se de assuntos cómicos. Todas as produções em línguas vulgares começaram a emancipar, da tutela clerical, a vida intelectual da Europa ocidental.

IV

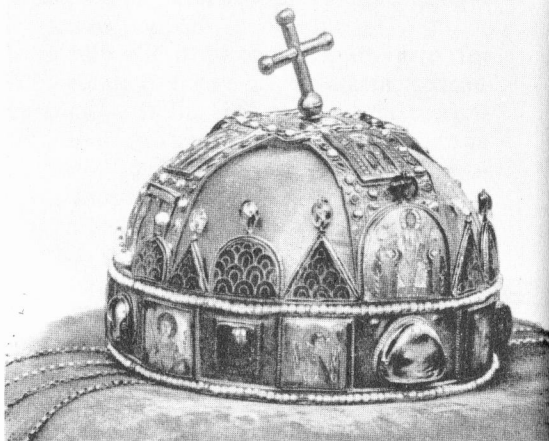
OS ESTADOS ESLAVOS E ESCANDINAVOS

Cerca do ano 1000 os Eslavos e os Escandinavos fizeram sentir a sua influência na França, não pelas suas conquistas ou pelas suas incursões, mas através de Estados que a sua cristianização e a sua organização aproximaram de outros Estados.

O papel da Hungria

O povoamento eslavo, que se espalhara por toda a Europa oriental, do mar Báltico ao mar Egeu, fora interrompido a meio, à altura do Danúbio, pela fixação dos Húngaros, pela resistência das antigas populações latinizadas e pelas avançadas dos povos da estepe, Petchenegues e depois Cumanes.

O reino da Hungria não se contentou com a ocupação da planície situada de um e de outro lado do Danúbio médio; abrangia a Eslováquia desde os começos do século x e juntou a si a Croácia e a Dalmácia, cujos costumes foram garantidos em 1102, embora se estendesse do Adriático aos Cárpatos, submetendo muitos eslavos. Constituiu a única construção política duradoura de nómadas euro-asiáticos, de Fino-Ugrianos, neste caso. A ligação à civilização ocidental, embora comprometida, ainda em pleno século xi por uma revolta pagã, foi realizada pela fixação de uma capital real em Zzekesfehervar, pelo aparecimento de algumas povoações, pela criação de duas metrópoles eclesiásticas, pela delimitação dos condados e, no século xii, pela implantação de diversos mosteiros cistercienses. Mas a realeza era frágil: a ordem de sucessão entre os descendentes de Arpad não estava bem fixada e a aristocracia, apoiada em imensos bens de raiz, fazia-se atribuir ou usurpava os domínios e os direitos reais. Após o reinado ambicioso de Bela III



(1173-1196), a nobreza obteve o reconhecimento formal das suas pretensões: a bula de ouro de 1222 prometeu-lhe a reunião anual da Dieta, a dispensa da imposição de impostos sobre as terras e pôs à sua disposição recursos públicos.

A leste, o reino da Hungria permaneceu em ligação com os nómadas; serviu-lhes de refúgio quando foram expulsos; Petchenegues e Cumanes instalaram-se entre o Danúbio e Tisza e até aos limites da fronteira austríaca.

As invasões, desencadeadas desde há alguns séculos sobre a Europa central, tinham despedaçado a Romanidade. Ilhotas de populações antigamente tocadas pela colonização latina permaneceram todavia sufocadas no povoamento germânico na Baviera e na Alta Áustria, continuando nas montanhas da Albânia uma existência misteriosa, agarradas a alguns maciços da alta Macedónia, mantendo-se mais ao largo na Valáquia e na Transilvânia,

96. A coroa de Santo Estêvão. Embora a Hungria se tivesse colocado na órbita do cristianismo romano e o papa Silvestre II tenha concedido a Estêvão o título real, o imperador bizantino Miguel VII Ducas (1071-1078) ofereceu ao rei Geza I esta coroa, cujo esmalte trai a origem grega. Paris, Biblioteca Nacional. *Foto B.N.*

97. Cabeça de um rei proveniente de Kalocsa (Hungria). Museu de Budapeste. *Foto Boudot-Lamotte.*

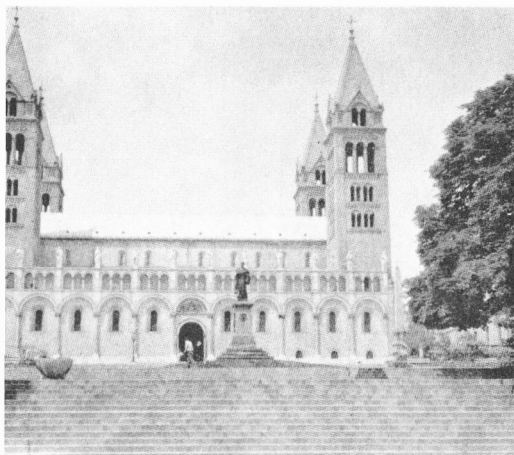
98. Abadia beneditina de Saint-Martin de Pannonhalma (Hungria). Foi fundada pouco antes do ano 1000 no local de destino presumido de São Martinho, pelos discípulos de Santo Adalberto de Praga, graças à protecção do príncipe Geza, e de seu filho Estêvão, recentemente convertidos. *Foto Boudot-Lamotte.*



97



98



que foram o berço da Roménia moderna. É possível que, nesta última região, os reis da Hungria tenham conscientemente reforçado a presença destes elementos étnicos.

Os Estados dos eslavos meridionais

Os eslavos meridionais tinham-se expandido em territórios que dependiam do Império do Oriente. A sua história limita-se às tentativas feitas por potências estrangeiras para os dominar e às suas difíceis e por vezes efémeras reacções. O Império Bizantino procurou insistentemente conservar o controlo dos Balcãs; os Alemães assenhorearam-se dos Alpes orientais; os Húngaros foram além da planície panónia e os Venezianos decidiram vigiar as costas e as ilhas do Adriático. O único Estado independente que conseguiu impor-se foi fundado pelos Turcos, pelos Búlgaros, mas estes adoptaram a língua eslovénica para a sua Igreja e para a sua administração e misturaram-se com os Eslavos. Destruído por Basílio II nos começos do século XI, o seu reino só reapareceu mais de um século e meio mais tarde sob uma forma completamente diferente.

Foi a noroeste da passagem de Vardar e da Morávia búlgara, no local onde a influência de Bizâncio se fazia menos sentir que os primeiros Estados eslavos do Sul tentaram a vida. Os Eslovenos,

99. Catedral romana de Pecs (Hungria). A arte monumental é de importação estrangeira. *Foto Boudot-Lamotte.*

muito próximos dos Alemães, foram condenados à inclusão no ducado de Caríntia. Porém, um reino croata durou dos fins do século IX aos fins do século XI; contestado por Veneza, acabou por ser reunido à coroa da Hungria. Nas montanhas da Bósnia, do Montenegro e da Sérvia, os Eslavos começaram a emancipar-se da tutela grega quando da crise que se seguiu ao grande reinado de Basílio II: um reino de Zeta foi reconhecido pelo papa em 1077; um grande *jupan* governou a Raska nos começos do século XII; mas a Bósnia não conseguiu organizar-se e caiu sob o jugo dos reis da Hungria, que a confiaram a governadores ou senhores banais.

O Império do Oriente refez-se com Manuel Comneno, mas foi-lhe necessário fazer-se representar por chefes locais, que esperavam apenas uma ocasião propícia para se desembaraçarem da dependência. Responsável pela Zeta e pela Raska, Estêvão Nemanja tirou partido do esboroamento do Estado bizantino; após a sua retirada, em 1196, para um mosteiro do monte Atos, o filho Estêvão tornou-se o primeiro rei da Sérvia em 1217 e outro dos seus filhos, Sabbas, organizou uma igreja autónoma cujas crenças e costumes imitavam os do cristianismo grego. A Bósnia não foi capaz de assumir um destino independente; um senhor, Kulin, proposto por Manuel Comneno, cometeu a imprudência de se apoiar na seita dos bogomilos, expulsa de Raska, onde tinha talvez entrado graças à deportação das populações da Ásia Menor, contaminadas pela heresia pauliciana; os bogomilos rejeitaram a igreja estabelecida e substituíram-na pela sua própria organização. Em nome do papado, o rei da Hungria intimou Kulin a deixar de apoiar os heréticos e a combatê-los; Kulin inclinou-se em 1203; a Bósnia tornou a passar para a vigilância da Hungria antes de ser novamente absorvida, nos meados do século XIII.

A mesma rebelião dos povos dos Balcãs deu origem a um segundo reino búlgaro. Na realidade, de búlgaro só tinha o nome. Os seus fundadores, Pedro e Asen I, rebelaram contra o domínio bizantino, a partir de 1185 os habitantes, de sangue muito misturados, do Noroeste dos Balcãs. O irmão, Kalojan, não se contentou com a coroação pelo arcebispo de Tarnovo, chefe da sua igreja; conseguiu que o papa o reconhecesse «rei dos Búlgaros e dos Valáquios» e que um legado procedesse a uma segunda coroação em 1204. Este favor não o impediu de ser um adversário temível da România latina; o imperador Balduíno morreu no cativeiro. O poderio do Estado búlgaro atingiu o auge com Asen II (1218-1341): ele apoderou-se de Andrianopla e do Norte da Trácia, interveio na Sérvia, anexou a Albânia; reinou do mar Negro ao Adriático. Intitulou-se «czar dos Búlgaros e dos Gregos», sendo o chefe da Igreja búlgara patriarca. O novo império oriental não subsistiu



100

depois de Asen II. Quinze anos após a sua morte, foi um sérvio, o nemânida Constantino Tech que subiu ao trono. Os gregos recuperaram Constantinopla, de que os Asénidas tinham sonhado apoderar-se.

Os Estados dos Eslavos ocidentais

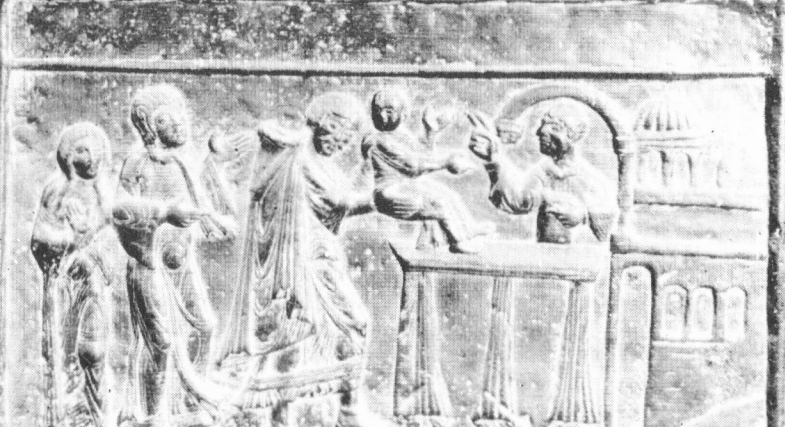
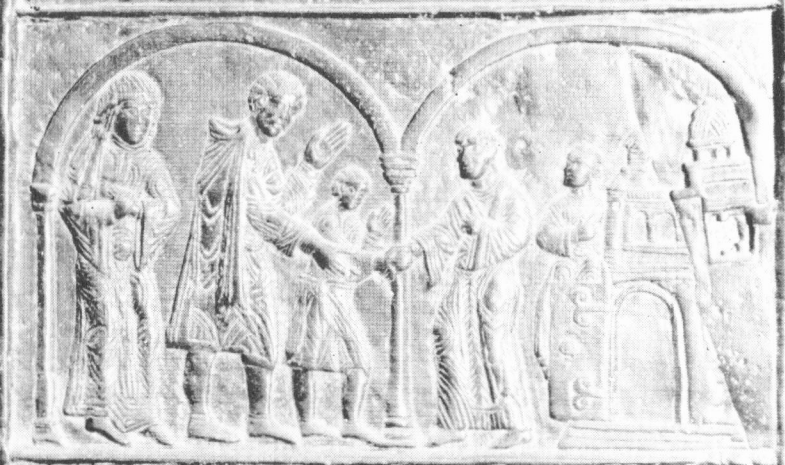
Ao norte da Hungria, os Eslavos ocidentais encontraram-se perante horizontes completamente diferentes. Viviam em territórios que nenhuma grande potência pensara jamais organizar. Os Germanos tinham-se agrupado a oeste do Elba e do Saale. Entre uns e

100. Necrópole dos bogomilos de Radinlja (Herzegovina oriental, Jugoslávia). Em cada estela está representado o caçador de mão grande. Foto D. Stanimirovitch-Fotogram.

outros o afrontamento não era inevitável. Oto III imaginou uma Eslovénia que teria flanqueado a Alemanha a leste; não se tratava quer de a anexar, quer de a colonizar e chefes checos e polacos solicitaram espontaneamente ao imperador a confirmação do seu poder. A língua latina e o seu alfabeto serviram para a administração e para a liturgia, enquanto o esloveno e a escrita glagolítica desapareceram quase completamente. Literaturas nacionais só adquiriram vida no século XIV.

O longo interregno de que os eslavos ocidentais beneficiaram, apesar dos conflitos episódicos, permitiu a formação de um Estado checo e de um Estado polaco. Somente os habitantes da zona entre o Elba e o Oder, os Vênedos, atingidos pelas primeiras avançadas dos Alemães no século XII, não tiveram possibilidade de salvar a sua originalidade. Nesta data, a família dos Premyslidas tinha há muito tempo colocado a Boémia e a Morávia sob a sua autoridade, deixando a Eslováquia ao reino da Hungria. Um Estado mais vasto ainda tinha mesmo dado a impressão de se esboçar nos princípios do século XI: teria podido aproximar a Boémia e a Polónia num mesmo destino; mas os imperadores dedicaram-se a impedir esta eventualidade, que aproveitaria a dinastia polaca (1003-1004) princípios do século XI: teria podido aproximar Boémia e a Polónia num mesmo destino; mas os imperadores dedicaram-se a impedir esta eventualidade, que aproveitaria a dinastia polaca (1003-1004) ou a dinastia checa (1039). Foi sob a sua tutela que se desenvolveram e se afirmaram os Premyslidas; Henrique I oferecera já a coroa a Venceslau, assassinado em 929 pelo irmão e considerado como santo patrono da Boémia; em 1085, o título real foi reconhecido a Vratislav por Henrique IV; em 1158, este favor foi renovado por Frederico Barba Roxa. O dinasta checo fazia figura de príncipe do império; assistia às dietas, participava na eleição do rei alemão, desempenhava as funções de grande escansão, fornecia um contingente de cavaleiros; contava com o imperador para cortar pela raiz as querelas de sucessão, pois era o soberano alemão que dava a investidura na Boémia antes mesmo da desapareição do príncipe reinante. Nos fins do século XII, a política oriental tendia para uma separação da Boémia e da Morávia; mas as perturbações que se seguiram à morte de Henrique VI (1197) permitiram a Premysl I consolidar a sua posição, definida por um acto solene de 1212; foi reconhecido rei hereditário da Boémia, mas não se separou do império: teoricamente eleito pela nobreza do seu país, foi confirmado pelo imperador, ao qual prestava homenagem. Dez anos mais tarde, a Morávia foi reunida à Boémia.

Os elos políticos que ligaram os Premyslidas ao império não foram os únicos elementos que influenciaram duradouramente a história dos Checos. O bispado de Praga dependia da metrópole



de Maiença; monges e sacerdotes alemães introduziram-se na diocese. Mercadores imitaram-nos cedo, depois, a partir do século XII, camponeses. Nas regiões periféricas, a etnia eslava foi em breve submersa; noutro lugar, implantaram-se fortes minorias alemãs; animaram nomeadamente as novas aldeias fundadas pela nobreza checa e os aglomerados comerciais que tinham começado a desenvolver-se nas imediações das fortalezas. No século XIII, as cidades individualizaram-se ao receberem o direito urbano denominado de Magdeburgo.

A Polónia, mais afastada da Alemanha, preservou melhor a sua independência. A família dos Piast dirigiu a sua formação. Oriunda da região dos Polanes (gente da planície), que o Warta banhava, colocou na sua órbita os Vislanes do vale do Vístula, livres de escolher mais tarde entre si a sua capital, Cracóvia. Ela não conseguiu todavia arranjar uma larga fachada sobre o mar Báltico; só conquistou a Pomerânia no século XII e os Alemães arrebataram-na quase imediatamente; deixou os Prussianos, bálticos pagãos, a leste do baixo Vístula. Mieszko I foi baptizado cerca de 966; colocou o seu jovem Estado sob a protecção do papa, mas não lhe foi possível ignorar a Alemanha; estabeleceu alianças matrimoniais com os margraves; ajudou-os mesmo a vencer eslavos da região de Branibor, a futura Berlim. Oto III, ao conferir dignidade de arcebispo a Gniezno, reconheceu a autonomia da Igreja polaca. Em 1024, Boleslav o Valente tomou a coroa real.

As instituições políticas não adquiriram, todavia, consistência. Boleslav III, embora conquistador da Pomerânia, estabeleceu a confusão quando dividiu o reino entre os filhos em 1138. Os herdeiros deviam reconhecer o poder superior do mais velho, que devia receber a Pequena Polónia de Cracóvia. De facto, as violações das regras do direito de primogenitura, competições, a impotência do Estado, resultaram do sistema. A Polónia foi apenas a federação de uma vintena de ducados.

Esta fragmentação foi facilitada pela evolução social e pela importância das cidades. A nobreza constitui imensas propriedades de raiz, fazendo pouco a pouco recuar a pequena exploração e reduzindo os camponeses à servidão. A exemplo dos Piast, que tinham sabido apoiar-se em companheiros fiéis, fez entrar os cavaleiros pouco afortunados na sua clientela. Muito cedo, os chefes eslavos da grande planície tinham construído fortins sobre pequenas

101. Porta de bronze da catedral de Gniezno (Polónia, cerca de 1175). A influência alemã manifesta-se tanto na história de Santo Adalberto, um nobre checo a quem Oto II deu o báculo de bispo de Praga e que foi assassinado em 997 pelos Prussianos, como no estilo desta obra, característico da arte dos bronzistas mosanos.

elevações no meio dos pântanos; artesãos e comerciantes instalaram-se nas proximidades, mercados tinham sido abertos. Cerca de metade das cidades polacas modernas remontam a esta época antiga e nada devem à influência alemã, como as pesquisas arqueológicas provaram. Os Piast tinham deitado a mão às principais cidades que controlavam as estradas do interior; os ducados, por sua vez, deram-se uma estrutura urbana. As cidades situadas nas proximidades do Báltico — Gdansk, Posnan, Gniezno — abrigavam alguns milhares de habitantes no século XII e mantinham um tráfego activo em terras longínquas. Quando a emigração alemã se verificou, a estrutura económica da Polónia era diversificada: a aristocracia vendia os excédentes das suas colheitas de cereais; os cistercienses tinham mesmo introduzido a vinha. Os recém-chegados tornaram mais densa a rede urbana e, como na Boémia, dotaram as cidades de direito próprio, com largos privilégios administrativos e judiciais. A língua alemã conseguiu adeptos; passou mesmo a ser na Silésia o idioma da expressão literária.

Todavia, a fragilidade política da Polónia comprometeu, mais que a colonização, o seu futuro. Em 1226, o duque de Mazóvia, incapaz de se desembaraçar dos Prussianos, reclamou o auxílio dos cavaleiros teutónicos; foram estes que tiraram proveito de uma impiedosa conquista, origem de um Estado que se viu obrigado a assegurar o controlo do baixo Vístula e promoveu um importante intercâmbio comercial com os países nórdicos. A Polónia encontrou-se rodeado por essas regiões.

A Rússia

As relações dos Polacos com os Eslavos orientais não foram problemáticas antes do século XVIII. Foi sensivelmente a leste, para lá do pântano do Pripiet, que uma primeira Rússia se organizou. Os seus centros eram Novgorod, junto do lago Ilmen, e Kiev, junto do Dniepre; o seu eixo era feito da sucessão de rios que, mediante pequenas portagens, punham o golfo da Finlândia em contacto com o mar Negro; a sua reunião deveu-se a Escandinavos, Riurik e seus descendentes, desde os fins do século IX. Abrangia, uma grande zona florestal, desembocava ao sul na estepe; a oeste, anexou o principado de Polotsk; a leste, enviou expedições em direcção do médio Volga e do curso inferior do Don; não conseguiu no entanto estender a mão ao estabelecimento eslavo da península de Taman, ao sul do mar de Azov, O Tmutarakan. A sua conversão ao cristianismo ocupou cerca de dois séculos; os episódios decisivos verificaram-se cerca do ano 1000; o baptismo dos habitantes de Kiev, ordenado por Vladimir em 988; a ascensão de Kiev a

metrópole em 1037; a elevação de um metropolitano russo em 1051; a criação de sete dioceses, cinco das quais apenas para a Ucrânia.

Nesta época, a integração de aventureiros escandinavos, comerciantes, ou guerreiros, estava realizada; os príncipes tinham nomes eslavos; os Varegues suecos, atraídos por Constantinopla, na guarda imperial da qual entravam, eram apenas estrangeiros de passagem. O vocábulo «Russos» que fora dado por Fino-ugrianos aos Suecos que se embrenhavam no cerne do continente ou que designava uma pequena fracção de eslavos orientais, identificava doravante uma nação eslava. O seu *habitat* não tinha limites exactos; estava aberto sobre extensões escassamente povoadas; uma última expedição foi orientada para Constantinopla em 1043, mas a estrada foi cortada por populações da estepe, libertadas pela destruição do Estado khazar em 968. A cultura, necessariamente religiosa, exprimiu-se na língua eslovénica, transcrita num alfabeto menos complicado que o alfabeto glagolítico: a escrita ciríllica, que, adoptada pelos Búlgaros e pelos Sérvios, fora já introduzida em Novgorod no século XI.

A maioria da população vivia da agricultura, praticada em queimadas nas clareiras da floresta e da estepe arborizada, enquanto a caça, a recolha do mel e da cera forneciam recursos de complemento. Sítios fortificados serviam ao mesmo tempo de postos militares e de mercados em torno de um reduto defensivo, o Kreml; bairros estrangeiros eram por vezes dedicados a alemães, a judeus ou a arménios. A partir do tempo de Santo Vladimiro cunhou-se uma moeda especial. A primeira Rússia articulou-se em torno de centros urbanos; supôs-se que o seu número, que não ultrapassava duas dezenas no século X, atingiu trezentos nos começos do século XIII: a madeira era o material das casas, das paliçadas, do calcetamento; uma igreja de pedra revestia-se de uma majestade excepcional.

Por mais notáveis que tivessem sido a sua multiplicação e a sua vitalidade, as pequenas cidades eram incapazes de suportar uma organização política. O poder pertencia aos grandes proprietários, que mantinham um grupo de boiardos, ou *drujina*, pouco a pouco instalados nas terras incultas; os pequenos camponeses proprietários passaram a estar sob a autoridade dos nobres. A ascensão da aristocracia contrariou a influência dos Riurikovitch, tanto mais que estes se provaram incapazes de transformar o seu Estado numa monarquia. A sucessão era partilhada entre os herdeiros e fazia-se quer em linha colateral, quer em linha directa, segundo a vontade dos chefes mais poderosos, como Iaroslav (1034-1054). As cidades e os territórios estavam classificados numa ordem de importância e maior era o número dos possuidores de um direito que separava um filho mais novo ou um primo do chefe

da família, por mais modesta que fosse a sua parte. O grão-príncipe recebia obrigatoriamente Kiev. Aconteceu que um pretendente descontente se colocou sob a protecção do papa (1075).

Nestas condições, os Cumanos devastaram impunemente todo o Sul do Estado de Kiev a partir do segundo quartel do século XII. O centro de gravidade da primeira Rússia oscilou. Emigrados agruparam-se no sopé dos Cárpatos, na Galícia, em redor de Galitch, e, sob Daniel Romanovitch, nos princípios do século XIII, num principado, de que Lvov se tornou a cidade principal, entrando pela Ruténia e pela Volhynia; estabeleceu contacto com os Polacos e com os Húngaros que o atraíram para a sua órbita; adoptou o latim como língua administrativa; e ao seu chefe foi mesmo dado o o título de rei pela corte de Roma, em 1253.

No Norte, Novgorod constituíra-se em império comercial florestal; era o nó das rotas ao longo das quais os seus boiardos e os seus comerciantes avançavam até ao mar Branco e para lá dos Urales; as povoações nómadas disseminadas pagavam-lhe tri-



butos em peles; ela servia de intermediário com os Escandinavos, os Bálticos, os Alemães, os Polacos. As escavações puseram à vista notas, cartas, contratos redigidos sobre casca de bétula, e as fundações da cidade. Em 1126, o grande príncipe de Kiev autorizou a assembleia de homens livres a eleger o governador; a cidade tinha os seus recursos próprios, podia recrutar milícias, mas jamais foi independente. O principado de que fazia parte não escapou ao domínio da grande aristocracia rural. Sem a força armada desta, sem o valor de um chefe como Alexandre Nevski, teria conseguido repelir os Suecos e dispersar os cavaleiros alemães na batalha do Gelo, o que se verificou em 1240 e 1242, embora os limites da expansão sueca e germânica nos países bálticos estivessem duradouramente fixados? Em 1252, o vencedor juntou ao seu principado de Novgorod o de Suzdal e Vladimir.

Este último centro de povoamento e de colonização, que se estabelecera numa zona habitada por fracos contingentes finlandeses, afirmara o seu jovem dinamismo em 1169, num golpe relâmpago: a pilhagem de Kiev por Andrei Bogoliubski. Nesta região afastada, as cidades, semeadas nas clareiras férteis da floresta, não desem-



103

104

102. O Cristo Pantocrator de Santa Sofia de Kiev. Os mosaicos de Kiev, executados nos anos que se seguiram à elevação da cidade a sé metropolitana (1037), reproduzem o estilo bizantino. *Foto Boudot-Lamotte.*

103. Igreja da Intercessão junto do Nerli, no convento de Bogoliubovo (cerca de 1156). Edifício de planta quadrada, ornado de uma cúpula. A partir dos meados do século XII, um centro de influência política e de civilização fixa-se em Suzdalia, no coração do continente russo. *Foto Boudot-Lamotte.*

104. São Dimítrio em Vladimir (1194-1197). A Suzdalia está ligada ao mar Cáspio pelo Volga; explica-se assim a influência dos modelos arménios. *Foto Boudot-Lamotte.*

penharam um papel tão importante como no principado de Kiev. O Riurikovitch esforçou-se por disciplinar a nobreza rural e reforçar as suas próprias prerrogativas; fez-se chamar grão-príncipe de Vladimir. Mas o hábito das partilhas persistiu; Alexandre Nevski, em 1263, concedeu ao seu filho mais novo, Daniel, a região cujo centro era a povoação fortificada de Moscovo, atestada pela primeira vez em 1147.

No século XIII, o mundo eslavo estava menos unido que nunca; era atraído em direcções opostas; não tinha nem liturgia, nem direito, nem língua culta, nem escrita, nem arte comuns; os seus dialectos começaram a diferenciar-se. A Alemanha, a igreja romana, Bizâncio, os Escandinavos, tinham feito amálgama. Ainda não era uma potência civilizadora, mas fazia parte da Europa e era nela o campeão necessário perante as profundezas da Ásia.

Os reinos escandinavos

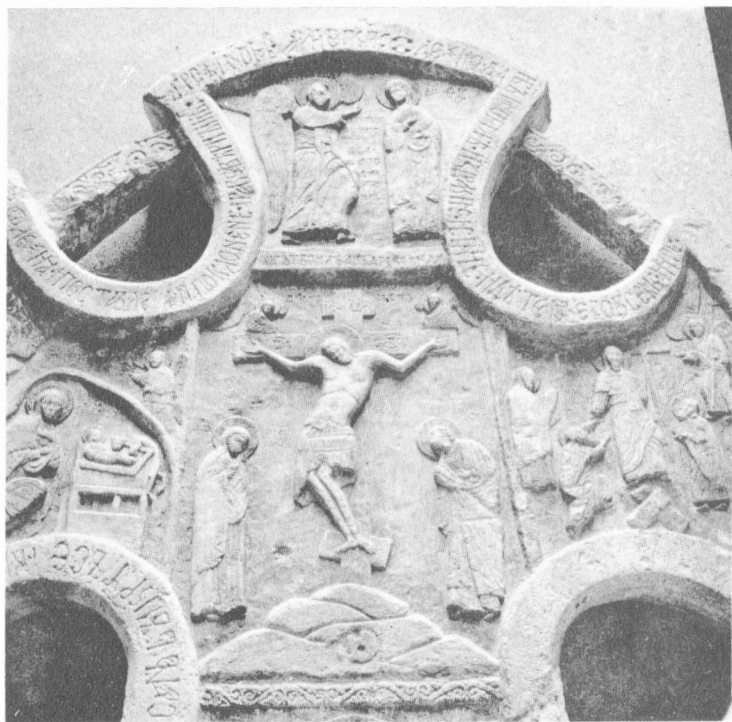
A última avançada escandinava verificou-se no século XI. Graças aos reis dinamarqueses, tomou um carácter organizado. Os guerreiros, que se tinham reunido em vastos campos circulares com fortificações de terra, começaram a desencadear ataques metódicos contra a Inglaterra, uma vez que os seus compatriotas tinham sido massacrados em Saint-Brice, em 1002, por ordem do rei anglo-saxónico Aetheraed II. Knud desembarcou em 1017 e fez-se coroar rei de Inglaterra. Durante alguns anos um império une a Inglaterra à Dinamarca, à Noruega e à Suécia meridional. A Inglaterra era a sua peça principal: Knud introduziu aí apenas os seus companheiros, que se misturaram com a aristocracia anglo-saxónica, sobretudo no Norte; evitou desapossar os ocupantes do solo e favoreceu a Igreja. Mas a sua obra desmantelou-se após a sua morte (1035). A vitória de Guilherme da Normandia, em 1066, a devastação da região onde a grande frota do rei dinamarquês Sven Estridsson era susceptível de abordagem, em 1069-1070, retiraram a Inglaterra do mundo nórdico e ligaram-na definitivamente ao Ocidente.

105. Porta de bronze da catedral de Novgorod. O trabalho parece ter sido executado em Magdeburgo: no Norte da Rússia penetram as influências comerciais e culturais alemãs. *Foto Boudot-Lamotte.*

106. Santa Sofia de Novgorod. É impressionante a diferença entre a decoração bizantina de Santa Sofia de Kiev e a decoração bem mais próxima da factura romana graças à intervenção alemã, de outra Santa Sofia, a de Novgorod, construída de 1045 a 1050. *Foto Boudot-Lamotte.*



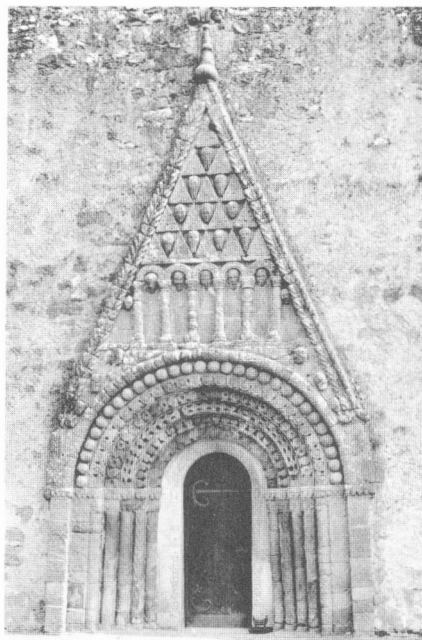
105



Doravante, os reis de Inglaterra de origem francesa aplicaram-se a desalojar os Noruegueses que se tinham instalado ao longo das costas ocidentais e no Leste da Irlanda, e os Celtas, que permaneceram refractários ao domínio anglo-saxónico. Na Escócia, após o assassinio de Macbeth, partidário de um feroz isolamento, a influência anglo-normanda penetrou nas terras baixas meridionais durante a segunda metade do século XI. As expedições do rei norueguês Magnus Pés-Nus, cerca de 1100, ao País de Gales, encontraram uma oposição anglo-normanda. Na Irlanda, os chefes indígenas impediram, entre 980 e 1014, os progressos dos pequenos reinos noruegueses, o principal dos quais era o de Dublin; depois, cerca de 1170, Henrique II Plantageneta fez desaparecer qualquer vestígio das conquistas norueguesas. Nos meados do século XIII, o rei da Escócia Alexandre III, ao recuperar a ilha de Man e as Hébridas, acabou por eliminar os vestígios das ocupações escandinavas.



107



108

Mas a experiência adquirida nos países estrangeiros mostrou-se benéfica quando os povos do Norte, limitados nas suas ambições, organizaram os Estados nacionais. Dá bem a impressão de que foi no Nordeste da Inglaterra, onde a sua marca foi tão profunda que lhe deram o nome de Danelaw ⁽¹⁾, que conheceram o interesse das cidades, postos fortificados e entrepostos de transacções, a maneira de dividir as extensas terras de cultivo em campos ordenados, a formação de bandos armados que juravam fidelidade ao seu chefe, a partilha sistemática do país em circunscrições, cada uma delas encarregada de fornecer um navio e remadores. A indispensável aliança com a Igreja, a exemplo de outros Estados cristãos mais antigos, completaram a panóplia dos meios de governo.

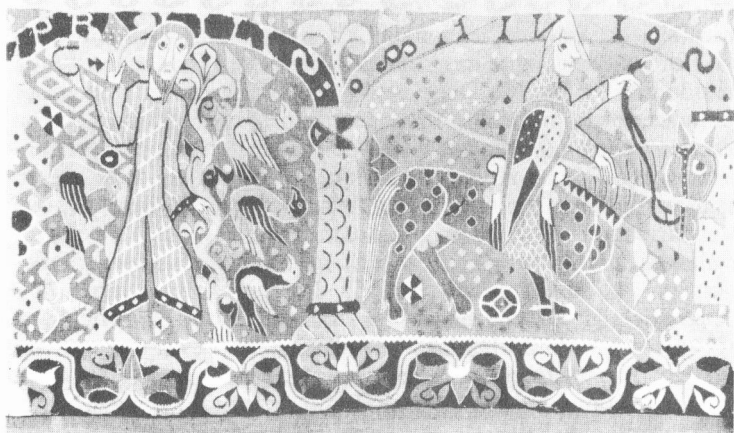
A partir de 935, o rei da Dinamarca passou a residir em Jelling, no centro da Jutlândia. As primeiras dioceses tinham sido criadas por Harald de Dente Azul, baptizado cerca de 960. Knud o Grande instalou um bispado em Lund, na Scania; Sven Estridsson fixou-se em Roskilde e deu à Igreja uma estrutura mais cerrada, com nove dioceses e mosteiros. Nestas cidades-capitais, oficinas cunhavam moeda. As primeiras actas foram escritas nos fins do século XI segundo os modelos das chancelarias ocidentais. Em 1103, Lund foi erigida em arcebispado para o conjunto das Igrejas do Norte.

As piratarias dos Eslavos de Rugen, os começos da expansão alemã eram susceptíveis de comprometer a independência da Dinamarca. O rei Valdemar I (1157-1182) e o seu amigo Absalon, bispo de Roskilde e depois arcebispo de Lund, restabeleceram a situação. Torres de pedra ou de tijolo foram construídas ao longo do litoral; uma delas foi a origem de Copenhaga. Expedições navais aniquilaram os abrigos dos piratas e impuseram o cristianismo à ilha de Rugen. Foram fundadas abadias cistercienses. O recrutamento de cavaleiros seguiu-se ao recrutamento naval. As tradições populares foram recolhidas em latim nos *Gesta Danorum*. Estes brilhantes resultados fizeram perder o sentido das proporções a Valdemar II (1202-1241); fez expedições contra a Estónia e Hamburgo. Esta última empresa terminou em confusão. Depois dele,

107. Knud o Grande, rei da Dinamarca, de Inglaterra e da Noruega, 1018-1036 (Missal da catedral de Winchester). Londres, Museu Britânico. *Foto do Museu.*

108. Portal da igreja de Clonfert (Irlanda). *Foto Belzeaux-Zodiaque.*

(¹) Lei dinamarquesa. (*N. do T.*)



109

a aliança da monarquia e da Igreja ficou comprometida; a nobreza de Holstein adiantou-se à antiga aristocracia dinamarquesa; a empresa alemã desenvolveu-se.

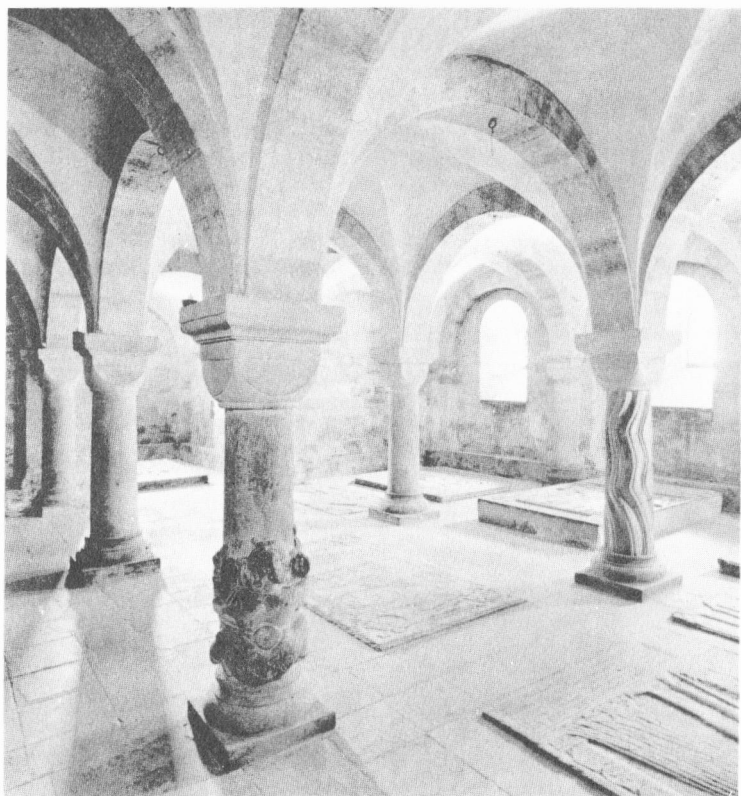
A Noruega teve dificuldade em organizar uma monarquia unificadora e hereditária. Santo Olaf (1016-1030) sucumbiu aos golpes conjugados dos chefes do Norte e do dinamarquês Knud. No século XVII, a Igreja proclamou a paz, impôs a sua tutela à realeza; mas um pretenidente, Sverre, fez afrouxar esse amplexo e governou com a ajuda dos seus guerreiros. A actividade de Nidaros, Bergen, Oslo, o recurso à escrita na administração, testemunharam lentos progressos. Foi apenas no século XIII, entre 1217 e 1280, com Haakon IV e Magnus VI, que a realeza foi consolidada pela introdução do regime feudal e pela compilação de um código legislativo. Um legado pontifício coroou Haakon em 1247 e reconheceu o seu direito de patronato sobre as igrejas. A tendência, durante muito tempo mantida, das aventuras longínquas, não era estranha aos dissabores que os reis tinham sofrido: Harald o Severo fora vencido e morto em 1066 em Inglaterra;

109. Tapeçaria de Baldishol (Noruega, meados do século XII). O mês de Abril com as suas flores e os seus pássaros e o mês de Maio em que o cavaleiro parte para a guerra: o bordado de lã, executado pelas mulheres segundo uma antiga tradição escandinava, está destinado a decorar uma igreja para grandes festividades. Oslo, Museu de Artes Decorativas. *Foto Giraudon.*

110. Cripta de Lund (Suécia). Segundo o estilo romano da Renânia, a catedral de Lund começou a ser construída em 1120. *Foto Schneiders-Rapho.*

Magnus Pés Nus cederá as Órcades à Irlanda; Sigurd levará os seus barcos até à Terra Santa entre 1107 e 1111. Os grandes reis dos meados do século XIII decidiram ligar à monarquia as colónias de além-mar: as Shetlands, as Órcades, as Féroé, a Islândia, votada à pesca e à criação de gado, dilacerada por vinganças familiares ferozes, mas embelezada pelo tesouro poético das suas sagas, a Gronelândia — aonde Erik o Vermelho conduziu em 985 um punhado de colonos a uma franja do litoral solta dos gelos. Porém, estes testemunhos da epopeia marítima não apresentavam já interesse: o tráfico entre as ilhas e a Europa não tinha qualquer valor comercial; provindos dos gelos, os descendentes dos esquimós ameaçavam o pobre estabelecimento gronelandês; a sociedade islandesa fechou-se em si mesma, nada mais acrescentando à sua língua e à sua literatura.

A formação do Estado sueco foi ainda mais laboriosa. O paganismo, cujo principal santuário se encontrava em Uppsala, pro-



vou-se tenaz. Cedeu apenas no século XII com a chegada dos cistercienses, a política de cruzada antifinesa de Santo Erik, a criação do arcebispado sueco em Uppsala, em 1164. A luta dos dois clãs reais dificultou a unidade. Foi Birger que, ao fundar uma nova dinastia em 1250, a dos Folkung, esboçou o rosto da Suécia real: o fortim de Estocolmo, na saída do lago Malar, foi o seu centro; estava ao alcance da Finlândia recentemente conquistada, à beira do mar percorrido pela marinha da Hansa; os acordos estabelecidos com Lubeck, o desenvolvimento do grande entreposto de Visby, na ilha de Gotlândia, a descoberta das minas de cobre de Falun, cerca de 1288, definiram a nova economia. A hierarquia feudal foi introduzida para tentar disciplinar a aristocracia.

A construção das catedrais góticas de Nidaros e de Uppsala mostrou, bem como a imitação das instituições, a integração da Escandinávia na Europa. Porém, as empresas alemãs estendiam a sua sombra ao mesmo tempo sobre os reinos do Norte e os dos Eslavos do Oeste.

QUARTA PARTE

CONTACTOS E SEPARAÇÕES

O mundo é grande. O tempo é lento. Em média, pode-se percorrer num dia cem a cento e cinquenta quilómetros no mar, trinta a cinquenta em terra. Porém, bastantes condições fazem variar a duração das deslocações. As dificuldades encontradas: a hostilidade dos governos, que recusam a passagem, ou muito simplesmente a imensidade da estepe que confunde os primeiros missionários que se dirigem para a Mongólia no século XIII. As intempéries, os ventos contrários: a ligação entre Veneza e Creta é dez vezes mais rápida no Verão do que no Inverno; os utentes do oceano Índico sabem que a monção faz aumentar ou reduzir para metade as travessias segundo a sua direcção. Os meios de transporte utilizados: os cavaleiros, que têm uma ordem para executar, circulam mais depressa que os comerciantes; estes mais depressa que os peregrinos ou os emigrantes; os companheiros de Godofredo de Bulhão, encarregados de armamentos e de bagagens, alcançam Constantinopla através da Europa central em mais de quatro meses, em 1096, mas os franceses do Sul em seis meses.

Que importam as demoras? Os homens quase não duvidam que o tempo é um valor e que se pode especular sobre ele. Evadem-se do horizonte limitado da sua vida quotidiana através de longínquas experiências. A circulação local é pequena, mas as grandes deslocações não são raras. Embaixadores, mensageiros, monges, peregrinos, comerciantes, estudantes, artistas ou aventureiros percorrem as rotas do continente ou do oceano. Camponeses encaminham-se para as novas terras, para as cidades. Populações inteiras são transplantadas. O Ocidente cristão toma agora parte no movimento.

Contactos múltiplos e fecundos são estabelecidos no interior do velho mundo. Mas como os Ocidentais só se afastam progressivamente da sua península, e os Chineses se contentam com a ideia de que a oeste da Índia o islão reina até aos limites do planeta, os Árabes são sempre os únicos a ter uma visão científica de conjunto. Os seus infatigáveis viajantes sobressaem na reportagem. Mas os seus geógrafos nem sempre duvidam que a Terra está talvez disposta de maneira diferente daquela que Ptolemeu

pretendia. Al-Idrisi, oriundo do Magrebe, que trabalhou para o rei Rogério II da Sicília, representa-a ainda como um disco sobre o qual se deve inscrever a Europa, a Ásia e a África branca.

Os reconhecimentos escandinavos prosseguiram provavelmente no Nordeste e no Ártico: da Vinlândia, onde brotam a videira e o trigo selvagem, da Marklândia florestal, puderam avançar para as paragens dos Grandes Lagos; da Islândia, tocar o Spitzberg. Pode admitir-se que as pirogas polinésias chegaram às margens da América do Sul. Luzes evanescentes na noite, proezas perdidas.

Mais penetrada que nas épocas anteriores, devido ao proselitismo muçulmano, a África negra conserva no entanto o seu mistério. A sua extensão foi insuspeita. A imagem da terra permaneceu inexacta e incompleta.

a. Moeda almorávida de África (1058). *b.* Moeda de Henrique II, rei da Alemanha e imperador (1002-1024). *c.* Moeda de Eduardo o Confessor, rei de Inglaterra (1204-1066). *d.* Moeda de Afonso IX, rei de Leão (1188-1230). *e.* Moeda de Pedro II, rei de Aragão (1192-1213). *f.* Moeda de Jaime I, rei de Aragão (1213-1276). Paris, Cabinet des Médailles. *Fotos B.N. e Larousse.*



a



b



c



d



e



f

I

AS RELAÇÕES NO INTERIOR DO VELHO MUNDO

Variedades das relações.

Cada região fez surgir uma vida de relações através dos territórios povoados pelos seus fiéis. O culto dos santos, que se desenvolveu em todas as confissões, multiplicou as ocasiões e os lugares de reunião. O desejo de estudar os textos sagrados ou de aceder a uma disciplina espiritual mais rigorosa tocou os monges e os estudantes cristãos, os bonzos budistas, os sufistas e os doutores muçulmanos. Na Igreja Romana, os dignitários não cessaram de se deslocar para presidirem a concílios, visitar as suas circunscrições, transmitir directivas.

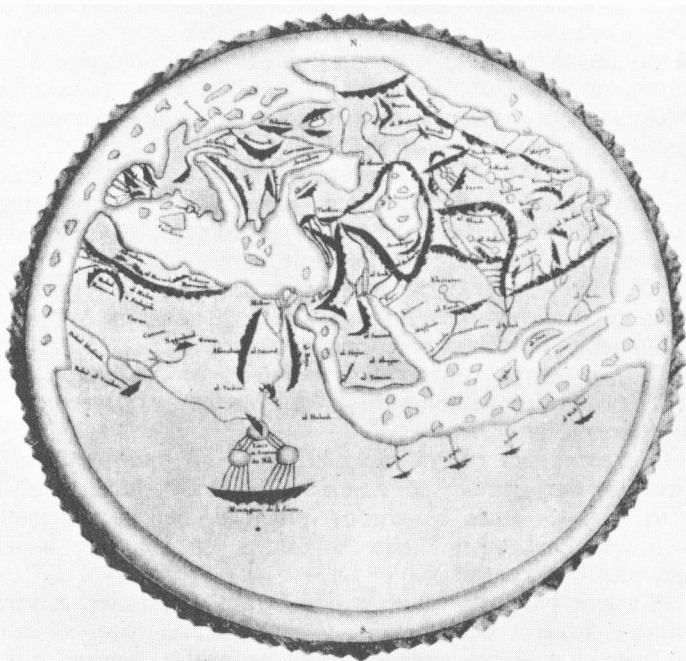
Viu-se mesmo serem instauradas relações de força entre os prosélitos de uma mesma fé: a guerra santa não foi apenas o emprego de uma coacção brutal para converter homens, como os muçulmanos o tinham compreendido desde o princípio; não se limitou entre os cristãos a justificar os ataques dos infiéis nas perspectivas abertas no século XI: os Fatimidas, os Seljúcidas, os Almorávidas, os Almóadas esforçaram-se por fazer triunfar as suas interpretações do islão, e o papa convocou os cavaleiros a fim de esmagar os heréticos da França meridional que recusavam reconhecer o Evangelho na Igreja Romana.

O exemplo da guerra santa utilizado no interior, bem como no exterior das grandes comunidades religiosas, levou a observar que as relações entre os grupos humanos, belicosas e pacíficas, não foram fundamentalmente diferentes, tivesse sido a mesma crença partilhada ou não.

A maior parte das guerras não foram declaradas: a surpresa do ataque parecia um elemento de sucesso. As batalhas campais eram com frequência evitadas, pois os chefes temiam a bruta-

lidade da decisão e as incursões da cavalaria não se prestavam a isso. As hostilidades terminavam depois de o território inimigo ter sido devastado ou quando as cidades fortificadas ou os castelos, que eram os pontos de apoio da resistência, se tinham rendido.

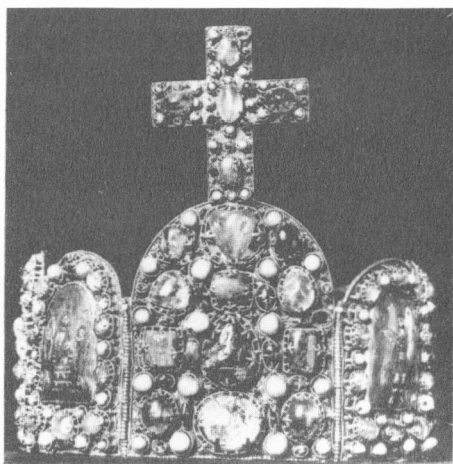
A diplomacia não era entendida da mesma maneira por todos os governos. Os soberanos dos impérios centralizados, convencidos da sua superioridade, esperavam nas suas capitais os testemunhos de respeito e de subordinação. O imperador da China, o basileus bizantino, os califas de Bagdade, do Cairo e de Córdoba deslocavam-se raramente; não era cómodo aproximar-se deles, isolados e magnificados por uma etiqueta que os colocava ostensivamente acima da humanidade. Não se contentavam com receber presentes; reclamavam tributos. Agradava-lhes, em troca, conferir títulos honoríficos aos chefes estrangeiros. A corte chinesa emitia juízos de valor sobre os reinos que mantinham contactos com ela, colocava-os num estágio mais ou menos evoluído de civilização. Laços de carácter jurídico foram instaurados graças ao sistema feudal, baseado em relações de dependência: o papa recebia a homenagem de reis e de príncipes que se tinham tornado seus vassallos



e o imperador de Constantinopla considerava prudente reclamar compromissos da mesma ordem aos chefes da cruzada que eram capazes de compreender o significado dos seus gestos. É verdade que esta hierarquia de Estados foi mais de uma vez perturbada pelas circunstâncias: os orgulhosos governadores da China e de Bizâncio submeteram-se ao pagamento de contribuições em dinheiro, ou em espécies, em proveito de povos nómadas, com o fim de evitar um mal maior.

O imperador alemão, os reis, os príncipes, os senhores, de administrações embrionárias, circularam muito. Fizeram datar as suas actas das residências sucessivas, mas pode-se reconstituir os seus itinerários. Encontravam-se espontaneamente nas fronteiras dos seus Estados respectivos — uma ponte, um vau, uma árvore ou marco materializando a demarcação, ou ainda nos «marcos» separadores. Os arranjos eram simples acordos verbais, projectos de casamento ou textos que as testemunhas subscreviam; o seu respeito era confiado a garantes susceptíveis de se transformarem em reféns ou ainda num procedimento arbitral.

Os diplomatas, designados para missões determinadas, deviam exhibir cartas credenciais; desfrutavam em princípio da garantia da sua pessoa nos territórios que atravessavam. Mas estes usos nem



113

113. A coroa imperial. O diadema que os imperadores alemães cingem estava colocado sobre uma mitra: simboliza o que se denominou no século XII *Sacrum Imperium*, mais tarde *Heiliges Reich* ou Santo Império. Viena, Biblioteca Nacional. Foto da Biblioteca.

sempre eram respeitados. Algumas embaixadas terminaram tragicamente, com o risco de provocar represálias.

Relativamente à segurança dos estrangeiros verificaram-se progressos, embora de uma maneira geral os que eram denominados forasteiros no Ocidente estivessem à mercê do detentor da autoridade pública. Beneficiaram na China de uma tradição de hospitalidade, embora em parte nenhuma estivessem ao abrigo de expulções, prisões, expulsões. A coexistência de populações diferentes apresentou-se de diversas maneiras. Se, em determinado território, vivessem grupos religiosos e étnicos de origens diversas, a sageza consistia em deixar-lhes os seus costumes próprios, lançando em contrapartida um imposto distintivo; prevalecera nos países da África e da Ásia que tinham sido conquistados pelos Árabes; na Índia, na Ásia central, os cristãos monofisitas e nestorianos tinham conservado os seus cultos e as suas actividades. Esta atitude foi adoptada pelos Ocidentais; os cruzados desapossaram a hierarquia eclesiástica grega, mas não se preocuparam seriamente em converter os cristãos que não seguiam o seu rito e deixaram tranquilos os muçulmanos mercê de uma capitação. Na Sicília, os conquistadores normandos conservaram lado a lado italianos, gregos e árabes. Nos reinos cristãos de Espanha, os muçulmanos fiéis à sua fé ou *mudejars* não foram inquietados, pois a sua colaboração era indispensável.

Os Judeus, por seu lado, foram especialmente maltratados. Estavam presentes em numerosos lugares; o seu correligionário ibérico Benjamin de Tudela, que decidiu visitá-los entre 1159 e 1173, não percorreu apenas o Mediterrâneo; avançou até ao Ceilão e voltou pela Etiópia; poder-se-ia ter dirigido à Europa central para completar o seu inquérito. Mas o papel notável de intermediários que lhes fora deixado nos séculos IX e X foi sensivelmente restringido; imputaram-lhes flagelos naturais; massacraram-nos e despojaram-nos quando a sua paixão religiosa foi excitada pela cruzada. Como os Judeus foram excluídos do sistema feudal sob pretexto de que não se podia correr o risco de um cristão prestar homenagem a um membro do povo deicida, foram excluídos da sociedade europeia. Foram encerrados em *ghettos*, impedidos de terem determinadas ocupações. A sua degradação correspondeu à chegada dos mercadores italianos aos lugares do Mediterrâneo; os Judeus foram reduzidos a funções económicas subalternas.

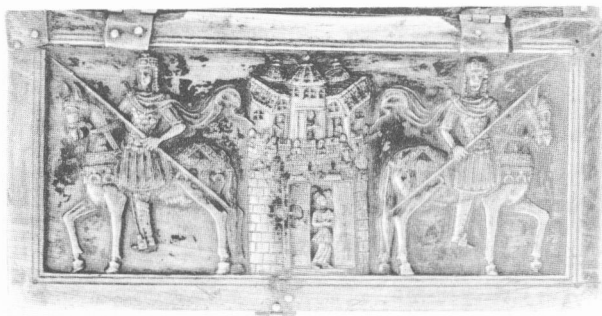
A entrada dos Ocidentais nas grandes transacções leva a definir o estatuto das suas colónias comerciais. Dá bem a impressão de que os Árabes, os Indianos e os Chineses se tinham há muito entendido para proteger a actividade dos seus negociantes nos portos do oceano Índico. Com a condição de se curvarem às formalidades alfandegárias e pagar as taxas, os traficantes europeus



114

114. O imperador grego Nicéforo III Botaniato (1078-1081) e a imperatriz Maria, coroados por Cristo. O basileus é santo, igual aos apóstolos, eleito por Deus. Paris, Biblioteca Nacional. *Foto Giraudon.*

115. Dois imperadores a cavalo num lado e noutro da cidade. Este pequeno cofre de marfim foi trazido de Constantinopla depois do saque de 1204. Catedral de Troyes. *Foto Archives photographiques.*



115

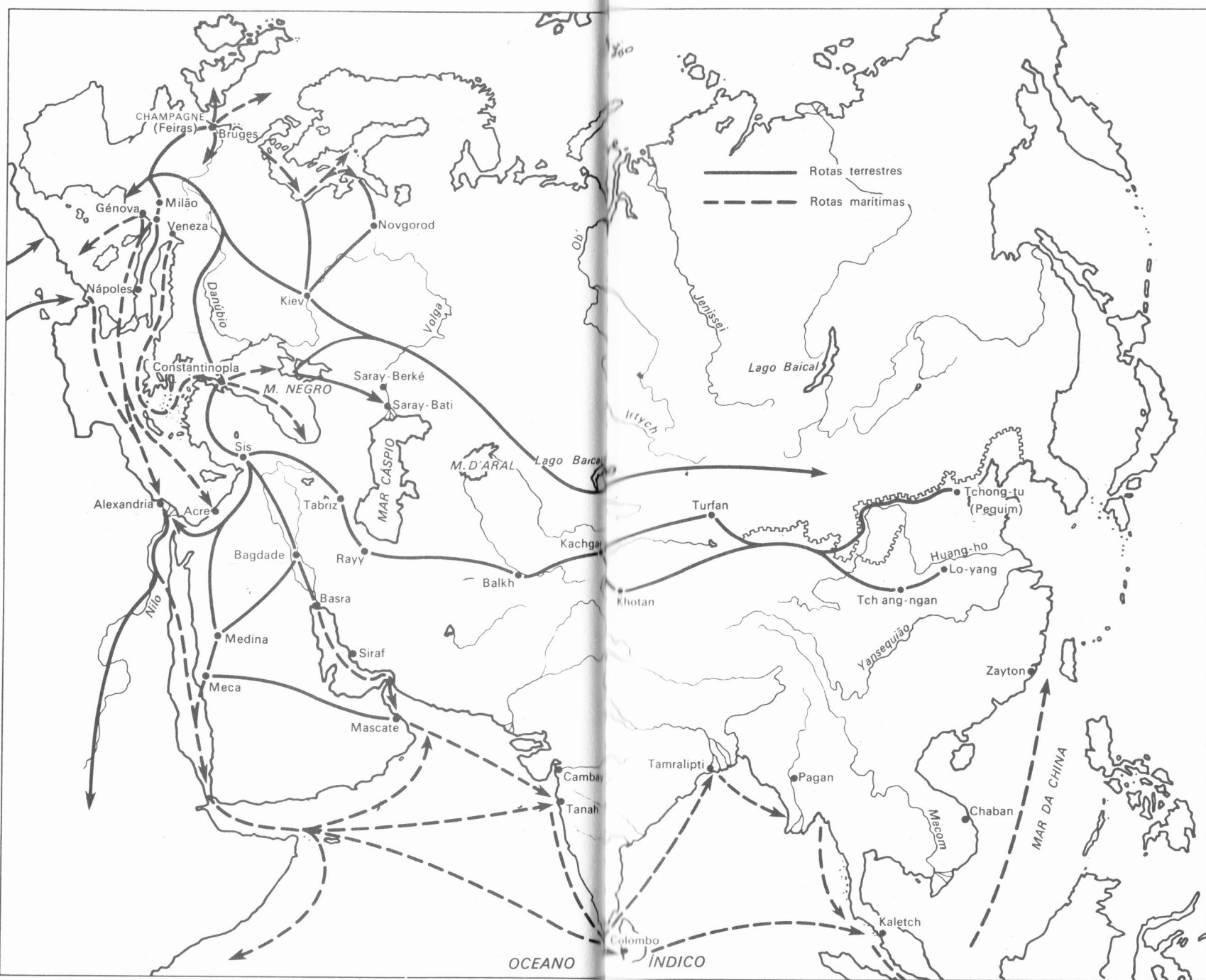
viviam, nas principais escalas, sob a autoridade de um homem da sua raça. Os Indianos e os Chineses foram representados até Siraf, no Norte do golfo Pérsico. Os Árabes avançaram ao longo das costas indianas, até Ceilão, à Malásia. Cantão era um lugar de permanente encontro internacional de comerciantes. Os Bizantinos, por outro lado, tinham fixado as grandes linhas das suas relações comerciais com os Russos.

As perturbações que agitaram a China no século x comprometeram a tolerância. Mas os Song restauraram-na a partir dos começos do século x. Nesta época, os Amalfitanos dedicavam-se ao comércio em Alexandria e em Constantinopla com certa liberdade. Contudo, foram os Venezianos, depois os Pisanos e os Genoveses, que estabeleceram tratados com o imperador bizantino, os príncipes da Síria franca, o califa do Cairo e as dinastias que se sucederam no Magrebe. Estes documentos concediam privilégios económicos aos cidadãos da cidade interessada e permitiam-lhes estabelecer uma loja ou *fondaco*, constituir comunidades sob a responsabilidade de cônsules e serem regidos pelas leis da sua pátria. Tais benefícios pareceram tão prejudiciais aos interesses dos indígenas que se verificaram explosões de xenofobia, particularmente em Constantinopla.

As trocas comerciais

Os interesses mercantis tomaram uma importância crescente nas relações entre os povos. As provas mais seguras dizem respeito ao Extremo Oriente, onde a China dos Song se orientou nitidamente para a exploração das suas aptidões mercantis, e a Europa Ocidental, que saía então da sua letargia.

Cerca do ano 1000, havia dois eixos principais, de leste para oeste da Eurásia; os itinerários conheciam muitas variantes, mas as





116

direcções eram claras. O eixo continental partia de K'ai-Fong, capital dos primeiros Song, dividia-se em dois ramos de um e doutro lado da bacia do Tarin, tocava Kachgar, depois Tachkent, subia pelo planalto iraniano, tornava a descer em direcção de Bagdade. A Pérsia e a Mesopotâmia serviam de placa giratória, efectuaram a redistribuição em direcção do Afeganistão, Damasco e do Baixo Egipto, do mar Negro, pela Arménia e Trebizonda, Constantinopla, por fim pela Anatólia. Era a antiga «rota da seda», com frequência ameaçada pelos nómadas, mas rica em tecidos sumptuosos, porcelana e jaspe da China, ouro do Altai, escravos turcos, tecidos de algodão, tecidos de lã e objectos manufacturados no Médio Oriente. Um percurso mais setentrional evitava a passagem pelos países muçulmanos, ao contornar pelo Norte o mar de Aral e o mar Cáspio; desembocava nas estepes russas.

O eixo marítimo tinha o seu principal ponto de partida em Cantão, fornecedor de especiarias e de artigos de seda, comprador de marfim, de cobre, de cânfora. Nas paragens da Malásia, adqui-

116. Barco escandinavo. Muito maneável, ligeiro, este tipo de navio, que servira para as corridas dos Vianingues, era corrente no século XI nos mares setentrionais da Europa; deu lugar a barcos mais pesados quando o volume do tráfego aumentou. Bayeux, Museu do Bispado. *Foto Giraudon.*

117. Barco da Índia islâmica (século XIII). Paris, Biblioteca Nacional. *Foto Larousse.*



117

ria madeiras preciosas, pimenta, estanho, âmbar, marfim duro que os marinheiros da Insulíndia lhe traziam. Ceilão, que parecia tão opulento, a costa ocidental da Índia, ofereciam-lhe pérolas, gemas, ferro, madeira, mesmo um pouco de ouro. No tempo do esplendor abássida, os barcos do oceano Índico iam ao golfo Pérsico; porém, tremores de terra danificaram Siraf, ponto de transbordo de mercadorias dos barcos de alto mar para embarcações mais ligeiras, desde os fins do século x, e sobretudo os Fatimidas atraíram o tráfego para o mar Vermelho, donde a extensão das comunicações com Alexandria era curta. O porto egípcio e Constantinopla dominavam o Mediterrâneo oriental. Na bacia ocidental, a actividade era sensivelmente maior no Magrebe e em Al-Andalus que nas margens cristãs. As narrativas dos viajantes árabes, bem como os arquivos da comunidade judaica do Velho Cairo (a Geniza) atestam a intensidade das transacções de um extremo ao outro do velho mundo.

Diversas correntes norte-sul completaram a rede. Os Árabes, ao contornarem a África Oriental, alcançaram o estreito de Moçambique; procuravam marfim fino, escravos negros e sobretudo ouro, produzido no território da Rodésia do Sul actual. O vale do Nilo indicava o acesso da Núbia e da Etiópia, donde se trazia o ouro e os escravos. O Sudão era alcançado pelas rotas que partiam

de Ghadamès, de Uargla e de Sidjilmassa, na mesma busca de gado humano e de ouro. El-Bekri fornece pormenores sobre o transporte das caravanas entre Sidjilmassa e Audaghost, a cinquenta dias de marcha, Gana a dois meses. Em Tafilaleet, carregava-se trigo, frutos, vestuário de cores vivas, objectos de ferro e de cobre, armas, perfumes; no Sudão, procurava-se ouro em pepitas ou em pó, «mais puro que em qualquer outra parte», o âmbar cinzento, a borraça, peles, escravos, entre os quais as negras eram reputadas pelos seus talentos culinários. O comércio sem uso de moeda continuava com certeza antes da conquista almorávida; os mercadores serviam-se, para determinadas transacções, de moluscos apanhados no oceano Índico, os caurins, que os negros apreciavam tanto como os Bengalis.

Na Europa, os Escandinavos tinham aberto ao comércio um sector setentrional, instalando entrepostos nas duas extremidades do Báltico, de Birka, na Suécia central, e da ilha de Goltland a Hedeby, perto de Slesvig; tinham estabelecido a ligação entre o Báltico e o mar Negro, penetrado no mar da Irlanda, preponderando no comércio de artigos de lã no mar do Norte, lançado antenas até à Islândia e à Gronelândia. Interessavam-se obviamente por escravos, por peles diversas, por alcatrão; recebiam artigos de seda do Turquestão, armas das regiões renanas, vinho talvez. Por fim, traficantes judeus encarregaram-se de uma parte do abastecimento de escravos ao mundo muçulmano ocidental ao frequentar os mercados germano-eslavos.

Os fins do século XI e o século XII foram marcados pelas divisões e perturbações no espaço afro-asiático. O avanço dos Almorávidas pôde comprometer as ligações entre o Magrebe, o Egipto e Arábia, tanto pela canotagem como pela via que utilizava o Sahel sariano, de maneira a transportar para o mar Vermelho e para as cidades santas as riquezas sudanesas. A sucessão de invasores no Irão perturbou o funcionamento da encruzilhada económica; a antiga via marítima do golfo Pérsico à Índia foi quase abandonada; os artigos de algodão indianos foram exportados para a Insulíndia ou para Zanzibar. O Extremo Oriente, alcançado com menos regularidade pelos traficantes do oceano Índico, organizou as suas transacções, bastante desenvolvidas, em torno dos portos da China central e meridional. Muito elevados acima da linha de flutuação, movidos por uma floresta de velas e por diversas filas de remadores, dirigidos por longos lemes, os navios chineses eram objecto de orgulho para os escritores do império.

A renascença económica da Europa ocidental efectuou-se em redor dos centros italianos e flamengos. Os portos da península, Veneza, Pisa e Génova, à frente, monopolizaram as relações com o Mediterrâneo oriental e a Barbaria, recebendo as especiarias, tecidos

de seda e de algodão, couros, em troca de madeira, de produtos metalúrgicos, de tecidos e mesmo de escravos. Os concílios proibiram o fornecimento de matérias-primas e de armas aos inimigos de Cristo; porém, foram pouco escutados. Entre o Somme e o Escalda, não foram relações longínquas que sustentaram o comércio, mas a actividade industrial. Graças ao desenvolvimento da criação de gado ovino, a indústria têxtil foi capaz de dedicar um grande contingente à exportação. Comerciantes-lombardos, flamengos, franceses, que acompanhavam as suas mercadorias, ligaram as duas regiões; a partir dos meados do século XII, tomaram o hábito de se encontrarem nas feiras que se realizavam com frequência nas cidades do Troyes, Provins, Bar-sur-Aube e Lagny, na Champagne. Frutuozos contactos foram estabelecidos entre o Noroeste da Europa e a Europa mediterrânica.

Não tardou a instituição de relações comerciais entre as regiões ribeirinhas do mar do Norte, as do Atlântico, as do Báltico e da Europa central. Os comerciantes flamengos, agrupados numa hansa, acharam vantajoso trocar em Londres os seus tecidos contra a lã inglesa que se provou indispensável nas suas fábricas. Os tecidos foram transportados para a Alemanha através dos rios navegáveis ou pela via de Bruges a Colónia; juntamente com objectos de metal na confecção dos quais as cidades do Mosela, do Reno e da Vestefália tinham adquirido um renome legítimo, foram oferecidos nos mercados do Reno superior, do Danúbio, da Hungria,



118. Ypres: o mercado coberto de tecidos e a torre sineira. Quase arruinado durante a primeira guerra mundial, este vasto monumento, construído entre 1200 e 1303, foi integralmente restaurado. Foto Berger-Rapho.



119

do Saxe e nos confins germano-eslavos. As cidades do Norte da Alemanha faziam parte disto, favorecidas pelo apagamento dos Frígios e pela destruição de Hedeby pelos Vénedos. A partir do primeiro terço do século XII, os Coloneses tinham adquirido o direito de fazer estadas em Londres; Henrique II concedeu-lhes a sua protecção em 1157; a gente de Bremen fazia-lhes concorrência. Depois, em 1158, a fundação de Lubeck instalou os Alemães na beira do mar Báltico; a rivalidade irrompeu imediatamente entre eles e os Escandinavos de Gotlândia; o duque Henrique Leão teve a sageza de impor a paz em 1161; foi formada uma hansa de comerciantes que frequentavam Gotlândia; nela figuravam habitantes de Lubeck e cidadãos das cidades da Vestefália e do Reno. Uma feitoria permanente foi estabelecida em Visby.

Com a expansão germânica a leste, o volume deste comércio aumentou e o seu campo ampliou-se; cereais da Pomerânia, da Polónia e da Prússia; peles, pez, cera, mel, da Rússia; madeira sueca, arenques das águas da Escândia, conservados com sal de Luneburg; vinhos dos castelos renanos, do Mosela e da Alsácia; cobre e prata do Harz. Os barcos alemães percorreram a Mancha e desceram até Bourgneuf para comprar sal.

O comércio do Atlântico, além de estimulado pela grande produção das salinas do Sul do Loire, tirou partido dos pedidos de vinho feitos pelas regiões de Noroeste, povoadas e prósperas: de Nantes, de La Rochelle, de Bordéus, navios transportaram para Bruges e para os portos ingleses os vinhos de Anjou, de Poitou e de Guyenne.

119. Os cambistas e as suas balanças. Pormenor de um vitral de Chartres. Foto Houvet.

No século XIII, no momento em que esta relação se tornou importante, a Península Ibérica entrou nos circuitos económicos graças aos portos bascos e catalães, sendo estabelecidos novos contactos entre o Sul e o Norte da Europa. A passagem pelo desfiladeiro de Saint-Gothard reduziu a distância entre a Itália e o Sudoeste da Alemanha; Milão e Verona, mais que Veneza, atraíram as vias alpinas. Por Montpellier e Cahors, o Mediterrâneo e o Atlântico comunicavam entre si para valorização do istmo da Aquitânia. Ao invés, as vias da Europa oriental, através das quais os Suecos tinham atingido o mar Negro, na esperança de captar a corrente comercial da Ásia central, foram abandonadas; uma expedição escandinava foi aniquilada nos meados do século XI; perigosos cavaleiros galopavam nas estepes.

Sob a pressão das necessidades, verificaram-se aperfeiçoamentos. A galera italiana melhorou o trirreme bizantino. A *cogue* da hansa alemã, alta, bojuda e manejável, podia receber cargas volumosas. A chamada vela latina foi talvez experimentada no oceano Índico. Atribuiu-se durante muito tempo aos Chineses a invenção da bússola e deu-se aos Árabes o título de intermediários. É mais provável que os Chineses, que tinham observado os fenómenos magnéticos durante um milénio, reproduzindo-os para fins de adivinhação, não tivessem sido os primeiros a ter a ideia de os aplicar na orientação; isto seria obra dos Árabes, mas não antes do século XI, sem dúvida; porém, com bastante rapidez, o instrumento teria sido conhecido no Extremo Oriente, supõe-se que talvez por intermédio dos Indo-malaios, sendo notado pelos Ocidentais quase na mesma data.

Capitalistas associados e comerciantes congregaram-se, dividindo entre si riscos e benefícios. Os pagamentos através de escrituração e o concurso de correspondentes em lugares diferentes foi pouco a pouco afinado; o crédito, o câmbio, foram previstos. Os Latinos imitaram os Orientais ou descobriram os meios que aqueles tinham inventado. Os Italianos prepararam-se para o papel de senhores da finança e dos negócios, que desempenharam a partir dos fins do século XIII.

As influências

O domínio intelectual fornece um exemplo sugestivo da transmissão de influências. Aqui ainda, entre os séculos XI e XIII, o Ocidente tornou-se escola das outras civilizações. Se começou a remediar uma parte do seu atraso, isto aconteceu porque o desenvolvimento das culturas mais avançadas que a sua afrouxou.

A Índia fora a fonte dos conhecimentos científicos da Ásia.

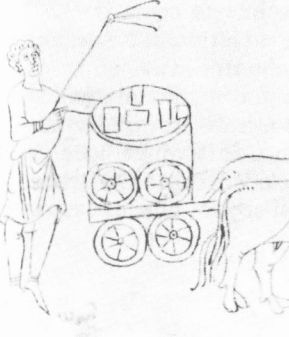
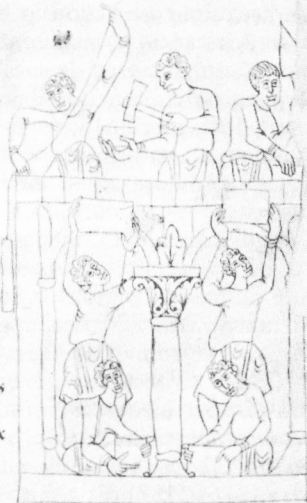
Mas as invasões muçulmanas no Norte frearam a continuação de investigações. No Decão, em Ceilão, na Insulíndia e na Indochina, a preocupação era sobretudo com a difusão e a apresentação dos resultados adquiridos, quer por intremédio do sânscrito, quer recorrendo ao pali ou ao tamul. A herança foi conservada muito mais ciosamente por parecer ameaçada. Mas os manuais jamais fizeram avançar a ciência. As especulações alquímicas foram particularmente bem acolhidas por corresponderem ao espírito do tantrismo, que se preocupava com o mundo maravilhoso que os processos mágicos eram susceptíveis de influenciar.

Os conhecimentos indianos alcançaram a China com o budismo, sendo interpretados de maneira técnica, pois uma administração recrutada por concurso, uma moral que punha em evidência a saúde do corpo e o valor da longevidade ligava-os sobretudo às aplicações práticas. A medicina era coisa do Estado: as embaixadas estavam encarregadas de transmitir informações sobre drogas e receitas; nos fins do século x, uma compilação de vários milhares de fórmulas foi apresentada por uma comissão oficial; pouco depois, a exportação de livros de farmacopeia foi proibida. Gravuras sobre madeira representando plantas foram inseridas nos tratados impressos. Depois dos meados do século xii os sintomas de doenças contagiosas e das motivadas por envenenamento foram descritos; a atenção incidiu sobre as carências alimentares e as afecções propriamente femininas. No mesmo espírito, a álgebra era bastante mais eficiente que a geometria; os matemáticos contemporâneos dos últimos Song sabiam resolver equações a diversas incógnitas. O mundo mediterrâneo era devedor à ciência e à filosofia gregas relativamente à sua educação; o conhecimentos e a especulação não estavam de forma alguma separados entre os mais eminentes mestres, Platão e Aristóteles. Esta confusão preocupou os Bizantinos: receando afastarem-se da doutrina cristã, limitaram-se a ensinar as matemáticas e a música de maneira abstracta, como a introdução à filosofia, ou procurar inovações ou melhorias imediatamente utilizáveis, mas sem alcance intelectual. Os sucessores dos Gregos foram os Árabes e o pensamento dos cristãos do Ocidente sofreu um impulso decisivo graças a um contacto cada vez mais profundo com a civilização muçulmana.

As fundações do monumento filosófico e científico dos Árabes tinham sido estabelecidas nos séculos viii e xix; as versões siríacas e persas das obras gregas tinham sido traduzidas em árabe e, graças aos Iranianos, as matemáticas e a astronomia dos

120. Uma construção do século xii. As pedras são levantadas a braço; os pedreiros servem-se do martelo, da colher e do fio de prumo (Bíblia de Noailles). Paris, Biblioteca Nacional. *Foto B.N.*

ad id postulat ut impleri. Cum per
 gabriel. angelum in eadem visionem
 iuxta preteritum de universis est com-
 plecta dicitur. Non morante super
 ductu regis medorum & succedente
 in regno cyro rege persarum promissi-
 onem dei completam perinde regem
 populum huius reducto. stozia scilicet
 libri parati pomenon & incuius est
 prophete confirmat. Cuiusque populi
 & senioribus templi dei aedificandi coe-
 pissent. mortuo cyro rege hac reg-
 nante rege persarum qui memorato
 successore iucine gentis ciuitatis
 huius. ut huiusmodi edras refert. restau-
 rationem templi & ciuitatis resistendo
 impedire coepit. Qua ratione de-
 terruit populum reparatio super dicti
 templi dei. nec dum iuxta promissionem
 concessam est. Apertum quidem. immo
 numerati dari regis persarum ag-
 gentis propheta admissit. Quibus
 bel de orbi erant uidi qui potestate
 regis iussu transierunt. & iherusalem
 ioseph filium scilicet admonuit
 omnia ut compleret. immo numero
 temporis restauracionis huius. aduen-
 sit hoc scilicet addito de more dilatare
 populi uelint mutari. & quod sepe
 dixit. Spiritus huius die non dum uenit temp-
 ut. iustificet domum dei. Omnia autem que rex
 tam huius prophete continet reuersione
 populi. aedificacione templi. renoua-
 cione ciuitatis. obseruancia scilicet do-
 talium. & interitum regum gentium
 exterminii significat. Edue



NANNO

SECUNDO DARI
 egi in mte sexto.
 idie una mensis
 acti e uerbu dni in
 anu aggre pphie ad
 robabel filiu sala-
 t ducē uidā. & ad
 um filiu ioseph
 ac dōrē magnū di-
 cit. Hae dūc dñs
 exercitū dñs sps
 dñs. Nōdū uenit
 mp dom dñi aedi-
 icande. & factū
 f uerbu dñi in ma-
 u aggre pphie di-
 cit. Numquid tēp
 uob ut habitetis
 omib' laqueatis. &
 in ista deserta
 ac hēc dñs exercitū
 & corda urā sup uas uras
 minasitis multū. & intulistis
 partū. Comedistis. & n̄ estis sa-
 cti. Bibistis. & n̄ estis inebria-
 ti. Operustis uos. & n̄ estis cale-
 facti. & qui merite des cōgrega-
 uit. misit eas in sacculum p̄usu
 ac dñs exercitū. Ponite cor-
 da urā sup uas uras. Ascendi-
 te in montē. portate lignū. &
 aedificate domū. & acceptabilis
 mib' erit. & glorificabor dñs dñs.
 Rēspexit ad amplius. & ecce fic-
 tam ē mū. & intulistis in domū
 & exsultauit illud. Quā ob cau-
 sam dñs exercitū. quia do-
 mus mā deserta ē. & uos festi-
 nastis uisus quisq. in domū suā
 p̄ hoc sup uos pibit scaculi ne
 darent rore. & trā pibita est
 ne daret germ suū. Fruocauit
 siccitate sup trā. & sup montes.
 & sup eremū. & sup uinū. & sup
 oleū. & quecuq. p̄fert humus.
 & sup homines. & sup iumenta.
 & sup omne laborē manuum.

b

R

p

Indianos assimiladas. Os sábios muçulmanos tinham então construído o seu edifício, uns desenvolvendo a álgebra e a trigonometria, os outros calculando tabelas astronómicas ou ainda aperfeiçoando a química ou a medicina. Mais ou menos contemporâneos, Ibn al-Haytan, Al-Biruni e Ibn Sina (Avicena) revelaram o domínio quase universal que os homens de pensamento do islão tinham adquirido nos fins do século x e nos primeiros decénios do século xi. As pesquisas e as reflexões, estimuladas com bastante felicidade pelos interesses dos califas de Bagdade, foram conhecidas e continuadas na Espanha: Averroes e o judeu Maimónides formaram-se nas suas escolas no século xii, antes de transferirem, um para Marrocos, o outro para a Palestina e para a Síria, os seus talentos de médicos e as suas obras de filósofos.

Os Ocidentais tinham entrevisto a riqueza desta cultura desde o século x, no Sul de Itália e na Catalunha, onde Gerbert viveu. Nos fins do século seguinte começou o movimento das traduções. Constantino o Africano, comerciante de Cartago, convertido ao cristianismo, traduziu obras de medicina em Salerno e em Monte Cassino. Depois, na cristandade ibérica em expansão, espanhóis, judeus convertidos como Moisés Sefardi (Pedro Alfonso), clérigos letrados vindos muitas vezes de longe — de Inglaterra, da Itália, de Caríntia — começaram a decifrar, confusamente, os tratados e as glosas, com frequência difíceis de distinguir uns dos outros, de autores gregos e árabes. O arcebispo Raymond de Sauvetat abriu em Toledo uma verdadeira oficina de tradutores entre 1126 e 1151. Com a ajuda de maus dicionários árabes, sem referência ao original grego, faziam-se transcrições, palavra por palavra, a princípio em língua vulgar com o concurso de um judeu ou de um mudejar, depois em latim. Aplicação impressionante e inábil, propícia aos contra-sensos, às frases ininteligíveis, à transcrição em latim de palavras árabes sem equivalências conhecidas (alambique, álgebra, zénite...)! Mas o zelo não enfraqueceu nada. Gerardo de Cremona (1114-1187) dirigiu noventa traduções. Descobriu-se tanto a obra imensa de Aristóteles como a de Avicena, Ptolomeu e Al-Kharezmi. Pedro o Venerável, em 1151, reclamou uma tradução do Corão. O esforço não amorteceu no século xiii. Foi mesmo amplificado pela atenção que lhe prestou Frederico II da Sicília: Michel Scot, que traduziu provavelmente cerca de 1203 os comentários de Averroes sobre Aristóteles, e Hermann o Alemão, passaram por Toledo antes de irem para Palermo.

Os horizontes intelectuais do Ocidente foram tão alargados, que à sua reflexão teve de ser dedicada uma missão nova. O essencial pareceu ser a conciliação entre o ensino do Evangelho e da Igreja e o pensamento que ignorara a revelação cristã. O trabalho científico pareceu secundário: adaptou-se as tabelas astro-

nómicas em Marselha e em Londres; criou-se interesse pelas receitas farmacêuticas, astrológicas, químicas; escutaram-se os médicos judeus das cidades do Languedoque mediterrânico; ninguém se inquietou nada com um método exacto de observação e de estabelecimento de leis.

As influências, os abalos foram mínimos nos domínios da arte e da literatura. A circulação de mestres-de-obras e de equipas de pedreiros e de decoradores, a fundação de estabelecimentos religiosos dependentes de uma mesma ordem numa vasta zona geográfica dão facilmente conta da propagação dos processos, dos temas, dos motivos. O que aconteceu relativamente ao sector hispano-magrebino, ao Médio Oriente e a qualquer outra região que oferecesse uma unidade de civilização e de história, aconteceu também relativamente à arte ocidental. Os elementos inspirados na escrita sufica, os arcos em ferradura e lobados, as abóbadas com nervuras, as técnicas do tijolo deviam ter provindo de Espanha. Mas as nervuras das abóbadas, onde se quis ver as origens da ogiva gótica, tinham aí apenas uma função decorativa e foi na Arménia, longe do Ocidente, que desempenharam um papel construtivo, com as cúpulas. Porquê não supor mesmo que os artistas cristãos descobriram por si mesmos alguns destes processos?

As origens da poesia lírica cortês suscitaram longas controvérsias. Alguns eruditos quiseram reconhecer uma imitação de forma e de fundo de um género praticado no Al-Andalus e imitado da literatura persa. É impressionante como a disposição das rimas, a divisão em estrofes e a cadência musical correspondem. Mas achou-se também, no fim das peças em árabe vulgar, uma estrofe feita de um rifão em língua românica; assinalaram-se as semelhanças entre os poemas dos trovadores e as formas estróficas latinas em honra da abadia de Saint-Martial em Limoges! Que houve contactos numa sociedade do Sudoeste europeu que não dava uma importância primordial à diferença entre religiões, é coisa provada; que houve imitação, a hipótese de forma alguma pode ser aceite. Porque não a derivação de uma mesma fonte, a poesia greco-latina, tão vivas eram nos séculos XI e XII as aventuras dos heróis antigos que inspiraram tantos romances de cavalaria? Porque não expressão de um impulso do coração, criação de um poeta genial? O sentimento amoroso, o culto da mulher tiveram entre os poetas cortesões características que não tinham na boca dos músicos-cantores de Além-Pirenéus. A cavalaria, as ordens religiosas e militares não seriam já imitadas de géneros de vida e de ideias de guerreiros muçulmanos e de ascetas dos *ribat*. Talvez algumas aproximações sejam dignas de nota; mas mais que do estudo das influências, relevam do das comparações.

II

COMPARAÇÕES

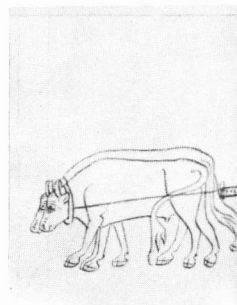
Apesar das enormes diferenças, e da ignorância mútua que a marcaram durante milénios antes do fenómeno bastante recente da independência, a história humana ter-se-ia desenvolvido sensivelmente com o mesmo ritmo através de um mundo que parecia imenso? Só com muita audácia se pode dar a um período de alguns séculos sinais precisos, propor uma interpretação global para o conjunto das civilizações contemporâneas. Ou melhor; teriam as sociedades passado por uma sucessão de estados cuja cronologia seria diferente de um para outro, mas cujo encadeamento lógico seria rigoroso? Corre-se o risco de o estudo ser inflectido pelo desejo de demonstrar ou de contradizer uma filosofia. Mas as ciladas não poderiam deixar de desviar da história comparada; a via é fecunda; é simplesmente necessário, antes de a tomar com proveito, conduzir as pesquisas de pormenor por todo o lado ao mesmo nível, de prestar grande atenção ao vocabulário, cujos termos não são intermutáveis, de reconstituir os elementos próprios de cada caso. O programa está longe de se apresentar esgotado, mas o seu interesse é tão grande que vale a pena fixar alguns dos seus pontos.

Caracteres comuns

A organização social baseava-se na desigualdade. Conforme a religião: os que partilham a mesma fé estão persuadidos de que possuem a verdade e consideram os adeptos das outras crenças como Infiéis; aceitam coabitar com eles, com a condição de lhes infligir marcas de inferioridade ou de lhes consentir arranjos de carácter precário. Desigualdade de vocações: o serviço do sagrado e o das almas elevam os seus prosélitos acima do comum. O afastamento do mundo, realizado através do hermetismo ou da vida



122



121

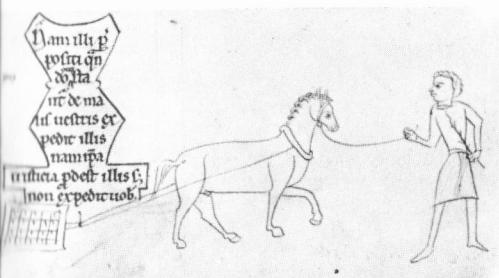
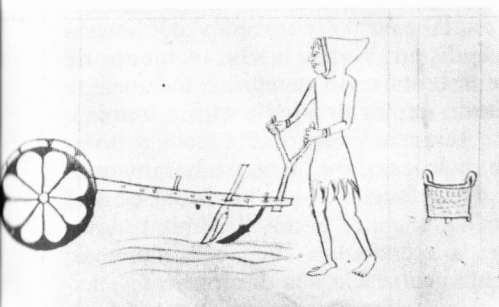
121. Criação de gado, corte de árvores, lavra com arado no mundo bizantino do século xi (Homílias de São Gregório de Nazianzo). Paris, Biblioteca Nacional. Foto B.N.

122. Uma charrua (fins do século xii). O rodado da charrua: o instrumento comporta uma relha e uma alveca; parece ter sido conhecido a partir do século i, segundo Plínio; espalhou-se muito lentamente na Europa central germânica e eslava, depois no Ocidente. Paris, Biblioteca Nacional. Foto B.N.,

123. Uma grade de esterrear (fins do século xii). O cavalo está munido de um cabresto rígido. Paris, Biblioteca Nacional. Foto B.N.

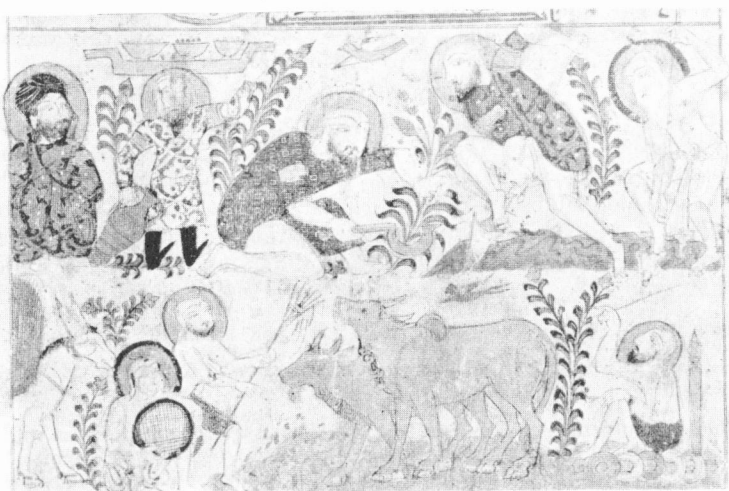
124. Cenas da vida rural no Iraque nos fins do século xii (Livro dos Antídotos). Paris, Biblioteca Nacional. Foto B.N.

125. A foice: o seu uso espalhou-se lentamente sem excluir o do foicinho. Biblioteca de Besançon. Foto Archives photographiques.



125

123



124

cenobítica, representa o acto de valor mais elevado: Buda transmitiu a sua mensagem a monges e as comunidades de bonzos que são os únicos núcleos do budismo; para o hindu, os modos de vida mais dignos são os do anacoreta e do peregrino mendicante e, a partir do século IX, sobretudo depois do século XI, mosteiros e agrupamentos multiplicaram-se, em correspondência com a floração das seitas; as reformas monásticas, que acompanharam cada esforço do cristianismo a fim de melhor se conformar com o ideal evangélico, passaram pela maneira mais eficaz de imitar Jesus Cristo. Desigualdade jurídica: a escravatura recuou lentamente; não era a condição normalmente prometida aos estrangeiros vencidos, às raças inferiores? A alforria aconselhada como gesto piedoso, não constituiu uma obrigação imperiosa. A escravatura era uma das principais actividades comerciais do mundo muçulmano; embora impossíveis de avaliar, as depredações que causou nos povos



negros do Sudão e da África oriental foram esgotantes; sabe-se das vinganças sem piedade infligidas pelos negros aos traficantes que caíam nas suas mãos.

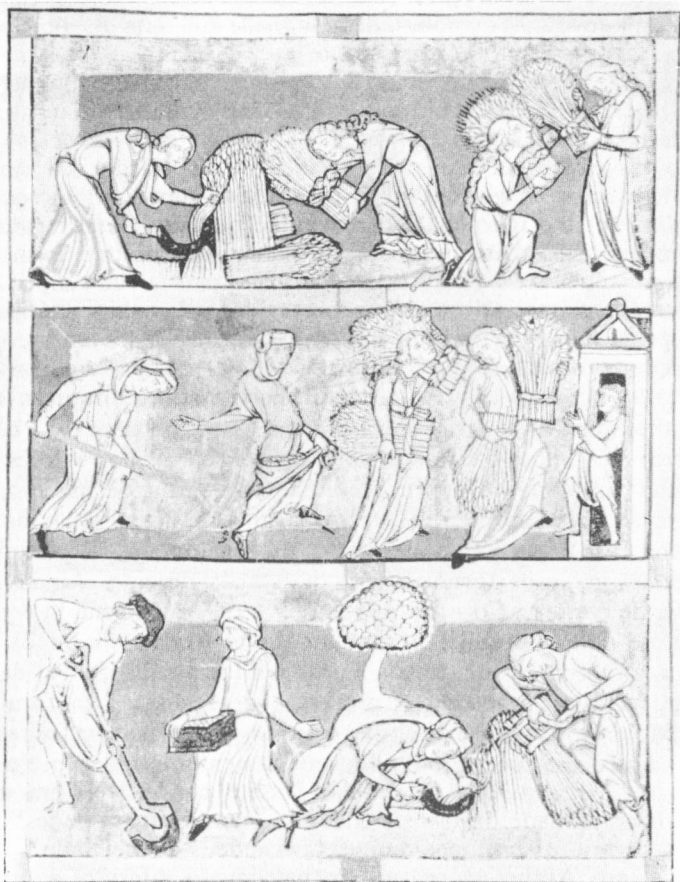
Na base da economia e da desordem social encontrava-se a terra, a sua posse, a sua exploração, os seus frutos. A detenção de um capital de bens de raiz parecia, aos que não viviam do trabalho agrícola, a colocação necessária, quer fossem funcionários na China, quer comerciantes no Ocidente. O pagamento em espécies de rendas e de aquisições não desapareceu: cabeças de gado, parte de colheitas, peças de tecidos, sal, condimentos. O trabalho agrícola, que ocupava a maior parte da humanidade, reclamava uma orga-

126. Trabalho à enxada, à esquerda e à direita. Biblioteca de Besançon. Foto Archives photographiques.

127. A colheita. A tripla representação tem um sentido alegórico: as mulheres casadas (em baixo) colhem menos que as viúvas (no centro) e muito menos que as virgens (ao alto). Bona. Rheinisches Landesmuseum. Foto do Museu.

nização colectiva. As comunidades aldeãs existiam por todo o lado, obedecendo a um calendário para a execução das operações, pondo em comum os animais, explorando as pastagens e os bosques, defendendo os terrenos de cultivo contra os pastores seminómadas ou os homens da floresta, suportando a responsabilidade do imposto relativamente ao Estado. Mesmo nas regiões de campos murados e irregulares e de *habitat* disperso, o uso de pastagens, o abate de bosques, a protecção e mesmo por vezes a redistribuição das terras de cultura suscitavam a solidariedade dos agricultores.

Fenómeno novo foi a tendência geral, irreversível, de conseguir uma emancipação universal do comércio. A sagesa chinesa



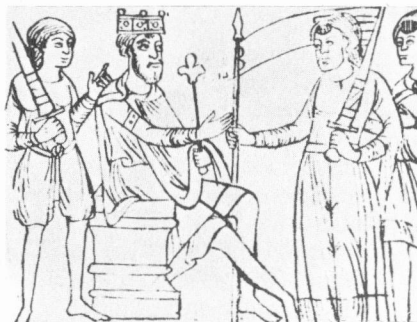
e a moral cristã mantinham-na em suspeita, diferentemente do islão; comandado pelo atractivo do lucro pessoal, estimulado pelo espírito de concorrência, introduziu a desordem na sociedade, segundo Confúcio: permitindo lucros, não pelo trabalho produtivo mas pelo simples jogo da diferença de preços entre a compra e a venda de uma mercadoria, parecia infringir o mandamento de Deus aos homens de ganhar o pão com o suor do seu rosto. Estas restrições, profundamente enraizadas nas mentalidades, cederam perante a importância irrecusável, indispensável, que o tráfego tomou. As antigas sociedades terrenas das duas extremidades da Eurásia foram obrigadas a reconhecer-lhe o lugar que o império árabe lhe dera há muito tempo. A era dos Song foi triunfante para o negócio; comerciantes estabelecidos com residência nas cidades, importadores e exportadores, armadores, corretores, cambistas, fizeram fortunas manobrando conforme queriam os funcionários. Nos fins do século XI e no século XII, nos Países Baixos, na Inglaterra, na Alemanha renana, na região parisiense, os comerciantes associaram-se, conseguiram isenções; na Itália, os contratos estabelecidos entre todos aqueles que o tráfico interessava colocaram capitais cada vez mais consideráveis à disposição das empresas. O homem de negócios viu-se bem aceite numa ordem social que pouco antes o ignorava e ofereceu-lhe métodos, uma mentalidade, completamente diferentes das do feudalismo militar e rural. Nos últimos anos do século XII, o Japão foi por sua vez ganho: as corporações de mercadores ou *za*, protegidas pelos proprietários rurais e pelos estabelecimentos religiosos, alcançaram um verdadeiro monopólio de trocas.

O comércio sofreu contudo perturbações internas, pois o instrumento monetário continuava a ser insuficiente. O cobre, o ferro, o chumbo, o estanho, não podiam representar valores importantes: na China, onde a produção aumentou de maneira considerável no século XI, foi preciso ligar as moedas umas às outras e contava-se por séries de peças, em «ligaduras». A pesquisa dos metais preciosos tornou-se por isso mais urgente. Ainda se gostava de conservar o ouro dos tesouros ou transformá-lo em objectos de culto. Grandes comerciantes, os Árabes foram os principais fornecedores de ouro à Eurásia. Mas a substituição das espécies metálicas por outros processos de regulação já fora imaginada: em 650, o governo chinês emitiu notas; o sistema foi retomado nos fins do século X: redundou rapidamente na inflação e os negociantes exigiram que as cédulas fossem convertíveis em moedas. A incomodidade da transferência de grandes quantidades de espécies sugeriu assim aos Chineses, aos judeus de Bagdade e de Córdova, aos Árabes, a prática do pagamento diferido, a ordem de

dor que sabe que a palavra e o conjunto de realidades complexas que ela recobre pertencem ao Ocidente europeu, às condições históricas que aí se encontraram reunidas a partir do século IX ou do século X e que engendraram um tipo de sociedade que não cessou de evoluir, pois quer-se separar uma primeira de uma segunda época feudal. O feudalismo foi formado em proveito de desintegração da Europa carolíngia; implicou empenhamentos pessoais no interior da classe dominante e a entrega de terras em retribuição de serviços que os contratantes prometiam uns aos outros. Tal regime supunha o enfraquecimento do Estado, que deixava aos seus sujeitos o ordenamento das suas relações recíprocas em lugar de depender apenas dele; baseava-se na grande propriedade e nos poderes que os proprietários rurais exerciam sobre os camponeses. Um só dos elementos constitutivos não bastava para identificar um feudalismo.

A senhoria de bens de raiz foi muito difundida. Podia resultar do domínio que um proprietário mais rico assegurara relativamente aos vizinhos, do papel desempenhado por um chefe no seio de uma comunidade camponesa, ou dos dois factores ao mesmo tempo. Os arroteadores dos fundos dos vales chineses, os utentes de canais de irrigação na Pérsia obedeceram a uma personagem que distribuía o trabalho e coordenava a defesa. Esta tomada de comando favoreceu certamente também os pioneiros da colonização rural da Europa. Assim foram dados quadros ao mundo camponês e foram determinadas as suas obrigações em muitos países e durante longas épocas. Esta senhoria de bens de raiz encontrou-se reforçada pela monopolização dos poderes realengos em benefício dos mais poderosos magnates que se interpuseram entre os trabalhadores do Estado, exercendo eles mesmos as prerrogativas fiscais, militares, administrativas, judiciais. Do mesmo modo que se formou a senhoria banal ou castelã do Ocidente, os «poderosos» bizantinos puseram fim à autonomia de muitas aldeias de pequenos proprietários, anexaram as suas concessões de camponeses-soldados, privando assim o império do produto dos impostos sobre propriedade de raiz e de um exército permanente. Esta rede de laços de dependência e protecção entre uma pequena minoria de grandes proprietários e o povo trabalhador não é o feudalismo.

A entrega pelo Estado ou por um particular de bens e de direitos como remuneração não o é mais. A partir dos séculos VI e VII os reis merovíngios tinham concedido «benefícios» a igrejas ou a personalidades importantes com que eles desejavam conciliar-se ou que desejavam recompensar. Os governos gregos e árabes tinham concedido terrenos em paga de serviço militar; o iqtá muçulmano não consistia apenas numa concessão de terras; foi também a autorização de perceber taxas, de colectar impostos de determinada



região; o beneficiário equipava tropas, mas na Síria ele julgou mais funcional cortar por sua vez iqtas mais pequenos, onerados de uma obrigação militar. Foi esboçada uma escala de subordinações, que não continha nem promessas pessoais recíprocas nem relações juridicamente definidas e não se detinha ao nível dos governadores, pois desembocava no bem comum do Estado. Os *pronoiai* da época dos Comnenos, distribuídos sob a condição de fornecer contingentes armados, foram utilizados apenas pelos imperadores, e não caíram no sector privado. Senhorias rurais; concessões de direitos públicos, mas de modo algum feudos de vassalos!

Ao invés, laços de fidelidade pessoal uniam os guerreiros a um chefe. Eram herdados de uma velha organização tribal que ainda não desaparecera no ano 1000. Tinham sido bem conhecidos dos povos germânicos. Constituíram meios de governo para os reis escandinavos e para os escravos: o *hirdh* ou a *drujina* agrupava os companheiros que tinham prestado juramento de fidelidade ao chefe e que, se não fossem mantidos e equipados directamente por ele, no seu fortim, podiam receber um bem de propriedade plena ou temporária. Mas a correspondência da dedicação e da compensação permaneceu imprecisa, e o príncipe fez-se respeitar por outros meios diferentes da camaradagem.

Por fim, a reunião de traços que caracterizam o feudalismo tal como se manifestou no Ocidente não parece ser notada senão entre os Rajputs da Índia e os senhores do Japão. Nuns e noutros encontra-se não só uma rede de instituições de origem particular, mas também uma moral da honra. É preciso confessar ainda que a auréola romanesca que rodeia os Rajputs não é suficientemente

129. Investidura do feudo. Um rei envia ao seu vassalo a auriflama que simboliza o feudo e os poderes de comando que lhe concedeu. Biblioteca da Universidade de Heidelberg. Foto da Biblioteca.

perceptível e que a realidade entrevista está carregada de menos nobreza. Estudos sólidos puseram em evidência o estabelecimento da vassalagem para benefício do *shogun*, a atribuição aos fiéis de grandes domínios e de rendimentos de *shoen* à maneira de feudos, o respeito por um código cavalheiresco pelos samurai. Todavia, o desenvolvimento deste regime data apenas dos fins do século XII e do século XIII, sob os Minamoto, depois sob os Hojo; não atinge de modo algum desde esta época o conjunto da aristocracia que só no século XIV foi encerrada na rede das relações feudais e só foi classificada no século XVII segundo uma hierarquia de que as monarquias do Extremo Oriente tinham sabido servir-se desde há muito tempo.

As associações profissionais

Um tipo completamente diferente de agrupamento foi constituído pelas associações profissionais. Reuniam todos os que tinham o mesmo ofício, patrões e operários, não de maneira democrática mas mantendo firme a preponderância dos primeiros relativamente aos segundos. Não se conhece sindicato que tivesse reunido apenas assalariados, embora, ao invés, pareça terem existido na China sociedades de chefes de empresas. É um fenómeno geral, bastante antigo no Extremo Oriente, onde é atestado na época dos Han, muito antes da era cristã, e que se desenvolveu por todo o lado à medida que se precisou a divisão do trabalho, que, por exemplo, se tornou bastante acentuada, desde o século X, entre os Esclavos.

130. Adestramento dos falcões segundo o *Tratado de Falcoaria* de Frederico II de Hohenstaufen. É uma arte completamente aristocrática. Paris, Biblioteca Nacional. Foto B.N.

Uma característica notável é a extrema especialização dos ofícios: cada operação necessária para a transformação da lã e para a fabricação do tecido é confiada a um ofício individualizado. Os ofícios estão adstritos a uma repartição geográfica: estão estabelecidos por bairros ou por ruas e a sua localização relativamente à mesquita ou ao palácio pode traduzir uma hierarquia que, nos países cristãos, separa as ocupações desonestas das actividades honrosas que clérigos podem exercer. Cada corpo de ofício obedece a uma disciplina: os seus objectivos são a fixação das condições do fabrico, da aprendizagem, do emprego, evitar a concorrência e as fraudes, garantir a solidariedade dos membros bem como os interesses da clientela. Os regulamentos além de constituírem um acordo técnico formam o quadro de uma comunidade na qual os valores morais e religiosos são inseparáveis dos pormenores práticos. Tais associações tendiam para o monopólio, faziam correr o risco de anquilosar as iniciativas, mas ofereciam aos governos meios cómodos de controlo e de pressão: os seus chefes eram os intermediários necessários graças aos quais o mundo artesanal se encarregava da sua parte das questões públicas.

Estes caracteres comuns não deixavam de fazer esquecer profundas diferenças, em primeiro lugar no que se refere às origens destas associações profissionais denominadas «corporações» apenas no século XVIII. O Estado romano do Baixo Império impusera a inscrição dos artesão e dos lojistas nos colégios, onde os mantinha hereditariamente. Esta organização perpetuou-se em Bizâncio; os chefes dos ofícios eram nomeados pelo perfeito da cidade, que fazia respeitar as prescrições e as obrigações consignadas por escrito num registo especial de que se conservou um exemplar dos fins do século IX — o famoso *Livro do Prefeito*. É possível que o mesmo regime tivesse sobrevivido na Lombardia. Quando semelhantes tradições de enquadramento não existiam, autoridades senhoriais ou municipais julgaram oportuno reunir os elementos de uma mesma profissão e fixar regras, principalmente destinadas a precisar as prestações e os serviços que lhes eram devidos, a assegurar o respeito dos pesos e das medidas e alguns preceitos de lealdade no fabrico e na venda a fim de proteger os consumidores. Em várias cidades alemãs, os agentes dos bispos ou dos príncipes designavam os mestres de ofícios; no Sul da França, as autoridades urbanas publicavam prescrições sobre o exercício das profissões.

Mas houve também, e mais frequentemente, sem dúvida, agrupamentos espontâneos. A sua formação permanece envolvida em obscuridade, pois verificou-se e desenvolveu-se muitas vezes de maneira clandestina. Deve ter sido inspirada voluntariamente por um móbil religioso. Sob os Abássidas, paladinos da ortodoxia sunita, as associações abriram-se a influências heréticas; puderam ser

centros de agitação, e os Fatimidas xiitas ajudados por elas, concederam-lhes privilégios. Apesar da vigilância ciumenta de que foram objecto por parte dos funcionários das cidades, desempenharam um papel notável de concórdia social no seio da população industrial, pois fizeram comungar na fidelidade a um mesmo código moral e profissional patrões e operários de todas as confissões. Na China, na Europa Ocidental, confrarias honraram um herói lendário, um santo; as festas davam lugar a banquetes, divertimentos profanos. Insensivelmente, a comunidade ocupou-se de questões do ofício, agrupou em brigadas todos aqueles que o praticavam e tornou-se legisladora. Esta evolução não foi obrigatória e puderam ser fundadas corporações com objectivos estritamente profissionais desde o princípio; a confraria, neste caso, teve origem bastante mais tarde.

Um papel estimulante foi desempenhado no Noroeste europeu pelas guildas de comerciantes, que, surgidas sob o aspecto um pouco incerto de sociedades de socorros mútuos em Valenciennes ou em Saint-Omer, cerca de 1050-1070, depressa revelaram os seus objectivos e multiplicaram-se. No século XII constituíram-se as hansas dos flamengos compradores de lã em Londres, de Coloneses que frequentavam o mesmo porto, de comerciantes do Sena em Paris, de utentes alemães da feitoria de Visby. Dá a impressão de que, nestas regiões, os artesãos e os pequenos comerciantes seguiram o exemplo.

Muito diversas pelas suas origens, as associações profissionais não obtiveram as mesmas liberdades. O governo chinês evitou conceder privilégios aos *hang* submetidos à influência dos homens de negócios; estes entendiam-se para corromper os funcionários



131

131. Selo dos vendedores de água parisienses. Paris, Arquivos Nacionais. *Foto Janet Le Caisne.*

132. Comerciantes de peles e de tecidos. A sua associação ofereceu o vitral. Catedral de Chartres, pormenor de um vitral. *Foto Giraudon.*



ou para os associar às suas combinações. Mas onde a centralização não era exercida, as autoridades locais concederam facilmente isenções de impostos, em troca dos direitos de vigilância ou de lucros que preservaram. Os *za* do Japão contribuíram para financiar as manobras e as revoltas dos nobres de Quioto e dos monges contra os *shogun* e os regentes de Kamakura. Nalgumas cidades da Europa as associações profissionais participaram mesmo como tais na administração. Segundo a orientação económica da cidade, foram as corporações de comerciantes ou as corporações artesanais que deram membros ao Conselho e forneceram magistrados. Mas no século XIII, apenas os patrões foram dignos destas honras e tanto em Florença como em Lubeck as responsabilidades governamentais foram monopolizadas pelos mestres dos ofícios mais ricos, essencialmente os do grande comércio; fonte de tensões de natureza bastante diferente das que podiam agitar os campos.

Mentalidades

Todavia, na Idade Média não era a alteração das estruturas económicas e sociais que mais impressionava os contemporâneos, mas sim o desenrolar dos fenómenos naturais e as suas correspondências religiosas. A análise das atitudes mentais é fundamental para se chegar à compreensão do passado; mais delicada que qualquer outra pesquisa, pois o historiador deve desconfiar das suas próprias reacções afectivas e lógicas para reconstituir sentimentos e mecanismos de pensamento, parecia prometer o renovamento de determinadas perspectivas.

Os homens supuseram que a sua longa aventura era marcada por dilações de uma significação sobrenatural. Era assim por volta do ano 1000. Para os cristãos, segundo as previsões do Apocalipse, após um milénio no decurso do qual o Salvador se manifestara e Satã estivera acorrentado no fundo do abismo, o antigo Inimigo, libertado, devia seduzir os povos, levá-los a tormentas, antes de Deus intervir para dar de novo ordem a todas as coisas e impor o fim dos tempos. A tradição chinesa distinguia um milénio de Lei exacta a partir da existência de Buda, um segundo milénio de Lei contrafeita e por fim os dez mil anos de infelicidades da Lei findável, que devia começar num ano correspondente ao ano 1052 da era cristã. Aproximação perturbadora, mais sugestiva ainda se se admitir que os cálculos milenaristas não designam de maneira irrefutável uma data exacta, mas distinguem de preferência, na duração, tempos fortes, articulados em torno de pontos de referência. O monge Raul o Glabro ocupou-se da reunião de todos os índices que chegaram ao seu conhecimento para fazer estalar os desígnios de Deus



133. O desencadeamento das forças do mal. O Diabo e seres de pesadelo perseguem os homens (Apocalipse de São Severo). Paris, Biblioteca Nacional. Foto B.N.



134

no milésimo aniversário da Incarnação de Jesus Cristo e no milésimo aniversário da Paixão e da Redenção; remontou um século atrás. Não houve, não pôde haver tempos de «terrores do ano mil», como um historiógrafo romanesco os imaginou; mas o mundo foi submetido a uma expectativa cujos sintomas seriam talvez encontrados no extremo Leste, se se quisesse procurá-los. O estudo científico destas aproximações está apenas esboçado.

A ansiedade dos homens manifesta-se, em primeiro lugar, pelo valor anunciador atribuído a acontecimentos naturais que em épocas de tranquilidade não se procura enumerar nem interpretar: passagem de cometas, eclipses (houve efectivamente um do Sol em 1033), aparição de estrelas, tempestades, propagação de epidemias, fomes. Os índices celestes e os sinais humanos estão misturados; as sociedades parecem vacilar, descurar a sua vocação, tanto no Ocidente como no Japão dos Fujiwara.

Os desregramentos visíveis não passam da projecção de lutas invisíveis. Contra os deuses da bondade, as suas milícias celestes e os seus criadores, são desencadeados os demónios. São representados nas iluminuras dos manuscritos cristãos, nas esculturas das igrejas, nos rolos chineses pintados, com a sua conformação aberrante e hedionda. Mostram-se às pessoas santas para as tentar,

134. Exorcismo de um demónio. Verona, pórtico de São Zeno. Foto Tony Schneiders-Rapho.

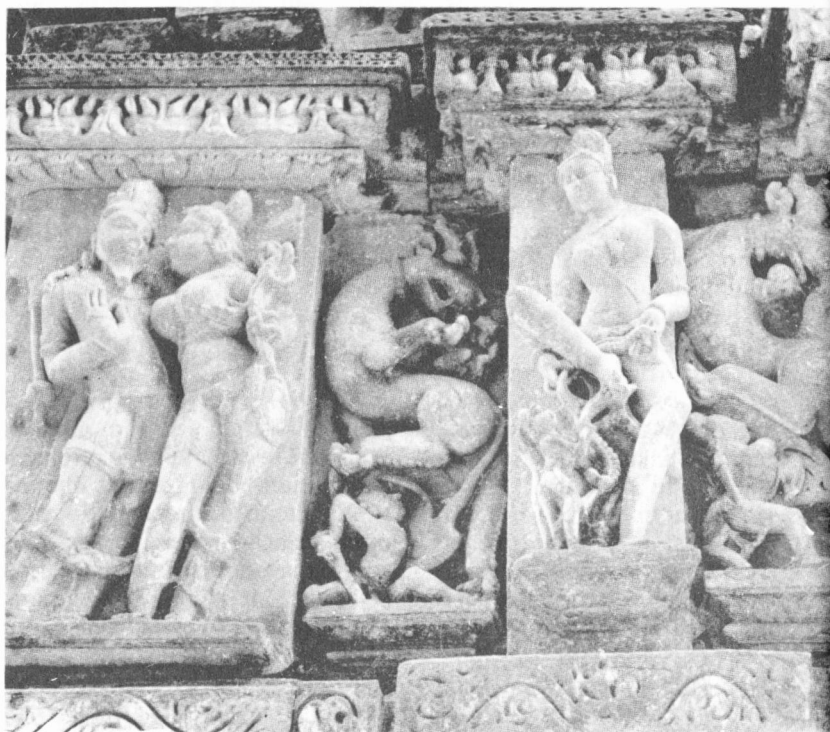
seduzir, aos monges e aos eremitas europeus bem como aos bodhisattiva. Como não cair numa concepção dualista do universo? Com o século XI, forma-se nos Balcãs, no Ocidente, uma corrente heterodoxa que explica o homem e a criação pelo antagonismo dos dois Princípios. O renascimento brâmane exalta Xiva, o deus que destrói e reconstrói.

A comunidade humana, abalada até aos seus fundamentos, pensa no Juízo Final. Os Mortos saem dos túmulos e comparecem perante o Juiz Supremo — o Cristo terrível e insensível dos tímpanos romanos ou Yama, senhor da noite e dos infernos no hinduísmo. Enquanto os eleitos ganham um paraíso de felicidade, os malditos são condenados aos suplícios que os demónios lhes preparam.

Advertidos da parada final dos prodígios que os cercam, os homens procuram protectores e fazem penitência. É notável que no século XI as fantasmagorias do tantrismo seduzam adeptos cada vez mais numerosos, que as inúmeras crenças hindus retomem vigor, que o califa al-Hakim e Ali sejam divinizados, que os santos intercessores se multipliquem. O Panteão é repovoado, pois as antigas divindades que a sua especialização parece tornar mais atentas às necessidades dos homens reaparecem sob a sua forma tradicional ou sob outra, mais conciliável com as grandes religiões.

Cortejos de peregrinos põem-se em marcha em direcção das





136

reliquias. Conta-se milagres que demonstram o poder dos tau-maturgos, os seus restos são disputados. As dádivas enriquecem os santuários. Ninguém se contenta com ritos, com gestos: deseja-se um renovamento interior, para que a morte apanhe o fiel preparado. A longa caminhada dos peregrinos é prova de purificação, esperança mesmo de libertação terrestre no fim da viagem. Os membros das seitas do Extremo Oriente submetem-se às práticas do ioga.

Estes esforços de disciplina pessoal são testemunho, na verdade, de um considerável progresso espiritual. Verificou-se uma viragem: o mundo não foi lançado no caos, tomou outro caminho; «re-nasce». Raul o Glabro traduz a alegria da Natureza e dos seres após a fome terrível de 1033; «As chuvas das nuvens apaziguaram-se, obedecendo à vontade e à misericórdia divina. O céu começou a rir, a clarear... Pela sua serenidade e pela sua calma, manifestou a magnanimidade do Criador. Toda a superfície da Terra se cobriu de ver-



138

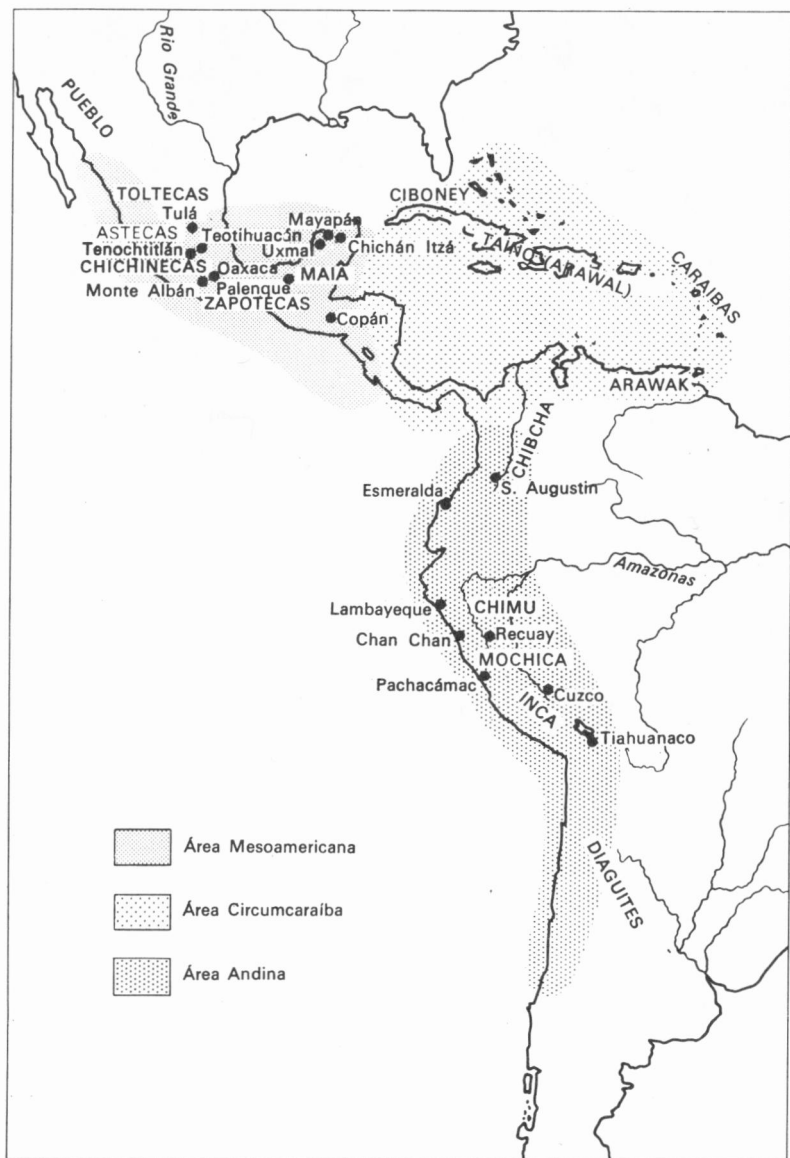


137

136. A mulher na Índia brâmane. Representações sensuais e realistas: a união dos sexos não apresenta qualquer problema moral. *Foto Frédéric-Rapho.*

137. A dançarina sagrada. Dançarinas participam nas cerimónias litúrgicas do hinduísmo. Os apsaras deleitam os deuses e os eleitos; tentam também os ascetas ao oferecer-lhes a sedução do seu corpo. Em Angkor Vat, foram representadas mais de mil dançarinas. *Foto Daniel Dubois-Fotogram.*

138. Eva. Esta mulher nua é a culpada, segundo o cristianismo, de o pecado ter corrompido o género humano. Autun, Museu Rolin. *Foto Boudot-Lamotte.*



AS ÁREAS DAS CIVILIZAÇÕES AMERÍNDIAS

duras e de frutos abundantes. Inúmeros doentes recuperaram a saúde. (Nas assembleias) os assistentes estendiam as mãos para Deus, gritando numa só voz: paz!, paz!, paz! Viam o sinal da promessa estabelecida entre eles e Deus.» É o começo de uma nova era. «O branco manto das igrejas, evocado pelo cronista em 1003 pôde significar, em primeiro lugar, uma reduplicação das súplicas; não tardou em transformar-se em adorno de alegria e de confiança. Nem as sociedades nem as atitudes religiosas, nem muito simplesmente a vida, são o que foram antes.

É tentador indicar alguns sincronismos. As castas militares exercem domínio sobre os governos centralizados na França, no Médio Oriente seljúcida, no Japão. A vida na corte, com os seus bufões, os seus malabaristas, os seus músicos, os seus poetas, os seus historiadores, é adoptada pela cristandade após os países muçulmanos e propaga-se do meio dos grandes soberanos para o dos príncipes que dirigem os negócios. As religiões acolhem cada vez mais humanidade, falam aos seus fiéis uma linguagem mais familiar, prestam-se às expansões individuais. O amor, concebido como uma união íntima que mobiliza todas as forças vitais, triunfa em todo o lado. Eleva os crentes para Deus: São Bernardo e os místicos cristãos, os sufistas, os devotos do Buda compassivo, os discípulos de Ramanuja que se esforçam por se fundir em Brama. A devoção torna-se a adesão do coração.

Mas o amor suscita também um encontro dos sexos. A sua união não é ferida por qualquer maldição na Ásia; ela dá expansão e regozijo; reconstituía mesmo, segundo certas tendências do hinduísmo, o amplexo de Mahadeva, o grande deus, e de Mahadevi, a grande deusa; o amor carnal era divinizado. Entre os Chandella, casais enlaçados decoram os envasamentos dos edifícios da sua capital, Khajuraho, cerca do ano 1000. A mulher não desperta qualquer desconfiança; tanto no paraíso hinduísta como no do islão, as alegrias da carne são prometidas aos eleitos, mas apenas a Índia e a Indochina se atrevem a tratar com total liberdade os corpos femininos, nus e saborosos, como os das apsaras, as dançarinas divinas oferecidas aos olhares de Angkor Vat. O Ocidente cristão não pode tolerar representações que são para ele manifestação de pecado. A mulher é Eva, o instrumento da falta que pesa sobre o género humano. Aos seus olhos, apenas a Virgem Maria é tocada pela graça; a pouco e pouco algumas santas entram na iconografia, mas só mereceram essa promoção gloriosa por terem abandonado o secular, por terem renunciado à carne, por terem procurado refúgio nos mosteiros. Foi através da poesia que a Europa escapou às proibições religiosas que atingiam a mulher. A literatura dos países muçulmanos comprazia-se em descrever as alegrias do amor, as poetisas rivalizavam com os poetas. Nos princípios do século XII,

a lírica de Guilherme de Aquitânia e dos trovadores deu por fim crédito ao amor entre o homem e a mulher na sentimentalidade ocidental.

A mulher é talvez o símbolo da nova sociedade: a sua ambiguidade, expressa pelo culto da virgem, mãe de Deus, e pelos cuidados do amante relativamente à amante, corresponde ao lugar que ela ocupa em toda a parte nas mitologias e nas sociedades, e à ambivalência do amor.

III

CIVILIZAÇÕES SEPARADAS

Não é impossível alargar o campo das comparações à América e à África. Mas procurar aí ritmos históricos ou reacções psicológicas sincronizadas com as do velho mundo, entre os fins do século x e o século xiii da era cristã, pode constituir um jogo falacioso, uma vez que a cronologia permanece hipotética, a escrita é ilegível ou desconhecida, e a exploração arqueológica de determinadas zonas mal começou. Somos obrigados a contentar-nos com pontos de referência, bastante significativos, todavia, para proibir que alguém ignore ou desdenhe partes da herança humana que em nada são devedoras à orgulhosa Eurásia.

As civilizações ameríndias do México

Nos espaços americanos, os principais núcleos de civilização encontram-se no Sul da América setentrional e no sector norte das montanhas andinas.

A área mexicano-maia, que forneceu os mais notáveis vestígios antigos, estende-se do Sul dos Estados Unidos à Nicarágua. Foi ilustrada, durante a época que corresponde à alta Idade Média europeia, do século v ao século x, pelo Antigo Império maia e pela irradiação dos centros de Teotihuacan e de Tula sobre o planalto central mexicano, de El Tajin, perto do litoral do golfo e do monte Alban no Oaxaca, no Sudoeste do México. Com excepção da última, animada pelos Zapotecas, estas culturas sofreram nos séculos ix e x crises cujas causas parecem resultar, ao mesmo tempo, do esgotamento dos solos depois de incêndios sucessivos, e da expansão de tribos deserdadas, momentaneamente amolecidas ou provenientes do Norte. Foi assim que os Toltecas, que tinham substituído as gentes de Teotihuacan, tiveram de se apagar pouco antes do

ano 1000 perante tribos que falavam a mesma língua nahuatl, mas mais rudes e mais belicosas. A recordação dos combates foi transposta para um mito. A serpente emplumada, Quetzalcoatl, encarnada pelo rei da antiga dinastia de Tula, fora escorraçada por Tezcatlipoca, deus da noite: versão ameríndia da luta divina e terrestre das potências da luz e das forças maléficas, de que é notável que, cerca da mesma altura, a actualidade seja geral.

Os novos senhores conservaram os deuses de Teotihuacan, em particular Tlaloc, que dava a chuva e presidia aos folguedos do Paraíso; adoptaram as suas máscaras de pedra, o jogo da bola entre duas equipas a fim de extrair daí presságios; continuaram a construir templos e palácios em pirâmides truncadas e a esculpir imensos guerreiros que serviam de cariátides; preferiram a notação das datas por círculos ao sistema maia que combinava as barras e os pontos: encontrou-se a prova disso em Xochicalco, onde os dois métodos foram a princípio utilizados; faziam sacrifícios humanos.

Esta civilização foi quase aniquilada quando a hegemonia de Tula ruiu na segunda metade do século XII e as tribos do Norte avançaram. Estes Chichimecos familiarizaram-se pouco a pouco com os costumes e a arquitectura da antiga população; dispersaram-se, no século XIII, em diversos centros que entre si disputaram a preponderância, em particular Colhuacan e Azcapotzalco. No meio destas dissensões, um papel modesto foi desempenhado pelos Tenochcas, que tinham podido abandonar nos princípios do século XII o seu *habitat* ancestral de Aztlan, provavelmente situado no Noroeste do México e que lhes valeu o nome de Aztecas; tinham procurado terras para explorar, conduzidos por Huitzilopochtli, a sua divindade tribal, que personificava o sol e a guerra e que se repassava com a carne e com o sangue dos prisioneiros que lhe imolavam; nada deixa prever que estes selvagens tivessem recolhido os caracteres essenciais da civilização tolteca.

Esta última foi propagada por outro lado em região maia graças aos acontecimentos que marcaram a origem do Novo Império e que estavam relacionados com as perturbações que agitaram o planalto mexicano nos fins do século X. Chefes e bandos, fugindo da região de Tula, introduziram-se no Iucatão: a tradição maia refere-se expressamente à chegada de um certo Kukulcan, que não é outro senão Qutzalcoatl, o representante do pássaro-serpente vencido na sua região de origem. O antigo centro de Chichen Itza foi reanimado a partir de 987, sendo fundadas cidades novas em Uxmal e Maiapan. As três cidades, que estavam à frente de pequenos Estados, formaram a liga de Maiapan, que durou até 1194, data em que Maiapan esmagou o seu associado de Chichen Itza e impôs, com auxílio de reforços arrançados entre as

tribos do litoral mexicano, uma autordidade tirânica que se prolongou durante dois séculos e meio.

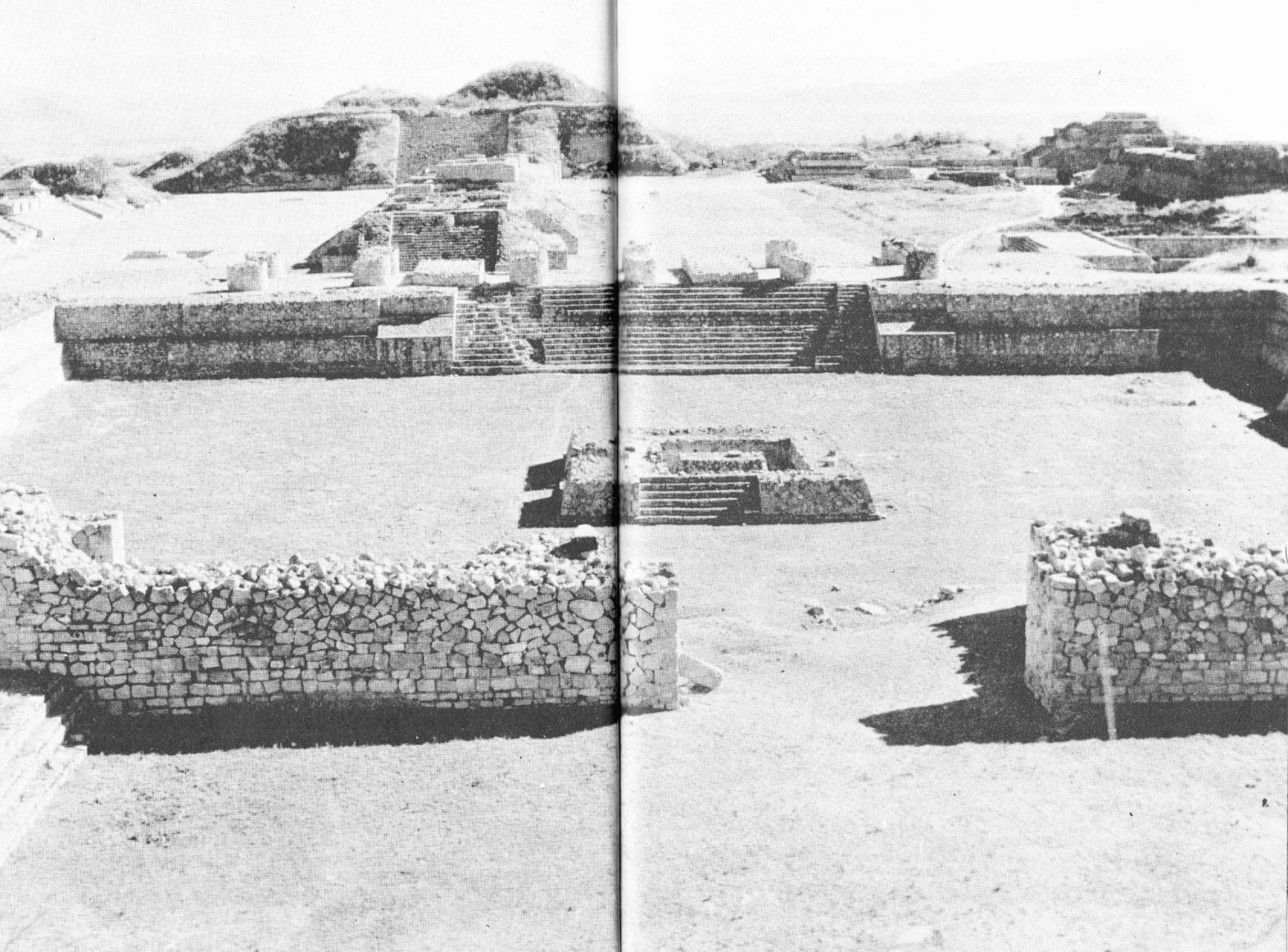
Diferentemente do que foi denominado Antigo Império maia, que se expandira sobre a parte meridional do México e a Guatemala, o Novo Império interessou apenas as partes setentrional e ocidental da península de Iucatão. A natureza calcária dos solos, a duração da estação seca deram uma acuidade particular ao problema da água; foi necessário não se afastar dos lagos naturais ou construir cisternas para alimentar a irrigação.

Os monumentos de Chichen Itza permitem revelar as influências toltecas: reconhece-se o deus da chuva, atlantes, estátuas porta-estandardes, a repetição do tema da serpente cujo tratamento coincidiu com a voluta, motivo preferido pelos decoradores. Os Mexicanos do planalto central tiveram de modificar também o tipo de cerâmica e divulgar técnicas elementares de trabalho do cobre e do ouro numa civilização que ignorava os metais. Transformaram os sacrifícios ao escolherem o homem como vítima.

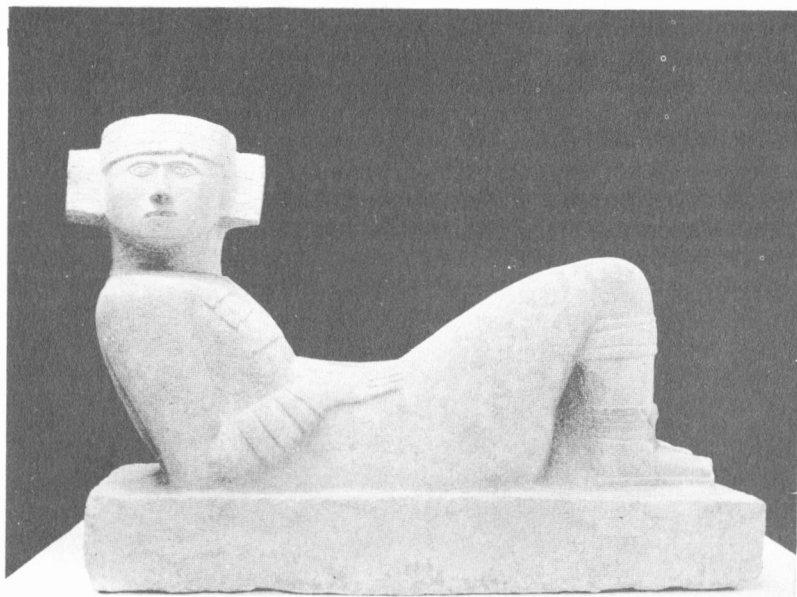
Todavia, quaisquer que sejam as diferenças que os especialistas estabeleçam entre os vestígios do Antigo e do Novo Império, foram na verdade as práticas e as crenças da grande época maia que se perpetuaram após o ano 1000 no interior de uma zona reduzida. A economia estava baseada na cultura do milho, cujas sementes eram enterradas com paus; a criação de gado, e de animais domésticos com excepção da do peru, foi abandonada. Descobriu-se apenas, no que toca ao passado, o torno do oleiro ou a roda, contentando-se os construtores com ligar o alto das paredes paralelas com pedras à maneira da abóbada. Mas o Iucatão produziu o algodão de que eram feitos tecidos ricamente decorados; a pedra e o jade foram finamente polidos. Construiu-se grandes cidades, cujos edifícios, desenvolvendo-se sobre terraços altos, acolhiam os deuses e os seus sacerdotes; frescos cobriam muros interiores. A parte da população constituída pelos trabalhadores estava agrupada em aldeias de cabanas, cujos chefes, pertencentes à nobreza, eram designados pelo rei hereditário de cada pequeno Estado. As alianças ou as rivalidades entre as cidades condicionavam a paz e a guerra.

A casta sacerdotal regulava a vida dos Maias, pois comandava as suas relações com os deuses, bastante numerosos, uns benevolentes e outros hostis. Os sacerdotes velavam pela escrita, pelos manuscritos rituais, pelo calendário; os seus conhecimentos matemáticos e astronómicos eram complexos e exactos. Embora

139. Monte Alban (Oaxaca, México). Pôde-se assinalar neste lugar cinco camadas sobrepostas; a quarta corresponde à civilização zapoteca (cerca de 900-1400). *Foto Roger-Viollet.*



os signos ideográficos que ornavam as estelas e concorreram para a decoração dos monumentos não tenham sido descodificados, a numeração e a cronologia são conhecidas; baseavam-se no sistema vigesimal. Pontos representavam os números de 1 a 4, uma barra horizontal correspondia a 5; a partir de 20, o sinal estava inscrito numa linha superior. O zero — uma concha esquematizada — era conhecido muito antes de os Árabes o copiarem da Índia e o transmitirem aos Europeus. Havia 20 dias, numerados de 0 a 19; paralelamente ao ano solar, decorria um ano litúrgico e um ano venusiano. Esta atenção que incidia sob a medição do tempo supõe uma certa segurança material, uma boa saúde mental, o sentido da história: as estelas erigidas de vinte em vinte anos, as inscrições datadas, colocadas nos lugares onde os Maias estavam instalados, permitiram, desde o Antigo Império, estabelecer uma



140

140. Chac-Mool (ou Tlaloc), deus da chuva. México, Museu Nacional de Antropologia. *Foto Giraudon.*

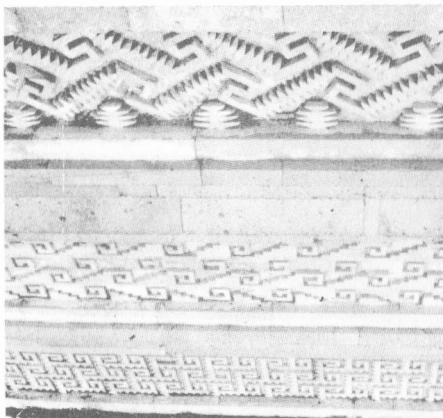
141. Mitla (Oaxaca, México). A decoração do templo é feita de pedras talhadas, dispostas de maneira a estilizar o motivo da voluta; sob o templo ou nos acessos encontram-se os túmulos dos chefes zapotecas (cerca do século XIII). *Foto Mireille Vautier.*

cronologia que não é infelizmente acompanhada por uma narrativa que se saiba ler.

À margem das civilizações de Tula e de Iucatão, alguns povos, que daí receberam influências, distinguiram-se da mesma forma por manifestações culturais originais. Os Zapotecas mantiveram-se no vale de Oaxaca até ao século XIV; no sítio do monte Alvan ou «colina branca», durante tanto tempo e tão densamente ocupada que se viu lá cinco camadas sobrepostas, construíram belos monumentos sobre terraços; os túmulos dos chefes estavam reunidos em Mitla. A sua escrita hieroglífica e a sua maneira de calcular inspiravam-se nas dos Maias. Porém, preferiam na escultura da pedra o tamanho e a disposição das pedras para construção, com que constituíam uma decoração geométrica. As urnas funerárias desapareciam sob a imagem de uma personagem, homem ou deus, sobrecarregado de ornamentos.

Ao longo da costa do golfo do México, embora a cultura totonaca se apagasse para dar lugar provavelmente a maneiras mais rudes cujo índice parece ser a representação de um sacrifício humano, os Huastecas deram pouco interesse à arquitectura e fabricaram estátuas e vasos de características especiais, se bem que tenham falado um dialecto maia.

As tribos, bastante diferenciadas em matéria linguística, que habitavam o Norte do México e o Sudoeste dos Estados Unidos até à nascente do Rio Grande, tinham adoptado no século VIII o género de vida sedentário: são designadas pelo nome de Pueblo, e a chamada fase clássica da sua civilização estende-se dos meados do século XI ao século XIII. Ocupavam imóveis colectivos, construídos de tijolos secos ao sol ou de alvenaria; escavavam as falé-



sias para preparar o seu *habitat*, as suas oficinas, os seus templos. Esta propensão para a concentração deixa supor um regime social original que infelizmente não é possível descrever. Deixaram tecidos de algodão e, como toda a América pré-colombiana, admiráveis peças de cerâmica.

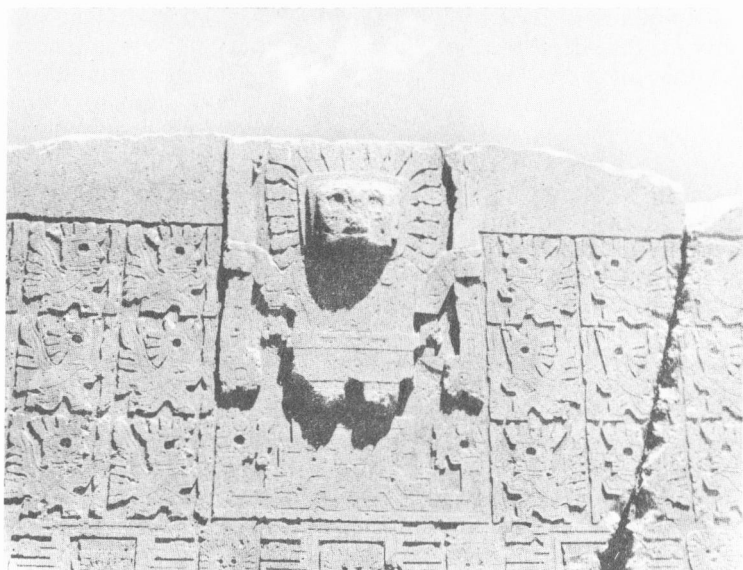
As civilizações ameríndias dos Andes

Na segunda grande área das civilizações do continente, a que se alonga da Colômbia à Bolívia, justapondo o estreito litoral do oceano Pacífico, as altas cordilheiras andinas, os planaltos intermédios e um quadriculado de vales, os elementos materiais e religiosos indispensáveis à definição de uma cultura desenvolvida só se constituíram depois dos meados do primeiro milénio cristão. A alimentação compunha-se de milho, de quinoa, de favas e de batatas; era completada por produtos piscícolas, de caça, de apanha. A fermentação do milho permitia preparar uma bebida. O lama era domesticado, dando a sua lã, o seu couro, o seu estrume. Servia para transportar cargas; mas consumia-se pouco a sua carne e não se fazia caso do seu leite. Criava-se cães e porcos pequenos. Embora se contentassem com o pau para revolver o solo e fazer os buracos onde eram depositados os grãos, os declives eram arranjados em terraços graças a altos muros de pedra e canais que conduziam a água. Os utensílios eram de pedra polida, de cobre ou de bronze, nunca de ferro. A tecelagem e a cerâmica distinguiam-se pela variedade da sua factura. As grandes construções em espessos blocos aparelhados supunham a reunião de uma importante mão-de-obra, a vontade de um chefe ou de um clã dominante, de uma religião capaz de honrar com majestade as forças naturais.

Logo que se passa da enumeração das técnicas para a organização social ou para o sistema de crenças, a precisão da descrição esbate-se. Bem mais ainda quando se tem a preocupação de reconstituir uma história. Como não se identificou até ao presente nenhum sinal que atestasse a existência de uma escrita ou, pelo menos, de uma cronologia, e pelo facto de as narrativas dos bardos recolhidas pelos cronistas espanhóis serem de difícil interpretação quando se quer remontar mais longe que os fins do século XIV e só interessam, de qualquer modo, a uma região limitada, os arqueólogos nada mais podem fazer senão estabelecer a sucessão das civilizações num mesmo lugar e a sua extensão

142. Tiahuanaco (Bolívia). Era um centro religioso num cenário desértico: aqui uma estátua antropomórfica esculpida num só bloco de pedra. Foto Mireille Vautier.





143

geográfica. A exploração está mesmo longe de terminada: entre os grandes centros, cujos conjuntos monumentais atraíram em primeiro lugar a atenção, escavações sistemáticas, de um carácter menos espectacular, puderam ajudar a fixar os limites das zonas de influência e mesmo a revelar culturas desconhecidas. Os vales baixos do litoral do Peru mostraram assim constituir, devido à extrema secura do clima, admiráveis repositórios de túmulos, de cerâmica, de jóias e compreendeu-se que teriam acolhido sem dúvida muito antes dos altos planaltos portadores dos vestígios mais imponentes, artes de finura notável na concepção e execução.

Só depois do ano 1000 se manifestou a primeira grande civilização nas terras altas do Peru meridional, que constituíram mais tarde o coração do império dos Incas. Foi designada pelo nome do principal lugar, Tihuanaco, ao sul do lago Titicaca, na Bolívia actual, a 3900 metros de altitude. Era uma cidade santa que assinallou contou-se posteriormente, o lugar que o Criador elegera para fundar o mundo. A Calassaya é delimitada por blocos monolíticos; seis degraus conduzem a um terraço central; as enormes pedras estão seguras umas às outras por grampos de cobre. Na porta do Sol, os relevos mostram um tratamento pouco estilizado da figura humana e cabeças de serpentes, de felinos e de condores, elementos familiares da decoração nas artes andinas. Encontra-se os mesmos moti-

vos nas cerâmicas de argila cujas formas são as de um tímble muito aberto ou de uma puma agachada. Parece que com o passar do tempo os artistas dissociaram as partes do corpo, retendo a cabeça ou apenas os olhos, reunindo membros de animais diferentes.

Entre 1000 e 1200 a influência de Tihuanaco espalhou-se por muito longe. Abrangeu as montanhas e os planaltos da maior parte do Peru, eclipsando o centro antigo de Chavin; insinuou-se no Chile setentrional; desceu a todos os vales do litoral. Os do Sul tinham abrigado artes refinadas cujos testemunhos mais abundantes revelaram túmulos enterrados nas areias no lugar desolado de Nazca: perto dos corpos, envoltos em sumptuosos tecidos de lã de lama ou de vicunha, vasos policromos decorados com motivos vigorosamente estilizados; figuras fantásticas devem evocar os deuses. Ao invés, qualquer vestígio arquitectural desapareceu. No sector setentrional do litoral peruano, os Mochica recuaram; pescadores e agricultores, tinham atingido um elevado nível técnico, construindo aquedutos, tecendo o algodão, fabricando cerâmicas finas. Este último trabalho era reservado às mulheres; com uma grande economia de cores, modelavam ou pintavam nos flancos dos vasos cenas de guerra, de caça, de banquete, de parto, de culto; modelaram com tal realismo cabeças para as urnas funerárias que se reconhece facilmente a importância social do falecido e se descobre com que enfermidade ou ferimento fora atingido.



144

143. Tiahuanaco (Bolívia). No lintel da porta do Sol, o deus Huiracocha está rodeado de génios alados. *Foto Mireille Vautier.*

144. Ídolo (civilização chimu). O trabalho do metal é notável: o ídolo, de pé sobre uma faca de sacrifício, é talvez o chefe Naymlap, que teria fundado o Estado chimu. Lima, colecção particular. *Foto Michel Hetier.*

Não é possível dizer em que espécie de organização estava apoiada a hegemonia cultural dos Tiahuanaco. Pode-se datar de cerca de 1200 a decadência, o retorno à fragmentação e também os começos de duas novas potências. Bastante isolada e bastante grosseira se mostrou a dos Incas, chefes de clãs que tinham aceitado cerca desta época a autoridade de um soberano, o primeiro imperador de uma dinastia semilendária de doze membros que se estabeleceu no vale de Cuzco. O futuro dos Chimus, no Norte do litoral peruano, anunciou-se mais brilhante. Tradições tardias dizem que tinham chegado em jangadas, sob o comando de Naymlap, ao vale do rio Lambayecque; a sua chegada poderá ser situada nos fins do século XI; pouco a pouco espalharam-se pela zona do litoral, onde viviam os Mochicas, e fundiram-se com eles. A sua organização era rigorosa: o chefe, rodeado de numerosa corte, como se vê nas cerâmicas, devia gozar de forte autoridade; a polícia de costumes era impiedosa para os ladrões e para as mulheres adúlteras. A mais vasta cidade dos Chimus foi Chan-Chan, composta de dez bairros. O trabalho do cobre, do bronze, do ouro e da prata era magistral.

À margem das civilizações peruanas outros agrupamentos humanos da área andina tiveram existência própria. Os Diaguites, do Nordeste da Argentina, habitavam povoações muito juntas umas das outras, em redor das quais se estendiam terraços irrigados; deixaram urnas funerárias de crianças.

Povos sem idade das antigas Américas

Entre o México e o Peru, lugares das civilizações mais célebres e mais bem conhecidas, estende-se, da Guatemala ao moderno Estado do Equador, uma vasta região intermédia que teve várias civilizações cuja cronologia não está ainda fixada, e que sofreu influências provindas dos centros do Norte e do Sul. Não eram fáceis as comunicações por barco, ao longo do litoral do oceano Pacífico, e por terra, através do istmo do Panamá? Não se dirigiam os rios da Colômbia para o mar das Caraíbas, abrindo longos corredores paralelos às cordilheiras? Enquanto o estilo maia tocou a cerâmica do Equador, a metalurgia do ouro, do cobre, do bronze remontava ao México. Ao invés, a batata e o lama não foram introduzidos na América Central, que conservou a sua escrita e o seu calendário antigos.

Na época do Novo Império maia, tribos escorraçadas mudaram de *habitat* através da Guatemala e da Nicarágua: o nome de Chorotega, dado a algumas delas, não significa «expulsos»? Na e para lá da Costa Rica, viviam as tribos que se agrupavam sob a desig-

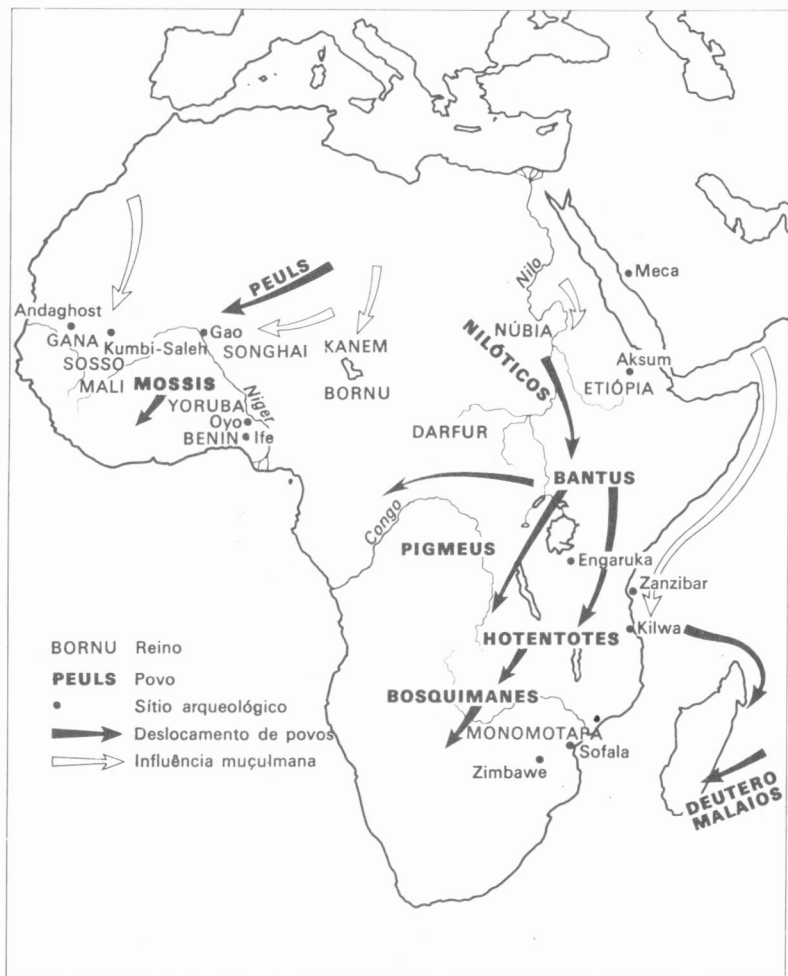
nação de Chibchas; as mais poderosas ocupavam os vales altos e as savanas da Colômbia entre 2400 e 2800 metros de altitude; os cronistas espanhóis forneceram abundantes informações sobre elas; os seus mitos mesclados de dualismo, as suas divindades, a imolação ao sol de garotos impúberes apanhados nas terras baixas; porém, ignora-se a quando remontou a sua organização política, partilhada entre os Zipa cerca de Bogotá e o Zaca no Norte.

As Antilhas parece terem escapado à irradiação das grandes civilizações continentais: os Maias não foram marinheiros e o seu afastamento dos centros peruanos e colombianos era bastante grande. Os Ciboney de Cuba, talvez oriundos da Florida, eram pescadores que fabricavam um material grosseiro de madeira, de pedra e de conchas. Bastante mais evoluídos eram os Arawaks: tinham vindo da América do Sul; povoaram a Amazônia, as Guianas e espalharam-se até aos confins das montanhas andinas, sensivelmente mais numerosos que os índios que vivem actualmente na mesma zona. Embora a natureza esmagadoramente luxuriante fosse propícia às culturas e a pesca, a caça e a apanha fornecessem os meios de subsistência mais convenientes, os Arawaks não ignoravam nem a mandioca, que era uma das bases da sua alimentação, nem o milho, de que extraíam uma bebida. Sob o nome de Tainos encontramos-os em cabanas em Porto Rico e em Haiti, especialistas em talhar a madeira e a pedra.

Quando nos afastamos da América Central, as incertezas aumentam ainda mais. Em vez de agricultores sedentários, capazes de marcar a sua presença através de vestígios duráveis, entra-se no domínio dos colectores, dos caçadores, dos pescadores. O apego ao solo é mais ou menos reduzido. Embora na grande planície do Mississippi os objectos encontrados nos túmulos e a adopção do milho sugiram a infiltração de influências mexicanas até às paragens dos Grandes Lagos, entrevê-se apenas durante um período por vezes recente o género de vida das tribos que habitavam as florestas de pinheiros das montanhas Rochosas setentrionais, das que percorreram os pampas, o Chaco e a parte oriental do Brasil. Pescadores bastante pobres fixaram-se na Terra do Fogo, enquanto no extremo norte, os Esquimós, devido ao recuo dos gelos, procuraram cada vez mais longe os caribus e as morsas.

Os povos da África negra

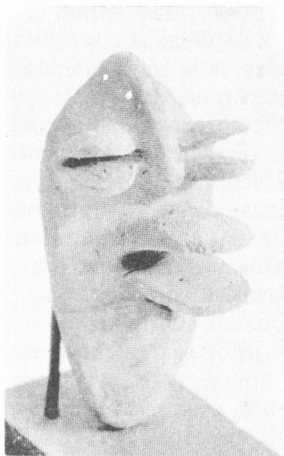
A história da África negra sofre de inconvenientes diferentes dos que afectam o passado ameríndio. Os textos não faltam, mas são obra de estrangeiros — árabes, mais tarde europeus — que podem dar a impressão de que antes deles reinava a barbárie e que,



OS CENTROS IRRADIADORES DE CIVILIZAÇÃO DA ÁFRICA NEGRA

embora curiosos e informados, descrevem apenas uma franja de território; as línguas locais, que deram lugar a algumas transcrições em caracteres árabes, e as narrativas indígenas, cuja série preciosa começa no século XI no Sudão, mas que estão redigidas em árabe e só existem relativamente à área de influência muçulmana corrigem mal esta apreciação. A arqueologia revelou um pequeno número de conjuntos imponentes — sensivelmente menos que além-Atlântico —, mas a sua tarefa apenas começa; o clima não favoreceu a conservação da madeira e da argila, materiais frágeis frequentemente utilizados pelos artesãos. As tradições orais conservadas pelos feiticeiros, mesmo interpretadas com precaução, não poderiam dar informações sobre as épocas bastante recuadas, tanto como a etnografia, que baseia as suas informações na situação presente. A aplicação do carbono 14 aos detritos orgânicos não desfaz todas as incertezas. Relativamente a imensas regiões, só se pode propor uma sucessão de géneros de vida, por conseguinte, de ocupantes, sem se conseguir estabelecer uma cronologia. Esta, de resto, nada importa à mentalidade africana, sensível à destruição e ao renascimento perpétuos das coisas, ligada sobretudo à coerência dos grupos sociais que contêm em si a continuidade. Uma boa perspectiva abre-se aos historiadores, a libertar do desdém e da ignorância e a retirar aos estetas amadores da «arte negra» um capítulo da aventura humana tão apaixonante como qualquer outro, mesmo que não se possa esperar a exactidão das páginas consagradas a civilizações mais bem preparadas para perpetuar a sua lembrança.

A introdução do islão entre os povos da selva e da savana, que constituiu uma aquisição bastante importante para uma das grandes religiões mundiais, não modificou fundamentalmente os costumes e as práticas; talvez tivesse facilitado a adopção de técnicas novas relativamente à tecelagem, à tinturaria, à tanoaria; porém, apenas influenciou na breve época da expansão almorávida o desenrolar próprio das lutas e das tentativas de hegemonia dos reinos sudaneses. Antes, o poderoso império do Gana subjugara as bacias do Senegal e do alto Niger e a franja sariana numa superfície de cerca de um milhão de quilómetros quadrados. A capital, provavelmente fixada em Kumbi-Salrh, cujas ruínas são exploradas, compreendia duas cidades, uma das quais aberta aos traficantes estrangeiros; nos palácios de pedra do soberano divinizado havia salas lajeadas, com abóbadas; a decoração era de uma riqueza fascinante; os dignitários acotovelavam-se; as mulheres andavam envoltas em trajos de algodão, feitos de faixas estreitas cosidas juntas. Os contingentes fornecidos pelas tribos submetidas, as armas de ferro forjado pelos artesãos, constituíam uma força militar temível.



145



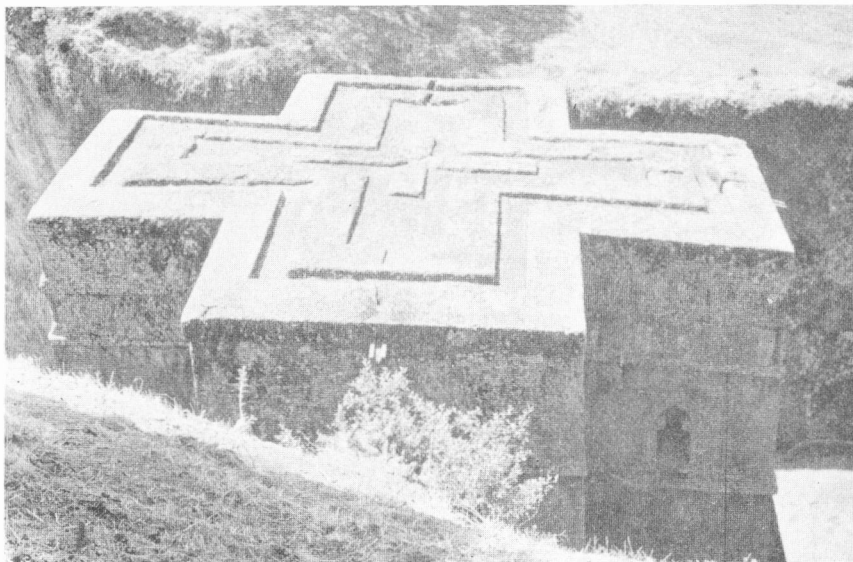
146

Embora o destino do Gana só possa ser evocado com o concurso das fontes árabes, o do Mali foi cantado ao longo dos séculos por contadores malinkés. Quando Sundiata, salvo da chacina perpetrada pelos Sossos para aniquilar a sua família, fortificou o seu corpo enfermo, reuniu guerreiros, atacou o antigo vencedor Suman-guru Kanté, matou-o cerca de 1235 e fez em poucos anos do pequeno reino do seu pai, entre Niger e Sankarini, um domínio que se estendeu de Djenné a Ualata e que englobou as regiões auríferas do Galam-Bambuk e do Buré; é uma história permeada de intervenções mágicas e permaneceu presente, pois visita-se o túmulo do herói não longe de Niani, a sua capital, e venera-se os rochedos de Kulikoro, onde Sumanguru foi petrificado. O islão não interveio na aventura e não se vê que tenha contado muito para os reis Songhais, reputados pelos seus poderes mágicos; reforçou ainda mais as relações comerciais destes impérios frágeis com a África setentrional e mesmo com a Espanha, pois as inscrições de Gao foram gravadas em Almeria, e inspirou a formação de uma casta de letrados e de administradores.

145. Terracota dos Sao. Os Sao viveram a leste do Chade; foram vizinhos incómodos do reino muçulmano de Kanem. Museu de Fort-Lamy. *Foto Naud-Afrique Photo.*

146. Cabeça de chefe (Ife, Nigéria). A técnica do bronze testemunha um domínio excepcional dos países africanos situados a oeste do Baixo Niger. *Foto Naud-Afrique Photo.*

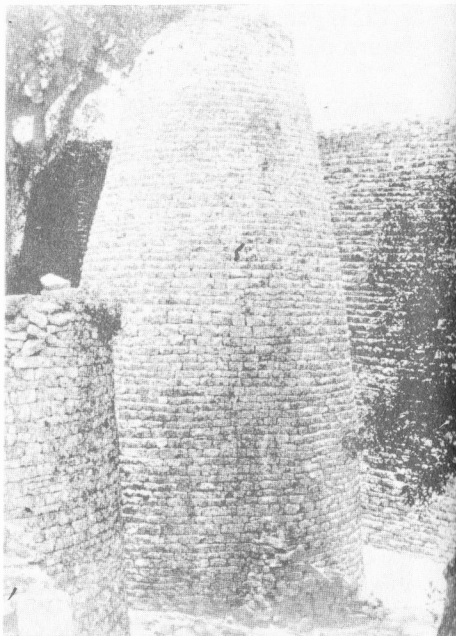
A pressão muçulmana foi de natureza bem mais viva sobre as tribos mescladas de nilotas e de etíopes devido à proximidade do Egipto e da Arábia. Esta situação geográfica permitira já a propagação do cristianismo que, no século IV, atingira o reino de Aksum e, no século VI, a Núbia. A região das duas primeiras cataratas do Nilo acabou por ser anexada por um irmão de Saladino. O reino de Dongola, entre a terceira e a quarta cataratas, onde se encontrou as ruínas de numerosas igrejas fortificadas, forneceu um tributo de escravos ao Egipto, mas foi minado pela imigração dos Árabes do Sul e pelas incursões dos nómadas que desorganizaram a irrigação. O reino de Aloa, cuja capital, Soba, perto de Cartum, tinha renome no século X pela beleza dos seus jardins e das suas construções, alimentou dificilmente o seu cristianismo junto dos coptas de Alexandria. O Estado aksumita, isolado, foi obrigado a transferir-se para os altos plainos abissínios; converteu as populações agau, de que saiu no século XII uma nova dinastia que se dedicou vigorosamente à defesa do reino contra as infiltrações muçulmanas: Lalibala, que reinou de 1190 a 1225, construiu belas igrejas monolíticas na sua capital; salvou o futuro da Etiópia.



147

147. Igreja monólita de São Jorge em Lalibala (Etiópia). Obra do paladino do cristianismo etíope contra a pressão muçulmana. *Foto Michaud-Rapho.*

Todavia, cada vez mais longe do Sara, chefes de clãs fundaram principados cuja origem temos razões para colocar no século XIII. As lendas assinalam reagrupamentos entre os Mossis e os Hauassas. Os esboços de organização alcançaram as zonas do litoral, começando pela clareira que interrompe a floresta densa a oeste do baixo Niger: o povo ioruba criou talvez nesta época duas autoridades, uma religiosa, exercida em Ife por um chefe especial, outra política, entregue a um rei escolhido por um conselho de notáveis e que se estabeleceu em Oyo; os Iorubas enviaram um dos seus para governar Benim. Difundiram na região uma prestigiosa técnica de fundição do bronze, denominada de cera perdida, cujo equivalente foi descoberto no Egipto e na Núbia antigos; nas cidades construíram palácios de madeira. A sua influência é sensível da Costa do Marfim aos Camarões. A sul do rio Congo outro reino, denominado mais tarde Manicongo, teve de se estabelecer na franja do planalto.



148

148. Zimbábue (Rodésia do Sul). As paredes são formadas de pedras dispostas umas por cima das outras sem cimento: este recurso à pedra é relativamente raro na África negra. A datação é muito discutível. *Foto Goldner.*

Abaixo destas hegemonias, da sua eclosão e da sua ruína, verificam-se migrações incessantes. Os excessos do clima, a pobreza dos solos endurecidos ou com crostas de laterite, rivalidades impiedosas provocaram movimentos de tribos, mesclas de sangue, uma contínua metamorfose das etnias, um esgotante pôr em causa das relações de força. Os Peules, criadores de bovinos, aparentados com os Berberes, tinham ido lentamente, durante vários milénios, dos maciços montanhosos do Sara para o Tekrur e para o Norte do reino do Gana; espalharam-se pelo Sudão, conservando muitas vezes a sua originalidade antropológica e o seu género de vida. Os Iorubas tiveram de atravessar a savana, depois a floresta no século VI, os Bambaras de se embrenhar no vale alto do Niger no século XIII. Os Bantos — estes negros que foram reunidos sob um só nome por causa da infinidade dos seus dialectos e que habitam a África ao Sul de uma linha traçada do monte Carmerun ao monte Quénia — deviam ter atingido cerca do século IX o Catanga setentrional e central onde trabalharam o cobre; desceram pelos rios na *cuvette* congoleza e dirigiram-se para o meio das montanhas e dos altos plainos da África oriental.

As antigas populações fugiram ou submeteram-se. Os pigmeus refugiaram-se nas savanas húmidas, depois nas florestas, onde o génio da sua raça se degradou. Entre os lagos, sobretudo no Ruanda e no Urundi, aceitaram o domínio dos agricultores bantos, destinados a ser submetidos por sua vez, numa época incerta, por pastores nilotas ou etíopes, que tinham descido do Norte.

Das paragens do lago Rodolfo ao sul do Limpopo viviam homens de pele amarelada, os caçadores San ou Bosquímanos que se serviam apenas de utensílios de pedra polida e, ocupantes mais recentes, eles próprios mestiçados, Koi-Koin ou Hotentotes, criadores de carneiros e de bois, prospectores de ouro, de cobre e de estanho, os primeiros mineiros da Rodésia do Sul. As migrações bantos submergiram, desapossaram uns e outros; foram massacrados ou assimilados ou ainda encaminharam-se para a ponta meridional do continente antes de se retirarem, mais recentemente, para a estepe desolada do Kalahari e para o deserto de Namíbia. Os San deixaram pinturas rupestres onde se reflecte o seu drama. Na colina de Mapungwube, cerâmicas, jóias de ouro e esqueletos indicam um lugar Koi-Koin. Não se sabe bem a quem atribuir as ruínas das grandes cidades do Sudoeste africano: em Bigo, em Engaruka, em Zimbabwe, vê-se terraços grandiosos, para-peitos de pedra ou de terra, objectos de todas as espécies, que atestam uma civilização de «construtores» que fizeram trocas com outras regiões, nomeadamente com a costa, onde se escalonavam as feitorias árabes, ao sul da ilhota de Zanzibar, de Quiloa e Sofala. A arqueologia revela diversas camadas sobrepostas, que o carbono 14 incita



a datar entre os séculos VIII e XIII. Talvez os clãs bantos dos Chonas esboçassem cerca do ano 1000 o reino de Monomotapa, do Sul do Zambeze.

Os povos negros não eram mais unidos entre si que os europeus, os asiáticos ou os ameríndios. Tinham-se adaptado às condições muito diversas que um vasto continente lhes apresentava, ocupado exparsamente e de maneira descontínua. Criaram o cavalo. Cultivaram em queimadas. Eram conhecidas variedades de arroz no Leste e no Sudão; é de perguntar se os agricultores da África oriental e austral não faziam colheitas de milho, à semelhança dos da América Central.



149

Ilhas grandes e pequenas

A costa oriental de África faz parte de uma extensão marítima imensa que se espraia, ao sul da Ásia, através do oceano Índico e do oceano Pacífico. É domínio mais da etnologia do que da história, por falta de fontes devidamente datadas. O Sul da

149. Frescos de Fehriya (Sudão). Os magos, os pastores e São José (séculos XII-XIII). Foto Gerster-Rapho.

149 bis. Pormenor da anterior.

Índia foi provavelmente o centro mais antigo de dispersão: notaram-se parentescos antropológicos entre os seus habitantes e os da Austrália; interrogamo-nos se se deve procurar aí também a origem dos negros da Melanésia. As migrações marítimas dos Indonésios constituem o fenómeno decisivo. Pouco depois do começo da era cristã atingiram a Micronésia, depois a Polinésia, encontrando povos de pele mais escura que permaneceriam envoltos em mistério, tocaram as margens orientais de Madagáscar e da África. Os móveis que impeliram pequenos grupos de homens a subir em barcos duplos, as suas pirogas ou jangadas de velas e esteira são desconhecidos. A sua ciência da navegação permitiu-lhes desafiar todos os obstáculos. Avançaram sempre para mais longe na direcção do Levante, de ilhas para recifes, e chegaram provavelmente ao litoral da América do Sul.

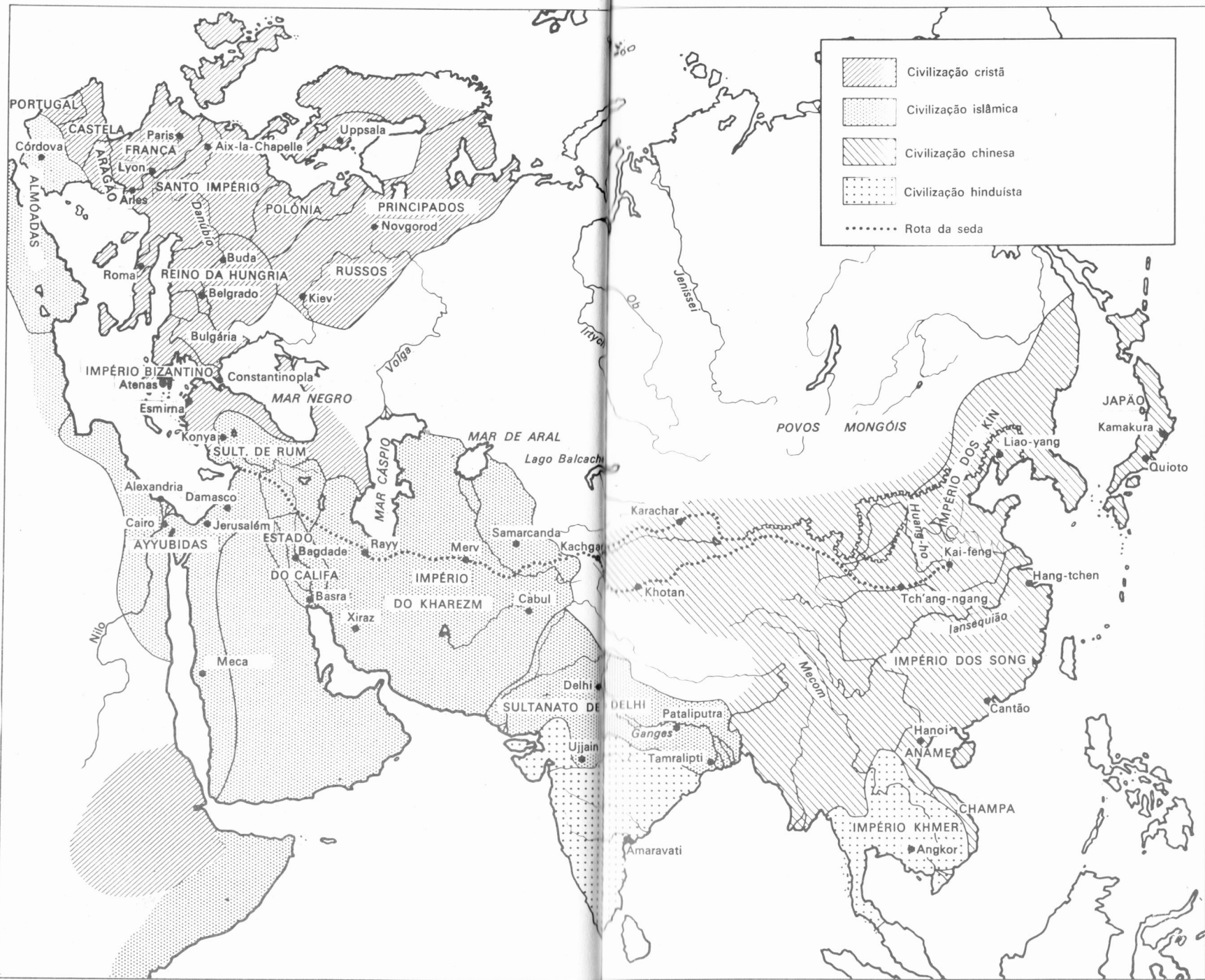
O que se entrevê de Madagáscar nos séculos XII e XIII adquire um pouco de exactidão. A grande ilha recebera, nos séculos anteriores, indonésios que foram sem dúvida os seus primeiros ocupantes e que para lá levaram os seus usos e dialectos. Inclina-mo-nos para a hipótese de que certo número destes imigrantes — talvez uma segunda vaga — passou pela África oriental, onde se misturou com indianos, árabes e negros; introduziu a cultura do milho-miúdo e do feijão, a da cana-de-açúcar, crê-se, e a criação de bovinos; a sua civilização compósita, denominada swahili, reinou nas ilhotas e em redor das feitorias, onde os comerciantes do oceano Índico reuniam o ouro, o marfim, o âmbar-gris e os escravos. Os sultanatos árabes ensinaram-lhes a organização política; assim, segundo a tradição, Ramakararo, o filho Alimboazari, parentes e descendentes teriam estabelecido domínios a partir dos meados do século XII. A influência muçulmana teria podido impor-se; mas nada aconteceu: os recursos locais não interessavam aos comerciantes árabes e os elos com a África comerciante do Leste foram frágeis. Na Indonésia, o povo malgache formou-se nestas condições. Estava acantonado então no Norte e no Leste da ilha; no decurso do século XIII, começou a colonizar o planalto central.

QUINTA PARTE

O TEMPO DA CONQUISTA MONGOL

Por mais que se recue na história dos povos, entrevê-se o movimento dos nómadas, saindo do interior da Eurásia, de climas secos e contrastados, para atacar os impérios sedentários. Depois do século III antes da era cristã, só na região da alta Mongólia, onde está situado o lago Baical e onde nascem os rios siberianos, tinham-se sucedido os Hiong-Nu, os Sien-Pei, os Juan-Juan, os T'u-Kiue, os Uigures, os Kirghizes, os K'i-Tan, que se lançaram em seguida sobre a China ou sobre os oásis da Ásia central. Nenhum ciclone, todavia, se desencadeou com tal força, rapidez, amplitude, como aquele que, formado nos começos do século XIII, atingiu tanto as extremidades orientais do continente como as planícies da Europa. Um império de nómadas impôs-se, em três quartos de século, da China ao Iraque e à Ucrânia. Quase todo o velho mundo sucumbiu perante a hegemonia dos Mongóis.

Nesta mesma época, a Europa cristã foi enobrecida pela Universidade de Paris, pelas catedrais góticas, por São Luís. Ela não parecia pesar muito no caso de a imensa potência empreender a sua absorção.



I

A AVENTURA MONGOL

Os Mongóis e a Alta Ásia

Textos da época dos Tang assinalam uma tribo Mong-Wu, que fazia vida nómada entre os Che-Wei, a oeste do Grande Khingan setentrional; deve-se reconhecer aí, provavelmente, a origem do nome dos Mongóis. A família das tribos mongóis, embora lendas tardias lhes tenham dado uma origem comum, e a língua se tenha progressivamente diferenciado, não parece ter sido claramente individualizada; os elos com as tribos turcas, que viviam na mesma região, suscitaram todas as espécies de fusões e discute-se para saber se se deve relacionar esta ou aquela tribo com um ou outro grupo. A principal fonte de informações, a *História Secreta*, foi redigida apenas em 1241 na Mongólia.

Isolados do mundo chinês pelo imenso deserto do Gobi, obrigados a percorrer terras altas recortadas por cadeias de montanhas, varridas por um vento gelado durante o Inverno e tornadas áridas e ardentes pelo calor de Verão, os Mongóis tiravam da floresta e da estepe a sua subsistência. Nas tribos estabelecidas através das regiões arborizadas que rodeiam o lago Baical, a criação de gado tinha apenas um lugar secundário, após a caça praticada durante todo o ano para fornecer as carnes e as peles, e a pesca. Os homens sabiam lançar-se através da neve ou do gelo com raquetas de madeira ou patins de osso polido. As cabanas eram feitas de ramaria recoberta por cascas de bétula. Foi sem dúvida uma antiga familiaridade com a floresta que deu aos Mongóis a sua habilidade de ferreiros e de carpinteiros. Os pastores não ignoravam nem a pesca nem a caça, mas a sua existência era



orientada pela transumância do gado, ao longo de itinerários que o costume fixava; as tendas redondas, de feltro negro ou de lã, montadas sobre varas, eram transportadas já preparadas em carros de bois, que as mulheres guiavam; crianças, animais jovens, utensílios, estavam amontoados em cima. Os cavaleiros escoltavam os rebanhos, o gado, misturando-se os camelos com os bois, as vacas com as ovelhas, os carneiros com os bodes e os garanhões. A carne, que sabiam conservar congelada durante o longo período frio, o leite que podia ser secado e reduzido a pó, constituíam a base da alimentação.

Afeitos pelo clima, habituados a suportar a fome, os Mongóis eram de uma resistência excepcional. Fazendo corpo com as suas montadas, contentavam-se com alguns goles de leite de burra fermentado, abasteciam-se de frutos selvagens e de caça, eram capazes de percorrer longas distâncias com surpreendente velocidade. Estes homens de estatura baixa, em quem um topete de cabelos e de tranças ultrapassavam o gorro, exercitavam-se a surpreender o adversário, a turbilhonar em redor dele, a carregar ou a simular a fuga, lançando sempre uma nuvem de flechas de pontas de ferro. Se foi possível que alguns centros agrícolas se tivessem desenvolvido na Mongólia no século XI, não restava nada no século XII. A escrita, bem como o dinheiro, era desconhecida. Prevalencia o nomadismo selvagem.

O clã reunia as famílias que supunham ter um antepassado comum. Era uma comunidade sólida com o seu património, o seu *ulus*. Os homens procuravam as esposas fora do clã; ou negociavam o casamento, podendo os jovens ser colocados na família das noivas até à cerimónia, ou então procediam a raptos que podiam dar início a intermináveis represálias. A esposa principal era rodeada de consideração e susceptível de desempenhar um papel importante se o esposo morresse prematuramente. Cada mulher tinha direito a tenda própria; as crianças eram criadas todas juntas.

Parece que as tribos pastoris conheceram uma organização social mais hierarquizada que as das florestas. Eram dominadas por algumas grandes famílias, que impunham serviços e rendas aos homens comuns e tinham escravos. Esta aristocracia possuía rebanhês, partilhava entre si as pastagens e rodeava-se de guerreiros, geralmente provenientes de clãs vizinhos. Os companheiros tinham a liberdade de romper os seus laços. Outras formas de amizade podiam unir por juramento membros de clãs diferentes. Acontecia que uma tribo vencida era obrigada a servir colectivamente a tribo vitoriosa, a cuidar dos seus animais e a prestar-lhe auxílio na guerra.

Os Mongóis, como os outros nómadas da alta Ásia, professavam crenças religiosas rudimentares. Consideravam montanhas,

lagos, florestas como lugares sagrados. Adoravam o céu divinizado, Tangri; pensavam que cada homem tinha a sua divindade inspiradora. O culto honrava o fogo, sobre o qual velava a rapariga mais jovem da família, os antepassados representados pelas efígies de feltro e em honra dos quais havia repastos e se celebravam sacrifícios, o génio do clã, presente no campo sob a forma de um alto mastro em que flutuavam as crinas de garanhões e de iaques, associado às deslocações e aos combates graças a um estandarte ornado da mesma maneira. Os sacerdotes ou xamãs examinavam as omoplatas dos carneiros assados, interpretavam os presságios, faziam feitiço, comunicavam as vontades dos mortos. As suas funções não ultrapassavam de modo algum as de feiticeiros, mas tornavam-nos temidos.

Entre os Mongóis das florestas, os xamãs exerciam uma autoridade de dirigentes. Porém, nas tribos pastoris eram os chefes de família que se reuniam em conselho para confiar a um deles um poder superior: a escolha era sempre temporária, motivada por um empreendimento importante. As grandes personagens eram inumadas no meio de pedras que evocavam os inimigos mortos; cavalos, escravos, mulheres, eram sacrificados nos seus túmulos. Os clãs opunham-se; as famílias vigiavam-se, preparadas para se apoderarem dos bens daquelas dentre elas que a desapareição prematura do pai desorganizava.

Houve, por parte do grupo de mongóis propriamente dito, que viviam nos vales do alto Kerulen e de Onon, algumas tentativas de unificação sob a direcção de um rei ou khan. Quatro personagens da mesma família parece terem usado este título na primeira metade do século XII. Empreenderam incursões de devastação contra os Kin, que se tinham instalado cerca desta época no Nordeste da China: arrancaram-lhes um tributo de animais e de cereais. Mas não deixaram de ser incomodados pela hostilidade dos Tártaros, talvez de origem turca embora falassem uma língua mongol. A coligação de uns e de outros pôs fim à realeza cerca de 1161.

Yesugei, o pai de Gengiscão, teria sido sobrinho deste último rei. O que se sabe dele corresponde à vida de qualquer chefe de uma família influente: o seu clã era o dos Bordigon; foi buscar a esposa aos Merkites; prestou auxílio a Toghril, chefe dos Kereites, bateu-se contra os Tártaros, um dos chefes dos quais matou, Temudjin, embora tivesse dado este nome ao filho mais velho, nascido cerca de 1167 nas orlas de Onon. Casou o rapaz, que ainda não tinha nove anos, com a filha de um chefe Qonggirat e deixou-o na família da sua prometida; mas, no regresso, foi envenenado por tártaros que lhe ofereceram um repasto. Teve pelo menos seis filhos, quatro dos quais da primeira mulher.

O jovem Temudjin foi para a companhia da mãe. Apesar da sua energia, desapossaram-nos dos seus rebanhos, tendo por isso de procurar refúgio nas montanhas. O pequeno grupo viveu da caça e da pesca. Os Tayitchiutes, que procuraram assegurar-se da preponderância entre as tribos mongóis acharam ainda perigoso o bando bravio e famélico dos descendentes de Yesugei; capturaram Temudjin, mas este conseguiu fugir. Conseguiu desposar Borte, a sua noiva qonggirat, mas os Merkites arrebataram-na para se vingarem do rapto a que procedera outrora Yesugei. Temudjin recorreu ao Kereite Toghril, que apoiara o pai, e a um jovem mongol ao qual se ligara por juramento, Djemuqa. Conseguiu reaver a mulher, que deu em breve à luz um filho. Audácia e astúcia fizeram aumentar a sua autoridade. Cerca de 1196, apesar da oposição de Djemuqa e dos seus partidários, foi proclamado Tchinggis khan — «Príncipe oceânico» —, que deu origem a Gengiscão.

O novo reagrupamento mongol que se iniciou estava rodeado de ameaças. As tribos turcas pareciam mais fortes, com a vantagem de ter tido contactos com civilizações mais avançadas. os Kereites consideraram Gengiscão como um protegido; tinham recebido o cristianismo nestoriano cerca do ano 1000. Para oeste, até ao Altai, os Maimans levavam uma existência nómada, tocados também pela propaganda nestoriana. Os Kirghizes tinham sido repelidos no Norte. No Leste, mantinha-se outra família de povos, esta de raça tunguse.



151

151. Mongóis. Colecção da Casa Imperial do Japão. Foto Larousse.

Todavia, para lá do deserto do Gobi, tribos pertencentes aos mesmos grupos étnicos tinham imposto o seu domínio a populações sedentárias: eram um exemplo e um objecto de inveja para os seus congéneres. Tunguses eram os Djurtchetes que haviam implantado a dinastia kin no Nordeste chinês, enquanto os Si-Hia tinham descido das suas planuras tibetanas. Os Turcos uigures, que controlavam os oásis a nordeste do Tarim, tinham sido tocados pelo budismo e pelo nestorianismo. Foram Mongóis, enfim, os Kitay negros ou Kara Kitay que, depois de dominarem o Norte da China e de se enriquecerem com a sua civilização, conseguiram, uma vez expulsos devido à invasão dos Djurtchetes, reconstituir um império que se estendia do lago Balcache a Kachgaria, do Altai aos desfiladeiros que ameaçavam a Transoxiânia, ligada ao sultanato dos turcos kharezmianos.

Gengiscão e a fundação do império mongol

Gengiscão só ao fim de dez anos conseguiu formar um império da estepe. É uma história confusa, embelezada mais tarde pela lenda, pondo em jogo ásperas rivalidades, desconfianças ancestrais, ritmadas por cavalgadas e fugas, esmaltada de intervenções mágicas como a dos xamãs naimans que desencadearam uma tempestade de neve mas não conseguiram impedir que o seu próprio povo fosse vítima dela. Gengiscão, gravemente ferido, encontrou-se diversas vezes em situações críticas. Os Kin aliaram-se aos Kereites e a ele para enfraquecer os Tártaros; Toghril adquiriu com isso o título de Ong-khan — o khan rei —, e Gengiscão, sempre em retirada, um título honorífico chinês mais modesto. Os sucessos do filho de Yesugei provocaram reacções hostis. O seu amigo fraternal, Djemuqa, era o principal opositor: apoiado talvez por classes sociais diferentes das das grandes famílias tradicionais, foi escolhido como gur-khan ou khan universal em 1201 por diversos clãs mongóis e por uma coligação de tribos. Mas Gengiscão venceu. Nos anos seguintes, derrotou definitivamente os Tártaros, mandando exterminar todos os homens; castigou o Ong-khan Toghril, que o traía, e fez-se reconhecer como chefe pelos Kereites; subjugou os Naimanes, os Merkites. Ofereceu a vida a Djemuqa, que caíra nas suas mãos, mas o antigo amigo recusou-a e preferiu ser executado. Na grande assembleia de 1206, um xamã declarou que Temudjin era o enviado do Eterno Céu Azul; o título de «Gengiscão» foi renovado por um concurso de chefes de tribos bem mais imponente do que o de 1196. Pouco depois, os Mongóis da floresta, os Oirates, os Kirghizes, os Uigures submeteram-se. Da bacia do Tarim à Manchúria setentrional os nómadas obedeceram a um mesmo chefe.



152

Esta grande unidade só tinha possibilidade de durar se manifestasse a sua eficácia à custa das populações sedentárias. Foi no momento em que estes ataques começaram que a aventura de Gengiscão se inscreveu na história mundial. Mas isto com proporções diferentes relativamente àquilo que muitos outros conquistadores tinham feito no passado, devido à personalidade e às qualidades excepcionais de Gengiscão. Este soube evitar a contestação da sua autoridade, disciplinou as energias que lhe ofereciam os seus intrépidos cavaleiros, adaptou-se a métodos de civilização mais complexos. Mandou embora o xamã que o fizera proclamar; não admitiu nenhum intermediário entre ele e o céu divinizado; adoptou a divisa: «Um único sol no céu, um único soberano na Terra», influenciado talvez pela ideologia política chinesa e pela concepção de uma religião universal que os nestorianos tinham dado aos povos convertidos; escolheu o lugar de Caracórum, no Alto Orkhon, para aí fixar a sua capital. Organizou

152. Paisagem da Mongólia Exterior. Foto Roger-Viollet.

o exército em formações cuja importância era determinada pela multiplicação por dez do efectivo do grupo inferior; cada unidade importante foi confiada a parentes ou a companheiros dos mais experientes. Decidiu reunir os costumes mongóis e exigiu que os respeitassem. Compreendeu o interesse de uma administração mesmo rudimentar: manteve perto de si um letrado uigur que fora chanceler do rei naiman, e um escriba kereit, formado pela mesma cultura; ordenou que as suas ordens fossem transcritas em caracteres turcos uigures, derivados do siríaco e que os filhos aprendessem a escrever a sua língua natal nesta grafia, antes de os caracteres mongóis serem ordenados. Este esboço de organização fez aumentar sensivelmente a força dos Mongóis.

Os nómadas voltaram-se a princípio para os dois impérios bárbaros do Norte da China. Aproveitaram da aliança dos turcos ongut que viviam nas imediações da Grande Muralha. Após diversas incursões, os Si-Hia submeteram-se. Em 1211, numa assembleia onde figuravam os chefes dos Uigures e dos Qarluques, foi decidido atacar o reino dos Kin. A empresa mostrou-se difícil: os cavaleiros volteavam em vão em torno das cidades fortificadas.

O avanço foi ajudado por uma revolta interior e por dissensões à custa dos Kin. O rei aceitou, em 1214, entregar as suas riquezas; Gengiscão voltou à Mongólia. Por preocupação de segurança, o governo kin foi transferido de Pequim para K'ai-fong, ao sul do Huão-ho. Gengiscão aproveitou para ordenar em 1215 a tomada de Pequim, que três exércitos não tinham conseguido antes conquistar. A Coreia reconheceu-se protegida do soberano mongol.

A instalação na China teve grande importância para a sequência da história: embora o Estado dos Kin tivesse sido bárbaro na origem e o dos Song não tivesse de modo algum sido atingido ainda, os Mongóis descobriram uma prática da administração e do comércio, técnicas, como o uso da pólvora, que ignoravam. Um príncipe k'i-tan, que se aliara aos Djurtchetes e que Gengiscão resolveu inteligentemente manter ao seu serviço, adquiriu grande prestígio: conseguiu impedir a chacina dos camponeses ao mostrar os benefícios que os conquistadores teriam com o recebimento do imposto.

Gengiscão não se preocupou com a ocupação do Nordeste da China, pois resolveu intervir entre os Kara Kitay. O seu domínio esboroou-se: Uigures e Qarluques tinham-no abandonado pelo dos Mongóis; a perseguição dos muçulmanos pelo usurpador Kutchlug abalou-o mais ainda. Gengiscão, em 1218, enviou um exército que foi bem acolhido. Kutchlug foi alcançado e massacrado no Pamir.

A rápida conquista da bacia do Tarim pôs os Mongóis em contacto com o Estado muçulmano de Kharezm, que dominava

a Transoxiânia, o Afeganistão e grande parte do Irão. As informações divergem acerca das causas do conflito: uns sugerem um apelo do califa de Bagdade aos Mongóis para se desembaraçar dos fiéis incômodos; outros contam que uma caravana, carregada de mercadorias e conduzida por um representante de Gengiscão, foi destruída. A ofensiva foi decretada por vários exércitos sob a direcção do chefe mongol e dos seus primeiros quatro filhos, a partir de 1219. O Syr Daria foi atravessado, as grandes cidades de Bukhara e de Samarcanda caíram; atravessado por sua vez o Amu Daria, a Transoxiânia foi submersa em poucos meses. A cavalaria vitoriosa lançou-se, através do Khrurasan, em perseguição impetuosa do sultão Muhammad, que se conseguiu refugiar numa ilhota do mr Cáspio, onde morreu de exaustão nos fins do ano 1220.

Continuando o seu avanço, os generais mongóis precipitaram-se sobre o Azerbaijão, atravessaram a Geórgia, cavalgaram através das cadeias do Cáucaso até às estepes do Sul da Rússia: dispersaram as tribos nómadas, bateram os turcos kiptchakes, destruíram um exército tardiamente reunido pelos príncipes russos nas margens do Kalka, rio que desagua no mar de Azov (1223), pilharam entrepostos genoveses da Crimeia e, depois de terem vencido os Búlgaros estacionados no baixo Volga, juntaram o grosso das forças mongóis em 1224, a norte de Syr Daria.

Enquanto decorria esta cavalgada que ensinara aos Mongóis o caminho da Europa, Gengiscão procedera à conquista impiedosa da antiga região kharezmiana, do Irão setentrional e do Afeganistão. A rapidez das operações explica-se não só pela mobilidade dos vencedores mas também pelo cuidado que tiveram em acolher nas suas fileiras turcos que sentiam mais afinidades com eles do que com os Iranianos. Muito recente, o poder do sultão kharezmiano não estava solidamente implantado. Não restou outro recurso a um filho de Muhammad, que tentava dirigir a resistência, do que procurar asilo para lá do Indo. O soberano mongol mandou lugares-tenentes e muçulmanos aliados organizar o enorme país subjogado. As perdas eram assustadoras; se os invasores tivessem sabido servir-se do fogo, de arietes, de catapultas para assaltar as cidades, não teriam hesitado em fazer avançar diante deles os seus prisioneiros para se protegerem. Tinham massacrado populações de cidades que lhes haviam resistido. Tinham destruído sistemas de irrigação. A prosperidade da Transoxiânia, as obras que haviam atenuado o rigor natural do Khurasan e do Afeganistão e que tinham sido danificadas pelos Kharezmianos, foram gravemente atingidas.

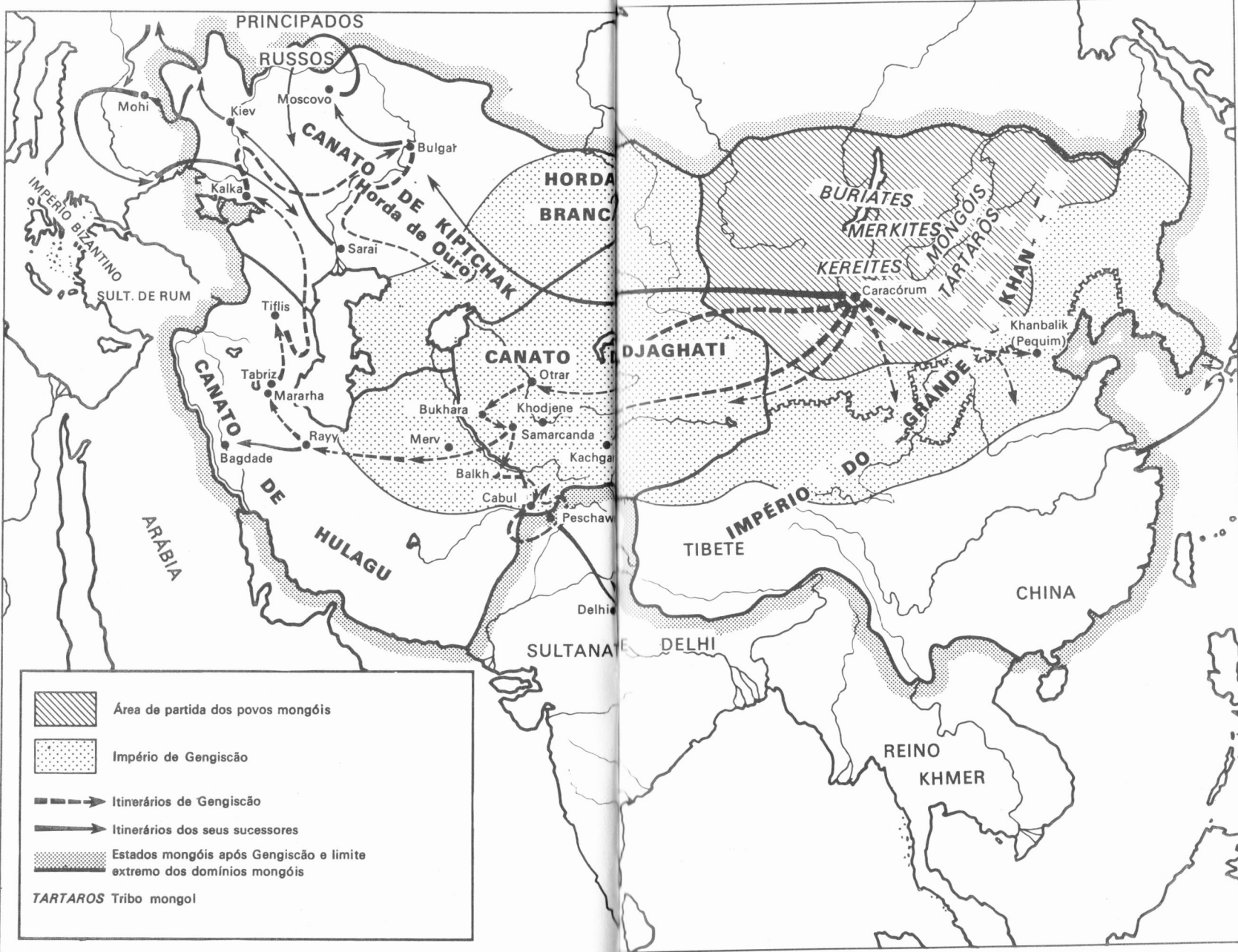
Gengiscão passara o Inverno de 1222-1223 na Transoxiânia; depois, voltou lentamente à Mongólia, onde chegou em 1225. Devia castigar os Si-Hia, que, apesar dos seus compromissos, não

lhe tinham fornecido contingentes. Iniciou uma nova expedição. A idade, a doença, preocupavam-no: do Afeganistão, onde se encontrava, fizera vir da China um monge taoísta para lhe pedir a receita da droga da imortalidade. Durante o Verão de 1227, enquanto submetia os Si-Hia, morreu. A *Historia Secreta* quer que a capitulação da capital inimiga lhe tenha sido comunicada quando havia já expirado; o rei e a população haviam sido massacrados para obedecer à sua última vontade. Teria dito aos filhos: «Conquistei para vós um império tão vasto que, do centro às extremidades, há um ano de caminho.»

A extensão do império sob os sucessores de Gengiscão

Gengiscão previra a repartição dos territórios da estepe que conquistara para o seu povo entre os quatro filhos que Borté lhe dera; decidira estabelecer um património para cada um deles: ao mais velho, Djutchi, destinara a zona mais ocidental, mas como Djutchi morreu pouco antes do pai, foram os filhos que receberam a sua parte. A Djaghatai coube o antigo domínio dos Kara Kitay ao sul do lago Balcache, enquanto Ogoday tinha possessões ao norte, até ao Altai. O mais novo, Tuli, que mantinha o fogo do clã, conservou o país mongol. Não era em nada uma fragmentação em domínios independentes; a coesão devia ser salvaguardada pela eleição de um único chefe supremo: foi Ogoday que uma grande assembleia reunida nas margens do Keulen em 1229 designou, sem dúvida devido às intenções do pai; tomou o título de Hhaghan. Foi incumbido de administrar as regiões conquistadas e povoadas por sedentários e de fazer beneficiar delas os nómadas vitoriosos.

O avanço extraordinário, devastador, mas demasiado rápido dos Mongóis não tivera como objectivo, por todo o lado, o domínio do terreno e a submissão indiscutível dos poderes locais. Foram necessárias operações de polícia, que degeneraram em novas conquistas, cada vez mais longínquas. Para o Sudoeste, nenhuma guarnição fora mantida para lá do Khurasan; o filho do sultão Muhammad, Djalai al-Din, saíra do seu refúgio indiano e apoderara-se de quase todo o Irão; parecia querer, no lado do Azerbaijão e da Arménia, fundar um novo domínio kharezmiano. Os Mongóis fizeram-no voltar à razão em 1230-1231; cercado no país curdo, foi morto por um montanhês. Graças à estabilidade do comando que só foi exercido por dois homens em vinte e cinco anos, além de o Irão ser pacificado, foi organizado um grupo de Estados do lado do Cáucaso e da Anatólia: a Geórgia, o sultanato seljúcida de Rum, ameaçado até à sua capital de Konya em 1243, o reino cristão da Pequena Arménia na Cilícia reconheceram a sua dependência.



A CONQUISTA MONGOL NO TEMPO DE GENGISCÃO E DOS SEUS SUCESSORES

A leste, a Coreia, governada por uma dinastia nacional, e o Estado djurtchet, sujeito, empertigaram-se. Sob o pretexto de que um embaixador mongol tinha sido assassinado, a Coreia foi invadida em 1231; o rei retirou-se para as ilhotas do mar Amarelo, onde se manteve uma ficção de independência até 1257. Em 1231, igualmente, os Mongóis, após concluírem as operações de limpeza do Chen-si, aproximaram-se das fortalezas que protegiam o Honão. Para submeter o reino dos Kin, foi lançada uma dupla ofensiva: Ogoday decidiu forçar a passagem pelo vale do Huão-ho; Tuli, com a cumplicidade dos Song, que, sempre prontos a servir-se de nómadas, o deixaram atravessar o seu território, efectuou uma grande invasão pelo Sul. As forças djurtchetes foram esmagadas; a capital, K'ai-fong, resistiu até 1233; em Fevereiro seguinte, o último soberano kin suicidou-se.

A corte dos Song acreditou poder reclamar uma parte do Honão e sustentar a sua acção diplomática através de uma demonstração militar. Ogoday reuniu uma grande assembleia em 1235 a fim de decidir a guerra contra o império chinês. Três exércitos dirigiram-se para o vale médio do Iancheu na Primavera de 1236. Os Chineses opuseram viva resistência; mas os invasores não os deixaram ganhar alento: durante longos anos o Estado dos Song esteve mergulhado numa luta impiedosa que o esgotou.

Para oeste, Gengiscão atribuíra a Djutchi e à sua descendência, cujo principal representante era Batu, as estepes a norte do mar de Aral. Os Mongóis não ignoravam que esta zona, cujos espaços e cujos recursos correspondiam ao seu género de vida, se prolongava na direcção do baixo Volga e, mais adiante, para norte do mar Negro. Também os empreendimentos que aí se verificaram a partir de 1236 tiveram o ritmo de um movimento de conjunto do mundo nómada: todos os ramos da família de Gengiscão neles participaram e efectivos consideráveis foram lá lançados. Subutay, um dos chefes da expedição de 1222-1224, desempenhou um papel determinante. Talvez os Mongóis, cujos cálculos geográficos eram sumários, pensassem conquistar a Europa.

Enquanto os objectivos Kiptchak ou Polovtsi do Sul da Rússia eram subjugados, o grosso das forças dirigiu-se para norte, para o Estado búlgaro instalado em redor do confluente do Kama e do Volga; depois penetrou na grande floresta no meio da qual Riazan, Moscovo, Suzdal, Vladimir, Iaroslavl foram conquistadas. O ímpeto dos cavaleiros parecia irresistível. Porém, um degelo precoce impediu-os de alcançar Novgorod. Os Mongóis voltaram para sul; caracolaram na rica planície da Ucrânia e, nos fins de 1240, entraram em Kiev, que foi entregue à pilhagem. Quase sem oposição, prosseguiram o seu avanço até a Galícia, onde decidiram dividir-se em dois grupos. O primeiro atingiu Cracóvia, desceu o vale

do Oder até Breslau, pôs em debandada, em Abril de 1241, na região de Liegnitz, as tropas apressadamente reunidas pelo duque da Silésia, depois refluíu sobre a Morávia, sem dúvida para não se afastar demasiado do outro exército. Este atravessara os Cárpatos e vencera completamente o rei da Hungria no próprio momento em que os Polacos e os Alemães eram derrotados em Liegnitz.

Os Mongóis deram a impressão de se instalarem na planície de Tisza e do Danúbio; mostraram-se na Transilvânia, na Áustria, até às cercanias de Viena, na Croácia, onde perseguiram o soberano Bela IV até ao arquipélago dalmata, como se quisessem proteger pelo terror o sector onde tinham decidido acampar, pelo menos momentaneamente. Os príncipes cristãos do Ocidente, tardiamente alertados, mal informados, tinham começado a organizar a resistência quando a notícia da morte do khaghan, sobrevivida em Dezembro de 1241, levou os Mongóis a retirar-se a fim de regular a sucessão. Assolaram, pelo caminho, a Sérvia, a Bulgária, a Valáquia, a Moldávia. Batu contentou-se com conservar a faixa das estepes férteis que se estendiam ao norte do mar Negro, do Cáucaso e do Cáspio e que duplicava o território que o avô, Gengiscão, previra para o ramo primogénito da família; escolheu Saray, no Volga, como residência de Inverno. Assim começou a história do canato de Kiptchak ou da Horda de Ouro. A maior parte dos príncipes russos estavam sujeitos ao pagamento de tributo.

A regência, exercida pela principal viúva de Ogoday, Toregene, prolongou-se durante quatro anos, pois nenhuma regra determinava



153

153. Moeda da Horda de Ouro (Rússia meridional). Os Mongóis, com a preocupação de manter a actividade comercial, fizeram emissões de moedas. Paris, Cabinet des Médailles. Foto Giraudon.

a sucessão do grande canato, e Batu opôs-se vivamente ao filho mais velho de Ogoday, Guyuk. Sob uma rivalidade entre duas linhagens de Gengiscão e dois homens que se tinham insultado, chocavam-se talvez a fidelidade à tradição xamanista e um interesse crescente por formas mais evoluídas de cultura religiosa, no caso o cristianismo nestoriano. Quando do quriltai de 1246, onde figuraram os representantes dos países submetidos, Batu absteve-se de comparecer, sendo Guyuk proclamado khaghan. Um afrontamento parecia inevitável, mas Guyuk morreu na Primavera de 1248. Batu, que envelhecia, não disputou o grande canato, para si mesmo, mas quis fazê-lo passar da descendência de Ogoday para a de Tuli, o filho mais novo de Gengiscão. Conseguiu-o, não sem dificuldades. Duas assembleias, convocadas a seu pedido, em 1250-1251, designaram o filho primogénito de Tuli, Mangu. Este apressou-se a fazer desaparecer os seus adversários, não hesitando em ordenar o afogamento da viúva de Guyuk, que exercera a regência.

Tolerante para com as regiões, bom organizador, Mangu reatou a política de conquista. A sua atenção foi talvez atraída para o Médio Oriente pelo rei cristão da Pequena Arménia, que se lhe queixou das ameaças feitas pelos príncipes muçulmanos da Anatólia e da Síria. Nos começos de 1256, o irmão do khaghan, Hulagu, iniciou uma campanha; reduziu a resistência que a seita ismaelita dos Assassinos opunha nas montanhas e fez convergir três colunas sobre Bagdade. A guarnição turca não era segura. O califa fez tardiamente um pedido de negociações. A sua capital foi tomada em Fevereiro de 1258. Depois de ter indicado o esconderijo dos seus tesouros, o último chefe dos crentes da dinastia abássida foi sufocado sob um tapete; todos os membros da família foram perseguidos. Enquanto os sunitas eram dizimados, os xiitas e os cristãos eram poupados.

Esta atitude discriminatória valeu simpatias aos Mongóis entre as populações da Alta Mesopotâmia e da Síria. Após a desapareição de Djalal al-Din, última figura da dinastia kharezmiana, os sobreviventes dos seus bandos tinham-se reagrupado nestas regiões e oferecido o seu concurso aos emires que travavam lutas sem quartel; em 1244, tinham penetrado em Jerusalém e ajudado o sultão do Egipto a vencer a cavalaria franca do pequeno rei latino. O príncipe ayyubida de Alepo, al-Nasir Yusuf, descendente de Saladino, conseguiu por fim dispersá-los em 1246. Impôs a sua autoridade a quase toda a Síria e supôs-se suficientemente forte para recusar a fidelidade que Hulagu lhe reclamou. A resposta foi pronta: a Mesopotâmia foi invadida, Alepo e Damasco conquistadas em 1260.

A outro dos seus irmãos, Kubilay, confiara Mangu a continuação das operações contra a China. Como tivesse sido detido na frente do Iancheu, concebeu Kubilay um enorme movimento giratório: a partir de 1253, atravessou a China ocidental até ao Yung-nan e mesmo ao Tonquim. Espicaçado por este sucesso o próprio Mangu decidiu tomar o comando da ofensiva final: três exércitos foram concentrados no Iancheu; outro, saindo do Yun-nan, devia juntar-se-lhes, atingindo as forças dos Song pela retaguarda. Ao assediar uma praça de Sseu-tchuan Mangu morreu subitamente de disenteria em Agosto de 1259. A guerra foi suspensa.

A crise de sucessão logo iniciada foi muito grave. Kubilay e o irmão mais novo, Ariq-Boge, fizeram-se ambos aclamar khaghan pelos seus exércitos, um no Norte da China e o outro em Caracórum, sem esperarem que uma assembleia se pronunciasse. O clã de Gengiscão dividiu-se: Hulagu apoiou Kubilay; os descendentes de Ogoday, de Djaghatai e de Djutci pronunciaram-se por Ariq-Boge. Esboçou-se a divisão entre os domínios mongóis das estepes e os dos velhos países de civilizações sedentárias. Ariq-Boge, cujas brutalidades indispuseram os próprios fiéis, cedeu finalmente à pressão dos irmãos em 1264.

Kubilay, khan supremo, pôde reiniciar a conquista da China em 1268 e terminá-la em 1279 quando desapareceram os três últimos filhos menores que defendiam a honra dos Song. Mandou construir perto de Pequim uma nova capital que foi denominada «a cidade do khan», Khanbalik. A Mongólia, berço da espantosa aventura, tornou-se apenas um anexo da China. Hulagu aceitou ser reconhecido apenas como ilkhan ou soberano regional. As dificuldades familiares tinham-no desviado da conquista da Síria; o seu exército foi aniquilado em 1260 pelos Egípcios, cujo corpo de exército principal era constituído por escravos turcos, os mamelucos; o chefe destes últimos, Baybars, tomou o poder, descobriu um pretenso parente dos Abássidas, a quem deu o título de califa, e fez-se reconhecer sultão do Egipto, da Síria e da Arábia.

O malogro de Hulagu deveu-se parcialmente ao primo, Baraka, sucessor de Batu no Kiptchak. Baraka tornara-se muçulmano. Após a tomada de Bagdade ordenou aos seus contingentes que tinham participado na operação que alcançassem o Egipto. Ele mesmo atacou as tropas de Hulagu que defendiam o Cáucaso. Aliou-se com os mamelucos, garantiu-lhes o recrutamento de escravos nas margens do mar Negro e aceitou mesmo colocar-se na dependência do califa instalado no Cairo. Embora esta superioridade fosse teórica, era a primeira vez que os Mongóis admitiam tal. O Kiptchak rompeu a comunidade dos domínios mongóis. Cultivou também as divisões ao apoiar um neto de Ogoday, Qaidu, que em 1266, se tornou senhor da maior parte do Turquestão e

da Transoxiânia ao submeter os descendentes de Djaghatai. Este canato da Ásia central cortou as comunicações entre o império sino-mongol de Kubilay e o canato uraniano de Hulagu. Qaidu tornou-se paladino das tradições do seu povo e contestou longamente a preeminência de Kubilay. Eis as linhas de força segundo as quais, após 1260, a divisão preponderou no império mongol.

II

O IMPÉRIO MONGOL E OS VIZINHOS

Organização do império

Até 1259, a unidade do império foi mantida, pelo menos teoricamente. O império era propriedade do clã de Gengiscão e obedecia a um chefe único. Os membros do clã encaminhavam-se para Caracórum, por mais longe que se encontrassem, quando tomavam conhecimento de que a sucessão estava aberta. Passavam-se meses antes que o quriltai se pudesse reunir. Quando o khaghan era designado, todos os participantes tiravam os gorros, lançavam os cintos sobre os ombros e prosternavam-se nove vezes diante do eleito, que tomava lugar num trono de ouro. A hierarquia dos homens e dos bens pertencia ao imperador; ele aproveitava do serviço dos guerreiros.

Cada príncipe imperial tinha direito a uma espécie de dotação composta de territórios, de populações, de rendas; embora estas atribuições não tivessem sido necessariamente agrupadas na mesma região e o soberano conservasse a possibilidade de as reduzir ou suprimir, estiveram na origem de diversas dominações mongóis, desde a partilha que se seguiu à morte de Gengiscão. Com proeminência entre a multidão de homens livres, os nobres ou noyat recebiam igualmente um patrimônio, menos importante mas da mesma natureza; quer dependessem directamente do imperador ou de um membro da família, exigiam corveias e rendas aos seus homens; conduziam os contingentes militares; exerciam a justiça. O seu poder estava sujeito ao bem querer do soberano que podia, quando quisesse, privá-los da sua fortuna e das suas responsabilidades: assim solicitaram a imperadores sucessivos cartas de investidura, títulos honoríficos, documentos que atestavam a sua qualidade. O khan supremo e os diferentes príncipes mantinham a

fidelidade indispensável por meio de presentes, entre os quais os cavalos eram particularmente apreciados.

O principal objectivo do sistema era dispor de um exército facilmente mobilizável. Todos os homens adstritos ao serviço das armas sabiam a que unidade pertenciam e qual o chefe que os comandava. O seu ardor era estimulado pelo uso que lhes permitia conservar o saque conseguido individualmente. É provável que a caça, indispensável para a subsistência dos nómadas, tivesse o ritmo de grandes manobras nas quais os participantes tinham já destinados os seus lugares de combate. Um contingente era tirado de cada divisão militar para compor a guarda imperial; os filhos dos noyats eram escolhidos de preferência. Este corpo de *élite* assegurava uma vigilância permanente, destacando milhares dos seus para preceder o exército em marcha. Era o próprio imperador que determinava os castigos, cuja gama se estendia da deportação à morte.

Os números propostos pelos contemporâneos para avaliar os efectivos que os Mongóis puseram em movimento são com certeza exagerados. Mas é certo que os conquistadores foram seguidos pelos Turcos, habituados ao mesmo género de vida, e pelos vencidos, utilizados devido à sua competência técnica ou ao apoio que os soldados de infantaria eram capazes de dar aos cavaleiros.

O costume ou yassaq impunha uma disciplina severa. As suas disposições traduziam as necessidades morais e sociais de um povo nómada: a obediência, a repressão do roubo e da receptação, a garantia do papel desempenhado pela mulher, guardiã da tenda e das provisões, educadora das crianças. Mas esta legislação não era mais capaz que a organização de um exército em pé de guerra permanente de governar um império. Gengiscão compreendera-o e os seus sucessores completaram a sua obra.

Caracórum, escolhida pela sua situação no país ancestral, recebeu uma muralha cerca de 1235; instalações permanentes foram aí criadas; santuários eram consagrados aos diferentes cultos que havia no império; mercadores e artesãos fixaram-se lá. A chancelaria, que adoptou o uigur como idioma das actas, acrescentou em breve às suas repartições uigur e chinês das repartições tangutes e persas, povoadas por escribas instruídos nestas diversas culturas. Os territórios conquistados foram divididos em circunscrições, sendo as dez primeiras as do Norte da China. Exigiu-se rendas a todos os subditos, cereais, artigos de seda ou somas em dinheiro aos sedentários, cabeças de gado aos pastores. Comissários velavam pela colecta dos impostos. Outros impostos incidiam sobre as mercadorias que as caravanas traziam.

A rapidez nas transmissões era um elemento capital da eficiência do governo. Um serviço de muda e de correios, esboçado

por Gengiscão, foi pouco a pouco organizado. Nas etapas, regularmente espaçadas, condutores, cavalos e abastecimento estavam sempre preparados; cabia aos chefes de família de posses da região fornecer as montadas e as provisões. Os milhares de cavaleiros das pequenas estações de muda pareciam formigas circulando em direcção das cidades importantes e da capital. Este pessoal, em grande parte recrutado no local, estava isento de impostos. Nas zonas desérticas, foram escavados poços. Admirou-se justamente esta rede de comunicações; não se sabe bem, todavia, como funcionou realmente. O seu valor dependia da segurança e da colaboração das populações submetidas. O renome de crueldade ligado aos Mongóis gerou uma paz de terror; enquanto durou, foram adquiridos os concursos indispensáveis.

Consequências das conquistas

O comércio aproveitou da amplitude da conquista. Esta, estendendo-se da Ásia central, onde era exercida a autoridade dos Uigures e dos Kara Kitay, permitiu a reabertura das antigas rotas da seda. A Mongólia permaneceu afastada; com efeito, as vitórias sobre os Si-Hia asseguraram a continuidade do itinerário normal pelo Noroeste da China. Mercadores muçulmanos não tardaram a mostrar-se no Extremo Oriente e a dedicar-se a um frutuoso tráfego entre os Mongóis e o povo chinês, sujeito a esmagadoras exigências. Para oeste, a circulação chegava ao Irão e às margens do mar Negro: aqui, foram os entrepostos venezianos e genoveses que saíram da letargia e se animaram a ponto de animar os Italianos a estabelecer-se na Pérsia e a aventurar-se também nos caminhos da Ásia interior. Foi cunhada uma moeda em nome do khaghan. Em 1236, Ogoday começou a fazer estampar notas em casca negra de amoreira, cuja circulação foi tornada obrigatória por todo o lado.

As primeiras trocas artísticas foram provocadas pelas práticas dos conquistadores, arrebatando coisas preciosas, dando o seu beneplácito aos técnicos cuja habilidade era útil ou prestigiosa. Objectos de todas as proveniências, artesão de todas as origens confundiram-se. Depois, compras, encomendas, envios de presentes e, da parte dos fabricantes e dos mercadores, a esperança do lucro instauraram contactos regulares. Caracórum teve uma população cosmopolita de operários de arte. As relações provaram-se particularmente fecundas quando a dominação persa englobou a Pérsia e a China; a primeira transmitiu à segunda os seus tapetes, as suas armaduras, as suas técnicas de esmalte, a decoração

dos seus vasos; ao invés, Hulagu acolheu ceramistas e miniaturistas cuja maneira foi doravante sensível na produção iraniana.

Foi no domínio religioso que o advento do império mongol pareceu abrir caminho às transformações mais importantes. As crenças e os ritos rudimentares do xamanismo confrontaram-se com as teologias, as sagesas, os cultos singularmente mais evoluídos do budismo, do taoísmo, do islão, do maniqueísmo, do judaísmo e do cristianismo. Este último tinha a vantagem de se ter difundido numa parte das tribos nômadas da alta Ásia sob a forma do nestorianismo. Esta tese cristã, que sustentava que em Jesus, homem perfeito, a divindade não podia ser apresentada toda inteira, fora condenada no concílio de Éfeso de 431, mas conservara os seus adeptos da Pérsia, que tinham recusado inclinar-se perante o imperialismo doutrinal dos Bizantinos. As igrejas dissidentes tinham-se organizado em torno de um patriarca ou *catholicos*, que residiu primeiro em Selêucia-Ctesifonte, depois em Bagdade; graças à tolerância dos califas, tinham adquirido real influência chegando, por intermédio dos monges e dos comerciantes, à Índia, e, através da Ásia central, à China; os T'ang haviam detido esta difusão no século IX, mas os progressos tinham sido consolidados no Turquestão e no Oeste da Mongólia. Este cristianismo mistura-se com elementos autóctones, mas a possibilidade de uma conversão dos khans, que talvez arrastasse por via autoritária a dos seus povos, como era uso corrente, poderia modificar sensivelmente a carta das religiões da Ásia.

Os nestorianos exerceram importantes funções. Várias esposas de khans pertenceram à sua confissão. O kereit Tchinqai dirigiu a chancelaria dos três primeiros soberanos. Novas igrejas foram fundadas à medida que prosseguiram as conquistas e uma metrópole foi mesmo instalada em Pequim em 1275. Faltou a ligação decisiva. Apercebe-se nas duas primeiras gerações de descendentes de Gengiscão, as do fundador e de Ogoday, um apego profundo às velhas práticas xamanistas, à adoração do Céu, de que o chefe vitorioso é o servidor privilegiado na Terra; as outras religiões pareciam bem adequadas para completar a gama das receitas mágicas; elevado à categoria de génio protector, o próprio Gengiscão beneficiou do culto. Depois, após o reinado demasiado breve de Guyuk, que pareceu nitidamente favorecer os cristãos, a tolerância, que traduzia simplesmente a indiferença, prevaleceu a partir de Mangu. Todas as famílias religiosas do império foram representadas em Caracórum, rivalizando em zelo para atrair as bênçãos dos seus deuses sobre o khaghan que não sentia repugnância em ir aos seus templos. Os monges de todas as proveniências estavam isentos de impostos. Embora os nestorianos ocupassem sólidas posições, o budismo passou a ser cada vez mais considerado.

Em 1256, depois de uma confrontação profunda, as teses budistas foram agregadas e as dos taoístas condenadas. Kubilay acentuou esta tendência apesar da desafeição de que o budismo sofria na China. Talvez pensasse renová-lo através das influências cingalesas. O irmão Hulagu seguiu uma tendência semelhante, embora o Irão não tivesse sido influenciado pelo budismo a que seu filho, Abaqa, aderiu por fim. Ao invés, o canato de Kiptchak, depois do de Baraka, abraçou o islão e integrou-se na civilização muçulmana do Médio Oriente, de que o Egito era o centro.

Em torno do império mongol, do Japão à Rússia, cerca dos meados do século XIII

Os Mongóis concebiam as relações internacionais como relações de dependência benéficas para si. Reconheceram sem dificuldade as ideias do imperador chinês ou do imperador bizantino. Todos os Estados vizinhos foram inelutavelmente atraídos para a sua órbita.

Quando a China lá entrou, as tensões sociais que a enfraqueciam desde há muito acentuaram-se ainda mais. Enquanto os ricos açambarcavam as terras, controlavam a administração e casavam as filhas com comerciantes estrangeiros, os camponeses e a pequena burguesia dos artesãos e dos lojistas sofriam com a inflação e com a alta de preços. Muitos agricultores, obrigados a pagar rendas esmagadoras ou a alugar-se, emigravam para as cidades e engrossavam as multidões dos pobres; algumas instituições de caridade revelaram-se de uma insuficiência irrisória. Foi tentada uma ousada correcção das injustiças nos meados do século XIII; consistiu em dividir as grandes propriedades para lá de determinada superfície e entregar a parte recuperada a exploradores que reservassem para o Estado rendimentos que chegassem para financiar a defesa do país. O sistema conheceu um começo de aplicação a sul de Nanquim; mas devido à enorme resistência dos grandes senhores rurais foi abandonado e o seu iniciador, Kia Sseu-tao, irmão de uma concubina imperial, executado. A miséria, a decepção dos pequenos acabaram por enfraquecer a resistência à invasão mongol. A alta sociedade, desejosa de conservar os seus bens, aliou-se muito facilmente. Os adversários encontraram uma oposição mais tenaz e mais subtil na viva renovação da antiga sageza confuciana e do taoísmo; foram encorajados a sustentar o budismo e a solicitar o

154. Mesquita de Chesmé Ayub, perto de Bukhara (século XII). A Transoxiânia estava profundamente islamizada. *Foto Boudot-Lamotte.*





155

apoio dos lamas tibetanos, certas seitas dos quais se tinham muito cedo entendido com Gengiscão a fim de consolidar a sua autoridade. O clã religioso, cujo chefe era Sa-Skya, obteve, cerca de 1247, uma espécie de direito de regência sobre o Tibete; foram necessárias algumas expedições mongóis para esmagar revoltas, mas a ocupação e a anexação não pareceram indispensáveis. O grande khan reclamou a entrega das grandes colecções sagradas tibetanas e encomendou a um monge um novo alfabeto, inspirado na grafia tibetana, para substituir oficialmente a escrita uigur, em 1269. Favoreceu a fundação de numerosos mosteiros na China, de maneira que o budismo conheceu uma nova floração.

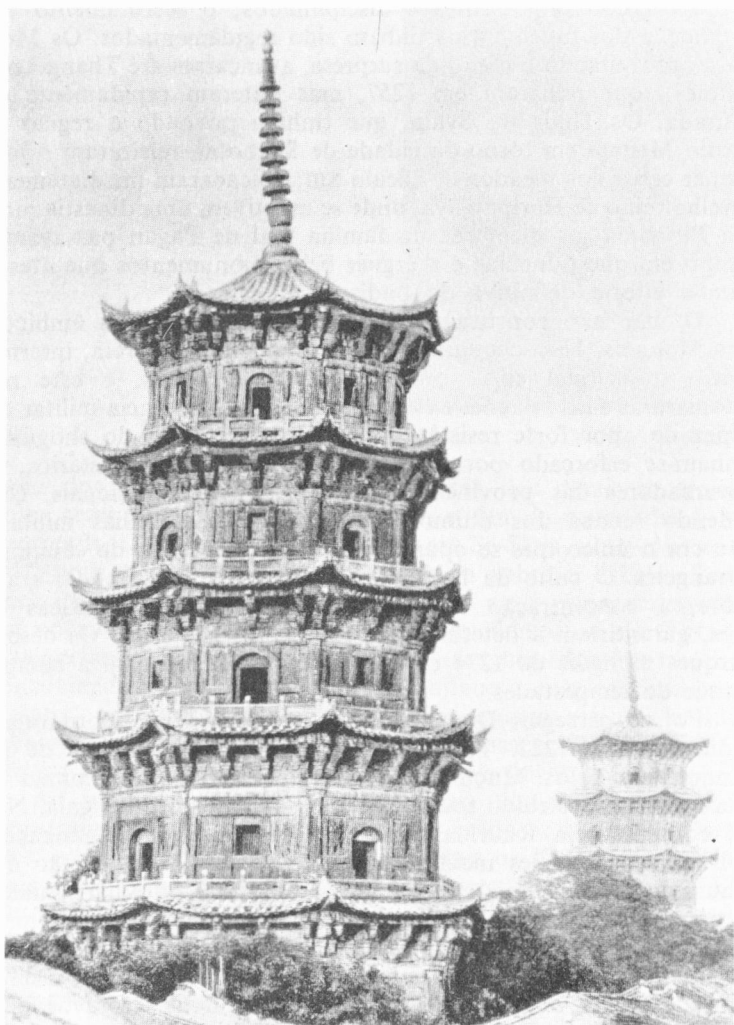
Ao tomarem posição, em 1253, no Yun-nan, os Mongóis encontraram-se em contacto com o mundo indochinês. Diante deles, estendia-se uma rede de vales, a que os Thais, no meio dos quais eles se estabeleceram, tinham começado a descer desde há muito tempo. A divisão da península não podia deixar de encorajar as suas pretensões. O grande império khmer não sobrevivera à morte de Jayavarman VII, cerca de 1218; ele abandonara o Champa, que recuperou a sua independência, e permitiu, para norte, que os principados thais se emancipassem. Os Chamas, devido às suas piratarías, eram periodicamente chamados a capítulo pelos Anamitas, que, sob a nova dinastia dos Tran, tinham o Estado

155. Baixo-relevo proveniente da cidadela de Konya (1221). Os Mongóis contentaram-se com deixar o sultanato de Rum num estado de dependência sem o anexar. Museu de Konya. Foto Boudot-Lamotte.

mais bem organizado da Indochina: a distribuição da água de irrigação, a protecção das zonas férteis exigiam uma administração e um exército importantes e disciplinados; o recrutamento e a promoção dos funcionários tinham sido regulamentados. Os Mongóis, aproveitando o efeito da surpresa, avançaram até Thang Long (Hanói), que pilharam em 1257, mas bateram rapidamente em retirada. Os Thais ou Syam, que tinham povoado a região do médio Menam em torno da cidade de Sukhotai, rejeitaram o jugo khmer cerca dos meados do século XIII; ameaçaram imediatamente o velho reino de Haripunjaya, onde se mantivera uma dinastia mon. Na Birmânia, os membros da família real de Pagan passavam o tempo em questiúnculas e a erguer belos monumentos que atestavam a vitória definitiva do budismo cingalês.

O mar não constituiu obstáculo que detivesse as ambições dos Mongóis. Não ocuparam eles rapidamente a Coreia, intermediário tradicional entre o continente e o Japão, e este não retomara as suas relações exteriores? Mas a aristocracia militar era capaz de opor forte resistência. Os Hojo, regentes do shogunat, tinham-se esforçado por ligar a si os grandes proprietários, os governadores das províncias e os guerreiros profissionais, concedendo rendas dos últimos. O interesse das famílias militares não era o único que se opunha a qualquer tentativa de conquista estrangeira. O culto da honra e da coragem, cujo símbolo era o sabre, a concentração da vontade, mantida pelas práticas do ioga, garantiriam a determinação moral dos samurais. Os desembarques mongóis de 1274 e 1281 foram repelidos com a facilidade de tempestades.

Foi ao perseguir Djalal al-Din que os Mongóis abordaram a Índia em 1221-1222. Toda a parte setentrional acabava de ser conquistada pelos Muçulmanos: os tenentes de Muhammad de Ghor tinham destruído todos os reinos indianos até Bengala. Não foi contudo pela Rhurida que se prolongou a sua dominação, pois a atenção deles incidiu sobretudo sobre o Afeganistão e o Khurasan; mas depois da sua morte em 1206 os Kharezmianos ocuparam o que ele considerara como a parte essencial do seu império, a zona de ocupação, que confiara simplesmente a subordinados para uma exploração frutuosa, tornou-se um novo Estado, o sultanato de Delhi, ocupado pelos mamelucos turcos, escravos militares que formavam então os contingentes mais apreciados dos exércitos muçulmanos. Aibek, e depois, a partir de 1211, Iltutmich exerceram o poder; o califa de Bagdade reconheceu a legitimidade destes «sultões-escravos». Eles submeteram o Rajputana, o Malva, de maneira a assenhorear-se das montanhas e dos plainos que dominavam, a sul, a grande planície. Subiram os afluentes do Indo e do Ganges através dos contrafortes do Himalaia.



156

156. Pagode em Ts'uan (Zaytun), construído entre 1227 e 1250 na época dos Song meridionais. Foto X.

Preparada desde há muito tempo a partir dos países do Indo, a entrada da Índia Setentrional, povoada e fecunda, no mundo do islão teve consequências de longo alcance: a propagação da fé monoteísta em Allah, um contacto de modas, de linguagens, de formas, de estilos. A faustosa corte de Delhi realizou uma primeira amálgama. Por ela, a influência muçulmana e os hábitos vestimentais das mulheres penetraram na alta sociedade indiana; uma língua culta começou a formar-se, feita de elementos adquiridos ao hindi oriental, ao árabe e ao persa, que era o idioma oficial dos sultões. Os poetas, os historiadores foram protegidos; Mahmud havia já trazido para Rhazni equipas de artesãos indianos, mas os soberanos do século XIII mobilizaram-nos no próprio local para dar à sua capital uma dignidade e uma beleza que o seu passado modesto não lhe conferira. A mesquita de Qutb, flanqueada por um enorme minarete, foi construída, diz-se, com os restos dos templos demolidos. Uma preocupação de rigor, antes desconhecida, tendeu a apaziguar a exuberância da arte indígena. Embora pesados impostos fossem lançados sobre a população, a vida económica parece ter-se estabilizado depois de terem sido escorraçados as quadrilhas de bandidos que reinavam sobre os campos.

Itutmich decidira não prestar qualquer auxílio a Djalal al-Din, que se passou para o Irão logo que pôde. Os Mongóis não tinham



157

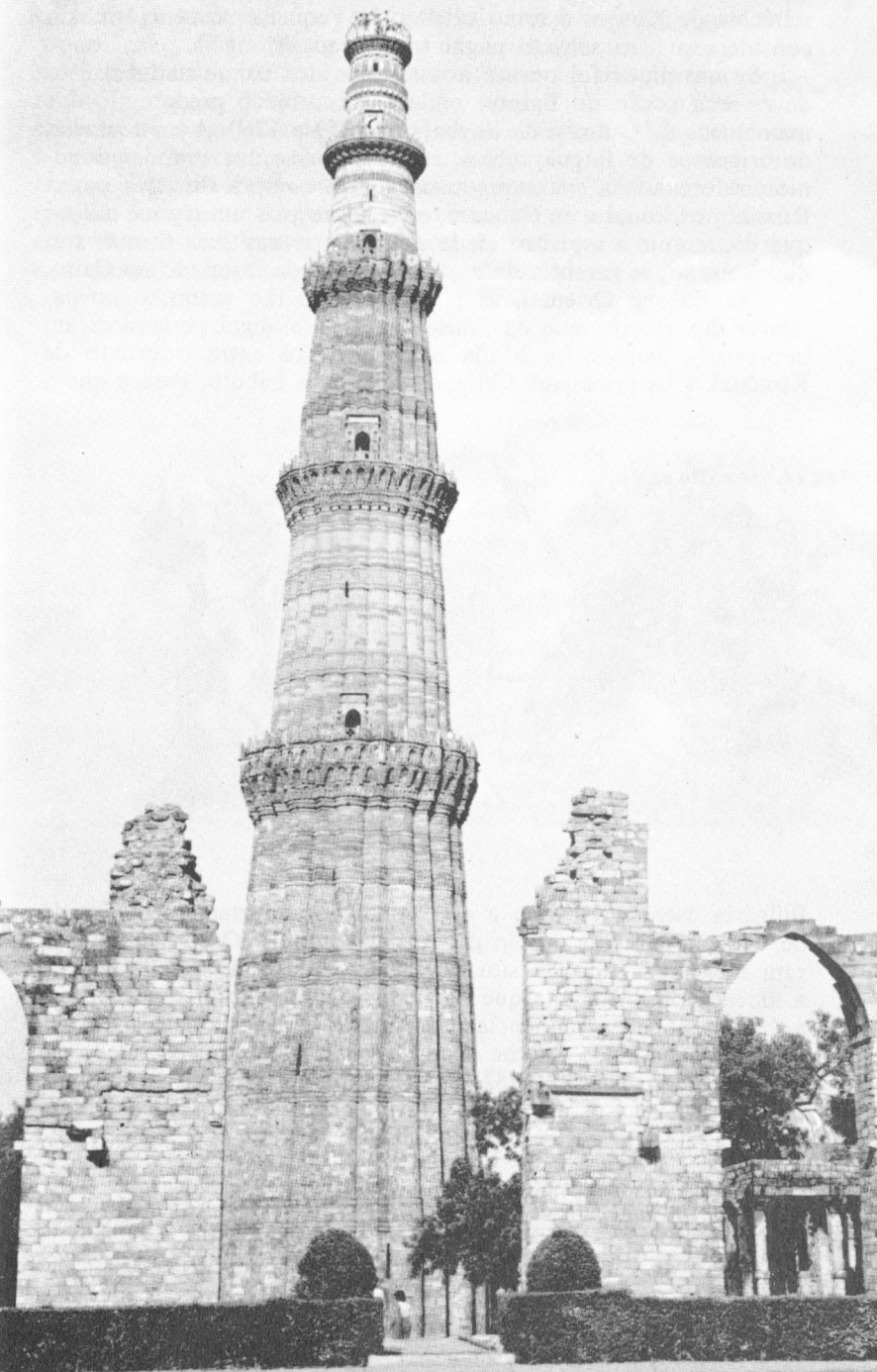
157. Retrato de Uesugi Shigefusa, senhor japonês da época Kamakura (século XIII). Madeira valorizada com cores. Meigestu-in, Kanagawa.

levado por diante a sua primeira incursão; só reapareceram em 1245, depois em 1257. As perturbações que acompanharam a morte dos sultões teriam podido facilitar os seus desígnios; mas encontraram um obstáculo em Balban, um dignitário da corte que recebera um vasto domínio no Penjabe e que tirara proveito dos poderes que lhe tinham sido atribuídos para acossar os rajás rebeldes, submeter os governadores das províncias, antes de se assenhorear da realeza em 1266.

Bem mais que aos Mongóis, era ao poderio indo-muçulmano que a península do Decão parecia aberta. Na vertente ocidental, os Yadava da região mahratte tinham-se esgotado na luta contra os Hoysala do Mysore. A Leste, o Império marítimo dos Chola desagregara-se pouco a pouco e o rei de Pandya, cuja capital estava situada em Madura, mais a sul, conseguiu submetê-lo nos meados do século XIII. Os Tamuls do Karnatak, dificilmente mantidos no interior destas frágeis construções políticas, tinham fincado pé no Norte do Ceilão; pareceram capazes de conquistar a ilha, perseguiram os budistas, até ao momento em que príncipes cingaleses os repeliram no segundo quartel do século XIII e fizeram sair do seu esconderijo o Dente de Buda, a mais sagrada relíquia do Ceilão.

A divisão e a impotência reinavam nas extremidades ocidentais do império mongol, bem como no Sul e no Sudeste da Ásia. A primeira metade do século XIII é caracterizada por querelas fastidiosas dos muçulmanos, dos Gregos e dos Latinos no Médio Oriente e pelo enfraquecimento dos Estados húngaro, polaco e russo. Os Europeus do Oeste, que tinham avançado na bacia oriental do Mediterrâneo, não cessaram de recuar, embora tivessem empregado métodos variados para manter as suas posições: a aliança com o sultão do Egipto, estabelecida pelo imperador Frederico II, permitiu recuperar e manter durante quinze anos, de 1229 a 1244, o acesso a Jerusalém; as expedições de socorro malograram-se apesar da reedição do plano de grande envergadura que assinalou a ocupação do delta do Nilo como objectivo a atingir para aliviar a Síria franca; o império da România foi destruído. Das aquisições ocidentais apenas permaneciam ruínas em 1261: alguns lugares do litoral, Chipre, ilhas do mar Egeu. O velho império bizantino só oferecia aparências de uma grande potência: Miguel VIII Paléólogo, além de não reagrupar em torno de Constantinopla todos os territórios onde os Gregos exerciam o poder, concedera enormes privilégios comerciais aos Genoveses. O sultanato

158. Mesquita de Qutb em Delhi (1210-1235). Os conquistadores rhuridas fizeram de Delhi a sua capital. O monumento é contemporâneo dos primeiros ataques mongóis ao Norte da Índia, que foram repelidos. *Foto Frédéric-Rapho.*



seljúcida de Konya, o reino cristão da Pequena Arménia tinham considerado mais sensato pagar tributo aos Mongóis.

Se um dique foi oposto aos assaltos dos conquistadores, isto deveu-se à acção do Egipto, onde era enorme o predomínio dos mamelucos de Qutuz e de Baybars de 1259 a 1260. A aristocracia, de origem e de língua turcas, assenhoreou-se dos grandes domínios, reforçando a sua supremacia com a compra de escravos na Rússia meridional e no Cáucaso, e impôs ao país um regime militar que conservou a espiritualidade muçulmana nas suas formas tradicionais, sob a garantia de um califa abássida instalado no Cairo.

Na Europa Oriental, as planícies eram tão vastas, o povoamento tão escasso que os limites da área mongol permaneceram imprecisos. Jamais foi nítida a demarcação entre o canato de Kiptchak e os principados eslavos sujeitos a tributo. Parece que a



159

Bulgária asénida escapou a esta condição suportada pelo Estado de Galícia-Volhynie e pelo de Suzdal-Vladimir. Os príncipes tiraram mesmo partido da situação: Kiev e a Ucrânia estavam sob a ameaça dos Mongóis que os russos denominaram de Tártaros; a Galícia sofria a influência da Hungria e da Polónia; ao invés, desembaraçado dos Suecos e dos cavaleiros teutónicos que repelia, Alexandre Nevski (1252-1263) ensinou aos seus sucessores uma política avisada: os Asiáticos exigiam pesadas contribuições, con-

159. Cavaleiros russos (séculos XII-XIII). O armamento representado na miniatura corresponde ao que foi descoberto nas escavações. É sensivelmente menos perfeito e menos leve que os dos cavaleiros ocidentais contemporâneos. Moscovo, Museu da História e da Reconstrução. Foto A.P.N.

tingentes de homens, mas, para os satisfazer, era necessário recensear a população, dispor de agentes da administração, exigir a obediência dos boiardos: tudo tarefas que reclamavam um governo ordenado e o apoio do khan. O perigo residia num lento enfraquecimento da originalidade nacional: a fidelidade à igreja ortodoxa, à liturgia, preservou as tradições. A ligação a um senhor longínquo supunha também longas comunicações: correios e comerciantes começaram a percorrer as vias de comunicação. Mas a nova Rússia da floresta não olhava já nem para o mar Báltico nem para Constantinopla e o Mediterrâneo; virara-se para a Ásia.

III

A EUROPA OCIDENTAL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIII

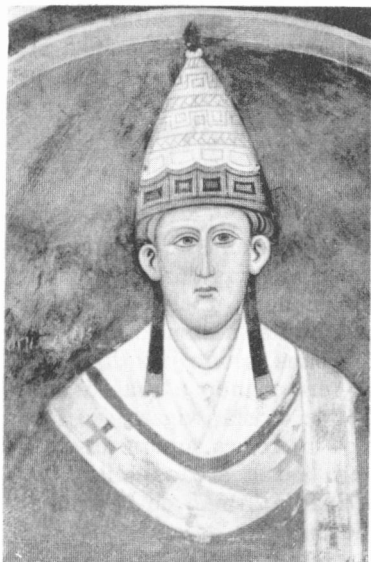
A explosão demográfica que tinha sustentado desde o século XI a expansão da Europa ocidental não abrandou na primeira metade do século XIII. O impulso prosseguiu: a maior parte da Península Ibérica libertou-se, a colonização alemã progrediu para Leste, os cavaleiros teutónicos formaram um Estado na Prússia. No interior dos antigos territórios, são criadas novas aldeias; a população urbana aumenta; as trocas intensificam-se, através dos portos italianos, com base nas feiras da Champagne, por Bruges, pelas cidades do Noroeste da Alemanha e por Londres. E permanecem as mesmas tensões entre as tentativas de junção e as forças centrífugas.

Os grandes empreendimentos

O papado raramente manifestou uma autoridade semelhante à de que deu mostras durante o pontificado de Inocêncio III e no seu prolongamento. Eleito aos trinta e sete anos, aliando uma ascendência militar a uma formação de jurista, Inocêncio III professava que o papa, sendo juiz do pecado, tinha o direito de intervir junto dos reis quando a sua conduta ou o seu governo não respeitavam a lei cristã; vigário de Deus, como se intitulava, devia defender os interesses superiores da fé e da paz. As circunstâncias favoreceram a sua acção política: a divisão da Alemanha entre Filipe de Suábia, irmão de Henrique VI, e Oto de Brunswick permitiam-lhe apreciar os antagonistas e ganhar prosélitos, a transmissão do reino da Sicília, vassalo da Igreja Romana, ao jovem Frederico Rogério justificou o exercício da sua tutela; a docilidade

do seu pupilo incitou-o a conduzi-lo do trono da Alemanha e a prometer-lhe o império após a desapareição dos anteriores pretendentes; as dificuldades que o rei de Inglaterra, João sem Terra, encontrou, tanto da parte do rei de França, Filipe Augusto, como da dos seus bispos e dos seus barões, levaram-no a oferecer o seu reino à Igreja Romana, em 1213. Assim, a Sé Apostólica disputava da coroa de Carlos Magno e reunia os impérios vassalos. Mobilizou também a aristocracia militar, não já para libertar o túmulo de Cristo dos infiéis, mas para extirpar a heresia cátara do Sul da França: foi decretada uma cruzada em 1208; cavaleiros, originários da França setentrional, que encontraram um chefe na pessoa de um senhor da região parisiense, Simon de Montfort, acorreram para fazer voltar à razão as regiões situadas entre o Ródano e o Garona; a sua irrupção fez da causa dos heréticos a de uma população e de uma civilização que se consideraram vítimas da agressão; a guerra foi atroz e a casa dos condes de Toulouse privada do seu principado pela força dos cruzados e pela decisão do papa.

Seria no entanto apoucar e deformar a estatura de Inocêncio III se se visse nele apenas um político, apaixonado pelo triunfo da Igreja nas questões seculares. Ele compreendeu muito bem as necessidades intelectuais e religiosas do seu tempo. Sabia que o número das escolas célebres tendia a reduzir-se, que a reputação do seu



ensino tornava alguns centros incomparáveis. Bolonha e outras cidades italianas do Norte atraíam os juristas; ele quis apenas uma universidade comparada, isto é, uma associação de professores e de estudantes, dotada de um organismo próprio à maneira de uma comuna ou de uma oficina: o seu legado deu os primeiros estatutos à Universidade de Paris em 1215; outro dos seus representantes confirmou a Universidade de Oxford.



161

Inocência III não foi de modo algum insensível a um desejo renovado de pobreza e de austeridade, reacção contra o enriquecimento que o comércio proporcionava. Ele apoiou o castelhano Domingos de Caleruega, que queria opor às pessoas simples seduzidas pelos cátaros o exemplo de uma vida modesta e de uma doutrina sólida. Acolheu Francisco de Assis, filho de um comerciante, que agrupava leigos numa fraternidade de penitência, e deu-lhe autorização para falar. Do mesmo modo encorajou os começos das ordens mendicantes, evitando sem dúvida, pela sua

160. Inocência III (1189-1216). Afirmou ao mesmo tempo «a plenitude do poder» do papa sobre a Igreja, o seu direito de vigilância sobre o império, a sua faculdade de julgar os reis «por causa do pecado». A tiara tem ainda apenas uma coroa. Igreja de Subiaco. *Foto Alinari-Giraudon.*

161. Selo da Universidade de Paris. Vê-se a Virgem e o Menino, rodeados de São Nicolau, patrono dos estudantes, e de Santa Catarina de Alexandria, padroeira dos filósofos; em baixo, professores e discípulos. Paris, Arquivos Nacionais. *Foto Goldner.*

clarividência, que estas empresas audaciosas saíssem dos quadros da Igreja. O quarto concílio de Latrão, a que presidiu em 1215 e que se ocupou de todos os problemas políticos e espirituais que se apresentavam à cristandade, provou o êxito de Inocêncio III. Os seus sucessores puderam constatar o sucesso dos irmãos pregadores de São Domingos e dos irmãos menores de São Francisco, fazer deles as suas mais fiéis milícias, pois ligaram-nos somente à sua autoridade e declararam-se proprietários de bens com que os fiéis dotavam principalmente os franciscanos, que estavam, todavia, votados à esmola. Dominicanos fizeram-se defensores da lei, instalados em 1229 na Universidade Nova de Toulouse e servidores da Inquisição, reorganizada em 1232 para perseguir e fazer desaparecer os heréticos. Nos filhos de São Domingos como nos de São Francisco, encontraram eles agentes nas cidades, onde os conventos estavam implantados diferentemente do monaquismo beneditino que permaneceu rural, e missionários para os territórios longínquos.

Todavia, embora o papado fizesse avançar sensivelmente a transformação da Igreja numa monarquia, à qual deu as suas leis classificadas em 1234 num código de direito canónico, não conseguiu consolidar o controlo sobre a política secular que circunstâncias propícias lhes tinham permitido alcançar. Frederico Rogério da Sicília, tornado imperador Frederico II, soberano dos reinos da Alemanha, da Itália e da Sicília, revelou-se um adversário implacável. Esta personagem, de uma originalidade sedutora, era um produto acabado da civilização cosmopolita da Sicília; a sua





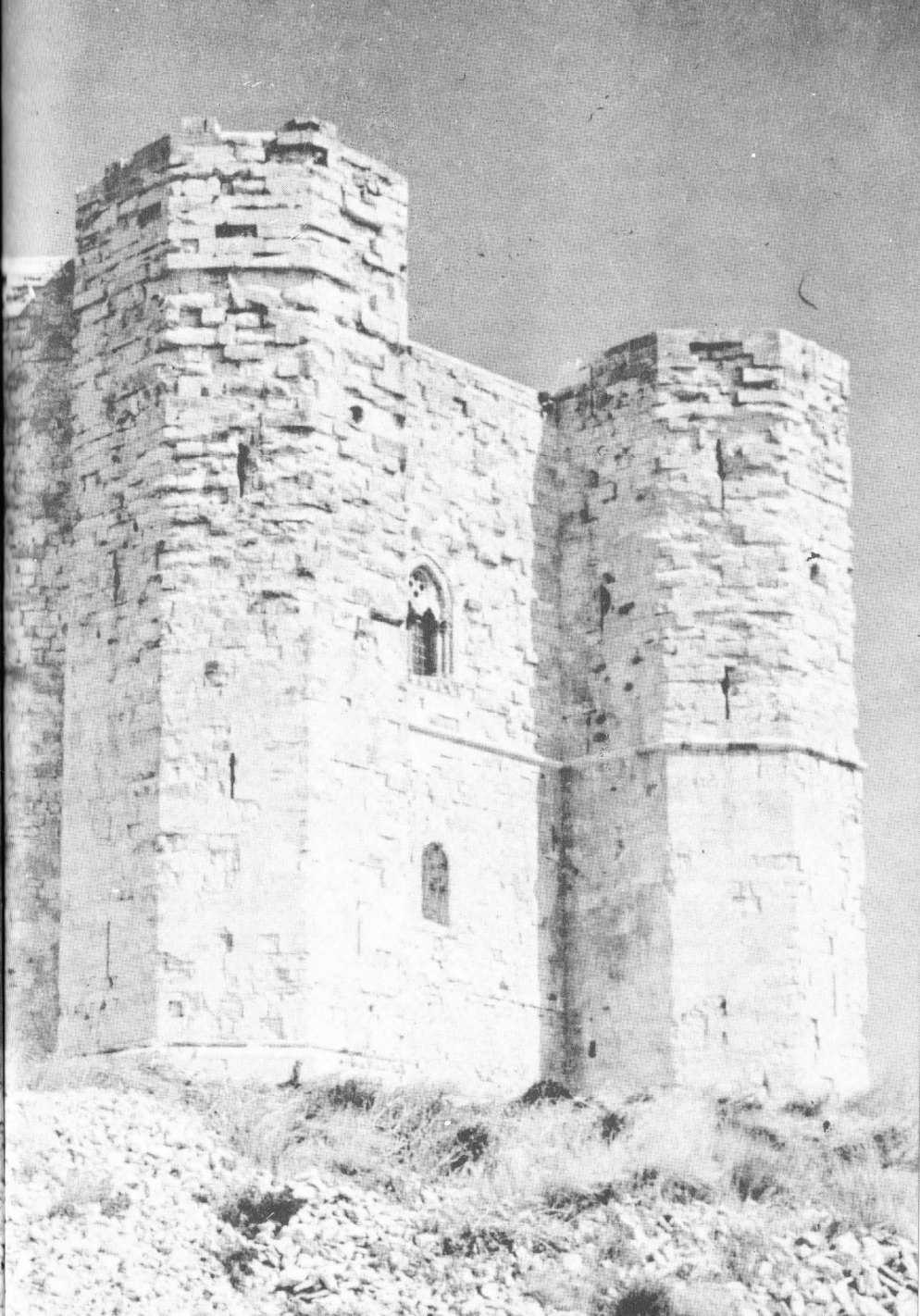
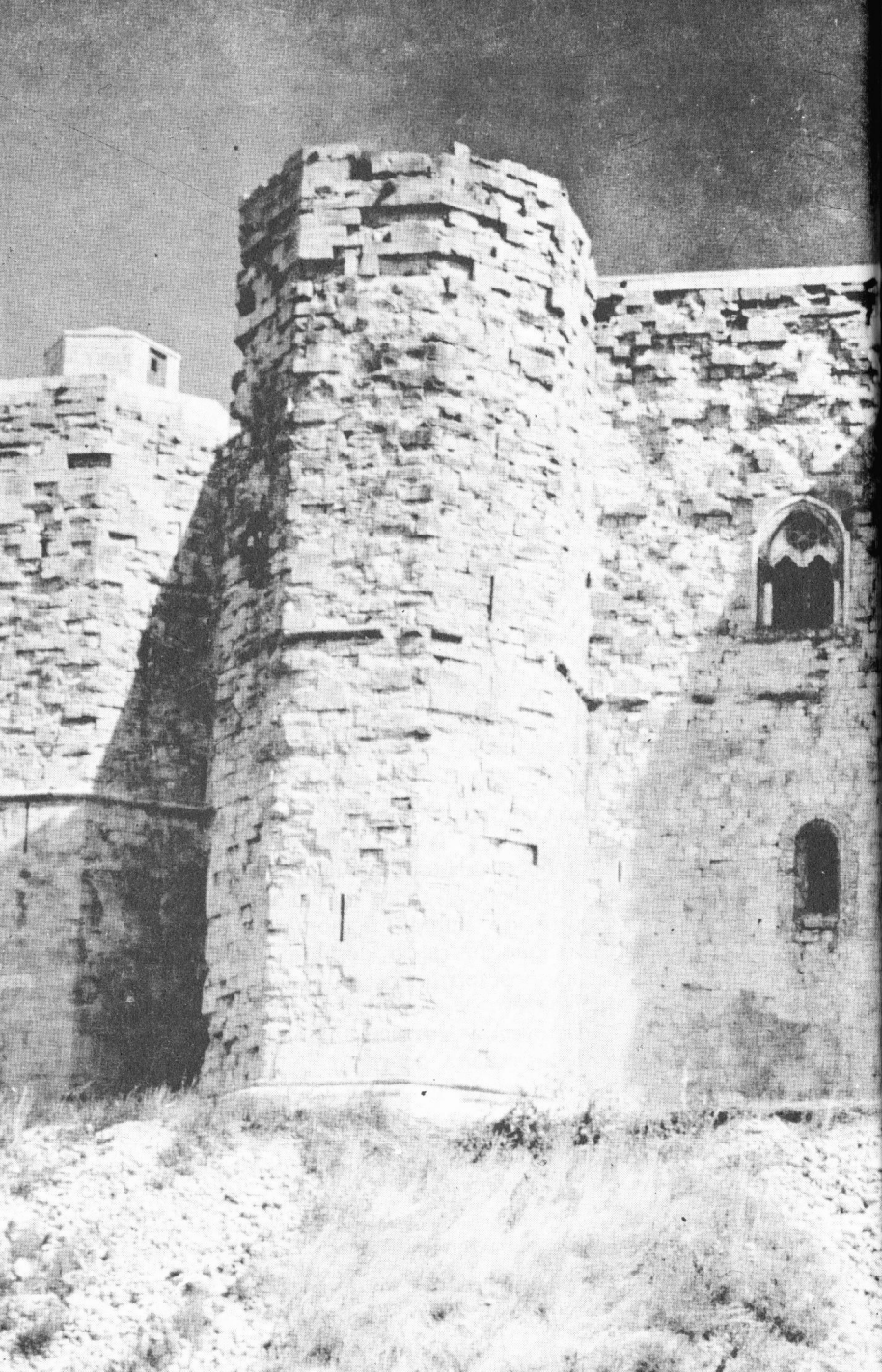
163

curiosidade e a sua cultura conferiram-lhe uma abertura de espírito considerada como diletantismo; as intrigas de que foi roeada a sua juventude tinham-lhe ensinado a astúcia e a dissimulação; a sua ascendência inspirou-lhe o orgulho do ser de excepção que recebe de Deus o ceptro do mundo. Retomando, apesar das promessas em contrário que fizera, o desígnio de seu pai de reunir o reino da Sicília aos territórios italo-alemães que eram o sustentáculo do império, teve de enfrentar os papas e a liga das cidades lombardas. Inscrevendo as suas ambições no quadro mediterrânico, desposou a herdeira do reino de Jerusalém, fez-se reconhecer em Acre e reabriu a cidade santa aos cristãos, ao nego-

162. São Domingos. Os irmãos pregadores são homens de estudo. Florença, Museu de São Marcos. *Foto Alinari-Giraudon.*

163. São Francisco de Assis. Impressionante evocação — não retrato — de um homem de penitência e de pobreza. Igreja de Subiaco. *Foto Alinari-Giraudon.*

164. Castel del Monte (Itália). Fortaleza dos Piolhos que Frederico II mandou construir em 1240. *Foto Boudot-Lamotte.*





ciar com o sultão do Cairo. Confiou a Alemanha a um dos seus filhos, tentou sujeitar a Itália setentrional a governadores e apoiou-se na Sicília, onde retomou as tradições da forte administração normanda: utilizou as herdades modelo, estabelecidas nos seus domínios, os monopólios do Estado sobre a seda, o ferro, o sal, as instalações portuárias, para obter grandes rendimentos; criou uma universidade em Nápoles para aí recrutar funcionários. Talvez esperasse fazer reconhecer a sua superioridade pelos reis cristãos.

Mas o seu grande desígnio ruiu. Por diversas vezes, pareceu prestes a triunfar; ameaçou Roma; impediu a organização de um concílio. Porém, os papas não cederam, encorajando os seus inimigos até no reino da Sicília, excomungando-o, primeiro porque ele não realizara o seu voto de cruzada, depois, no concílio de Lyon em 1245, por todos os perjúrios, usurpações e escândalos, que o tornavam indigno de governar os seus Estados. A Alemanha não o apoiou: afastado dela durante a maior parte do seu reinado, confirmara os poderes dos príncipes eclesiásticos e reconheceu aos príncipes laicos a soberania territorial e a justiça, embora não fosse mais que uma federação de principados de todos os tamanhos, da qual o rei corria o risco de ser apenas o presidente impotente. A cruzada era pregada contra ele, os seus melhores servidores conspiravam quando Frederico morreu nos fins de 1250.

A ambiciosa construção desagregara-se imediatamente após a sentença de Lyon; alguns príncipes alemães elegeram novo rei em 1246. Desaparecido o imperador, cada reino seguiu o seu próprio destino. A Alemanha conheceu apenas uma série de fantoches, nacionais ou estrangeiros, durante o «Grande Interregno» que se prolongou até 1273. As cidades da Itália do Norte tornaram-se os centros de senhorios autónomos opostos entre si e no interior de si mesmos entre o partido guelfo, de tendência pontifical, e o partido gibelino, favorável ao Império. O papado envidou esforços para retirar Nápoles e a Sicília aos filhos de Frederico II, até 1265, em que investiu um irmão do rei Luís IV de França, Carlos de Anjou, já conde da Provença. Por esse facto, a sé romana comprometeu-se cada vez mais na política italiana, onde perdeu o seu prestígio universal; empenhou-se nisso mesmo em condições mediócras: Inocêncio II, convencido de que um Estado temporal garantiria a independência do magistério espiritual, tinha desejado consolidar as possessões da Igreja no centro da Itália; mas nem ele nem os seus sucessores conseguiram disciplinar as cidades e os nobres, nem

165. Castelo de Ziza (perto de Palermo). Águia de mosaico no castelo que deve ter sido construído no reinado de Guilherme II (1166-1189) e onde Frederico II residiu. *Foto Boudot-Lamotte.*

mesmo assegurar a sua segurança em Roma. As empresas cristãs de interesse geral não obedeciam sequer ao papado: a cruzada, qualquer que fosse o seu objectivo, dependia do beneplácito dos príncipes. Uma cruzada de crianças em 1212 tomou a forma de um protesto contra a traição de cavaleiros e de comerciantes que se tinham deixado seduzir pela conquista de Constantinopla!

Promessas de futuro; as reclassificações sociais.

Na realidade, o velho debate do papado teocrático e do império universal tomou no século XIII um carácter anacrónico. Outras forças, económicas e políticas, desencadearam-se.

Numa Europa mais povoada, menos compartimentada, as trocas incidiram sobre uma variedade e um volume crescente de mercadorias. O balanço favorável do comércio com os portos barbarescos permitiu captar uma parte do ouro sudanês; minas de prata foram exploradas na Alemanha central. A circulação de moedas aumentou; moedas de prata foram cunhadas a partir de 1192 em Veneza e de 1266 em França; as moedas de ouro fizeram a sua reaparição na Sicília em 1231, e sobretudo em Génova e Florença em 1252; o florim impôs-se como moeda de referência.

As transformações sociais foram aceleradas. Na antiga sociedade secular favoreceram os nobres e os estabelecimentos eclesiásticos que souberam encorajar culturas remuneradoras, a criação de carneiros e de bovinos, a fim de satisfazer os pedidos do consumo e da indústria urbanos; permitiram a alguns camponeses mais empreendedores juntar um pecúlio suficiente para melhorar a utensilagem, aumentar a exploração e adquirir mesmo terras aos nobres e misturar-se com os fidalgotes provincianos. Ao invés, obrigaram os proprietários, incapazes de se adaptar, a endividarem-se; rebaixaram os rurais mais pobres a uma condição miserável, na qual o apego ao solo, o pagamento de certas rendas restauraram uma servidão que foi principalmente representada na Inglaterra. As necessidades em numerário da aristocracia, fiel à manutenção de certo estilo de vida e a hábitos de generosidade, puseram-na à mercê dos novos-ricos; estes emprestaram, mas exigiram garantias, de modo que pouco a pouco o património mudou de mãos. Para conservar a sua autonomia, a nobreza insistiu na qualidade hereditária, nas suas prerrogativas honoríficas; mas como recusar durante mais tempo aos negociantes, cujos filhos se uniam com os seus e que adquiriam senhorios, entrar na sua esfera? Aí, a aproximação não se fez espontaneamente, como nas cidades italianas, fez-se insensivelmente.

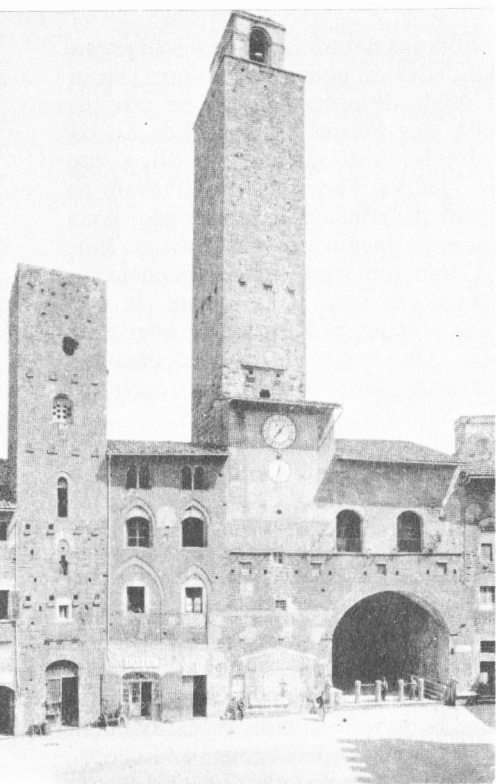


166

Os senhores de fortunas mobiliárias deram impulso a este enraizamento. Instruídos nas eventualidades do comércio, tinham pressa em investir os seus capitais em renda de propriedades, em direitos senhoriais, em «viver» à maneira dos nobres. A consolidação da sua situação correspondia ao domínio económico e político que tinham adquirido no interior das cidades. Para eles, trabalhavam os artesão e os companheiros a quem distribuíam as matérias-primas e cujas fabricações reuniam para exportação. Em seu proveito funcionava o governo municipal. Como nos campos, a diferenciação entre as categorias sociais acentuou-se com a agravante de que a concentração da população nas cidades provocou um estado de tensão e perturbações episódicas. Os corpos de ofícios, denominados «artes» em Florença, serviram para exprimir as reivindicações.

Na primeira metade do século XIII estas sociedades novas, urbanas e mercantis estavam concentradas no Centro-Oeste e no Norte de Itália e ao longo das costas e dos rios da Europa setentrional, onde se manifestava desde há cerca de dois séculos o renascimento do comércio. O seu horizonte era internacional. Veneza e Génova fundaram entrepostos nas margens do mar Negro, em Kaffa e em Tana. Génova, suplantando progressivamente Pisa, enviou os seus barcos aos portos da África barbaresca e transportou depois para a região da antiga Fócia o alúmen, indispensável para a indústria têxtil. Bruges, ajudada pelo anteporto de Damme, reunia as lãs, os produtos de tinturaria de que tinham necessidade as fábricas flamengas e expedia os tecidos para toda a Europa. Colónia, Hamburgo e as cidades fundadas pelos alemães de Lubeck em Reval, no litoral do Báltico, viviam da actividade das suas guil-

das mercantis que tinham armazéns em Visby, Estocolmo, Novgorod, Pskov. Outras cidades exerciam uma função industrial: Milão, os centros artesanais e flamengos, entre os quais emergiam Ypres e Gand, dedicavam-se ao trabalho da lã. Lucos especializava-se nos artigos de seda, antes comprados muito caros no Oriente. Florença colocou-se ao serviço do luxo ao transformar tecidos grosseiros em outros de alta qualidade e ao inventar artigos refinados e preciosos. Enfim, eram burgueses das vilas italianas da planície de Pádua que estes «Lombardos», cambistas, emprestadores, banqueiros, que começavam a instalar-se no Norte da França, imitados pelos Placentinos, pelos manejadores de dinheiro de Siena e de Florença e mesmo pela gente de Cahors — os Cahorsins.

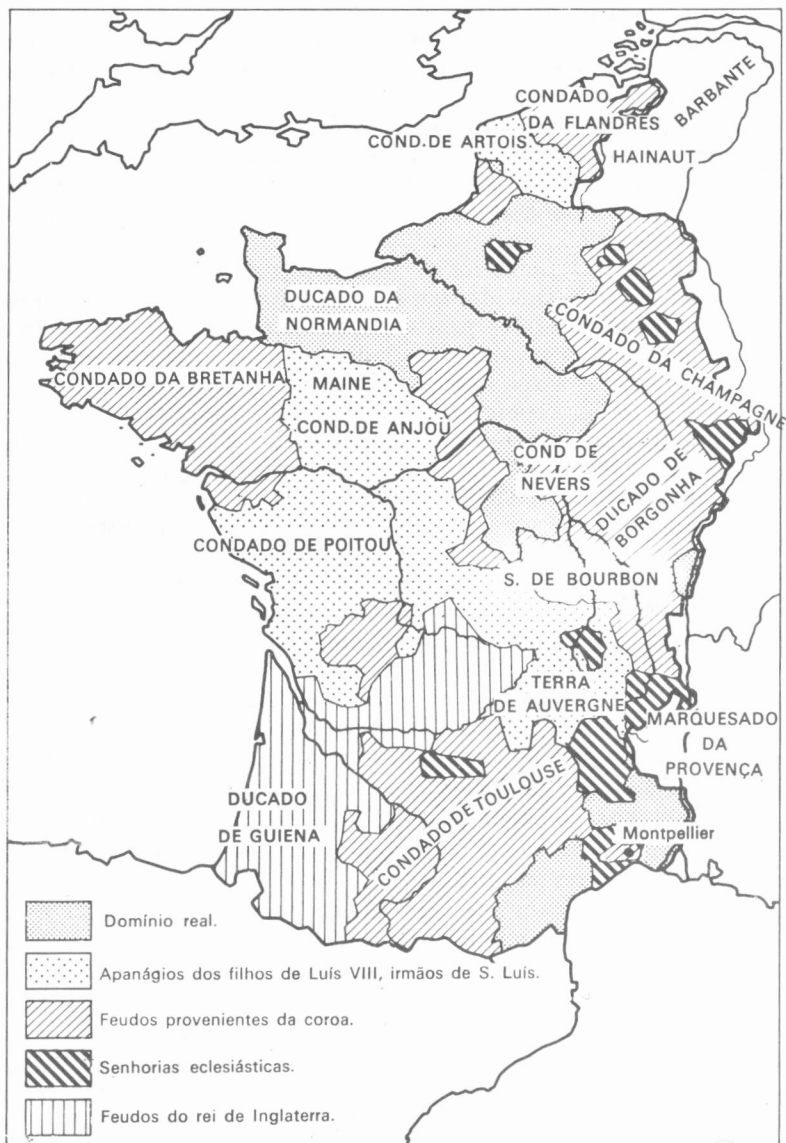


167. Palácio do podestade em San Gimignano. A torre valoriza a autoridade da administração urbana, do mesmo modo que assinala a igreja ou a casa forte do nobre. *Foto Alinari-Giraudon.*

Estes centros de transacções e de fabricações atraíram uma população numerosa: as metrópoles italianas, apesar dos tremores de terra que afectaram a Lombardia em 1222 e a Toscana em 1238 contavam várias dezenas de milhares de habitantes; tais números eram desconhecidos no Ocidente desde há muito. Paços do conselho, torres de menagem, mercados cobertos, palácios de corporações atestavam a maturidade de uma civilização ambiciosa que se dedicou igualmente à reconstrução das catedrais maiores e mais belas.

Os homens de negócios decidiram assenhorear-se do governo das cidades. O patriciado que formaram povoou os conselhos, vigiou a eleição dos seus para os cargos directivos. O maior êxito foi obtido em Veneza, que não podia ter outra razão de ser além do seu comércio: a sua nobreza reservou-se a designação do doge a partir de 1172, depois a do Grande Conselho, com elementos do qual era formado o senado que escolhia por sua vez as seis personagens investidas de poder executivo. Se a aristocracia veneziana, senhora da república, ou as sociedades de ricos armadores genoveses não tivessem colocado a política dos seus Estados ao serviço dos seus interesses, teria a cruzada de ser desviada ou o império grego de Niceia fortalecido em detrimento do império latino? Nos meados do século XIII as alianças entre os comerciantes das cidades alemãs começaram a transformar-se numa acção concertada dos governos urbanos; Lübeck tratou com Hamburgo em 1241 sendo esboçada uma hansa de cidades.

O descontentamento, derivado da extrema desigualdade social no interior das cidades, exprimiui-se nomeadamente, entre os tece-lões, pela adopção de ideias heterodoxas, que os franciscanos se esforçaram por combater eficazmente; mas redundou sobretudo numa transformação política que se desenhou na Itália com especial nitidez. Os senhores da fortuna e do poder que constituíam o *popolo grasso* compreenderam que era preciso conceder um representante ou o exercício de determinadas responsabilidades ao *popolo minuto*; toleraram um capitão do povo, enquanto em Veneza deram atribuições secundárias a uma burguesia muito próxima deles. Esta partilha desigual não podia ser satisfatória. Para interromper a luta de facções, complicada ainda pelo choque da corrente guelfa e da corrente gibelina, fez-se apelo a uma personalidade estrangeira da cidade, o podestade, que chegou com os seus juristas e os seus homens de armas e recebeu todos os poderes por um período limitado de tempo. Apesar desta precaução, estava aberto o caminho para a instauração de uma autoridade pessoal: apoiando-se numa parte da população, no vigário, que o papa ou imperador enviou com a intenção de fazer respeitar as suas prerrogativas, o podestade



O REINO DE FRANÇA EM 1229.

ou muito simplesmente um «tirano» apoderou-se da senhoria: novo sistema constitucional engendrado pela cidade, depois da comuna. Assim agiram Ezzelino da Romano em Verona e em Pádua em 1227-1237, os Della Torre em Milão e no seu *contado* a partir de 1257.

Afirmação das monarquias

Estas rudes afirmações das sociedades urbanas perturbavam as relações feudais, ao mesmo tempo que contrariavam os desígnios pontifícios e imperiais, na própria época em que diversos Estados monárquicos estabeleciam ou consolidavam as suas bases.

A partida foi ganha em França pela realza capetiana nos reinados de Filipe Augusto (1180-1223), de Luís VIII (1223-1226) e de Luís IX (1226-1270). Sem largos projectos, mas com a aptidão para aproveitar as oportunidades e para usar, com conhecimento de causa, o direito feudal, estes reis conseguiram afastar de si as duas ameaças que hipotecavam a coesão e o futuro do reino. Filipe Augusto, que dera provas de precipitação e de imperícia no começo do seu reinado, explorou as imprudências de João Sem-Terra, herdeiro do império anglo-angevino. Interveio quando um vassalo achincalhado de João lho pediu; fez pronunciar pelo seu tribunal em 1202 a confiscação dos feudos do Angevino, que havia descurado a sua justificação; e quando o novo titular, Artur da Bretanha, desapareceu, morto pelo tio João, o rei ocupou a Normandia (1204), o Maine e Anjou. João não se confessou vencido; encontrou aliados entre os príncipes territoriais franceses e entendeu-se com o imperador Oto IV: em Julho de 1214, os dois exércitos que deviam envolver num cerco as forças reais francesas foram vencidos em La Roche-aux-Moines, em Poitou e em Bouvines no Sul da Flandres. Luís VIII ligou ao seu domínio Poitou e Santonge. Só restou a Henrique III, neto do temível Henrique II Plantageneta, a Guiena.

No Sul, o capeto avançou com prudência. A guerra contra os Albigenses, a eliminação do rei de Aragão, morto em Muret em 1213, a instalação de Simão de Montfort no condado de Toulouse foram obra dos cruzados sublevados pelo papado. Filipe Augusto só se começou a mexer a apelo de Amaury de Monfort, filho do conquistador; Luís VIII só organizou uma cruzada real contra os heréticos que tinham levantado a cabeça depois de ter recebido de Amaury a cessão dos seus direitos. Em 1229, com o Tratado de Paris, a parte oriental do condado de Toulouse, com Carcassone e Beaucaire, foi atribuída ao rei, enquanto a filha única e herdeira de Raimundo VII, último representante da linha-

gem do condado de Toulouse, que ficou possessão do Languedoque ocidental, era prometida a um irmão de Luís IX, Afonso de Poitiers; com a morte de Raimundo em 1249 foi este casal que governou o condado. Outro irmão de Luís IX, Carlos de Anjou, desposou a herdeira do condado de Provença. Depois, em 1258, o rei de Aragão renunciou a qualquer reivindicação a norte dos Pirenéus em troca do abandono da suserania francesa, desde há muito tempo descurada, sobre o Russilhão e a Catalunha.

O domínio real adquirira durante alguns anos uma extensão que teria sido dificilmente imaginável quando Luís VII morreu em 1180. A administração de qualquer das suas partes não foi modificada, mas por todo o lado foram instalados agentes que o rei nomeava e revogava como entendia, os bailios e os senescais, que se ocupavam não só da centralização das rendas, mas sobretudo do exercício da polícia, da justiça e dos direitos militares do rei. A corte



168

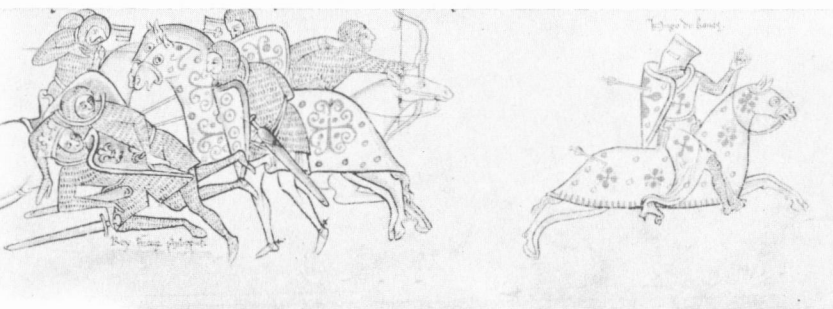
— o antigo organismo federal com o qual os príncipes tinham o hábito de governar — teve de fazer face a tarefas cada vez mais pesadas; habituou-se à especialização, a funcionar tanto como conselho como tribunal de justiça ou Parlamento, ou tribunal de contas; foram aí introduzidos técnicos. O rei teve à sua disposição um pessoal cada vez mais numerosos que, recrutado na pequena nobreza e na burguesia e tirando a sua influência da confiança com que era honrado, o serviu com paixão.

Os grandes capetos não conceberam todavia um Estado unificado; bastou-lhes que a sua preeminência fosse admitida no conjunto sempre disperso que era o reino de França. Não conservaram sequer a coesão do seu domínio; Luís VII e Luís IX tiraram de lá fragmentos que foram dados como apanágio aos filhos mais novos da família, com o risco de se reconstituírem principados de um perigoso poderio. Os grandes feudos, cuja transmissão o rei não tinha

qualquer razão para contestar, permaneceram na posse dos seus titulares hereditários, apenas com a condição de que estes prestassem ao rei, seu senhor, os deveres feudais. Para afrouxar esta dependência, foram formadas várias coligações; a regente Branca de Castela e o filho Luís IX fizeram-lhe face com energia. Foi por ocasião de uma destas revoltas, na qual o conde de Toulouse Raimundo VII se tinha imprudentemente intrometido, que uma expedição punitiva cercou cátaros na fortaleza de Montségur e lhes infligiu colectivamente o castigo do fogo (1244).

Luís IX pensou que a obra de reunião feudal estava terminada quando obteve de Henrique III, filho de João Sem-Terra; o seu reconhecimento de vassalo enfeudado pela Guiena, que não só lhe deixou mas aumentou com alguns territórios que os Plantagenetas tinham perdido. Em tais condições, a realeza não pensou nem em sobrepor uma legislação geral aos costumes locais, nem em reclamar outros recursos que os do seu domínio próprio, nem a recorrer a um recrutamento do exército diferente daquele que o regime feudal lhe fornecia. Luís IX, consciente de uma responsabilidade mais elevada, começou simplesmente a publicar algumas ordenações que interessavam ao bem comum do reino.

Pouco antes das batalhas de Muret e de Bouvines, que deram a França aos Capetos, a batalha de Las Navas de Tolosa (1212)



168. Selo de Filipe Augusto, rei de França (1198). O soberano coroado tem o ceptro e a mão da justiça. Paris, Arquivos Nacionais. *Foto Giraudon.*

169. Batalha de Bouvines (27 de Julho de 1214). O rei Filipe Augusto caiu do cavalo; dois homens de armas apressam-se a rodeá-lo. (Crónica de Mathieu Paris). Cambridge, Corpus Christi College. *Foto do College.*

170. Montségur. A longa resistência dos assediados (1243-1244), a morte de 200 perfeitos com o bispo Bertrand Marty transformaram em símbolo da resistência cátara e meridional o objectivo desviado de uma operação limitada de limpeza. *Foto Yan-Rapho.*

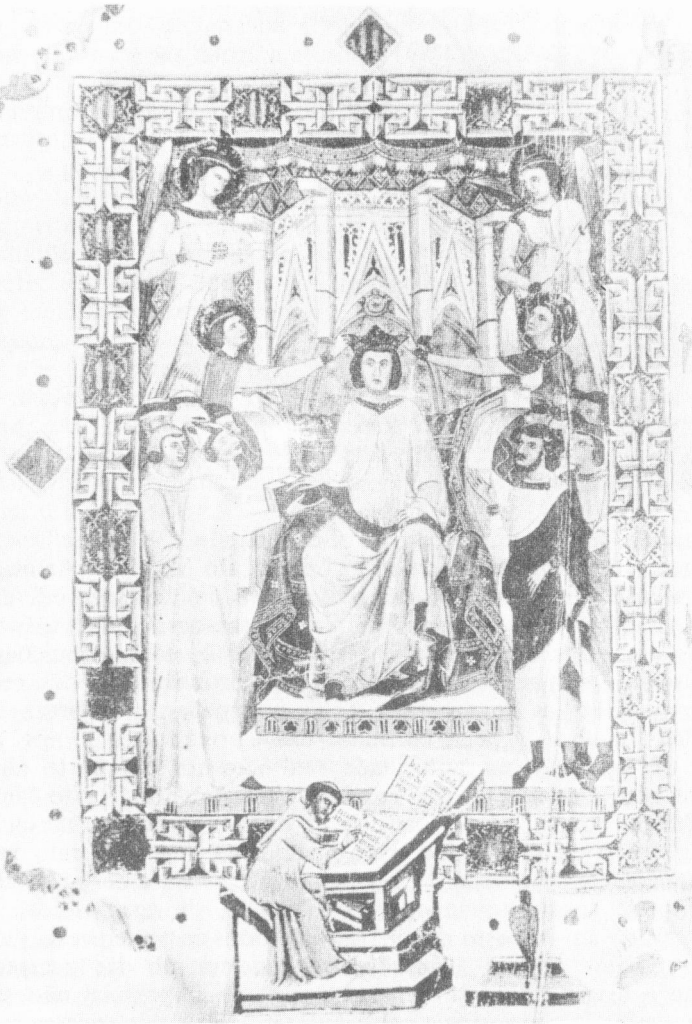


decidira o debate da cristandade e do islão na Península Ibérica. A Navarra, sem contacto com a zona muçulmana, não tinha qualquer possibilidade de extensão e coube em 1234 à dinastia francesa dos condes de Champanhe, e Portugal estava confinado à fachada Atlântica, Castela e Aragão partilhavam entre si a maior parte da reconquista. Unindo sob a sua autoridade o velho reino de Leão, Castela e a Baixa Andaluzia, cuja conquista terminou, Fernando III († 1252), santo para os cristãos, tolerante para os mudejares e para os judeus, governou um Estado temporal; Jaime I, acrescentando à Catalunha e a Aragão as Baleares e o reino de Valência, edificou o principal Estado marítimo do Mediterrâneo ocidental. A aristocracia, reinando sobre os plainos do interior, desenvolveu aí a criação extensiva de gado. Os pequenos proprietários do Levante souberam conservar a agricultura irrigada de *huertas*, enquanto a burguesia dos portos, Barcelona e Valência,



171

171. São Fernando II, rei de Castela (1217), de Leão (1230), falecido em 1252. Madrid, Arquivos Históricos Nacionais. Foto dos Arquivos.



172. Jaime I de Aragão, «o Conquistador» (1213- 1276). Abandonando a política de intervenção na França meridional depois da derrota de Muret, Aragão lançou-se resolutamente na reconquista. De 1232 a 1235, as Baleares estiveram ocupadas, e em 1238 Valência: Aragão viu abrir-se-lhe um grande destino mediterrânico. Aqui, o rei envia a Maiorca uma carta de privilégios (1234). Manuscrito dos Arquivos de Maiorca. Foto Larousse.



173

começou a competir com os Genoveses e os Marselheses no tráfico com Almeria, Malaga e as praças do Magrebe. As orientações económicas dos dois reinos foram assim bastante diferenciadas. Mas os progressos do poder real, marcados, como em França, por uma tendência para a especialização das atribuições do conselho, permaneceram freados pelo particularismo das regiões que ornavam as duas coroas, pelas pretensões da nobreza e das ordens militares e pelas consultas das Cortes.

A limitação da autoridade real não foi em parte alguma mais bem marcada do que em Inglaterra, onde um texto famoso, a Magna Carta, esteve na origem de um regime constitucional original: o da monarquia controlada. Nos fins do século XII, os Plantagenetas dispunham de tribunais de justiça e de juizes de um órgão de controlo financeiro, o Tesouro, de agentes locais, os *sherifs*, de um imposto de guerra, que todos os príncipes da Europa lhes podiam invejar. Contudo, o financiamento das guerras em França exigia somas tão elevadas que era impossível não seguir o conselho dos principais contribuintes, nobres, eclesiásticos, burgueses das cidades: o conselho do rei alargou-se então num Parlamento. Acentuaram-se as reticências após a perda da Normandia. João Sem-Terra cometeu o erro de hostilizar o clero; o papa excomungou-o, desobrigou os seus súbditos do dever de fidelidade e encorajou o rei de França a fazer uma demonstração

173. João Sem-Terra, rei de Inglaterra (1199-1216). Londres, Museu Britânico. Foto de Museu.

militar: João, transtornado, reconheceu-se vassalo da Igreja romana. De novo, supôs poder falar alto; porém, o seu prestígio desmoronara-se. Os barões laicos e eclesiásticos, seguidos pelos comerciantes de Londres e apoiados pelos Escoceses e pelos Galeses, obrigaram-no, em Junho de 1215, a aceitar uma série de disposições que constituíam outros tantos entraves à sua liberdade de acção.

Os propugnadores da Magna Carta não queriam inovar, mas voltar aos bons costumes de um passado esquecido. O que era inédito: pôr em escrito as práticas a respeitar, embora a proibição de obfer um auxílio financeiro excepcional sem consentimento, a proibição de prender e condenar um homem livre sem julgamento levavam logicamente à convocação de um Parlamento e à consideração dos direitos individuais. E o que contribuiu para dar a um acto passado num prado vizinho do Tamisa o seu valor de símbolo foi a revogação pelo papa Inocêncio III, senhor do reino, e as manobras a que recorreu Henrique III, filho de João, para a não respeitar. A cólera dos barões foi tal, ao ser anunciada a condenação romana, que ofereceram a coroa ao filho de Filipe Augusto; a morte de João (1216) permitiu a união em redor do seu herdeiro. Mas os malogros deste no continente, a sua propensão para se rodear de conselheiros franceses levaram a aristocracia inglesa a fazer vigiar o rei e a exigir que fossem nomeados por ela mesma os principais funcionários; nos campos, os cavaleiros, que uma inteligente exploração do solo enriquecia, ocuparam-se da cobrança dos impostos consentidos pelos Parlamentos, começando assim a suplantar os agentes reais. A teocracia e a arbitrariedade real confundiram-se.

Uma civilização francesa

Sem que se possa determinar as relações indiscutíveis entre a emergência da monarquia capetiana e a irradiação da civilização francesa no Ocidente, é impressionante notar que no mesmo momento Paris se tornou a residência frequente do rei, uma cidade importante, o lugar da universidade mais reputada, e que as modas literárias e artísticas se propagaram na língua e na maneira do domínio real. É abusivo adoptar a expressão *opus francigenum* para qualificar, não só a arte gótica, mas também as principais manifestações do pensamento e da literatura do século XIII?

A novidade intelectual do século XII fora a descoberta de Aristóteles. As traduções tinham pouco a pouco revelado uma obra enciclopédica de cuja amplitude não se suspeitara antes de se falar de um «novo Aristóteles». A curiosidade redobrou: limitara-se a pôr em latim as versões árabes do filósofo; houvera a preo-

cupação de descobrir os manuscritos gregos e de conseguir transcrições mais fiéis. Os contactos multiplicados com o Oriente bizantino a partir de 1204 facilitaram a confrontação. Quem queria orientar-se numa floresta de tratados começou por ler os comentadores: o judeu Maimónides, o muçulmano Averroes. Mas como harmonizar com a fé cristã a poderosa construção de um pensador pagão e as exegeses dele feitas por homens que não conheciam nem o Evangelho nem os Padres da Igreja? A razão, que os mestres da escolástica tinham aprendido a manejar, exercia-se num domínio completamente independente do da revelação? Podia-se tolerar uma dissonância, até mesmo um antagonismo, entre o que era acessível ao espírito humano e a palavra de Deus? Interrogações apaixonantes que um intelectual cristão não podia iludir. Tinham, em primeiro lugar, sido formuladas em Espanha cerca de 1150; só ocuparam verdadeiramente a reflexão dos mestres uma vez feitas em Paris. A leitura e a explicação das obras aristotélicas entraram no ensino.

Esta liberdade inquietou as autoridades eclesiásticas. O bispo, o papa, quiseram banir o novo Aristóteles do ensino parisiense, ou pelo menos expurgá-lo. Foi-lhes trazido um reforço pelas ordens mendicantes: os dominicanos, instalados no convento de Saint-Jacques, e os franciscanos, que fizeram, uns e outros, recrutamentos no meio escolar. Graças à entrada de um professor numa destas milícias e, em 1299, ao apelo aos pregadores para ensinar a teologia durante uma greve, estes religiosos, decididos a respeitar uma disciplina estrita de pensamento, foram introduzidos na universidade. Os menores, com Alexandre de Hales, passariam sem o auxílio de Aristóteles desde que se corresse o risco de pôr em causa a fé; a iluminação do espírito pela graça continuava a constituir para eles o conhecimento supremo. Mas os dominicanos recusaram o divórcio; tentaram estabelecer uma aliança, de que o alemão Albert de Bollstädt, dez anos mais tarde Santo Alberto o Grande, teve de esboçar o plano grandioso nas lições que deu de 1245 a 1248; quatro anos depois Tomás de Aquino, ainda simples bacharel, entrava na mesma via.

Na crise intelectual foi enxertada uma crise universitária. As ordens mendicantes, manobradas pelos seus superiores e pelo papa, faziam figura de estranhos numa associação que tinha como objectivo reger-se a si mesma. Professores e alunos estavam repartidos entre quatro «nações»; os estudos eram feitos no interior de faculdades: artes, direito eclesiástico, medicina, teologia. A autonomia, simbolizada por um sinete, definida por regulamentos, foi conquistada e defendida contra as pretensões externas do bispo, do chanceler da catedral, do preboste real; não podia ser minada do interior pelos religiosos, mesmo que estivessem ao serviço do



papado que protegera os começos da Universidade. Quando, nos meados do século XIII, esta se encontrou organizada em torno de um reitor, o conflito dos professores seculares e dos alunos contra as ordens mendicantes e a sé romana eclodiu.

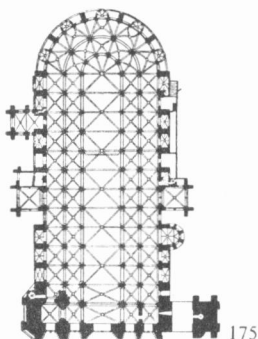
É provável que o drama albigense e as suas longas sequelas retardassem o desenvolvimento da França meridional, tão brilhante no século XII, ao desorganizar a sociedade e a economia; é menos certo que calassem o génio inventivo da literatura de oc, que sofreu prematuramente devido à sua incapacidade de se renovar. O facto certo é o desenvolvimento literário do Norte da França. Afirmaram-se duas tendências: o progresso da prosa, a evolução dos géneros. A aristocracia não foi privada das aventuras épicas, cada vez mais complicadas, mas foi-lhe oferecida a continuação de *Lancelot* em prosa. A poesia cortês, velando os matizes sentimentais sob a alegoria, inspirou cerca de 1236 a Guilherme de Lorris a primeira parte do *Romance da Rosa*, no fim do qual o cavaleiro evitou colher a flor que desejava. Mas, acentuado pela clientela burguesa, o realismo não se deixou embaraçar com estas precauções: desdenhava das proezas cavalleirescas, dos belos

174. Santo Alberto o Grande (1206-1280). O teólogo dominicano foi bispo de Ratisbona. Munique, Bayerische Staatsbibliothek. Foto da Biblioteca.

sentimentos, da idealização da mulher e, naturalmente da clerezia. Louvava a felicidade bem simples de *Aucassin et Nicolette*, ou fazia triunfar a astúcia do camponês que perturbava a pastorela do nobre e da pastora. Deleitava-se com os licenciosos romances medievais em verso, divertia-o levar ao teatro, sob um pretexto religioso ou profano, as aventuras dos cidadãos. Deu uma aparência de verdade às narrativas da cruzada de Constantinopla, redigidas por Roberto de Clary e Geoffroi de Villehardouin.

As novidades de França não foram de imediato completamente imitadas no estrangeiro; a Espanha, a Itália, a Suíça, a Alemanha renana davam ainda o seu favor ao romance cavalleiresco e à lírica cortês.

A robusta saúde da cultura francesa traduzia-se também na arte que os seus detractores denominaram mais tarde de gótica para assinalar a sua pretensa barbárie. Seria desnaturá-la fazer dela o produto de uma inspiração popular, uma criação monstruosa e truculenta ou, ao invés, a solução de um problema de geometria. Exigiu a lenta procura de processos inéditos de construção, fundos consideráveis que só as cidades prósperas podiam proporcionar aos bispos e aos capítulos, a habilidade de homens de ofício que só aceitassem de modo excepcional a colaboração de fiéis entusiastas e inexperientes. Subordinou o lugar das diferentes artes ao primado da arquitectura, que não podia em qualquer caso contentar-se

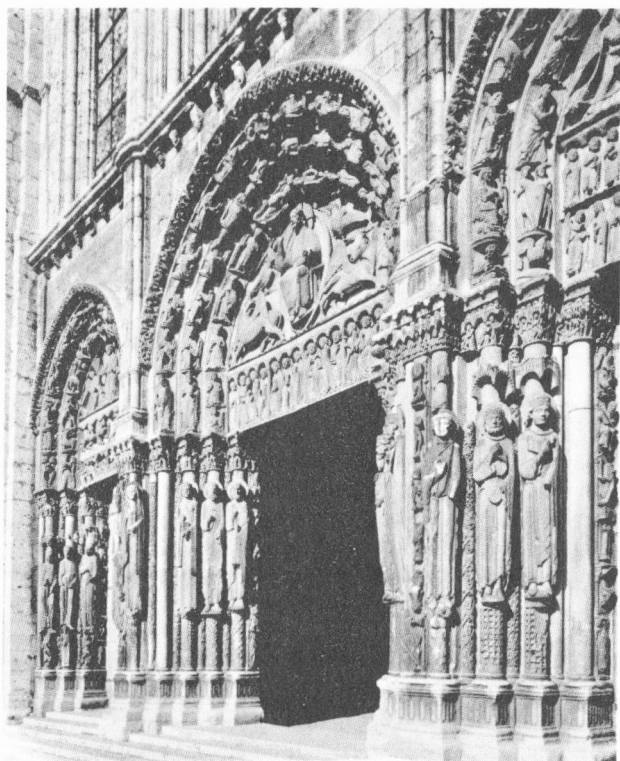


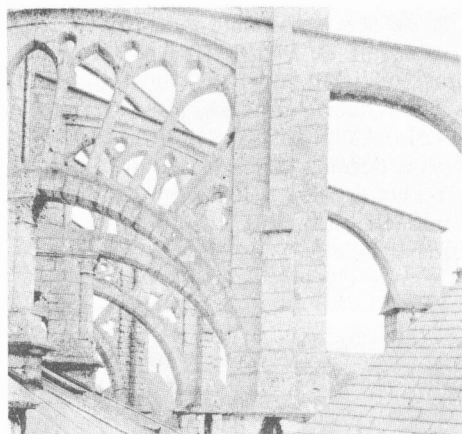
175. Plano da catedral de Burgos. Complexa na sua elevação, a igreja gótica tem um plano de uma harmoniosa simplicidade: aqui, a nave e o coro estão rodeados sem ruptura por duplas colaterais; não há transepto; três pequenas capelas irradiantes apoiadas nos contrafortes da cripta. Segundo Lasteyrie, *L'architecture religieuse*.

176. Pórtico réal de Chartres. Foi composto entre 1145 e 1155: pertence à tradição romana, mas tem a vantagem da libertação da estátua e um espírito de apaziguamento traduzidos sobretudo pelas estátuas-colunas. Assim, situa-se nas origens da escultura gótica. Cristo está sentado no trono do tímpano central, entre os símbolos dos evangelistas. Foto Jean Feuillie.

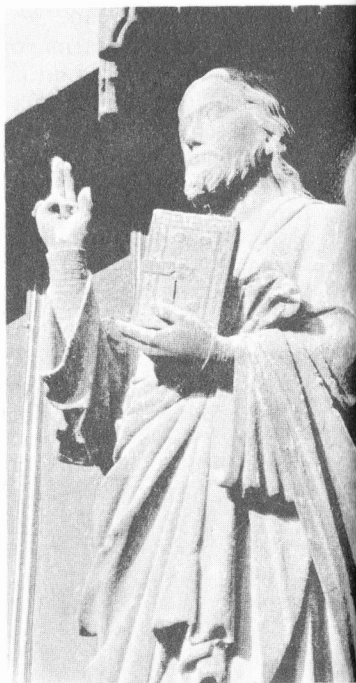
com a improvisação. Abandonou as cenas de terrificante majestade, os seres fantasmagóricos nos quais a imaginação romana se comprazera, pela escultura exacta das plantas e dos animais, pela representação familiar da vida de Cristo, da Virgem, dos santos, pelo desenho das actividades artesanais nos vitrais; aliou a ternura à dignidade numa fusão perfeita de serena humanidade.

Eis o que fez o êxito das catedrais de Chartres, esta reconstruída depois de 1194, de Reims, iniciada em 1212, de Amiens, cujos trabalhos foram dirigidos por Roberto de Luzarches, Tomás e Renaud de Cormont de 1220 a 1248. As igrejas são compridas, largas e altas; no coro têm lugar várias dezenas de cônegos; ao longo das naves laterais, podem ser erigidas capelas pelos corpos de ofícios ou pelas famílias ricas; a abóbada elevada a trinta metros em Paris, cerca de 1180, alcançou quarenta e três metros em Amiens. Já se exercia a virtuosidade: a Santa Capela, relicário da coroa

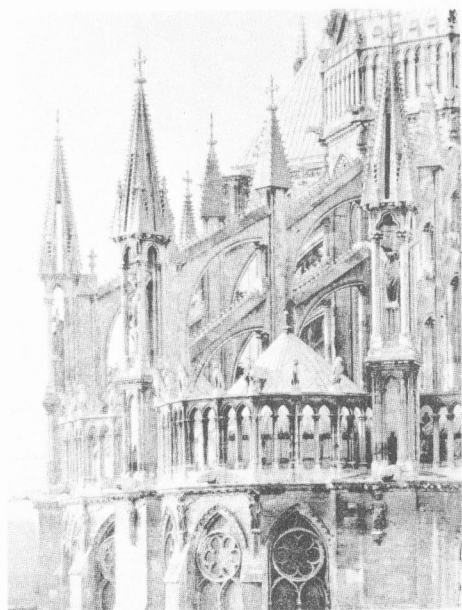




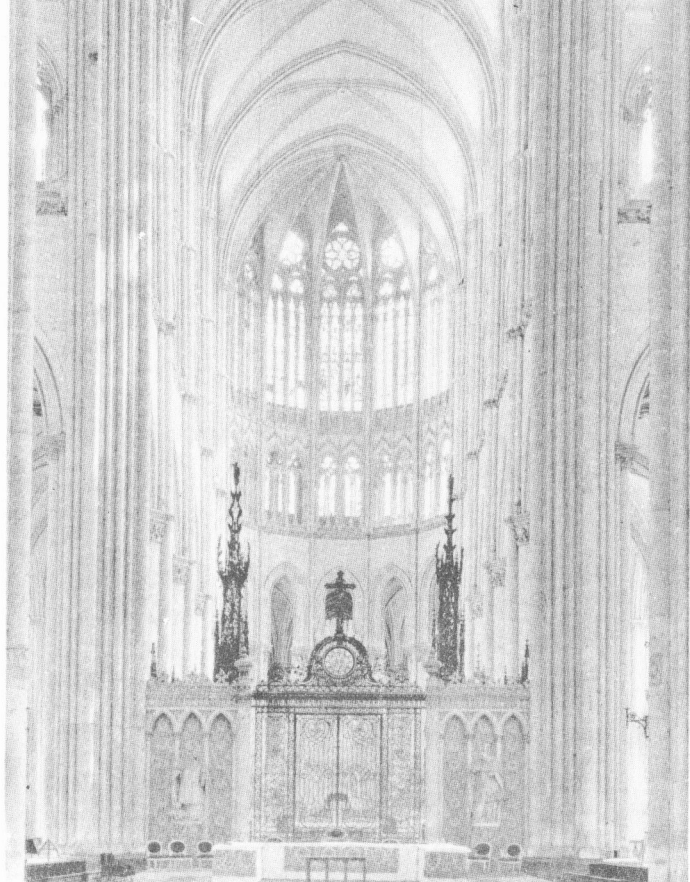
177



179



178



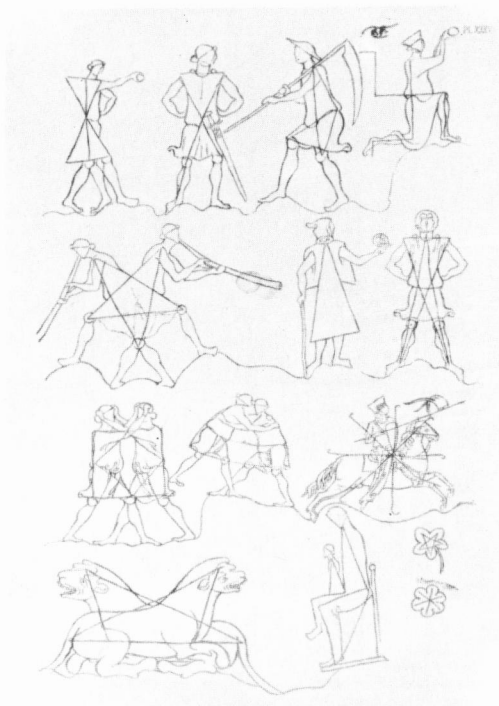
180

177. Arcobotantes da catedral de Chartres. Os arcos e as suas bases, que escoram o coro, têm ainda um aspecto bastante pesado; o arquitecto não procurou o efeito decorativo; utiliza um processo simples de construção. É uma obra de cerca de 1220. *Foto Jean Feuillie.*

178. Arcobotantes da catedral de Reims. O coro, o deambulatório, as capelas irradiantes foram construídas sob a direcção de Jean d'Orbais de 1211 a 1231, depois de Jean le Loup. Os arcobotantes, as bases com os nichos e pináculos são mais leves, mais exuberantes que os de Chartres; são mobilizados pela decoração. *Foto Jean Feuillie.*

179. O «Belo Deus» de Amiens (antes de 1236). Majestade serena de uma arte que atinge a sua plenitude e se liberta da arquitectura sem a renegar; visão tranquila, segura, do que é filho de Deus e Filho do Homem. Catedral de Amiens. *Foto Jean Feuillie.*

180. Cruzeiro do transepto e coro de Amiens. A catedral foi começada em 1220, na parte ocidental; o transepto ficou concluído em 1236, o coro foi terminado em 1269. A construção, de admirável elegância e audácia é de três andares.



181

181. Álbum de Villard de Honnecourt. A célebre personagem trabalhou em diversas obras no Norte da França e na Hungria, entre cerca de 1230 e 1250. O seu caderno compreende planos, relevos, composições gráficas, esboços; a técnica do desenho, baseada nas combinações geométricas, é testemunho da ciência consumada dos arquitetos. Paris, Biblioteca Nacional. *Foto Giraudon.*

182. Abóbadas de Salisbury (Inglaterra). Edificada de 1220 a 1258, esta catedral é o melhor exemplo do gótico primitivo inglês (Early English): menos altura de abóbadas (25 m), suportes delgados com pequenas colunas, continuidade do trifório que disfarça a divisão em traves. *Foto Boudot-Lamotte.*



182



de espinhos, era, na sua parte edificada de 1245 a 1248, apenas um vitral.

Esta arte, que atinge as suas formas mais conseguidas nas cidades da bacia parisiense sob influência real, espalhou-se através da cristandade latina, graças a arquitectos como Villard de Honnecort, cujo caderno de esboços foi conservado; nos Estados francos do Levante, na Alemanha, em Castela, no Centro e no Sul de França, onde Jean Deschamps começou a trabalhar em 1248, em Canterbury e em Westminster. Todavia, bastantes santuários camponeses conservaram as maneiras e as disposições romanas; o primeiro gótico inglês, embora o país tenha sido cedo iniciado nas vantagens do arco quebrado e do seu cruzamento, conservou um certo peso em Salisbury; a Itália não aclimatou de modo algum uma arte que não correspondia nem ao seu passado, nem ao seu presente mediterrânico e oriental.

Do mesmo modo que o brilho da Universidade de Paris não deve fazer esquecer que se alimentou de riquezas intelectuais que italianos, ingleses e alemães lhe ofereceram, os temas orquestrados pela civilização francesa não poderão sufocar outras músicas. Na viva Universidade de Oxford, Robert Grossetête apercebeu-se de que a reverência por Aristóteles podia entravar a observação dos factos; interessando-se pela propagação da luz, insistiu na experiência directa e no tratamento da física pelos matemáticos; foi entendido pelos franciscanos, que não pensavam que uma descrição progressiva da natureza pudesse jamais contradizer a verdade da fé; teve um discípulo genial em Roger Bacon, decepcionado pelo saber livresco dos mestres parisienses. Na Itália, a cultura organizou-se noutras bases: enraizou-se na herança romana jamais esquecida, quer se tratasse da ciência do direito em Bolonha e nas universidades rapidamente estabelecidas nas cidades, do plano basilical das igrejas, da escultura dos baixos-relevos e dos bustos. Apreciava-se a cor dos mármore, dos mosaicos, dos pavimentos, cuja fascinação fora reavivada pelos contactos com o Oriente grego; aprestou-se a temperar o hieratismo bem bizantino das personagens sagradas com a doçura e o sorriso franciscanos. Foi da Toscana, cujas paisagens tão belas encorajaram as almas místicas a celebrar a bondade infinita de Deus, que se evoluiu a mensagem de Francisco de Assis; os homens mais humildes aprenderam que a comunhão fraterna com a natureza e com os seus semelhantes lhes podia proporcionar a paz e a alegria.

183. Nossa Senhora do Grande Vitral (Chartres). Este vitral foi poupado pelo incêndio de 1194; conta-se entre 173 vitrais executados em seguida. *Foto Arquivos Hachette.*



Luís IX de França — São Luís — incarnou a civilização do Ocidente nos meados do século XIII, como Bernard de Clairvaux a recapitulara um século antes. Pensa, age como rei: além de ser o suserano que agrupa em torno de si os chefes dos grandes principados, afasta firmemente as pretensões do papa sobre a Igreja do reino, legisla em nome do interesse geral. Deixa transparecer as suas convicções cristãs tanto no seu governo como na sua vida privada: quer-se justiceiro, encarrega inquiridores de recolher as queixas da gente do seu domínio, consente em concessões para consolidar a reconciliação da sua dinastia com a dos Plantagenetas, é considerado um árbitro tão equitativo que lhe submetem os diferendos que interessam regiões estranhas ao seu reino; conduz-se como filho, como esposo, como irmão, como pai exemplar e este não é o seu mérito menor. Recebe a espiritualidade franciscana, torna-se pobre para estar mais perto dos infelizes. Quer, depois de ter posto em ordem os seus assuntos, servir uma causa que ultrapassa a de cada domínio particular: o interesse da cristandade; e não sem anacronismo, este cavaleiro esgota-se a dar vida à cruzada e aos pequenos Estados da Síria: consagra-lhe seis anos, de 1248 e 1354, cai nas mãos dos Egípcios, de que se liberta mediante pesado resgate, recomeça a empresa em 1270 e morre sob as muralhas de Tuncs.

CONCLUSÃO

O limite da expansão mongol para oeste foi fixado em 1260, quando os mamelucos de Baybars detiveram os asiáticos no Sul da Palestina. Desde então, as relações entre o enorme império dos nómadas, o islão e a cristandade já não são de força, mas de cultura e de comércio.

Os muçulmanos estão bem colocados: muitos dos seus vivem doravante submetidos à autoridade dos vencedores, mas fornecem-lhes a sua experiência administrativa, a sua bagagem científica, e em breve, no Irão, a sua própria religião; os seus comerciantes conhecem desde há muito tempo as vias marítimas e terrestres do Extremo Oriente; por aí vão com um ardor renovado.

Os cristãos da Europa sabem pouca coisa das profundezas da Ásia. No seu tráfego, não avançaram nada para lá da Síria, do mar Negro, dos entrepostos russos. Suspeitam que existem outros cristãos, muito longe deles, mas confundem o enxame nestoriano, as antigas comunidades da Índia litoral, a Igreja monofisita da Etiópia, para imaginar o reino dos Preste João, que lhes teria pedido auxílio um século antes e ao qual o papa respondera, sem que tivesse havido qualquer sequência! É deveras impressionante o facto de, apesar de tanta ignorância, os cristãos terem partido à descoberta da Ásia mongol.

Inocêncio IV em 1245, Luís IX em 1249 e em 1252 enviam mensageiros. Os objectivos são apostólicos e militares: pede-se ao grande khan que conheça melhor a fé cristã, sendo convidado a converter-se. Deseja-se estabelecer uma aliança com ele a fim de assaltar em duas frentes o islão do Médio Oriente. Os resultados são decepcionantes: o chefe supremo dos Mongóis não quer mais do que a homenagem e os humildes serviços do papa e dos reis cristãos; nenhuma ofensiva concertada se torna possível. Aparecem as desilusões: nada de cruzadas, nada de vestígios do Preste João; nada de adesão entusiasta ao que constitui a verdade para os ser-

vidores da Igreja. É o desmentido de alguns dos mitos que sustêm a cristandade.

Mas outros métodos, outras esperanças nascem. Os delegados foram escolhidos nas ordens dominicana e franciscana, cujo ministério se baseia na palavra; Guilherme de Rubroeck participa num debate teológico diante de Mangu em Caracórum, com nestorianos, budistas e muçulmanos; a missão apresta-se a tomar o caminho da cruzada.

Nesta humanidade múltipla, cuja medida os religiosos avaliam com espanto, na qual encontram outras crenças diferentes da do islão ou do paganismo, no meio da qual se cruzam com uma embaixada indiana e com negociantes chineses, penetram por sua vez os comerciantes europeus. Foram precedidos por cristãos deportados, que exercem mesmo o seu ofício entre o séquito do soberano mongol; descobrem os velhos itinerários da Ásia central. Os Genoveses progridem em direcção do Irão, abrem entrepostos. Cerca de 1260, os irmãos Niccolo e Matteo Polo de Veneza propõem os seus artigos ao khan de Kiptchak, no Volga; são desviados até Bukhara devido à insegurança das estradas; depois, juntam-se a uma caravana que os conduz à China, a Khanbalik: Kubilay interroga-os sobre o seu país os seus costumes, o seu papa e os seus príncipes.

Uma ligação pacífica, religiosa e mercantil é estabelecida entre as duas massas simétricas de uma Humanidade com cerca de 250 milhões de indivíduos. Pode-se sonhar nas suas possíveis consequências; porém, a conclusão indiscutível, inimaginável desde há séculos e séculos até esta data, é a que foi realizada pelos ocidentais.

ANEXOS

CRONOLOGIA
ÍNDICE (Remissivo)
BIBLIOGRAFIA

CRONOLOGIA

Ocidente cristão	Oriente cristão
900	
962. Restauração do império a favor do saxão Oto I.	963-969. Nicéforo II Focas imperador.
Cerca de 966. Polónia: baptismo de Mieszko. Dinamarca: Conversão de Harald de Dentes Azuis.	969-976. João I Tzimiszes, imperador. Retomada de Antioquia.
973-983. Oto II, imperador.	970. Federação dos Mosteiros de Monte Atos.
983-1002. Reinado de Oto III, imperador em 996.	976-1025. Basílio II imperador.
985. Hungria: baptismo de Estêvão.	977. Reconstituição de um império búlgaro sob o czar Samuel.
987-996. França: reinado de Hugo Capeto.	
989. Começo do movimento da paz de Deus na Aquitânia.	989. Conversão ao cristianismo de Vladimiro, príncipe de Kiev.

Países do islão	Ásia central, meridional, Insulíndia	África Negra, Américas
	960. China, começo da dinastia dos Song.	900
961. Afeganistão: começo do reinado dos Rhaznevidas.		
969. Os califas fatimidas no Egipto.		
973. Fundação do Cairo.		
	980-990. Norte da Índia: vitória dos Paramara.	
	981. Invasão frustrada do Vietname pelos Chineses.	
antes de 985. Reunião das tribos Oghuzes em redor da família de Seljuk.		
	após 985. Sul da Índia: expansão do reino dos Chola.	987. México: começo do novo império maia.
990. Penetração dos Karakhanidas no emirato samânida.		
991. Ocupação de Peshawar pelos Rhaznevidas muçulmanos.		Fim do século x. México: desaparecimento dos Toltecas. Fim do século x. Peru: começo da civilização de Tiahuanaco.

992. Privilégios concedidos a Veneza pelo imperador alemão e pelo imperador grego.

994-1049. Santo Odilon abade de Cluny.

996-1031. França: reinado de Roberto o Pio.

996. Medidas legislativas contra os progressos da grande propriedade no império grego.

999-1003. Silvestre II papa.

999. Intervenção de Basílio II na Geórgia.

1000

1000. Hungria: Estêvão coroado rei.

1000. Polónia: criação da metrópole religiosa de Gniezno.

1001-1018. Conquista da Bulgária por Basílio II.

1002-1024. Reinado de Henrique II, imperador em 1014.

a partir de 1006. Construção de São Filiberto de Turnus.

Cerca de 1010. Escola de medicina de Salerno.

Países do islão	Ásia central, meridional, Insulíndia	África Negra, Américas
996-1021. Reinado do califa fatimida Hakim.		
997. Proclamação de Mahmud de Rhazni.		
997. Incursão de al-Mansur sobre Santiago de Compostela.		
999. Eliminação dos Samânidas pelos Karakhanidas e os Rhaznevidas.	Cerca de 1000. China: fundação do reino dos Si-Hia.	antes de 1000. África central: começo das migrações dos Bantos. Cerca do ano 1000. Os Escandinavos na Vinlândia. 1000 depois de 1000. Sudão: conversão dos Toucouler ao islão.
1002. Espanha muçulmana: morte de al-Mansur.	1002-1050. Camboja: Suryavarman I. 1005. Os Chola da Índia do Sul atacam o Ceilão.	
1008-1021. Expedições de Mahmud o Rhaznevida no Noroeste da Índia.		1007. México: liga de Mayapan.
1009. Destruição dos santuários de Jerusalém por Hakim.	1009. Vietname: começo da dinastia dos Ly. 1010-1049. Java: reinado de Arlanga.	começo do século XI. Sudão central: Umé à frente do reino do Kanem.

1014. Derrota do czar búlgaro Samuel.
- 1016-1030. Noruega: reinado de Santo Olavo.
- 1017-1035. Knud, rei de Inglaterra, da Dinamarca e da Noruega (1028).
- cerca de 1020. Nova notação musical descoberta por Guid'Arezzo.
1024. Polónia: coroação real de Boleslav o Grande.
- 1024-1039. Reinado de Conrado II, imperador em 1027. Começo da dinastia francónia.
1027. A paz torna-se trégua de Deus.
- 1025-1028. Constantino VIII imperador.
- 1028-1056. Zoé e Teodora, filhas de Constantino VIII, depositárias da legitimidade dinástica.
- cerca de 1030. Agitação em Cremona. Começo do movimento comunal em Itália.
- 1031-1060. França: reinado de Henrique I.
1033. Ligação do reino de Borgonha ao império.
1037. Reunião do reino de Castela e do reino de Leão.
1037. Instauração de uma metrópole religiosa em Kiev.

Países do islão	Ásia central, meridional, Insulíndia	África Negra, Américas
	1012-1025. Vitórias navais dos Chola sobre os Cailendra de Crivijaya.	começo do século XI. Sudão ocidental: conversão ao islão do reino songhai de Gao.
	1016-1115. Ramāju pensador hinduísta.	
depois de 1021. Formação e propagação da seita dos Drusos.		
	cerca de 1027. Japão: começo da luta dos Fujiwara e dos Minamoto.	No decurso do século XI, Sudão ocidental: primeiro reino Mossi.

1031. Fim do califado omíada de Córdova.

1033. Embaixada chola na China.

1037. Morte de Avicena.

1039-1056. Reinado de Henrique III, imperador em 1046.

1043. Ataques dos Normandos contra a Itália bizantina.

1046. Três papas em rivalidade.

1046. Henrique III designa um prelado alemão.

1049-1054. Leão IX papa. O papa dirige o movimento reformador.

1049-1109. Santo Hugo abade de Cluny.

1037-1040. Campanhas vitoriosas dos Bizantinos na Sicília.

1040. Construção de Santa Sofia em Kiev.

1041-1042. Revolta dos mercenários de Bizâncio na Sicília. Recuo diante dos Muçulmanos.

1043. Ataque dos Russos a Constantinopla.

1045. Fundações de escolas de direito e de filosofia em Constantinopla; prestígio de Michel Psellos (†1078).

1048. Invasão dos Petchenegues no Noroeste dos Balcãs.

1040. Derrota dos Rhaznevidas pelos turcos seljúcidas.

cerca de 1040. Sudão ocidental: ascensão de uma dinastia muçulmana no reino de Tekrur.

1044-1077. Birmânia: reinado de Anoratha em Pagan.

1048. Primeiro ataque dos turcos seljúcidas contra o império do Oriente.

1048. Ruptura dos Zirides de Ifriqiyya com os Fatímidas.

1048. Instalação da confraria dos Almorávidas numa ilha do rio Senegal.

cerca de 1050. China: invenção dos caracteres móveis de imprensa.

meados do século xi. Sudão ocidental: penetração do islão no reino de Gana.

1051-1053. Invasão da África do Norte pelos Banu Hilal.

1053-1054. Os Seljúcidas na Arménia

1053. Tomada de Sidjilmas pelos Almorávidas.

1051. Japão: Guerra dos Fujiwara e dos Minamoto.

1054. Excomunhões recíprocas do legado romano, o cardeal Humberto, e do patriarca de Constantinopla, Miguel Cerulário.

1056-1106. Alemanha: reinado de Henrique IV.
a partir de 1056: movimento da Pataria em Milão.

1057. Golpe de Estado que leva ao poder em Bizâncio Isaac I Comneno.

1059. Decreto subtraindo a eleição do papa à intervenção do imperador.

1059. Investidura dos territórios do Norte de Itália conquistados pelos Normandos, concedida pelo papa a Roberto Guiscard.

1060. Começo da conquista da Sicília árabe pelos normandos de Itália.

1060-1108. França: reinado de Filipe I.

1063. Península Ibérica: expedição de cavaleiros cristãos que se apoderaram de Barbastro.

cerca de 1065-1100. A *Canção de Rolando*.

1066. Desembarque do duque de Normandia, Guilherme o Bastardo, em Inglaterra; batalha de Hastings; conquista.

1067-1072. Romano IV Diógenes imperador.

1055. Tomada de Bagdade pelos Seljúcidas. Toghrul-beg sultão.

1058. Sudão ocidental: tomada de Audaghost pelos Almorávidas.

1063-1072. Sultnato de Alp Arslan.

1064. Tomada de Ani na Arménia pelos turcos seljúcidas.

1069. Os turcos seljúcidas em Konya no centro da Ásia Menor.

1070. Fundação de Marráquexe pelos Almorávidas.

1070-1076. Índia do Sul: independência recuperada pelos Pandya e Ceilão.

1071. Tomada de Bari pelos Normandos e fim do domínio bizantino na Itália.

1073-1085. Gregório VII papa.

1075. Enunciado das prerrogativas do bispo de Roma nos *Dictatus papae*. Começo do conflito das investiduras.

1077. Encontro de Gregório VII e de Henrique IV em Canossa.

1082. Privilégios concedidos aos Venezianos no império do Oriente.

1084. Coroação imperial de Henrique IV por um antipapa.

1084. Fundação da Chartreuse por São Bruno.

1085. Tomada de Toledo por Afonso VI de Castela.

1086. Inglaterra: recenseamento dos homens e dos recursos (*Domesday Book*).

1088. Começo da construção da 3.^a abadia de Cluny.

1091. Ocupação da Croácia pelo rei da Hungria.

1091. Fim da conquista da Sicília pelos Normandos.

1093. Ogiva utilizada na catedral de Durham.

1094. Consagração de São Marcos de Veneza.

1094. Instalação do Cid em Veneza.

1095. Pregação da primeira cruzada pelo papa Urbano II.

1071. Derrota do exército bizantino em Mantzikert.

1073-1074. Miguel V Ducas imperador.

1073-1074. Empresa do aventureiro normando Roussel de Bailleul.

1078-1081. Nicéforo III Botaniato imperador.

1081-1118. Aleixo I Comneno imperador. Nova dinastia.

1091. Vitória de Aleixo I sobre os Petchnegues.

1096-1097. Passagem dos cruzados, pessoas pobres e depois cavaleiros em Constantinopla.

1072-1092. Sultânato
de Mal'ik-chah.

1076. Tomada de
Gana pelos Almo-
rávidas. Conversão
forçada da popu-
lação.

1078. Tomada de
Niceia pelos Sel-
júcidas.

1084. Tomada de
Antioquia pelos
Seljúcidas.

1084. Vietname: fixa-
ção das fronteiras
com a China.

1086. Vitória dos
Almorávidas sobre
os cristãos de Espa-
nha em Zalaca.

1086. China: morte
do reformador
Wang Ngan-che.

cerca de 1090. Apa-
recimento da seita
dos Assassinos.

Antes de 1090. Bir-
mânia: construção
do Ananda em Pa-
gan.

1098. Fundação de Citeaux por Roberto de Molesme.

1098. Tomada de Antioquia pelos cruzados. Instalação de Bohémond.

1099. Tomada de Jerusalém pelos Cruzados.

1100

cerca de 1100. Esculturas de Moissac. começo do século XII, França: primeiros poemas líricos cortesões.

1101-1135. Inglaterra: reinado de Henrique I Beauclerc.

1102. Ligação da Croácia e da Dalmácia à Hungria.

1106-1125. Alemanha: reinado de Henrique V, coroado imperador em 1111.

1108-1137. França: reinado de Luís VI o Grande.

1108. Fundação da abadia de cónegos regulares de São Vítor em Paris.

1112. Revolução comunal em Laon.

1115. São Bernardo, abade de Clairvaux.

1118. Encontro de Abelardo e de Heloisa.

1120. Fundação de Prémontré por São Norberto.

cerca de 1120. Aparecimento dos primeiros estatutos de ofícios.

1122. Concordata de Worms.

1122. Suger abade de Saint-Denis.

1122-1156. Pedro o Venerável, abade de Cluny.

1100. Balduino I rei de Jerusalém.

1109. Fundação do condado de Tripoli.

1118-1143. João II imperador.

1121. Esmagamento dos Petchenegues.

Países do islão	Ásia central, meridional, Insulíndia	África Negra, Américas
-----------------	---	---------------------------

Fim do século xi.
China aparecimen-
to da bússola.

Fim do século xi.
Sudão: conversão
ao islão dos reinos
do Kanem e do
Songhai.

1100

Corrente o século
xii. Dominação de
Quiloa sobre os
postos costeiros do
Sudoeste Africano.

1111. Morte do filó-
sofo Al-Rhazali.

1112-1152. Camboja:
reinado de Surya-
varman II.

1144. China: ofen-
siva dos Djurtche-
tes contra os K'i-
-tan.

1112. China: tomada
de Pequim pelos
Djurtchetes.

1125-1137. Alemanha: reinado de Lotário II coroado imperador em 1133.

1125. Privilégios concedidos a Novgorod.

cerca de 1125. Ensino do jurista Irnério em Bolonha.

cerca de 1125. Começo das traduções em Toledo.

1127. Cartas de isenções para as cidades flamengas.

1130. Rogério II coroado rei da Sicília.

1134. Tomada de Djerba pela marinha siciliana.

1136. *Sic et Non* de Abelardo.

1137-1152. Alemanha: reinado de Conrado III, primeiro imperador da linhagem dos Staufen.

1137. Casamento de Luís VII e de Alienora de Aquitânia.

1137. União de Aragão e do condado de Barcelona.

1137-1180. França: reinado de Luís VII.

1138. Intervenção do imperador João II em Antioquia.

1139. Portugal transformado em reino (reconhecimento em 1143).

1140. *Decreto* de Graciano, fundamento do direito canônico clássico.

1140. Condenação de Abelardo no concílio de Sens.

1143. Criação de uma comuna em Roma.

1143-1180. Manuel I Comneno imperador.

1144. Consagração da nova abadia de Saint-Denis.

Países do islão	Ásia central, meridional, Insulíndia	África Negra, Américas
1125. Instalação do mádi almóada Ibn Tumart em Timnel (Sul de Marrocos).	1125. China: começo da dinastia Kin dos Djurtchetes. 1125. Migração dos K'i-tan que fundam o império dos Kara Kitay (Ásia central). 1127. China: recuo dos Song sobre o Sul (Song meridionais).	
1128. Tomada de Alepo por Zengui.		
1129. Morte de Ibn Tumart: sucessão tomada por Abd al-Mu'min.	1130-1200. Tchu Hi, renovador do confucionismo. 1132. China: Hang-tcheu capital dos Song.	
1135-1204. Maimónides, filósofo judeu.	cerca de 1135. Camboja: construção de Angkor Vat.	
	1138. China: paz entre os Song e os Kin.	
	1141-1222. Os Kiptchak nas estepes russas.	

cerca de 1145. *Cantar de mio Cid*.
cerca de 1145. Pórtico real de
Chartres.

1146. Desordens provocadas em
Roma por Arnaud de Bréscia.

1147. Cruzada alemã contra os
escravos pagãos (Vénetos).

1147. Assembleia de príncipes
russos em Moscovo.

1147-1149. Segunda cruzada.

1150. Alberto o Urso, margrave
de Brandeburgo.

1152-1190. Alemanha: reinado de
Frederico I Barba-Roxa, coroado
imperador em 1155.

1152. Casamento de Alienora de
Aquitânia, repudiada por Luís
VII, com Henrique II Planta-
geneta, conde de Anjou, duque
da Normandia.

1152. *Livro das Sentenças*, de
Pedro Lombard.

1153. Morte de São Bernardo.

1154-1189. Inglaterra: reinado de
Henrique II Plantageneta.

1154-1156. Jorge Dolgoruki,
príncipe de Suzdal.

1154-1174. André Bogoliubski,
príncipe de Suzdal.

cerca de 1157-1170. *Tristão e
Isolda*.

1157. Ruptura do imperador com
o papado.

1157-1180. Dinamarca: reinado de
Valdemar o Grande.

1158. Começo da expansão de
Lübeck.

1158. Fundação de Munique.

1159-1183. Pontificado de Ale-
xandre III.

a partir de 1160. Extensão da
autoridade de Henrique de Leão,
duque de Saxe, sobre o Meclem-
burgo e a Pomerânia.

1145. Invasão do
Champa pelos
Khmers.

1145-1146. Conquista
do Magrebe oci-
dental pelo almôa-
da Abd al-Múmin.

1146. Retomada de
Edessa aos cruza-
dos.

1147-1148. Reconhe-
cimento da autori-
dade de Abd al-
Mu'min sobre o
oeste da Andaluzia.

cerca de 1150. Che-
gada do chefe mu-
çulmano Ramaka-
raro no leste de
Madagáscar.

1152. Vitória de Setif
que dá o Magrebe
central aos Almoá-
das.

1153. China: Pequim
principal capital
dos Kin.

1154. Ligação do
principado de Da-
masco ao domínio
de Nur al-Din.

1159-1160. Conquista
da Ifriqiyya pelos
Almóadas.

1160-1181. Japão: do-
minação dos Taira.

1163-1184. Reinado
do califa almóada
Abu Ya'qub.

1162. Destruição de Milão por Frederico Barba-Roxa.

1162-1182. Obras de Cristiano de Troyes.

1163. Começo da construção de uma nova catedral em Paris.

1164. Criação do arcebispado de Uppsala (Suécia).

1165. Canonização de Carlos Magno.

1167. Concílio cátaro de Languedoque. (?)

1170. Conversão do comerciante de Lyon Pierre Valdès a uma vida pobre e evangélica.

1170. Assassínio de Thomas Becket, arcebispo de Cantuária.

1171. Constantinopla: motins contra os Venezianos. Benefícios comerciais concedidos a Génova e a Pisa.

1171-1196. Sérvia: reinado de Estêvão Nemanja.

1173-1196. Hungria: reinado de Bela III.

1174. Instituição dos guardas das feiras de Champagne.

1176. Vitória das cidades lombardas sobre o imperador em Legnano.

1177. Encontro de Frederico I e de Alexandre III em Veneza.

cerca de 1180. Aparecimento do moinho de vento no Noroeste da Europa.

1174-1185. Balduino IV o Leproso, rei de Jerusalém.

1176. Derrota dos Bizantinos em Myriokephalon.

1180-1223. França: reinado de Filipe II Augusto.

1180-1183. Aleixo II Comneno imperador.

1164. Intervenção de
Nur al-Din no
Cairo.

1168. México: des-
moronamento do
domínio dos Tula.

1168. Instalação dos
Aztecas.

1169. Acesso de Sa-
ladino ao vizirato
no Cairo.

1170. Construção da
Giralda em Sevilha.

1171. Supressão do
califado fatimida
por Saladino.

1172. Reconheci-
mento do califa al-
móada por toda a
Espanha muçul-
mana.

1173. Ocupação de
Rhazni pelos Rhu-
ridas.

1174. Tomada de
Damasco por Sa-
ladino.

1177. Camboja: in-
cursão dos Chamas
até Angkor.

1182. *Perceval* por Cristiano de Troyes.

1183. Paz de Constância; reconhecimento das liberdades das comunas lombardas pelo imperador.

1189-1199. Inglaterra: reinado de Ricardo Coração de Leão.

1190-1197. Alemanha: reinado de Henrique VI, coroado imperador em 1191.

1192. Cunhagem de moedas grandes de prata em Veneza.

1194. Henrique VI coroado rei da Sicília.

1182. Massacre dos Ocidentais em Constantinopla.

1183-1185. Andronico I Comneno imperador.

1183-1190. Expansão da Sérvia.

1185. Reconstituição de um reino búlgaro por Pedro e Asen.

1185-1195. Isaac II Anjo imperador.

1191. Tomada de Chipre por Ricardo Coração de Leão.

1191. Retomada de Acre pelos cruzados.

1195-1203. Aleixo III Anjo imperador.

1197-1207. Bulgária: reinado de Kalojan.

Países do islão	Ásia central, meridional, Insulíndia	África Negra, Américas
	1181-1219. Camboja: reinado de Jaya- varman VII.	
1184-1199. Reinado do califa almóada Ya'qub al-Mansur.	1185. Japão: Vitória dos Minamoto sobre os Taira. Instalação em Kamakura.	
1186. Anexação do Penjabe por Maha- mad de Ghor.		
1187. Batalha de Hattin e tomada de Jerusalém por Sa- ladino.		
		1190-1225. Etiópia: reinado de Santo Lalibala.
	1192. Japão: Yori- tomo Minamoto shogun. a partir de 1192. Índia do Norte: conquistas de Muhammad de Ghor; fundação de um Estado muçul- mano.	
1193. Morte de Sala- dino.		1194. México: fim da liga de Mayapan.
1195. Vitória dos Almóadas sobre os castelhanos em Alarcos.	cerca de 1195. Mon- golia: Temudjin proclamado «khan oceânico» (Gengis- cão).	
		1197. Peru: começo do domínio dos Incas no vale de Cuzco.

- 1198. A Boémia, reino hereditário para Premysl I.
- 1198. Alemanha: eleição real dupla de Filipe de Suábia e Oto de Brunswick.
- 1198-1216. Pontificado de Inocêncio III.
- 1199-1216. Inglaterra: reinado de João Sem-Terra.

1200

- 1201. Fundação de Riga.
- 1202. Confiscação dos feudos franceses de João Sem-Terra.

1202-1204. Quarta cruzada.

- 1204. Ocupação da Normandia, de Anjou, de Poitou por Filipe Augusto.

- 1203. Primeira entrada de cruzados em Constantinopla.
- 1204. Segunda conquista de Constantinopla pelos Ocidentais. Fundação de um império latino: proclamação de Balduino I.
- 1204. Império grego de Trebizonda.
- 1205. Estado despótico grego de Epiro.
- 1205. Guerra dos Búlgaros contra os Latinos do Oriente.
- 1206-1222. Teodoro I Láscaris, imperador grego de Niceia.
- 1206-1216. Henrique de Flândres, imperador latino de Constantinopla.

- 1207. Pregação de São Domingos em Languedoque.
- 1209. Começo da cruzada contra os Albigeneses.
- 1209. Oto IV coroado imperador.
- 1209. Primeira fraternidade franciscana.
- 1211. Frederico II, rei da Sicília, eleito rei da Alemanha.
- 1212. Vitória dos cristãos de Espanha em Las Navas de Tolosa.

- 1207. Morte de Bonifácio de Montferrat.
- 1209. Godofredo de Villehardouin, príncipe de Acaia.

1198. Morte de Aver-
roes.

fim do século XII.
México: avanço
dos Chichimecos.

1199. Japão: morte
de Yoritomo Mi-
namoto. Regime de
regentes de shogu-
nat com os Hojo.

1200

1201. Mongólia. Dja-
muqa proclamado
«khan universal».

1202. Índia do Norte:
anexação do reino
Sena de Bengala
por Muhammad de
Ghor.

1203-1220. O Cam-
boja domina o
Champa. Construção do Bayon e
de Angkor Thom.

Decurso do século XII.
Extensão do reino
chadiano de Ka-
nem.

1206. Morte de
Muhammad de
Ghor.

após 1206. Avanço
dos Kharezmianos
para o Khurasan
e Afeganistão.

1206. Mongólia: reu-
nião de tributos a
Gengiscão.

1209. Submissão dos
Si-Hia da China do
Noroeste aos Mon-
góis.

1211-1235. Sultões
escravos de Delhi.

a partir de 1212. Des-
locação do domí-
nio dos Almóadas.

1213. Vitória dos cruzados de Simon de Monford sobre Pedro II de Aragão em Muret.

1214. Vitórias de Filipe Augusto em Bouvines e La-Roche-aux-Moines.

1215. Estatutos dados à Universidade de Paris pelo legado pontifício.

1215. A *Magna Carta* em Inglaterra.

1215. Quarto concílio de Latrão.

1216-1272. Inglaterra: reinado de Henrique III.

1217. Pedro de Courtenay, imperador latino de Constantinopla, feito prisioneiro pelos Gregos do estado despótico de Epiro.

1217-1224. Sérvia: reinado de Estêvão «o primeiro coroadado».

1219. Autonomia da Igreja da Sérvia com Santo Sabbas.

1220. Começo da construção da catedral de Amiens.

1220. Coroamento imperial de Frederico II que une os reinos da Alemanha, da Itália e da Sicília.

1221. Morte de São Domingos.

1222. Bula de ouro húngara.

1222-1254. João III Vatatzes imperador de Niceia.

1223-1226. França: reinado de Luís VIII.

1223. Primeira incursão mongol na Rússia.

1224. Fim do reino latino de Salónica.

1226. Começo da construção da catedral de Burgos.

1226. Morte de São Francisco de Assis.

1226-1270. França: reinado de Luís IX.

Países de islão	Ásia central, meridional, Insulindia	África Negra, Américas
-----------------	---	---------------------------

1213. Os Tamules em
Ceilão.

1215. Tomada de
Pequim por Gen-
giscão.

1217. Grande caval-
gada de Muham-
mad de Kharezm.
Apogeu do seu po-
derio.

1218. Ruína do im-
pério dos Kara
Kitay.

1219-1224. Ruína do
domínio kharez-
miano.

1220. Índia do Sul:
vitória dos Pandia
sobre os Chola.

1221. Japão: malo-
gro de uma tenta-
tiva de restauração
da autoridade im-
perial.

1222. Índia do Norte:
aparição dos Mon-
góis repelidos por
Itutmich.

1222. Java: usurpa-
ção de Angrok.

1225. Vietname:
substituição dos Ly
pelos Tran.

1227. Morte de Gen-
giscão.

1227. Vitória dos Alemães sobre os Dinamarqueses.
 1227. Ezzelino da Romano podestade de Verona.
 1227-1241. Pontificado de Gregório IX.
 1229. Tratado de Paris entre o rei de França e o conde de Toulouse.

cerca de 1230-1240. Primeira parte do *Romance da Rosa* por Guilherme de Lorris.

1231. Reaparição da moeda de ouro na Sicília.
 1233. A inquisição confiada aos dominicanos.
 1234. Elevação do conde de Champagne no reino de Navarra.

1237. Abertura da via do Saint-Gothard.
 1238. Tomada de Valência pelos Aragoneses.

1241. Tratado entre Hamburgo e Lübeck.
 1241. Incursão Mongol na Polónia e na Hungria.

- 1243-1254. Pontificado de Inocêncio IV.
 1243-1248. Construção da Santa Capela em Paris.

1230. Vitória de João Asen sobre Teodoro Ange, déspota de Epiro, proclamado imperador.

1235. Patriarca búlgaro em Tirново.

1236. Cerco de Constantinopla pelos gregos de Niceia e pelos Búlgaros.

1240. Tomada de Kiev pelos Mongóis; começo do império da Horda de Ouro.
 1240. Vitória de Alexandre Nevski, príncipe de Novgorod, sobre os Suecos.

1242. Vitória de Alexandre Nevski sobre os cavaleiros Porte-glaive.

Países de islão	Ásia central, meridional, Insulíndia	África Negra, Américas
-----------------	---	---------------------------

- | | | |
|---|--|---|
| <p>1229. Acordo do imperador Frederico II e do sultão do Egipto relativamente ao estatuto de Jerusalém.</p> | <p>1229. Conquista de Assam pelos Thai.
1229-1241. Ogoday, grande khan.
1229-1234. China do Norte: destruição do Estado dos Kin pelos Mongóis.
1230-1231. Conquista do Irão ocidental pelos Mongóis.</p> | <p>cerca de 1230. Sudão: apogeu do reino Sosso sob os Kantes.</p> |
| <p>1235-1236. Fundação do reino «abdawadida» de Tlemcen.</p> | <p>1234. Libertação de Ceilão do domínio tamule.
1235. China: começo dos ataques mongóis contra os Song.</p> | <p>1235. Sudão: vitória de Sundiata Keita sobre os Sosso e fundação do reino de Mali.</p> |
| <p>1236-1237. Fundação do reino hafsida de Tunes.</p> | <p>1236. Emissão de papel moeda na China mongol.</p> | |

1244. Tomada da fortaleza cábara de Montségur.

1245. Primeiro concílio de Lyon; deposição de Frederico II.

1245-1248. Ensino de santo Alberto o Grande em Paris.

1246. Viagem de João de Palin Carpin até à Mongólia.

1246. Vitória de João III Vatatzes sobre os Búlgaros e sobre os Gregos de Salónica.

1248. Começo da construção da catedral de Colónia.

1248. Tomada de Sevilha pelos Castelhanos.

1250. Morte do imperador Frederico II. Começo do «Grande Interregno» na Alemanha.

1250. Fundação de Estocolmo.

1248-1254. Cruzada de Luís IX de França.

1252. Cunhagem de moedas de ouro em Genebra e em Florença.

1252. Chegada de São Tomás de Aquino à Universidade de Paris.

1254. Guilherme de Rubrock na corte mongol.

1252-1263. Reunião dos territórios russos do Norte sob Alexandre Nevski.

1255-1259. Teodoro II Láscaris, imperador de Niceia.

1257. O sérvio Constantino Tich, czar da Bulgária.

1259. Tratado de Paris entre Luís IX e Henrique III.

Países do islão	Ásia central, meridional, Insulíndia	África Negra, Américas
1244. Tomada de Jerusalém pelos Kharezmianos.		
1244-1258. Alarga- mento do poderio dos Marinidas em Marrocos.	1245. Índia do Norte: novos ataques mongóis repelidos.	
	1246-1248. Grande império de Guyuk.	
	1247. Submissão do Tibete aos Mongóis. cerca dos meados do século XIII: pene- tração dos Thais no império khmer.	
1250. Assassínio do último sultão ayyu- bida do Cairo. Começo do regime dos Mamelucos no Egipto.		cerca dos meados do século XIII: funda- ção de Ife, capi- tal religiosa do Yoruba.
		cerca dos meados do século XIII: início do reino do Congo.
		cerca dos meados do século XIII: início do povoamento do planalto central de Madagáscar.
	1251-1259. Grande Canato de Mangu.	cerca dos meados do século XIII: pene- tração do islão no reino dos Haussas.
	1253. Os Mongóis Yuan-nan.	
	1256. Hulagu na Pér- sia.	

1260-1266. Primeira viagem dos
Polo na Ásia.

1261. Retomada de Constan-
tinopla por Miguel VIII
Paleólogo, imperador de
Niceia.

1265. Proclamação de Carlos de
Anjou rei da Sicília.

1258. Tomada de Bagdade pelos Mongóis e desaparecimento do califado.

1259-1294. Reinado de Kubilay.

1260. Vitória do mameluco Baybars sobre os Mongóis. Renascimento do califado abássida no Cairo.

1264. Pequim capital de Kubilay.

1269. Fim da dinastia almóada.

1279. Fim da conquista da China pelos Mongóis.

ÍNDICE (Remissivo)

- Abaga, 335.
Abássidas (os) dinastia de califas, 90, 92, 93, 94, 104, 105, 252, 273, 328, 329, 342.
Abd al Mu'min, califa almóada, 119-120, 124.
Abd al-Rahman III, califa de Córdoba, 91.
Abdallah ibn Yassin, chefe almorávida, 111.
Abdalwadidas (os) dinastia muçulmana de Tcemen, 124.
Abelardo, 212, 213.
Absalon, 233.
Abu-Bakr, 116.
Administração, Inglaterra, 195, 196, 366, 367; Camboja, 72; China, 42; Império mongol, 332-333; França, 362; Japão, 51-53; Sicília, 198-199; Territórios Seljúcidas, 101-102; Vietname, 57.
Aetheraed II, rei de Inglaterra, 230.
Afonso VI, rei de Castela, 153, 199.
Afonso VII, rei de Castela, 199.
Afonso Henriques, rei de Portugal, 199.
Afonso de Poitiers, conde de Toulouse, 362.
Agau (os), povo da Abissínia, 301.
Agricultura, 10; África negra, 305; Camboja, 69; China, 42, 46; Madagascar, 306; México, 290; Ocidente, 139-142; Países do Islão, 84; Países Seljúcidas, 100; Peru, 292; Rússia, 227.
Aibek, sultão de Delhi, 339.
Ainus, povo do Japão, 51.
Airlanga, soberano de Java, 77.
Akuta, chefe Djurtchete, 39.
Alawitas, seita do Islão, 89.
Alberto de Ballenstadt, margrave de Brandeburgo, 161.
Alberto de Bollstadt (Santo), 370.
Alberto de Brema, 164.
Al-Biruni, sábio muçulmano, 19, 21, 81.
Alexandre III, papa, 191, 194.
Alexandre III, rei da Escócia, 232.
Alexandre de Hales, teólogo cristão, 370.
Alexandre Nevski, príncipe de Novgorod, 229, 230, 344.
Aleixo I Comneno, imperador grego, 178, 179, 180.
Aleixo II Comneno, imperador grego, 182.
Aleixo III Anjo, imperador grego, 182, 184.
Aleixo IV Anjo, imperador grego, 184.
Aleixo V Ducas, imperador grego, 184.
Al-Hanam II, califa de Córdoba, 92.
Al-Hakim, califa fatimida, 89, 279.
Al-Halladj, místico muçulmano, 84.
Al-Idrisi, geógrafo árabe, 240.
Al-Kharezmi, sábio muçulmano, 260.
Al-Mansur, vizir, 109.
Al-Mawardi, jurista, 99, 102.
Al-Motamid II, rei de Sevilha, 92.
Al-Mustancir, califa, 89.
Al-Nasir, califa, 105, 124.
Al-Nasir Yusuf, príncipe de Alepo, 328.
Al-Rhazali, filósofo muçulmano, 102, 113, 119, 122.
Alemães (os) 161, 164, 220, 227, 229, 256, 257, 274, 327, 357, 378.
Ali, genro de Maomé, 87, 88, 89, 279.
Aliénor de Aquitânia, 201.
Alimboazari, chefe de Madagascar, 306.
Almóadas (os), dinastia berbere, 111, 115, 120, 122, 123, 124, 153, 154, 243.
Almorávidas (os) dinastia berbere, 111, 113, 115-119, 120, 124, 153, 243, 254, 299.
Alp Arslan, chefe dos Seljúcidas, 99.
Álvares (os) sábios hindus, 31.
Amalfitanos (os), 172, 249.
Amaury I, rei de Jerusalem, 156.
Amaury de Montfort, conde de Toulouse, 361.
Ana Comneno, escritora grega, 180.

- Anamitas (os), 55, 56, 57, 61, 63, 338.
 Andrei Bogoliubski, príncipe de Souzdal, 229.
 Andronico Comneno, imperador grego, 182.
 Anglo-Saxões (os), 195.
 Angrok, soberano de Java, 77.
 Anjos, dinastia dos, 185, 193.
 Anoratha, rei da Birmânia, 26, 61, 62.
 Anselmo, arcebispo de Cantuária, 197.
 Árabes (os), 9, 19, 62, 74, 75, 91, 104, 105, 111, 115, 123, 124, 168, 173, 174, 198, 213, 239, 247, 249, 257, 258, 268, 269, 290, 297, 303, 306.
 Arawak (os) povo ameríndio, 297.
 Ariq-Boge, irmão de Kubilay, 329.
 Aristóteles, 81, 83, 122, 258, 260, 369, 370, 378.
 Arménios (os), 100, 173, 227.
 Arnaldo de Bréscia, reformador italiano, 189.
Artes: América, 286, 287, 291, 294, 295; Ásia Mongol, 333-334; Camboja, 67-69; China, 47; Índia, 279-280, 342; Ocidente, 206-207, 372-378; Oriente Cristão, 171-172; Países do Islão, 84, 104-105.
 Artur de Bretanha, 361.
 Asen, restaurador do reino búlgaro, 183, 221-222.
 Asen II rei da Bulgária, 221-222.
 Assassinos (os), seita muçulmana, 103, 328.
 Atiça, reformador do budismo, 30.
 Averróis (ver Ibn Ruchd) Filósofo muçulmano, 122, 260, 370.
 Avicena (v. Ibn Sina), 84, 94, 102, 260.
 Ayyubidas (os), dinastia fundada por saladino, 108, 183, 328.
 Astecas (os), 286.
 Bagratidas (os), dinastia arménia, 170, 181.
 Balban, sultão de Delhi, 342.
 Balduíno I, imperador latino do Oriente, 184, 186, 221.
 Balduíno I, rei de Jerusalém, 155.
 Balduíno IV, rei de Jerusalém, 155.
 Bambara (os), povo do Sudão, 303.
 Banu Hilal (os), tribos beduínas, 91.
 Bantos (os), povos da África Central, 303, 305.
 Banu Sulaim (os), tribos beduínas, 91.
 Baraka, khan de Kiptchak, 329, 335.
 Bardas Focas, nobre bizantino, 174.
 Bardas Skleros, nobre bizantino, 174.
 Basílio II, imperador grego, 167, 169-170, 172-175, 220, 221.
 Batu, neto de Gengiscão, khan de Kiptchak, 326, 327, 328, 329-330.
 Baybars, sultão do Egito, 329, 344.
 Beatriz, condessa da Toscana, 194.
 Bela III, rei da Hungria, 217.
 Bela IV, rei da Hungria, 327.
 Bekri (el), geógrafo árabe, 116, 254.
 Benjamim de Tudela, viajante judeu, 247.
 Berberes (os), 82, 91, 111, 113, 115-117, 120, 124, 303.
 Bernardo (S.), 151, 156, 189, 206, 380.
 Bernard de Chartres, 213.
 Bhagavatas, fiéis de Krishna, 31.
 Birmaneses (os), 56.
 Bizantinos (os) 99, 100, 106, 153, 161, 170, 249, 252.
 Bosquímanos (v. San) povo da África Oriental e Austral, 303.
 Bogomiles (os), cristãos heréticos, 176, 221.
 Bohémond, príncipe de Antioquia, 178, 182.
 Boleslav o Valente, rei da Polónia, 225.
 Boleslav III, rei da Polónia, 225.
 Bonifácio de Montferrat, chefe da 4.^a cruzada, 183, 185.
 Bon-Po (os), seita tibetana, 30.
 Bordigon (os), clã mongol, 317.
 Borte, esposa de Gengiscão, 318, 323.
 Brama, primeira divindade hindu, 283.
 Bramanismo (v. Hinduísmo), 29.
 Branca de Castela, rainha de França 363.
 Bratislav, rei da Boémia, 223.
 Bretões (os), 195.
 Bruno (São), 150.
 Buda, 54, 62, 64-65, 69.
 Buddhaghosa, monge budista, 26.
 Budismo, 11, 14, 17, 18, 25, 26, 27-31, 33, 34, 46, 47-48, 50, 55, 57, 62, 77, 258, 318-319, 334, 335, 338, 339, 342, 381.
 Búlgaros (os), 127, 130, 131, 167, 174, 183, 186, 220, 221, 227, 322, 326-327.
 Buwayhides (os), governadores da Pérsia, 94, 98.
 Cahorsins, 358.
 Cailendra (os), dinastia de Java, depois de Sumatra, 27, 74-77.

- Camponeses*: Camboja, 73; China, 43-44; Ocidente, 141-144, 356; Oriente Grego, 172, 173, 179, 180.
- Canossa, o castelo, 189.
- Carlos de Anjou, rei da Sicília, 355, 362.
- Carlos Magno, imperador franco, 129, 187, 189, 190, 348.
- Carolíngios (os), 130, 153.
- Castelhanos (os), 124.
- Cátaros (os), seita herética, 348, 349, 362, 363, 370.
- Celtas (os), 232.
- Chamas (os), povos da Indochina, 57, 60-61, 63, 64, 73-75, 338.
- Chandella (os), 283.
- Chapata, monge budista, 62, 63.
- Checos, 223.
- Chibcha (os), povos ameríndios, 297.
- Chichimecos (os), povo do México, 286.
- Chimus (os), povo do Peru, 296.
- Chineses (os), 9, 57, 74-75, 239, 249, 257, 268, 276, 332, 333.
- Chirkuh, chefe militar, 108.
- Chola (os), povo da Índia, 25, 33, 77, 342.
- Chonas (os), clãs bantos, 305.
- Chorotega (os), povo ameríndio, 296.
- Ciboney (os), povo ameríndio, 297.
- Cidades*: China, 45; Ocidente, 142-144, 194, 200, 357-359; Países do Islão, 85; Países eslavos, 225, 226.
- Ciências*: 11, 81, 92, 122, 213, 258-261, 290.
- Cistercienses (os), 161.
- Coloneses (os), 256, 274.
- Comércio*: 249 e segs.; Ásia Mongol, 333; Camboja, 73; China, 45-46; Japão, 55; Java, 77; Judeus, 247; Ocidente, 142, 254-257, 358; Oriente latino, 154-155; Países do Islão, 81, 84-86; Oriente Grego, 172-173; Rússia, 227-228.
- Comnenos (os), dinastia imperial grega, 179-181, 182, 185, 270-271.
- Confúcio, 34, 57, 268.
- Confucionismo, 14, 33, 34, 411.
- Conrado III, imperador alemão, 156, 181.
- Conrado de Montferrat, 182.
- Constantino o Africano, 260.
- Constantino, imperador romano, 127-130, 188.
- Constantino VIII, imperador grego, 172.
- Constantino IX, Monomaco, imperador grego, 170, 175.
- Constantino Tech, rei da Bulgária, 222.
- Córdova, 91.
- Coreanos (os), 39.
- Cumanes (os) (v. Polovtzi) povo nómada, 176-178, 217, 218, 227.
- Curdos (os), povo do Norte do Irão, 107, 108, 326.
- Cri, esposa de Vixnu, 31.
- Cristianismo, 11, 144-151, 175, 204-214, 276-283, 299-302, 269-270.
- Crivaishnavas, devotos de Vixnu e de Cri, 31.
- Croatas (os), 127, 130, 221.
- Cruzadas, 106, 180, 182, 185, 348.
- Danichmenditas (os), dinastia turca, 99, 106.
- Daniel, príncipe de Moscovo, 230.
- Daniel Romanovitch, príncipe russo da Galícia, 228.
- Dorazi, fundador de seita, 89.
- Della Torre (os), família de tiranos de Milão, 361.
- Diaguítes (os), povo da Argentina, 296.
- Dinamarqueses (os), 195.
- Diulas (os), povo do Sudão, 119.
- Djaghatai, filho de Gengiscão, 323, 329, 330.
- Djalal-al-Din, sultão do Kharezm, 323, 328, 339, 342.
- Djamaqa, chefe mongol, 318, 319.
- Djuchi, filho de Gengiscão, 323, 326, 329.
- Djurtchetes (os), 40-41, 46, 47, 51, 104-105, 319, 321, 322, 323, 326.
- Domingos (São), 350.
- Dominicanos (os), 350, 370, 381.
- Dunstan (São), reformador monástico, 148.
- Duodécimos (os), 88.
- Eduardo o Confessor, rei de Inglaterra, 195.
- Egípcios (os), 329-330, 378.
- Érik o Vermelho, chefe escandinavo, 235, 236.
- Escandinavos, 9, 14, 127, 130, 131, 191, 195, 227, 228, 230, 244, 254, 256, 257, 271.
- Escoceses, 369.
- Escrita*: Birmânia, 62; China, 39; Indochina, 54; Japão, 48-49; México, 287-290; Mongólia, 321,

- 338; Rússia, 227; Sudão, 116-117; Tibete, 30.
- Eslavos (os), 82, 92, 127, 130, 131, 142, 161, 221, 225, 227, 233, 236, 269.
- Eslovenos (os), povo eslavo, 221, 271, 272.
- Esquimós, (os), 236, 297.
- Étienne Nemanja, príncipe da Sérvia 183, 221.
- Ezzelino da Romano, tirano de Verona, 361.
- Fátima, filha de Maomé, 88.
- Fatimidas (os), dinastia de califas, 88, 89-91, 99, 107, 108-109, 120, 243, 253, 273.
- Fernando III (São), rei de Castela, 366.
- Filipe de Suábia, rei da Alemanha, 184, 347.
- Filipe II Augusto, rei de França, 65, 156, 201, 203, 348, 359, 361, 369.
- Finlandeses (os), 127.
- Fino-ugrianos (os), família de povos, 227.
- Firdusi, escritor persa, 94, 97.
- Folkung (os), dinastia real suéca, 236.
- Franciscanos (os), 350, 370, 378, 381.
- Francisco de Assis (São), (V. irmãos Menores), 349, 350.
- Frederico I, Barbaroxa, imperador alemão, 156, 181, 183, 191, 193-195, 197, 223.
- Frederico II, imperador alemão, 343, 350, 355.
- Frígios (os), 256.
- Fujiwara (os), clã japonês, 50-51, 54, 278.
- Galeses, (os), 369.
- Galiano, 81.
- Gengiscão, 10, 65, 317, 318-323, 326, 327, 328, 331, 332, 335.
- Genoveses (os), 181, 182, 183, 186, 249, 322, 333, 358, 366, 367, 381.
- Geoffroi de Villeharduin, historiador, 372.
- Geografia, 9, 239, 240.
- Georgianos, 269.
- Gerardo de Cremona, 260.
- Gerbert (V. Silvestre II), 130, 213, 260.
- Gibelinos (os), partido italiano, 355, 359.
- Godefroy de Bouillon, chefe da I Cruzada, 155, 239.
- Godwin (os), família anglo-saxónica, 195.
- Goliardos, 212.
- Graciano, monge de Bolonha, 204, 213.
- Gregório VII, papa, 149, 189, 204.
- Gregos (os), 247, 270.
- Guelfos (os), partido italiano, 355, 359.
- Guido d'Arezzo, 213.
- Guilherme de Lorris, autor do *Romance da Rosa*, 371.
- Guilherme de Rubroek, viajante franciscano, 384.
- Guilherme, duque da Normandia, rei de Inglaterra, 195, 196, 230.
- Guilherme II, rei da Sicília, 183.
- Guilherme IX, duque da Aquitânia, 283.
- Gupta (os), dinastia da Índia, 17, 31.
- Gurjara (os), grupo de famílias principescas da Índia, 21.
- Guyuk, grande Khan dos mongóis, 328, 334.
- Haakon IV, rei da Noruega, 234.
- Hafsidas (os), dinastia muçulmana de Tunes, 124.
- Hamdanidas (os) dinastia da África do Norte, 93.
- Hammadidas, dinastia da África do Norte, 90.
- Han (os), dinastia imperial chinesa, 272.
- Haraldo do Dente Azul, rei da Dinamarca, 233.
- Haraldo o Severo, rei da Noruega, 234.
- Haroldo, rei de Inglaterra, 197.
- Harsha, soberano indiano, 17.
- Hasan iba al-Sabbah, chefe da seita dos Assassinos, 90.
- Haussas (os), povo do Sudão, 116.
- Henrique I, Beauclerc, rei de Inglaterra, 196.
- Henrique I, de Hainaut, imperador latino do oriente, 186.
- Henrique I, rei da Germânia, 223.
- Henrique II, imperador alemão, 188, 256.
- Henrique II, Plantageneta, rei de Inglaterra, 196, 197, 201, 202, 232, 361.
- Henrique III, imperador alemão, 57.

- Henrique III, rei da Inglaterra, 361, 363, 369.
- Henrique IV, imperador alemão, 149, 189.
- Henrique V, imperador alemão, 189.
- Henrique VI, imperador Germânico, 183, 192, 198, 223, 347.
- Henrique Dandolo, doge de Veneza, 184.
- Henrique o Leão, duque de Saxe, 161, 193, 256.
- Hermann o Alemão, tradutor, 260.
- Heródoto, 180.
- Hilal (os), (ver Banu-Hilal e Banu Sulaim) 91.
- Hinayana, budismo do Pequeno Veículo, 26.
- Hinduismo, 14, 27, 31, 33, 77, 279, 283.
- Hiong-Nu (os), povo da Ásia central, 309.
- Hipócrates, 81.
- Hojo (os), família japonesa, 53, 54, 272, 339.
- Hoysala (os), dinastia indiana, 342.
- Hotentotes (os), ver Koi-Koin, povo da África Oriental e Austral, 303.
- Huastecas (os), povo do México, 291.
- Huei-Tsong, 40-47.
- Hugo (Santo), abade de Cluny, 204.
- Hugo Capeto, rei de França, 130, 200.
- Huitzilopochtli, divindade asteca, 286.
- Hulagu, khan mongol do Irão, 328, 329, 330, 334, 335.
- Humbert de Moyenmoutier, 175.
- Húngaros (os), 127, 130, 131, 182, 183, 218, 220, 228, 344.
- Iaroslav, príncipe de Kiev, 227.
- Ibn al-Arabi, filósofo muçulmano, 124.
- Ibn al Haytam, filósofo muçulmano, 260.
- Ibn Hazm, filósofo muçulmano, 92.
- Ibn-Miskawayh, vizir dos Buwayhidas, 94.
- Ibn-Ruchd (ver Averróis), 122.
- Ibn Sina (ver Avicena), filósofo e sábio muçulmano, 84, 102.
- Ibn-Tachfin, 116.
- Ibn-Tofail, escritor muçulmano, 122.
- Ibn Tumart, reformador almóada, 119, 120.
- Ibn-Yasin, 111.
- Itutmich, sultão de Delhi, 339, 342.
- Incas (os), 294, 296.
- Indianos (os), 19, 75, 247, 260, 306.
- Indonésios (os), 257, 306.
- Ingleses (os), 256, 257, 378.
- Inocêncio III, papa, 183, 347-350, 355, 369.
- Inocêncio IV, papa, 381.
- Iranianos (os), 115, 258, 322.
- Irlandeses (os), 9.
- Irnério, professor de Direito, 212, 213.
- Isaac I, Comneno, imperador grego, 175.
- Isaac II, Anjo, imperador grego, 182, 184.
- Islão, 11, 40, 103, 239, 268, 283, 299, 334, 340, 381.
- Ismaelismo, movimento religioso muçulmano, 90, 93.
- Ismaelitas (os), 88, 94, 103, 328.
- Isma'il, imame, 88.
- Italianos (os), 247, 254, 257, 378.
- Jaime I, rei de Aragão, 366.
- Jayapala, soberano indiano, 19.
- Jayavarman VII, rei khmer, 27, 64, 65, 69, 439.
- Jaya Indravarman IV, rei do Champa, 64.
- Jean Deschamps, arquitecto, 378.
- João II Comneno, imperador grego, 179, 181, 182.
- João Gualberto (São), 150.
- João Sem-Terra, rei de Inglaterra, 197, 203, 348, 359, 361, 363, 369.
- Jean-Juan (os), povo da Ásia central, 309.
- Judaísmo (os), 334.
- Judeus (os), 84, 91, 227, 247, 254, 260, 261, 268, 366.
- Kalojan, rei da Bulgária, 221.
- Kao-Tsong, imperador chinês, 40, 41.
- Karakharides (os), dinastia turca da Ásia central, 40, 97, 98, 99, 105, 108.
- Kara Kitay (os), ou K'i-tan negros da Ásia central, 40, 105, 106, 319, 321, 323, 333.
- Keita (os), clã malinké, 116.
- Kereites (os), povo mongol, 317, 319, 321, 334.
- Kharezmianos (os), habitantes do Kharezm, 105, 107, 108, 319, 323, 328, 339.

- Kharidjitas (os), prosélitos de um movimento muçulmano, 87, 88, 90.
- Khazates (os), povo nómada, 227.
- Khmers (os), 33, 56, 57, 339.
- K'i-tan, 39, 40.
- Kia-Sseu-Tao, reformador chinês, 335.
- Kin (os), dinastia djurtchet da China 40, 41, 46, 76, 317, 319, 321, 326.
- Kiptchak (os), povo da Ásia Central, 322, 326.
- Kirghiz, (os), 37, 309, 318.
- K'i-tan (os), povo mongol, 37, 39, 40, 46, 105, 309, 321.
- Knud o Grande, rei da Dinamarca, da Inglaterra e da Noruega, 230, 233.
- Koi-Koin (ver Hotentotes), 303.
- Kotama (os), confederação de tribos berberes, 90.
- Krishna, divindade hindu, 22, 31.
- Kubilai, grande khan dos Mongóis, 329, 330, 334, 384.
- Kukulcan (ver Quetzalcoatl), 286.
- Kulin, um senhor da Bósnia, 221.
- Kutchlug, chefe dos Kara-Kitai, 321.
- Leão IX, papa, 57, 149, 175.
- Leão (os) dinastia dos, 37, 39.
- Leão de Ócrida, bispo grego, 175.
- Le Dai Hanh, rei do Vietname, 56.
- Lombardos (os), 255, 358.
- Lorenos (os), 175.
- Lotário II, imperador alemão, 189.
- Luís VI o Grande, rei de França, 201.
- Luís VII, rei de França, 156, 181, 201, 362.
- Luís VIII, rei de França, 359, 361, 363.
- Luís IX, (São), rei de França, 309, 355, 361, 362, 363, 380.
- Ly (os), dinastia do Vietname, 56, 57.
- Macbeth, príncipe da Escócia, 232.
- Macedónios (os), dinastia imperial grega, 167-174.
- Magnus III Pés Nus, rei da Noruega, 232, 235.
- Magnus VI, rei da Noruega, 234.
- Magiares (os), (v. Húngaros).
- Mahadeva, divindade hindu, 283.
- Mahadevi, divindade hindu, 283.
- Mahadayana, budismo do grande véicula, 26, 27.
- Mahmud de Rhazni, sultão, 19, 23, 97, 98, 108, 341.
- Mahrattes (os), povo da Índia, 23, 342.
- Maomé, o profeta, 14, 83, 87, 88, 95, 120.
- Maías (os), 286, 287, 291, 296.
- Maimónides, filósofo judeu, 260, 370.
- Malaíios (os), 14, 74, 257.
- Malgaches (os), 306.
- Malikchah, chefe dos Seljúcidas, 99, 105.
- Malinkés (os), povo do Sudão, 116, 300.
- Mamelucos (os), escravos turcos, 329, 339, 344.
- Mangu, grande Khan dos Mongóis, 328, 329, 334, 381.
- Maniqueísmo, 334.
- Manuel I Commeno, imperador grego, 179, 181, 182, 221.
- Maria de Antioquia, regente do império grego, 182.
- Marinidas (os), dinastia de marrocos, 124.
- Marpa, budista tibetano, 30.
- Marselheses (os), 368.
- Matilde, condessa de Toscana, 194.
- Matilde, rainha de Inglaterra, 195.
- Menores (os Irmãos) (v. Franciscanos) 350, 370.
- Merkites (os), tribo mongol, 317, 318, 319.
- Michel Scot, tradutor de Averróis, 260.
- Mieszko I, príncipe polaco, 225.
- Miguel V, imperador grego, 172.
- Miguel VI, imperador grego, 175.
- Miguel VIII Paleólogo, imperador grego, 186, 344.
- Miguel Cerulário, patriarca de Constantinopla, 175, 176.
- Miguel Psellos, filósofo grego, 171.
- Milarepa, asceta tibetano, 30.
- Minamoto (os), clã japonês, 50, 272.
- Místicos: 283; cristãos, 213, 380; muçulmanos, 83, 102.
- Moçárabes, 91.
- Mochica (os), povo do Peru, 296.
- Moeda: África, 254; China, 46, 268, 269; Espanha muçulmana, 92; Ocidente, 142, 356; Oriente grego, 172, 182; países do Islão, 84.
- Moisés Sefardi (v. Pedro Alfonso, judeu convertido), 260.
- Mons, povo do sudeste Asiático, 26, 61.
- Mongóis (os), 14, 39, 95, 309, 313, 316, 317, 321, 322, 323, 326, 328, 329, 333, 335, 338, 339, 342, 344, 381.
- Mong-wa (os), tribo mongol, 313.

- Morosini, patriarca latino de Constantinopla, 184.
- Mossis (os), povo do Sudão, 116, 119, 302.
- Mudejares (os) muçulmanos sob dominação cristã, 366.
- Muhammad, sultão do Kharezm, 105, 322, 323.
- Muhammad Iman, 88.
- Muhammad de Ghor, soberano muçulmano, 22, 26, 105, 339.
- Mulheres, 283; Japão, 49; Ocidente, 151, 215-216; Tibete, 30.
- Naimans (os), povo mongol, 318, 319, 321.
- Narapatisithu, rei da Birmânia, 63.
- Nasridas (os), dinastia muçulmana de Espanha, 124.
- Naymlap, chefe dos Chimu, 296.
- Nestorianismo, heresia cristã, 319, 334.
- Nestorianos (os) 334, 381.
- Nicolau II, papa, 149, 153.
- Nizam al-Mulk, vizir, 99, 102.
- Nizar, pretendente ao califado, 90.
- Normandia (a), 361.
- Normandos (os), 153, 175, 178, 189, 197.
- Noruegueses (os), 232.
- Nur al-Din, filho de Zengui, 108.
- Obaid Allah, mádi fatimida, 120.
- Ofícios e ocupações, 86, 272-276.
- Oghuzes (os) (ver turcomanos), povo da Ásia Central.
- Ogodai, filho de Gengiscão, 323, 326, 328, 329, 333, 334.
- Oirates (os), tribo mongol, 319.
- Olaf (Santo) rei da Noruega, 233.
- Olof Eriksson, Skotkonung, rei sueco, 130.
- Omiadas (os), dinastia de Califas, 88, 91, 115.
- Ongutes (os), tribo turca, 321.
- Oto I, imperador alemão, 130, 193, 194.
- Oto III, imperador alemão, 130, 187, 223, 225.
- Oto IV de Brunswick, imperador alemão, 347.
- Padma-Jambhava, religioso indiano, 30.
- Pala (os), dinastia de Bengala, 21, 22, 26.
- Parama-Vishnuloka, nome póstumo de Suryavarman II, 64.
- Patarinscos, cristãos reformadores de Milão, 148.
- Pedro, restaurador do reino búlgaro, 183, 221.
- Pedro Abelardo (v. Abelardo).
- Pedro Alfonso (v. Moisés Sefardi), 260.
- Pedro o Venerável, abade de Cluny, 260.
- Persas (os), 332.
- Petchengues (os), tribo turca, 131, 168, 176, 178, 183, 218, 220.
- Peuls (os), povo do Sudão, 302.
- Piast (os), família real da Polónia, 225, 226.
- Pierre Damien (Santo), reformador eclesiástico, 148.
- Pierre Lombard, teólogo, 213.
- Pierre Valdès, reformador, cristão, 207.
- Pigmeus (os), povo da África central, 303.
- Piscanos (os), 181, 182, 183, 249.
- Placentinos (os), 358.
- Plantagenetas (os), 203, 363, 368, 380.
- Platão, 83, 258.
- Plauto, 212.
- Plutarco, 180.
- Polacos (os), 127, 223.
- Polo (os), mercadores venezianos, 381.
- Polovtzi (os) (ver Cumanos e Kiptchak), 176, 326.
- População*: 45, 74, 100, 139, 195, 381.
- Port-Glaive (os cavaleiros), 164.
- Pratihara (os), dinastia do Norte da Índia, 19, 21, 97.
- Pregadores (os Irmãos), (ver Dominicanos), 350, 370.
- Prémontrés (os), 161.
- Premysl I, rei da Boémia, 223.
- Premyslidas (os), família real da Boémia, 223.
- Preste João, 381.
- Pri Thui Raj, soberano da Índia, 22.
- Proprietários (grandes)*: China, 43; Ocidente, 133, 154, 356-357; Oriente Grego, 172.
- Prussianos (os), povo báltico, 225, 226.
- Ptolemeu (Cláudio), geógrafo, 9, 81, 243, 260.
- Pueblo (os), tribos ameríndias, 291.
- Qarluqs, 95, 97, 321.
- Qarmatas (os), seita do Islão, 88.
- Qonggirates (os), povo mongol, 317, 318.

- Qaidu, khan da Alta Ásia, 329.
 Quetzalcoatl (v. Kukulcan), 286.
 Qutuz, chefe dos mamelucos do Egípto, 344.
- Rajaraja I, rei chola, 23.
 Rajendra I, rei chola, 23.
 Raimundo VII, conde de Toulouse, 361, 363.
 Ramakararo, chefe de Madagáscar, 306.
 Ramanuja, filósofo hindu, 31, 283.
 Raul o Glabro, cronista, 276, 279.
 Raymond de Sauvetat, arcebispo de Toledo, 260.
Remuneração dos serviços: 270; China, 44; Japão, 50; Ocidente, 133, territórios seljúcidas, 102.
 Renaud de Cormont, arquitecto, 373.
 Rhazenidas (os), dinastia turca do Afeganistão, 22, 98, 105, 108.
 Rhuridas (os), dinastia originária do Ghor, 105, 108, 339.
 Ricardo I, Coração de Leão, rei de Inglaterra, 156, 191, 197, 203.
 Ricardo de Cápua, chefe normando em Itália, 153.
 Riurikovitch (os), família de príncipes russos, 227, 230.
 Robert Grosse-tête, teólogo cristão, 378.
 Robert Guiscard, chefe normando na Itália, 153, 178, 179, 182.
 Robert de Luzarches, arquitecto, 373.
 Robert de Mosleme (São), 150.
 Roberto de Clary, historiador, 372.
 Rodrigo Diaz de Bivar (O Cid), 153.
 Rogério I, conde de Sicília, 153.
 Rogério II, rei da Sicília, 153, 182, 197, 244.
 Roger Bacon, teólogo cristão, 378.
 Rolão, duque da Normandia, 200.
 Romano IV, imperador grego, 176.
 Romualdo (São), 150.
 Roussel de Bailleul, chefe normando, 176.
 Ruben, príncipe arménio, 181.
 Russos (os), 127, 130, 227, 249, 322, 344.
- Sabbas (São) organizador da igreja sérvia, 221.
 Saladino (Salah al-Din) sultão do Egípto, 65, 108, 109, 156, 181, 301, 328.
- Sumanidas (os), governadores da Transoxiânia, 93, 95, 97.
 Samuel, czar búlgaro, 167.
 San (os), (ver Bosquimanes), 303.
 Sandjar, sultão, 105.
 Sangrama, chefe khmer, 56.
 Sanhadjas, confederação de tribos berberes, 90, 111, 116.
 Saracolê (os), povo do Sudão, 116.
 Sarracenos (os), 131.
 Sa-Skya, chefe tibetano, 338.
 Sassânidas (os), dinastia do Irão, 94.
 Sayf al-Dawla, émir hamdanideu, 93.
 Seljúcidas (os), clã turco, 98, 102, 106-109, 154, 170, 176, 178, 243, 280, 323, 344.
 Sena (os), dinastia de Bengala, 21, 22.
Senhoria: 270; Japão, 50; Ocidente, 135, 137, 142.
 Sérvios (os), 127, 167, 176, 178, 227.
 Shwe-Zigon, 62.
 Sien-Pei (os), povo da Ásia Central, 309.
 Sigurd, rei da Noruega, 234.
 Si-Hia (os), povo tangute, 37, 39, 319, 321, 323, 333.
 Silvestre I, papa, 189.
 Silvestre II (v. Gerbert), papa, 130, 188, 213.
 Simon de Montfort, chefe da cruzada contra os Albigenses, 347.
Sociedades: (organização das), 33, 72, 133, 263, 268.
 Song (os), dinastia imperial chinesa, 27, 37, 39, 40, 41, 46, 47, 49, 57, 64, 252, 258, 268, 321, 326, 329.
 Songhais (os), povo do Sudão, 300.
 Sossos (os), povo sudanês, 300.
 Subutai, chefe mongol, 326.
 Suecos (os), 227, 228, 235, 256, 344.
 Suger, abade de Saint-Denis, 201.
 Sulayman, chefe seljúcida, 99, 106.
 Sumanguru Kanté, rei dos Sossos, 300.
 Sundiata Keita, soberano do Mali, 300.
 Sunismo, tendência ortodoxa muçulmana, 98, 102, 273, 327.
 Suryavarman I, rei khmer, 56, 68, 77.
 Suryavarman II, rei khmer, 63, 69.
 Sven Estridsson, rei da Dinamarca, 230, 233.
 Sverre, rei da Noruega, 234.
- Taimuls (os), povo da Índia, 342.
 Tainos (os), povo ameríndio, 297.
 Taira (os), clã japonês, 50, 51.
 Tancredo, príncipe de Antioquia, 198.

Tancredo, rei da Sicília, 178.
 Tancredo de Hauteville, senhor nor-
 mando, 153.
 T'ang (os), dinastia imperial chinesa,
 17, 39, 42, 46, 49, 56, 313, 334.
 Tangutes (os), 37, 332.
 Tantrismo, forma de budismo, 27, 31.
 Taoísmo, 27, 33, 46, 334, 335.
 Tártaros (os), povo turco, 317, 318,
 319, 344.
 Tayitschiutes (os), povo mongol, 318.
 Tcheu-ta-Kuan, viajante chinês, 73.
 Tchincai, chefe da chancelaria mon-
 gol, 334.
 Tchu-hi, filósofo chinês, 34, 47.
Técnicas: 11, 81, 139, 254, 257, 291,
 297, 302.
 Temudjin (v. Gengiscão).
 Temudjin, chefe tártaro, 317, 318.
 Tenochcas (os) (ver Astecas), povo
 do México.
 Terêncio, 212.
 Teutónicos (os Cavaleiros), 164, 266,
 344.
 Tezcatlipoca, divindade mexicana, 286.
 Thais (os) povo da Indochina, 56,
 60, 62, 65, 338, 339.
 Thai-Tong, rei do Vietname, 57.
 Teodora, imperatriz grega, 172, 175.
 Teodoro Lascaris, imperador grego
 da Niccia, 185, 186.
 Teodoro Prodrôm, escritor grego, 180.
 Tlaloc, divindade mexicana, 286.
 Toghril, chefe mongol, 317, 318, 319.
 Toghrul III, sultão, 105.
 Toghrul-Beg, chefe dos Seljúcidas, 98,
 99.
 Toltecas (os), povo do México, 286.
 Tomás de Aquino (São), 370.
 Tomás Becket, arcebispo de Canter-
 bury, 197, 206.
 Tomás de Cormont, arquitecto, 373.
 Toregene, esposa de Ogodai, 327.
 Totonacas (os), povo do México, 291.
 Tran (os), dinastia anamita, 61, 339.
 Tuaregues (os), tribo berbere, 111.
 Tucídides, 180.
 Tuculores (os), povo do Sudão, 115.
 Tuli, filho de Gengiscão, 323, 326, 328.
 T'u-Kine (os), povo da Ásia Central,
 309.
 Tunguses (os), 319.
 Turcomanos (os), 95, 97, 99, 101, 102,
 105, 106, 176.
 Turcos (os), 82, 94, 95, 98, 100, 101,
 104, 107, 178, 180, 252, 269, 313,
 319, 322, 331, 344.

Uigures (os), povo da Ásia Central,
 319, 321, 332, 333, 338.
 Urbano II, para, 148, 151, 178, 189.
 Uzas (os), tribo turca, 176.
 Vaik (v. Estêvão), chefe húngaro, 130.
 Valáquios (os), 183.
 Valdemar I, rei da Dinamarca, 233.
 Valdemar II, rei da Dinamarca, 233.
 Varegues (os), comerciantes escandi-
 navos, 130, 174, 227.
 Vendas (os), eslavos ocidentais, 195,
 223, 256.
 Venezianos (os), 156, 172, 178, 179,
 181, 182, 183, 186, 220, 249, 333.
 Villard de Honnecourt, arquitecto, 378.
 Vikingues (os), aventureiros escandi-
 navos, 131.
 Vixnu, divindade hindu, 31, 64, 67,
 69, 77.
 Vixnuísmo, religião hindu, 55.
 Vladimir, soberano de Kiev, 130, 170,
 227.
 Wang Ngan-che, reformador chinês,
 35, 43, 44.
 Wittelsbach (os), família principesca
 alemã, 194.
 Xenofonte, 180.
 Xima, divindade hindu, 32, 55, 67-69,
 75, 278, 279.
 Xi'itas (os), partidários de um movi-
 mento heterodoxo do Islão, 87,
 88, 89, 93-94, 98, 273, 328.
 Xivaísmo, religião hindu, 55.
 Yaçovarman I, rei da Índia, 65, 67.
 Yadava (os), dinastia indiana, 342.
 Yama, divindade indiana, 279.
 Yesuguei, pai de Gengiscão, 317, 318,
 319.
 Yoritomo, guerreiro japonês, 51.
 Yorubas (os), povo do Baixo Niger,
 302.
 Yoshitsune, guerreiro japonês, 51.
 Yusuf Ibn-Tachfin, chefe almorávida,
 112.

Zaid, imame, 88.

Zaiditas (os), partidários de Zaid, 88, 93, 115.

Zangi, governador de Mossul, 107.

Zapotecas (os), povo do México, 285, 290.

Zenatas, confederação de tribos berberes, 90, 91, 124.

Zirides (os), dinastia berbere, 90, 91.

Zoe, imperatriz grega, 172.

BIBLIOGRAFIA

Esta bibliografia constitui sem dúvida uma selecção. Está limitada às publicações em língua francesa, quase sempre recentes e de acesso fácil. Sem pretender assinalá-las todas, pois o seu número aumenta sem cessar, ela é inserida desenvolvidamente nas histórias gerais, que apresentam paralelamente a sequência dos acontecimentos ou um aspecto particular das civilizações nos diferentes sectores e países do mundo. Ela ordena à parte os ensaios de história comparada, bem menos difundidos mas muito ricos de sugestões.

Ela não pode indicar as edições e traduções das fontes nem dar a mínima ideia da abundância das publicações consagradas à arte: o leitor, cuja atenção é facilmente atraída pelos belos livros de arte e de arqueologia, deve igualmente saber que muitos testemunhos escritos provindos de contemporâneos são postos ao seu alcance.

Além de duas secções gerais a bibliografia está organizada segundo a ordem dos capítulos do volume. Ela não cita qualquer história nacional, pois é fácil encontrar neste género a obra de vulgarização ou de erudição que se deseja. Todos os trabalhos assinalados incluem de resto bibliografias susceptíveis de satisfazer a curiosidade.

I. HISTÓRIA GERAL

Encyclopédie de la Pléiade:

Histoire universelle, sob a direcção de GROUSSET (R.), e LÉONARD (E. G.): t. II, *de l'Islam à la Réforme*; t. III (pour l'Afrique noire), 1957-1958.

Histoire de l'art: t. I, *Le monde non chrétien*, sob a direcção de DEVAMBEZ (P.); t. II, *L'Europe médiévale*, sob a direcção de BABELON (J.), 1961-1966.

Histoire des littératures, sob a direcção de QUENEAU (R.), 1955-1958, 3 vols.

Histoire de la musique: t. I, sob a direcção de ROLAND-MANUEL, 1960.

Histoire de la science, sob a direcção de DAUMAS (M.), 1957.

Histoire du développement culturel et scientifique de l'humanité, sob o patrocínio da UNESCO; vol. III, *Le Moyen Age*, 1968.

Histoire Générale, sob a direcção de GLOTZ (G.):

Histoire du Moyen Age: t. II, *L'Europe occidentale de 888 à 1125*, por FLICHE (A.); t. III, *Le monde oriental de 395 à 1081*, por DIEHL (Ch.) et MARÇAIS (G.); t. IV, 1. *L'Allemagne et l'Italie aux XII^e et XIII^e siècles*, por JORDAN (E.); t. IV, 2. *L'essor des Etats d'Occident (France, Angleterre, Péninsule ibérique)*, por PETIT-DUTAILLIS (Ch) et GUINARD (P.); t. VIII, *La civilisation occidentale au Moyen Age*, por PIRENNE (H.), COHEN (G.), FOCILLON (H.); t. IX, *L'Europe orientale de 1801 à 1453*, por DIEHL (Ch.), OENOMOS (L.), GUILLAND (R.), GROUSSET (R.); t. X, *L'Asie orientale des origines au XV^e siècle*; 1. *Les empires*, por GROUSSET (R.), AUBOYER (J.), BUHOT (J.), 1930-1945.

Histoire générale des religions, antiques, sob a direcção de GORCE (M.) et MORTIER (R.), 1944-1948, 4 vols.

Histoire générale des sciences antiques, sob a direcção de TATON (R.): t. I, *La science antique et médiévale*, 1957.

Histoire générale des techniques, sob a direcção de DAUMAS (M.): t. I, *Les origines de la civilisation technique*, 1962.

Histoire du monde, sob a direcção de CAVAIGNAC (E.): t. VII, *Islam et Chrétienté*; 1. *Le monde musulman jusqu'aux croisades*, por M. GAUDEFROY-DEMONBYNES e PLATONOV; 2. *La chrétienté médiévale (395-1254)* por FLICHE (A.); t. VIII, *L'Inde et la Chine médiévale et les Mongols*; 1. *L'Inde du VII^e au XVI^e siècle*, por PRASAD (I.); 2. *Les Etats hindouisés d'Indochine et d'Indonésie*, por COEDES (G.), 3.^a éd.; 3. *L'Empire mongol (1.^a fase)*, por GROUSSET (R.), 1929-1964.

Histoire mondiale de la femme, sob a direcção de GRIMAL (P.), 1966, 4 vols.

Histoire universelle, sob a direcção de DUNAN (M.), 1954.

JOURCIN (A.), *L'Histoire. Les Hommes, les civilisations depuis les origines*, 1964 (Col. Pour connaître).

Peuples et Civilisations. Histoire Générale sob a direcção de HALPHEN (L.) e SAGNAC (Ph): t. V, *les Barbares, des grandes invasions aux conquêtes turques du XI^e siècle*, por HALPHEN (L.), 5.^a ed., 1948; t. VI, *L'essor de l'Europe, XI^e XIII^e siècles*, por HALPHEN (L.), 3.^a ed., 1948.

PIÉTRI (L.), *Epoques médiévales*, 1966 (Le monde et son histoire; t. III et IV).

Westermanns Atlas zur Welt Geschichte, Berlim e Hamburgo 1956 (um bom atlas histórico mundial não foi incluído na edição francesa).

II. ENSAIOS DE HISTÓRIA COMPARADA

BOUTRUCHE (R.), *Seigneurie et féodalité*: t. I, *Le premier âge des liens d'homme à homme*, 1959.

Le féodalisme (Pesquisas internacionais à luz do marxismo, n.º 37) 1963.

HEERS (J.), *Le travail au Moyen Age*, 1965 (Que sais-je).

HIGOUNET (Ch.), *L'écriture*, 1955 (Que sais-je).

Histoire générale des civilisations: t. III, *Le Moyen Âge*, sob a direcção de PERROY (E.), 1955.

Histoire générale du travail: t. II, *l'Age de l'artisanat, V^e-XVIII^e siècle*, por WOLFF (Ph.) et MAURO (F.), 1960.

Les métamorphoses de l'humanité, sob a direcção de PHILIPPE (R.): *L'an mille (900-1100)*; *Le temps des cathédrales 1100-1300*, 1964-1965 (coleção Planète).

PETERS (A.), *Histoire mondiale synchronoptique*, Bâle, s. d.

Recueils de la Société Jean Bodin: t. I, *Les liens de vassalité et les immunités*; t. II, *Le servage*; t. III, *La tenure*; t. IV, *Le domaine*; t. V, *La foire*; t. VI, VII, VIII, *La ville*; t. IX, X, *L'étranger*; t. XI, XII, *La femme*, Bruxelas 1936-1962.

III. ASIA MERIDIONAL E ORIENTAL

ARVON (H.), *Le Bouddhisme*, 1956 (Que sais-je).

AUBOYER (J.), *Arts et styles de l'Inde*, 1951.

COEDES (G.), *Pour mieux comprendre Angkor*, 1947 (Bibl. de difusão Musée, Guimet; t. LV).

GRANET (M.), *La civilisation chinoise*, 1929 (L'Évolution de l'Humanité).

GROUSSET (R.), *La Chine et son art*, 1951.

MASPERO (H.) et ESCARRA (J.), *Les institutions de la Chine*, 1952.

RENOU (L.), *L'hindouisme*, 1951 (Que sais-je).

IV. O MUNDO MUÇULMANO

1. Generalidades.

GRUNEBaum (G. E.) von., *L'Islam médiéval*, 1962.

MAZAHARI (A.), *La vie quotidienne des Musulmans au Moyen Age (X^e au XIII^e siècle)*, 1950.

SOURDEL (D. et J.), *La civilisation de l'Islam classique*, 1968.

2. Islão oriental

La civilisation iranienne, sob a direcção de GROUSSET (R.), 1952.

Histoire de la nation égyptienne, sob a direcção de HANOTAUX (G.): t. IV, *L'Egypte arabe par WIET (G.)*, 1937.

3. Islão ocidental

JULIEN (Ch. A.), *Histoire de l'Afrique du Nord*: t. II, *De la conquête arabe à 1830*, 2.^a ed., 1952.

MARÇAIS (G.), *La Berbérie musulmane et l'Orient au Moyen Age*, 1946.

TERRASSE (H.), *Islam d'Espagne*, 1958.

V. CRISTANDADES

1. Generalidades.

BEMONT (Ch.) e MONOD (G.), *Histoire de l'Europe au Moyen Âge*: t. I, 395-1270, nova ed., 1924.

CLIO: t. IV, *Le monde féodal*, por CALMETTE (J.), nova ed., 1951; t. V, *L'élaboration du monde moderne*, por CALMETTE (J.), 2.^a ed., 1942; t. X, *Histoire de l'art*, por LAVEDAN (P.); 2. *Moyen Âge et temps modernes*, 2.^a ed., 1950.

LOPEZ (R. S.), *Naissance de l'Europe*, 1962 (Destins du monde).

PIRENNE (H.), *Histoire de l'Europe, des invasions au XVI^e siècle*, Paris-Bru-xelas, 1936.

3. O império bizantino

BREHIER (L.), *Le monde byzantin*, 1948-1949, 3 vols. (L'Évolution de l'Hu-manité).

DIEHL (Ch.), *Byzance: grandeur et décadence*, 1919.

LEMERLE (P.), *Le style byzantin*, 1943.

OSTROGORSKY (G.), *Histoire de l'Etat byzantin*, 1956.

3. Europa ocidental.

ALPHANDERY (P.) e DUPRONT (A.), *La chrétienté et l'idée de croisade*, 1954-1959, 2 vols. (L'Évolution de l'Humanité).

BLOCH (M.), *La société féodale*, 1939-1940, 2 vols. (L'Évolution de l'Huma-nité).

COUSIN (P.), *Précis d'histoire monastique*, 1956.

DUBY (G.), *L'an mil*, 1967 (Archives).

DUBY (G.), *L'économie rurale et la vie des campagnes dans l'Occident médiéval*, 1962, 2 vols.

DUBY (G.) e MANDROU (R.), *Histoire de la civilisation française*: t. I, 1958.

FOCILLON (H.), *Art d'Occident. Le Moyen Âge roman et gothique*, 2.^a ed., 1947.

FOLZ (R.), *L'idée d'empire en Occident du V^e au XIV^e siècle*, 1953.

GANSHOF (F. L.), *Qu'est-ce que la féodalité?*, 3.^a ed., Bruxelas, 1957.

GÉNICOT (L.), *Les lignes de faite du Moyen Âge*, 4.^a ed., 1962.

GILSON (E.), *La philosophie au Moyen Âge*, 2.^a ed., 1952.

GUILLEMAIN (B.), *La Chrétienté. Sa grandeur et sa ruine, de l'an mille au milieu du XV^e siècle*, 1959.
Histoire générale de l'Eglise, por FLICHE (A.) et MARTIN (V.): t. VII; t. VIII; t. IX; t. X; t. XII, 1-2. *Institutions ecclésiastiques de la chrétienté médiévale*, por LE BRAS (G.): t. XI, *Le mouvement doctrinal du X^e au XIV^e siècle*, por FOREST (A.), VAN STEENBERGEN (F.), M. de GANDILLAC, 1937-1964.
 LE GOFF (J.), *La civilisation de l'Occident médiéval*, 1964 (Les grandes civilisations).
 PACAUT (M.), *La théocratie. l'Eglise et le pouvoir au Moyen Âge*, 1957.
 PETIT-DUTAILLIS (Ch.), *La monarchie féodale en France et en Angleterre X^e-XIII^e siècles*, 1933 (L'Évolution de l'Humanité).
 PIRENNE (H.), *Les villes et les institutions urbaines*, Paris-Bruxelas, 1939, 2 vols.
 VAN DER MEER (F.), *Atlas de la civilisation occidentale*, Paris-Bruxelas, 1952.

4. Europa setentrional e oriental.

MUSSET (L.), *Les peuples scandinaves au Moyen Âge*, 1951.
 PORTAL (R.), *Les Slaves. Peuples et nations*, 1965 (Destins du monde).

VI. AS RELAÇÕES

DOLLINGER (Ph), *La Hanse (XII^e-XVII^e siècles)*, 1964.
Histoire du commerce, sob a direcção de LACOUR-GAYET (J.): t. II et t. III, 1950-1953.
Histoire des relations internationales: t. I, *Le Moyen Âge*, por GANSHOF (F. L.), 1953.
Histoire universelle des explorations: t. I, *Le Moyen Âge*, por MOLLAT (M.), 1955.
 RENOARD (Y.), *Les hommes d'affaires italiens au Moyen Âge*, 1949.

VII. AS CIVILIZAÇÕES SEPARADAS

1. As civilizações ameríndias.

KRICKEBERG (W.), MULLER (W.), TRIMBORN (H.) e ZERRIES (O.), *Les religions amérindiennes*, 1962.
 LEHMANN (H.), *Les civilisations précolombiennes*, 1961 (Que sais-je).
 RIVET (P.), *Cités maya*, 1954.
 SOUSTELLE (J.), *Mexique*, 1967 (Archeologia mundi).

2. África negra.

CORNEVIN (R.), *Histoire de l'Afrique*: t. I, *Des origines au XVI^e siècle*, 2.^a ed., 1966.
 DESCHAMPS (H.), *L'Afrique noire précoloniale*, 1962 (Que sais-je).
 MAUNY (R.), *Tableau géographique de l'Ouest africain au Moyen Âge*, Dakar, 1961.

VIII. ASIA CENTRAL E OS MONGÓIS

GROUSSET (R.), *L'empire des steppes*, 1939.
 PELLLOT (P.), *La Haute Asie*, 1931.
 SPULER (B.), *Les Mongols dans l'histoire*, 1962.